



MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO



Handwritten signature and vertical text on the right margin.

MENSAGEM Nº 79/2013

Senhor Presidente, Senhores Vereadores,

Fazemos uso da presente Mensagem para encaminhar a essa Casa de Leis o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre as ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.

Contando com a aprovação do Projeto de Lei ora apresentado, antecipamos agradecimentos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná em 28 de maio de 2013.

Handwritten signature of Augustinho Zucchi.

Augustinho Zucchi

Prefeito



PROJETO DE LEI Nº 98/2013

Dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.

Art. 1º Ficam estabelecidas para o exercício de 2014, as ações prioritárias da administração municipal, funções de governo, metas e riscos fiscais, diretrizes gerais para elaboração da proposta orçamentária, normas de execução financeira e políticas de fomento e desenvolvimento, em conformidade com o Plano Plurianual, com a Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e demais legislações que disciplinam a matéria, compreendendo:

- I. ações prioritárias, funções e sub-funções de governo, objetivos e metas da Administração Pública Municipal;
- II. metas e riscos fiscais;
- III. disposições sobre alterações na legislação tributária;
- IV. estrutura e organização da lei orçamentária;
- V. diretrizes gerais para elaboração dos orçamentos;
- VI. normas relativas à execução financeira e orçamentária;
- VII. programas e dos Fundos.

CAPÍTULO I
AÇÕES PRIORITÁRIAS, FUNÇÕES E SUB-FUNÇÕES DE GOVERNO, OBJETIVOS E
METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

SEÇÃO I
DAS METAS FISCAIS

Art. 2º As ações prioritárias, funções e sub-funções de governo, objetivos e metas para o exercício de 2014, passam a partir da edição da presente lei, a vigorar de acordo com as Ações Programáticas estabelecidas no Anexo I.

CAPÍTULO II
METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 3º Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2014, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII desta



Lei, em conformidade com a Portaria nº 637 de 18 de outubro de 2012-STN. Os Demonstrativos de Metas Fiscais compreendem:

- a) Demonstrativo I – Metas Anuais;
- b) Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- c) Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- d) Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- f) Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do regime Próprio de Previdência dos Servidores – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- g) Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da renúncia de receita; e
- h) Demonstrativo VIII – Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Parágrafo único. Os demonstrativos referidos neste artigo serão apurados e sua consolidação se constituirá nas metas fiscais do município.

CAPÍTULO III

ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 4º O Executivo Municipal, no decorrer do exercício de 2014, mediante a edição de ato próprio, poderá ajustar o orçamento em face de alterações na Legislação Tributária ocorridas até 31 de dezembro do exercício corrente, não consideradas até a vigência da presente lei, em especial quanto:

- I. Às modificações na Legislação Tributária decorrentes da revisão de Sistemas Tributários.
- II. À revisão da planta de valores de imóveis urbanos.
- III. À revisão de alíquotas dos tributos de competência; e,
- IV. Ao aperfeiçoamento do sistema de controle e cobrança de tributos de competência do Município e da Dívida Ativa Municipal; e,
- V. À concessão e/ou redução de isenções fiscais

CAPÍTULO IV

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 5º A Proposta Orçamentária será composta pelos Anexos I, II e III, que conterão:

- I. Legislação e resumos da receita, referentes aos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta;
- II. Resumos gerais da despesa referentes aos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta; e,
- III. Orçamento fiscal, compreendendo os orçamentos dos Poderes Executivo e Legislativo.



Art. 6º Os Orçamentos Fiscais, discriminarão as despesas por órgãos e unidades orçamentárias, segundo as normas estabelecidas na Portaria nº 42/99 do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão e Portarias Interministerial nºs 163, 180 e 211/01, e alterações posteriores.

Art. 7º As programações do Fundo Municipal de Desenvolvimento, da Criança e do Adolescente, de Assistência Social, de Saúde, de Cultura, de Esporte, de Meio Ambiente, de Agricultura, de Educação, de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e da Saúde, serão abertos como atividade nas unidades orçamentárias a que estiverem subordinadas.

CAPÍTULO V

DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 8º Para o exercício financeiro de 2014, fica estabelecido o montante de R\$ 186.800,00 (cento e oitenta e seis milhões e oitocentos mil reais) como limite para elaboração do Orçamento Fiscal.

Parágrafo único. Dos montantes estabelecidos no *caput* deste artigo, o percentual mínimo de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) será consignado em Reserva de Contingência.

Art. 9º Serão classificados na programação orçamentária 99.99.02.999.9999, elemento de despesa 9.9.99.99 – Reserva de Contingência, os recursos consignados no parágrafo único do artigo 8º e no elemento de despesa 349999 – Reserva de Contingência as parcelas de dotações decorrentes de vetos por parte do Poder Executivo às emendas efetuadas à proposta orçamentária pelo Poder Legislativo.

Art. 10. A Lei Orçamentária por meio de Anexos deverá demonstrar existência de compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas definidos no Capítulo II – Metas e Riscos Fiscais.

Art. 11. Na Lei Orçamentária Anual as receitas serão estimadas e as despesas fixadas segundo preços vigentes em 1º de julho de 2013, (base de correção relativa a 30 de junho de 2013).

§ 1º As despesas custeadas com financiamentos em moedas estrangeiras serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio vigente em 1º de julho de 2013.

§ 2º Os valores da receita e despesa apresentadas na Lei Orçamentária Anual poderão ser atualizados antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação de Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), considerado no período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e previsão do respectivo índice para dezembro de 2013.

§ 3º O Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária e por ocasião das correções efetuadas no decorrer do exercício, encaminhará à Câmara Municipal para ciência, cópia do orçamento anual devidamente corrigido.



Art. 12. A Lei Orçamentária para 2014 destinará recursos para atender prioritariamente:

- I. Despesas com pessoal ativo, inativo e encargos sociais;
- II. Pagamento de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho do presente exercício;
- III. Pagamento do serviço e do principal da dívida pública;
- IV. Empréstimos e às contrapartidas de programas objeto de financiamentos e de convênios com outras esferas de governo;
- V. Manutenção e desenvolvimento do ensino e da saúde, de acordo com a legislação vigente;
- VI. Implantação e manutenção de obras e serviços;
- VII. Implantação do programa de modernização da administração municipal;
- VIII. Implantação da política de geração de empregos e renda.

Parágrafo único. Os recursos do Tesouro Municipal somente poderão ser programados para atender despesas de capital, depois de atendidas as despesas relacionadas neste artigo.

Art. 13. Constará da programação orçamentária da despesa, custos com juros e encargos decorrentes da contratação de operações de crédito por antecipação de receita, com a manutenção das ações em execução, manutenção das estruturas administrativas e físicas das administrações direta e indireta, continuidade dos projetos em andamento e com a conservação do patrimônio público.

Art. 14. O Poder Legislativo, até o dia 30 do mês de setembro do presente exercício, de acordo com a Constituição Federal, observado as Emendas Constitucionais nº 25/2000 e 58/2009, encaminhará a proposta orçamentária da Câmara, **limitada a 7% (sete por cento)** da receita tributária e das transferências previstas no § 5º, do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, para fins de inclusão no Orçamento Geral do Município.

Parágrafo único. Caso o orçamento aprovado para o Poder Legislativo ultrapasse os limites estabelecidos no *caput* deste artigo, os valores excedentes serão objeto de veto por parte do Chefe do Poder Executivo, cujo montante será incorporado na programação orçamentária da Secretaria de Finanças, elemento de despesa 413000 – Investimento em Regime de Execução Especial.

Art. 15. O produto da alienação de bens e direitos pertencentes ao Poder Público Municipal será aplicado no atendimento de despesa de capital.

Parágrafo único. A lei poderá destinar parcela dos recursos a que se refere este artigo para custeio de despesas com a previdência social.

Art. 16. Constará do Projeto de Lei Orçamentária a demonstração dos efeitos sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões e qualquer benefício de natureza financeira, tributária e creditícia, citando as medidas que serão tomadas para compensar as renúncias de receitas e relativas a aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado, observado o disposto no quadro do Anexo de Metas Fiscais.

Parágrafo único. A programação das despesas a serem custeadas com recursos de operações de crédito não poderá exceder o montante das despesas de capital



fixadas no orçamento, salvo existência de lei específica autorizando a aplicação em despesas correntes, observado o disposto no inciso III, do Art. 167 da Constituição Federal.

Art. 17. Constará, na Lei Orçamentária, demonstração dos efeitos do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Art. 18. A programação da despesa destinada à cobertura dos gastos com pessoal e encargos sociais à conta de recursos dos Orçamentos Fiscal e próprio da administração indireta, será fixada em até 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida e não poderá exceder os seguintes limites:

I - 6% (seis por cento) para o Legislativo;

II - 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

Parágrafo único. Para fins de cálculo, entendem-se como despesas com pessoal, o disposto no art. 18, da Lei Complementar Federal nº 101/00.

Art. 19. O Poder Executivo publicará no Diário Oficial do Município, até 31 de agosto de 2014, tabela de controle dos servidores públicos municipais e dos cargos de provimento em comissão integrantes do quadro geral de pessoal, demonstrando os quantitativos ocupados e os vagos.

Art. 20. A Lei Orçamentária considerará, na programação das despesas com pessoal, os efeitos da revisão do plano de cargos e salários, reenquadramento de pessoal, adicionais por tempo de serviço, horas extras, outras vantagens aos servidores definidas em lei, revisão ou reajuste salarial aos servidores e agentes políticos, criação de cargos, aumento do número de vagas no quadro funcional e contratação de pessoal para as áreas de educação, cultura, esporte, administração geral, saúde e assistência social, saneamento, urbanismo, transporte, habitação, agricultura, gestão ambiental, indústria e comércio da administração direta e da administração indireta, além de contratação de pessoal em caráter temporário para as áreas de educação, cultura, esporte, administração geral, saúde e assistência social, saneamento, urbanismo, transporte, habitação, agricultura, gestão ambiental, indústria e comércio de acordo com a necessidade da administração municipal e observando os limites de despesa com pessoal, estabelecidos na legislação específica.

Parágrafo único. Os custos decorrentes da implementação das ações programadas no *caput* neste artigo serão custeados com recursos dos orçamentos fiscal e próprio da administração direta e indireta.

Art. 21. Na Lei Orçamentária anual, será destinado no mínimo 60% (sessenta por cento) dos recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização do Magistério, para remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício de suas atividades no ensino básico público, conforme o disposto na Emenda Constitucional nº 14/96.

Art. 22. As despesas com pessoal ativo e inativo dos Poderes Executivo e Legislativo decorrentes de outras despesas com pessoal executadas nos últimos três anos, a prevista para o exercício corrente e para os exercícios subseqüentes, com indicação da representatividade percentual do total em relação à receita corrente, nos termos do artigo 38, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o disposto na Lei Complementar nº 101/00, estão definidos no Anexo II da presente Lei.



Art. 23. O Poder Executivo fica autorizado a incluir na Proposta Orçamentária para o exercício de 2014, custos com criação e ampliação de ações nas áreas de educação, cultura, esporte, administração geral, saúde e assistência social, saneamento, urbanismo, transporte, habitação, agricultura, gestão ambiental, indústria e comércio da administração direta, Fundo Municipal de Desenvolvimento e da administração indireta.

Art. 24. As despesas consideradas irrelevantes serão processadas em regime de adiantamento, de conformidade com o que dispõe o Art. 68, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 25. Poderão ser incorporadas emendas à Lei Orçamentária Anual, que:

- I. Sejam compatíveis com as disposições do Plano Plurianual e da presente Lei;
- II. Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes da anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre:
 - a) Dotações para pessoal ativo, inativo e seus encargos;
 - b) Serviço e principal da dívida;
 - c) Dotações custeadas com recursos provenientes de convênios, operações de crédito e outras formas de contrato, bem como de suas contrapartidas;
 - d) Transfiram recursos próprios de administração indireta;
 - e) Precatórios judiciais;
 - f) Dotações destinadas à educação e saúde.

Art. 26. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária, de crédito orçamentário com finalidade imprecisa, dotação ilimitada, destinados a investimento com duração superior a um exercício que não esteja previsto na presente Lei e no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Art. 27. A Lei Orçamentária contemplará recursos para concessão de auxílios, transferências e subvenções a pessoas físicas e jurídicas, visando à promoção e desenvolvimento de ações de caráter assistencial, social, médico, educacional, cultural, esportivo e agrícola, em suplementação aos recursos de origem privada aplicados a esses objetivos.

§ 1º Para consecução do proposto neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios ou acordos com pessoas jurídicas interessadas na parceria, observados a existência de lei autorizatória específica e o disposto nos artigos 16 a 19 da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 2º Não serão concedidos auxílios, doações, transferências e subvenções para cobertura de déficits ou prejuízos de pessoas jurídicas.

§ 3º Os programas de assistência social que contemplem fornecimento de remédios, cestas básicas, passagens, serviços e auxílios funerários e a cobertura de outras necessidades de pessoas físicas, ficam condicionados a existência de dotação orçamentária para este fim.

§ 4º Na Lei Orçamentária, em suas emendas e alterações, fica vedada à inserção de emendas que identifiquem instituições privadas a serem beneficiadas com



transferências, auxílios e subvenções econômicas ou sociais, observadas as normas da Lei Complementar Federal nº 101/00 e Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 28. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com a administração direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à cobertura de despesas de natureza institucional de outros entes da Federação.

Art. 29. Acompanhará a Lei Orçamentária, relação, em ordem cronológica, dos precatórios judiciais a serem pagos no exercício seguinte.

CAPÍTULO VI

DAS DIRETRIZES PARA EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 30. As programações de gastos, em qualquer dos orçamentos, deverão apresentar consonância com as prioridades governamentais estabelecidas no Plano Plurianual e na presente Lei.

Art. 31. Os recursos recebidos pelo Município, provenientes de convênios, ajustes, acordos e outras formas de contratos e ou transferências efetuadas por outras esferas de governo ou pelo setor privado, deverão ser registrados como receita e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias, só podendo sofrer desvinculação por lei específica.

Art. 32. Até 30 (trinta) dias após a publicação dos orçamentos, o Executivo Municipal, com o objetivo de ajustar o montante de gasto à capacidade de arrecadação, estabelecerá o cronograma de desembolso, e, por meio de ato próprio, normas de programação financeira para o exercício.

Art. 33. Para consecução das ações programáticas e com base na reestimativa da receita a ser arrecadada pelo tesouro municipal, a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, estabelecerá cotas mensais para emissão de notas de empenho e/ou assunção de despesas.

Parágrafo único. As programações custeadas com recursos provenientes de convênios, contratos e operações de crédito não contratadas ficarão condicionadas à efetiva formalização dos instrumentos.

Art. 34. A implementação do disposto nos artigos 19 e 22 da presente lei fica condicionada a observância das normas e limites estabelecidos nesta Lei e no orçamento aprovado para o exercício de 2014 e será precedida de declaração do Administrador Municipal assegurando que o aumento de despesa tem adequação à Lei de Diretrizes Orçamentárias e ao Orçamento Anual, da existência de recursos financeiros em montante suficiente à sua cobertura e que sua execução não afetará as Metas Fiscais programadas para o exercício.

Art. 35. As obras iniciadas sob a responsabilidade do Município, terão prioridade na alocação dos recursos orçamentários e financeiros, até sua conclusão.

Art. 36. No decurso da execução orçamentária, mediante edição de ato próprio do Executivo, os recursos programados em Reserva de Contingência definidos no artigo 9º,



serão à cobertura de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais. Os riscos Fiscais estão previstos no Anexo III.

Art. 37. Visando adequar as estruturas do orçamento-programa às necessidades técnicas decorrentes da execução das metas físicas e fiscais, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 10% (dez por cento) do total do orçamento, por meio de ato próprio, na medida das necessidades, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2014, no que couber:

I. Por meio da abertura de crédito adicional suplementar, ajustar os valores das dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de pessoal e encargos sociais e ao pagamento de encargos e do principal da dívida pública e, desde que tecnicamente justificado, os valores programados em outras despesas correntes e de capital custeados com recursos do tesouro municipal e de outras fontes, utilizando como recursos as formas previstas no artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, bem como compensação entre as fontes de recurso no mesmo Projeto ou atividade.

II. As autorizações contempladas neste artigo são extensivas a dotações orçamentárias consignadas ao Poder Legislativo e as programações orçamentárias dos fundos e do órgão da administração indireta.

III. A transpor, remanejar ou transferir, total ou parcialmente recursos orçamentários de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, nos termos do inciso VI, do artigo 167 da CF.

Art. 38. Fica o Poder Legislativo autorizado, por meio de ato próprio, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2014, até o limite de 20% (vinte por cento) do total do seu orçamento, através da abertura de créditos adicionais suplementares.

Art. 39. A contratação, prorrogação e composição de dívidas confessadas, de operações de crédito e de operações de crédito por antecipação da receita dependem de lei autorizativa específica observada as normas que disciplinam a matéria.

Art. 40. A avaliação da gestão fiscal, do equilíbrio orçamentário e financeiro e do controle dos custos e resultados dos programas, projetos e atividades financiadas com os recursos dos orçamentos, será efetuada de acordo com a legislação vigente.

§ 1º Em caso de déficit ou da constatação da impossibilidade do cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, nos trinta dias subsequentes, mediante ato próprio do Executivo, serão estabelecidas medidas para redução da execução orçamentária e da movimentação financeira.

§ 2º Constará do elenco de medidas para restabelecer equilíbrio orçamentário e financeiro, critérios e montantes para emissão de notas empenho, liquidação dos compromissos assumidos anteriormente, contas a pagar do exercício, restos a pagar e outras obrigações de natureza financeira, até sua total quitação.

§ 3º Das limitações de gastos estabelecidos nos parágrafos anteriores, excluem-se as obrigações constitucionais e legais que afetam ao Município, precatórios regularmente



inscritos, despesas decorrentes de decisões judiciais, pagamento do serviço e do principal da dívida contratada e/ou fundada.

Art. 41. Restabelecida a capacidade financeira da receita prevista, ainda que parcial, a retomada da execução orçamentária dar-se-á nos limites das disponibilidades, mediante ato do Executivo, suspendendo os efeitos das medidas de contenção editadas por força da aplicação do disposto no artigo anterior da presente lei.

Art. 42. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar recursos orçamentários para atender despesas com serviços de publicidade e propaganda, programação financeira – 3.3.90.39.88.00, até o limite de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) anuais.

CAPÍTULO VII

POLÍTICAS DE APLICAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO

Art. 43. As ações de fomento e desenvolvimento de políticas de apoio à implantação de indústrias, agroindústrias, atividades agropecuárias, de apoio ao comércio e serviços, programados no Anexo I, serão efetuadas através do Fundo Municipal de Desenvolvimento, por meio da concessão de empréstimos, prorrogação de prazos, refinanciamentos e composição de dívidas a empresas e produtores.

§ 1º As coberturas dos custos decorrentes da implementação do proposto no *caput* deste artigo serão financiados com o saldo financeiro disponível no Fundo Municipal de Desenvolvimento, oriundos do recebimento de parcelas de financiamentos e com recursos do Orçamento Fiscal a serem consignados na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, para esta finalidade.

§ 2º A participação do Município no capital social de empresas privadas somente se dará com recursos alocados no Fundo Municipal de Desenvolvimento, condicionada a existência de lei específica aprovada pela Câmara Municipal.

§ 3º As normas necessárias à operacionalização do Fundo Municipal de Desenvolvimento serão estabelecidas em Lei Municipal específica.

CAPÍTULO VIII

AValiação DAS METAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DAS METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS METAS FISCAIS FIXADAS PARA OS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES, EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, OBRAS EM ANDAMENTO, EVOLUÇÃO DA RECEITA E ANEXO DE METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO

Art. 44. A avaliação do cumprimento das metas do exercício anterior e das metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixadas nos três exercícios anteriores, a evolução do patrimônio líquido bem como o Anexo de Obras em Andamento e o Anexo de



MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO



Evolução da Receita e das Metas Bimestrais de Arrecadação poderão ser observadas respectivamente nos Demonstrativos II, III e IV e nos Anexos IV, V e VI apensos.

Art. 45. Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, 28 de maio de 2013.


Augustinho Zucchi
Prefeito

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo 4 - Estimativa das receitas

Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais

Dados Enviados ao Legislativo



Estimativa das Receitas Orçamentárias

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 2014 2017 Data: 29/04/2013 Tipo: Projeto de Lei

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Especificação		Receitas Previstas		
		2014		Total
		Direta	Indireta	
Receitas Correntes				
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	201.261.000,00	-	201.261.000,00
1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	40.996.385,00	-	40.996.385,00
1.1.1.0.00.00.00.00	IMPOSTOS	33.052.260,00	-	33.052.260,00
1.1.1.2.00.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	20.622.260,00	-	20.622.260,00
1.1.1.2.02.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITOR	9.350.000,00	-	9.350.000,00
1.1.1.2.04.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUE	5.222.260,00	-	5.222.260,00
1.1.1.2.04.31.00.00	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES S/RENDIMEN	2.178.000,00	-	2.178.000,00
1.1.1.2.04.34.00.00	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OUTR	744.260,00	-	744.260,00
1.1.1.2.08.00.00.00	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO ITBI E DE DIR.REAIS SO	6.050.000,00	-	6.050.000,00
1.1.1.3.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	12.430.000,00	-	12.430.000,00
1.1.1.3.05.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	12.430.000,00	-	12.430.000,00
1.1.1.3.05.01.00.00	ISS - DO EXERCÍCIO CORRENTE AO QUINTO EXERCÍCIO	12.430.000,00	-	12.430.000,00
1.1.2.0.00.00.00.00	TAXAS	7.810.125,00	-	7.810.125,00
1.1.2.1.00.00.00.00	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	2.281.000,00	-	2.281.000,00
1.1.2.1.17.00.00.00	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.276.000,00	-	1.276.000,00
1.1.2.1.25.00.00.00	TAXA DE LICENÇA P/FUNC.DE ESTAB.COM.IND.E PREST	700.000,00	-	700.000,00
1.1.2.1.26.00.00.00	TAXA DE PUBLICIDADE COMERCIAL	55.000,00	-	55.000,00
1.1.2.1.32.00.00.00	TAXA DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO C	250.000,00	-	250.000,00
1.1.2.2.00.00.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3.229.125,00	-	3.229.125,00
1.1.2.2.12.00.00.00	EMOLUMENTOS E CUSTAS PROCESSUAIS ADMINISTRA	255.000,00	-	255.000,00
1.1.2.2.99.00.00.00	OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.856.000,00	-	1.856.000,00
1.1.2.2.99.01.00.00	Taxa C leta de Lix D miciliar	1.491.000,00	-	1.491.000,00
1.1.2.2.99.07.00.00	utras Taxas de Prestaçã de Serviç s	365.000,00	-	365.000,00
1.1.3.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	134.000,00	-	134.000,00
1.1.3.0.99.00.00.00	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	134.000,00	-	134.000,00
1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.728.215,00	-	2.728.215,00
1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	1.155.000,00	-	1.155.000,00

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
 Lei de Diretrizes Orçamentárias
 Anexo I - Estimativa das receitas
 Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais
 Dados Enviados ao Legislativo



Estimativa das Receitas Orçamentárias

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 2014 2017 Data: 29/04/2013 Tipo: Projeto de Lei

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Especificação		Receitas Previstas		
		2014		Total
		Direta	Indireta	
1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	1.705.000,00	-	1.705.000,00
1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	145.516.300,00	-	145.516.300,00
1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	145.136.300,00	-	145.136.300,00
1.7.2.1.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	79.804.300,00	-	79.804.300,00
1.7.2.1.01.00.00.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	33.825.000,00	-	33.825.000,00
1.7.2.1.01.02.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNI	33.000.000,00	-	33.000.000,00
1.7.2.1.01.05.00.00	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TER	165.000,00	-	165.000,00
1.7.2.1.01.99.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNI	660.000,00	-	660.000,00
1.7.2.1.22.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA	231.000,00	-	231.000,00
1.7.2.1.33.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE	40.700.000,00	-	40.700.000,00
1.7.2.1.34.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL	309.300,00	-	309.300,00
1.7.2.1.35.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL	3.661.000,00	-	3.661.000,00
1.7.2.1.36.00.00.00	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO	418.000,00	-	418.000,00
1.7.2.1.99.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	660.000,00	-	660.000,00
1.7.2.2.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	44.432.000,00	-	44.432.000,00
1.7.2.2.01.00.00.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS	44.374.000,00	-	44.374.000,00
1.7.2.2.01.01.00.00	COTA-PARTE DO ICMS	33.050.000,00	-	33.050.000,00
1.7.2.2.01.02.00.00	COTA-PARTE DO IPVA	10.450.000,00	-	10.450.000,00
1.7.2.2.01.04.00.00	COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTAÇÃO	660.000,00	-	660.000,00
1.7.2.2.01.13.00.00	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO	214.000,00	-	214.000,00
1.7.2.2.22.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DA COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO F	3.000,00	-	3.000,00
1.7.2.2.33.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA PRO	55.000,00	-	55.000,00
1.7.2.2.33.02.00.00	Programa Saúde da Família Estadual	55.000,00	-	55.000,00
1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	20.900.000,00	-	20.900.000,00
1.7.2.4.01.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANU	20.900.000,00	-	20.900.000,00
1.7.3.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	50.000,00	-	50.000,00
1.7.3.0.00.99.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	50.000,00	-	50.000,00
1.7.6.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	330.000,00	-	330.000,00
1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.160.100,00	-	9.160.100,00

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
 Lei de Diretrizes Orçamentárias
 Anexo I - Estimativa das receitas
 Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais
 Dados Enviados ao Legislativo



Estimativa das Receitas Orçamentárias

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 2014 2017 Data: 29/04/2013 Tipo: Projeto de Lei

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

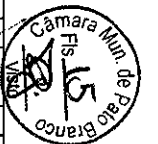
Especificação		Receitas Previstas		
		2014		Total
		Direta	Indireta	
1.9.1.0.00.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	2.355.100,00	-	2.355.100,00
1.9.2.0.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	155.000,00	-	155.000,00
1.9.3.0.00.00.00.00	RECEITA DA DIV.ATIVA	5.000.000,00	-	5.000.000,00
1.9.3.1.00.00.00.00	RECEITA DA DIV.ATIVA TRIBUTÁRIA	5.000.000,00	-	5.000.000,00
1.9.9.0.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	1.650.000,00	-	1.650.000,00
Receitas de capital				
2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	-	100.000,00
Total de receitas		201.361.000,00	-	201.361.000,00
Deduções da receita				
Restituição		10.000,00	-	10.000,00
1.1.1.2.02.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITOR	10.000,00	-	10.000,00
Descontos Concedidos		10.000,00	-	10.000,00
1.1.1.2.02.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITOR	10.000,00	-	10.000,00
FUNDEB		14.541.000,00	-	14.541.000,00
1.7.2.1.01.02.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNI	5.610.000,00	-	5.610.000,00
1.7.2.1.01.05.00.00	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TER	28.000,00	-	28.000,00
1.7.2.1.36.00.00.00	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO	71.000,00	-	71.000,00
1.7.2.2.01.01.00.00	COTA-PARTE DO ICMS	6.610.000,00	-	6.610.000,00
1.7.2.2.01.02.00.00	COTA-PARTE DO IPVA	2.090.000,00	-	2.090.000,00
1.7.2.2.01.04.00.00	COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTAÇÃO	132.000,00	-	132.000,00
Total das Deduções		14.561.000,00	-	14.561.000,00
Total Líquido das Receitas		186.800.000,00	-	186.800.000,00
Total Geral		186.800.000,00		186.800.000,00

Anexo I

Fundamento Legal: 2014 2017 - Projeto de Lei - Em Elaboração

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
01-CÂMARA MUNICIPAL		
01.01-CÂMARA DE VEREADORES		
1-Legislativa		
31-Ação Legislativa		
1-Ação Legislativa		
2.133.000-Manter as Atividades legislativas, do presidente, vereadores e assessores	2.945.000,00	2.945.000,00
2.136.000-Manter as atividades administrativas, financeiras e patrimoniais	2.615.000,00	2.615.000,00
2.137.000-Transmissão e divulgação das Sessões Legislativas, Audiências Públicas e outros eventos	150.000,00	150.000,00
2.141.000-Criar e manter a TV Câmara	190.000,00	190.000,00
2.143.000-Construir, manter, reformar e recuperar interna e externamente o edifício Legislativo	200.000,00	200.000,00
02-GOVERNO MUNICIPAL		
02.01-GABINETE DO PREFEITO		
4-Administração		
122-Administração Geral		
2-Supervisão e Coordenação Superior		
2.002.000-Coordenação e Supervisão dos órgãos da administração	1.060.149,25	1.060.149,25
02.02-COORD. DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO		
4-Administração		
124-Controle Interno		
2-Supervisão e Coordenação Superior		
2.005.000-Manutenção das atividades do Controle Interno	105.183,12	105.183,12
02.03-DELEGACIA E JUNTA DE ALISTAMENTO MILITAR		
4-Administração		
122-Administração Geral		
2-Supervisão e Coordenação Superior		
2.006.000-Manter as atividades da Delegacia e da Junta de Serviço Militar	80.700,21	80.700,21
02.04-ASSESSORIA JURÍDICA		
2-Judiciária		
62-Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário		
4-Supervisão e Acompanhamento Jurídico		
2.004.000-Manutenção das atividades da Assessoria Jurídica	217.781,07	217.781,07
02.05-DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		
4-Administração		
131-Comunicação Social		
3-Divulgação Oficial		
2.003.000-Manutenção das atividades da Assessoria de Imprensa	1.283.500,00	1.283.500,00
02.06-UNIDADE DO PROCON		
14-Direitos da Cidadania		
422-Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		
35-Proteção ao Consumidor		
1.040.000-Construção de sede própria do PROCON	1.000,00	1.000,00
1.083.000-Aquisição de Veículo	1.000,00	1.000,00

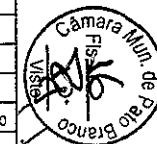
Dados Enviados ao Legislativo



Fundamento Legal: 2014 2017 - Projeto de Lei - Em Elaboração

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
2.086.000-Manutenção das atividades do PROCON	205.635,23	205.635,23
03-PROCURADORIA		
03.01-PROCURADORIA		
4-Administração		
131-Comunicação Social		
4-Supervisão e Acompanhamento Jurídico		
2.237.000-Manutenção das atividades da Procuradoria	738.139,03	738.139,03
04-SECRETARIA MUN DE PLANEJAMENTO URBANO		
04.01-GABINETE DA SECR DE PLANEJAMENTO URBANO		
4-Administração		
122-Administração Geral		
7-Coordenação e Administração da Secretaria de Planejamento		
2.007.000-Manutenção das atividades do Gabinete do Secretário de Planejamento	203.578,14	203.578,14
04.02-DEP. DE PLANEJAMENTO URBANO IPPUPB		
15-Urbanismo		
452-Serviços Urbanos		
18-Planejamento Urbano		
2.238.000-Manutenção do Departamento de Planejamento Urbano	2.861.270,41	2.861.270,41
04.03-DEPARTAMENTO ESTRATÉGICO		
15-Urbanismo		
451-Infra-Estrutura Urbana		
18-Planejamento Urbano		
2.215.000-Manutenção das atividades do Departamento de Planejamento Estratégico	150.556,89	150.556,89
04.04-DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS E METAS		
4-Administração		
122-Administração Geral		
8-Administração Geral		
2.239.000-Manutenção do Departamento de Programas e Metas	40.261,63	40.261,63
05-SECRETARIA MUN DE ADMIN. E FINANÇAS		
05.01-GABINETE DO SECR DE ADMN. E FINANÇAS		
4-Administração		
123-Administração Financeira		
11-Administração Financeira		
2.014.000-Manutenção do Gabinete do Secretário de Administração e Finanças	183.578,14	183.578,14
05.02-DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO		
4-Administração		
122-Administração Geral		
8-Administração Geral		
1.102.000-Construção do Paço Municipal - Monitoramento	5.000,00	5.000,00
2.181.000-Manutenção do terminal rodoviário Jose Cattani	96.409,03	96.409,03
2.235.000-Manutenção das Atividades da Divisão de Patrimônio	207.218,80	207.218,80
2.236.000-Manutenção das publicações oficiais - Monitoramento	240.000,00	240.000,00

Dados Enviados ao Legislativo



Fundamento Legal: 2014 2017 - Projeto de Lei - Em Elaboração

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
123-Administração Financeira		
11-Administração Financeira		
2.216.000-Manutenção das atividades do Departamento Administrativo e Financeiro	1.864.113,46	1.864.113,46
13-Controlar Financeiro		
2.016.000-Manutenção das atividades da Coordenadoria de Tesouraria	128.782,30	128.782,30
129-Administração de Receitas		
15-Arrecadação de Receitas		
2.019.000-Manutenção da Coordenadoria de Tributação e Fiscalização	767.069,11	767.069,11
6-Segurança Pública		
182-Defesa Civil		
9-Segurança Pública		
2.010.000-Manutenção das atividades da Unidade do Corpo de Bombeiros	294.671,37	294.671,37
183-Informação e Inteligência		
9-Segurança Pública		
2.219.000-Implantação e Manutenção de Câmeras de Monitoramento	20.000,00	20.000,00
28-Encargos Especiais		
841-Refinanciamento da Dívida Interna		
16-Encargos Especiais		
0.001.000-Refinanciamento da Dívida Interna	290.000,00	290.000,00
843-Serviço da Dívida Interna		
1-Ação Legislativa		
0.002.000-Amortização da Dívida interna	3.200.000,00	3.200.000,00
846-Outros Encargos Especiais		
16-Encargos Especiais		
0.003.000-Encargos Especiais	2.640.500,00	2.640.500,00
99-Reserva de Contingência		
999-Reserva de Contingência		
9999-RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
2.999.000-RESERVA DE CONTINGÊNCIA	467.000,00	467.000,00
05.03-DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES		
4-Administração		
123-Administração Financeira		
12-Aquisição e Licitação de materiais e serviços		
2.015.000-Manutenção da Coordenadoria de Compras e Licitações	579.662,44	579.662,44
05.04-DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE		
4-Administração		
123-Administração Financeira		
14-Controlar Contabil Geral		
2.018.000-Manutenção das atividades da Coordenadoria de Contabilidade	384.249,55	384.249,55
05.05-DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		
4-Administração		
122-Administração Geral		

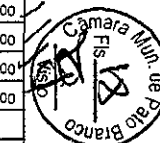
Dados Enviados ao Legislativo



Fundamento Legal: 2014 2017 - Projeto de Lei - Em Elaboração

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
8-Administração Geral		
2.009.000-Realizar Concurso Público	1.000,00	1.000,00
128-Formação de Recursos Humanos		
10-Administração de Recursos Humanos		
2.011.000-Promover a avaliação e capacitação dos servidores	20.000,00	20.000,00
2.012.000-Manutenção do Departamento de Recursos Humanos	519.432,66	519.432,66
2.013.000-Custear Inativos e Pensionistas	1.433.122,05	1.433.122,05
11-Trabalho		
331-Proteção e Benefícios ao Trabalhador		
10-Administração de Recursos Humanos		
2.196.000-Implementação e manutenção do Programa de Saúde e Segurança do Trabalho	108.444,31	108.444,31
06-SECRET.MUN.ENG.OBRAS E SERVICOS PUBLICOS		
06.01-GABINETE DO SECRETARIO DE ENG., OBRAS		
4-Administração		
122-Administração Geral		
17-Engenharia, Obras e Serviços Públicos		
2.020.000-Manutenção das atividades do gabinete do Secretário de Engenharia, Obras e Serviços Públicos	165.078,14	165.078,14
06.02-DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E OBRAS		
15-Urbanismo		
451-Infra-Estrutura Urbana		
18-Planejamento Urbano		
2.021.000-Manutenção das atividades do Departamento de Engenharia e Obras	1.197.018,00	1.197.018,00
06.03-DPTO.DE DESENV.URBANOS E GEOPROCESSAMENT		
4-Administração		
122-Administração Geral		
19-Serviços Urbanos e Geoprocessamento		
2.022.000-Manutenção das atividades do Departamento de Serviços Urbanos	2.108.209,51	2.108.209,51
2.027.000-Reformar, ampliar e manter prédios públicos	120.000,00	120.000,00
127-Ordenamento Territorial		
19-Serviços Urbanos e Geoprocessamento		
2.026.000-Manutenção e atualização do Plano Diretor e implantação do SIG	10.000,00	10.000,00
15-Urbanismo		
451-Infra-Estrutura Urbana		
19-Serviços Urbanos e Geoprocessamento		
1.001.000-Pavimentação de vias urbanas	1.400.000,00	1.400.000,00
1.003.000-Construir, Conservar e recuperar passeios atendendo ao Programa Calçadas nos Bairros	240.000,00	240.000,00
1.010.000-Interligação de Bairros	20.000,00	20.000,00
1.077.000-Pavimentação de Vias Urbanas - Recape	800.000,00	800.000,00
2.025.000-Manter e ampliar a sinalização urbana	160.000,00	160.000,00
452-Serviços Urbanos		
19-Serviços Urbanos e Geoprocessamento		
2.024.000-Manter fábrica de tubos, britador e usina de asfalto	518.249,06	518.249,06

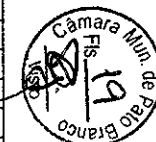
Dados Enviados ao Legislativo



Fundamento Legal: 2014 2017 - Projeto de Lei - Em Elaboração

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
453-Transportes Coletivos Urbanos		
19-Serviços Urbanos e Geoprocessamento		
1.007.000-Construir pontos de ônibus	104.200,00	104.200,00
16-Habitação		
482-Habitação Urbana		
19-Serviços Urbanos e Geoprocessamento		
1.002.000-Apoiar e/ou construir unidades habitacionais	5.000,00	5.000,00
1.088.000-Incentivo a Cooperativa de Habitação Urbana de Pato Branco	5.000,00	5.000,00
1.097.000-FMH - Fundo Municipal de Habitação	500.000,00	500.000,00
17-Saneamento		
512-Saneamento Básico Urbano		
19-Serviços Urbanos e Geoprocessamento		
1.006.000-Construir galerias pluviais	100.000,00	100.000,00
26-Transporte		
782-Transporte Rodoviário		
19-Serviços Urbanos e Geoprocessamento		
1.004.000-Conservação de Vias Urbanas	1.120.000,00	1.120.000,00
06.04-DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS		
4-Administração		
122-Administração Geral		
20-Manutenção dos Serviços Rodoviários		
2.030.000-Manutenção das atividades do Departamento de Serviços Rodoviários	2.097.062,99	2.097.062,99
15-Urbanismo		
453-Transportes Coletivos Urbanos		
20-Manutenção dos Serviços Rodoviários		
2.031.000-Manutenção e melhoramento das condições do transporte coletivo	50.000,00	50.000,00
26-Transporte		
781-Transporte Aéreo		
20-Manutenção dos Serviços Rodoviários		
2.029.000-Manter Aeroporto	150.000,00	150.000,00
782-Transporte Rodoviário		
20-Manutenção dos Serviços Rodoviários		
1.015.000-Adquirir máquinas rodoviárias e veículos	1.000,00	1.000,00
1.016.000-Construir e reformar pontes	45.000,00	45.000,00
06.05-COORDENARIA DE TRÂNSITO		
4-Administração		
122-Administração Geral		
21-Trânsito		
2.033.000-Programa de Educação de Trânsito	28.000,00	28.000,00
15-Urbanismo		
451-Infra-Estrutura Urbana		
21-Trânsito		

Dados Enviados ao Legislativo



Fundamento Legal: 2014 2017 - Projeto de Lei - Em Elaboração

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
2.034.000-Monitoramento e monitores de trânsito	77.000,00	77.000,00
26-Transporte		
782-Transporte Rodoviário		
21-Trânsito		
2.032.000-Manutenção das atividades da Coordenadoria de Trânsito	1.541.337,21	1.541.337,21
06.06-DEPARTAMENTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		
25-Energia		
752-Energia Elétrica		
19-Serviços Urbanos e Geoprocessamento		
2.023.000-Manutenção e ampliação da rede de iluminação pública	1.939.574,54	1.939.574,54
07-SECRET.MUN.EDUCAÇÃO E CULTURA		
07.01-GABINETE DO SECRET.DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
12-Educação		
122-Administração Geral		
38-Coordenação de Educação, Cultura, Esporte e Lazer		
2.089.000-Manutenção das atividades do gabinete do Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	157.578,14	157.578,14
07.02-DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO		
12-Educação		
306-Alimentação e Nutrição		
39-Manutenção do Ensino		
2.090.000-Manter, ampliar e fornecer alimentação a todas as crianças dos CMI e Escolas Municipais.	1.700.000,00	1.700.000,00
361-Ensino Fundamental		
39-Manutenção do Ensino		
1.041.000-Construir, reformar, ampliar e gerenciar unidades escolares e Centros de Educação Infantil	2.000.000,00	2.000.000,00
1.042.000-Adquirir veículos para o Transporte Escolar e SMECEL	500.000,00	500.000,00
1.078.000-Construção de Escolas Municipais	5.000,00	5.000,00
2.091.000-Desenvolver e Manter o Projeto Família na Escola	15.000,00	15.000,00
2.092.000-Adquirir mobiliários, equipamentos, materiais pedagógicos, esportivos, recreativos, brinquedos p/ es	212.000,00	212.000,00
2.093.000-Aquisição de Uniformes para alunos da rede municipal	500.000,00	500.000,00
2.094.000-Manter o Conselho Municipal de Educação	22.000,00	22.000,00
2.095.000-Manutenção do Ensino Fundamental, Educação Infantil, CMEI e Inclusão Digital.	11.644.698,43	11.644.698,43
2.096.000-Manutenção das atividades do Transporte Escolar e adequação de veículos	3.863.196,15	3.863.196,15
2.097.000-Manutenção da Educação Integral	1.100.000,00	1.100.000,00
2.102.000-Promover cursos e eventos de capacitação	67.000,00	67.000,00
2.156.000-Apoiar a qualificação dos docentes em programas de especialização a nível de especialização, mestrado	31.000,00	31.000,00
2.162.000-Promover e apoiar eventos/datas comemorativas nas escolas (dia dos pais, mães, tradicionais, juninas)	1.200,00	1.200,00
2.192.000-Programa de Educação no Trânsito nas Escolas	1.000,00	1.000,00
07.03-DEPARTAMENTO DE ENSINO		
12-Educação		
361-Ensino Fundamental		
39-Manutenção do Ensino		
2.098.000-Manutenção das atividades do FUNDEB 60%	19.682.543,35	19.682.543,35

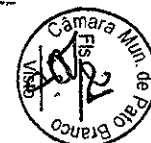
Dados Enviados ao Legislativo



Fundamento Legal: 2014 2017 - Projeto de Lei - Em Elaboração

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
2.099.000-Manutenção das atividades do FUNDEB 40%	4.648.307,93	4.648.307,93
2.177.000-Manutencao das Atividades do Ensino Superior	71.700,00	71.700,00
365-Educação Infantil		
39-Manutenção do Ensino		
2.176.000-Manutencao da Educacao Infantil	3.534.500,27	3.534.500,27
366-Educação de Jovens e Adultos		
39-Manutenção do Ensino		
2.100.000-Manter programa de alfabetização de jovens e adultos	40.000,00	40.000,00
367-Educação Especial		
39-Manutenção do Ensino		
1.044.000-Aquisição de equipamentos para portadores de necessidades especiais	25.000,00	25.000,00
2.101.000-Manutenção das atividades e programas às crianças portadoras de necessidades especiais	23.100,00	23.100,00
07.04-DEPARTAMENTO DE CULTURA		
13-Cultura		
391-Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico		
40-Promover a Cultura		
1.047.000-Construção do Museu Regional	5.000,00	5.000,00
1.048.000-Construção da casa do artesão na Região Sul	5.000,00	5.000,00
2.154.000-Catalogar, tombar e manter os prédios históricos tombados no município.	3.000,00	3.000,00
392-Difusão Cultural		
40-Promover a Cultura		
1.045.000-Construção da Praça da Leitura	50.000,00	50.000,00
2.103.000-Difusão da Cultura - eventos	150.000,00	150.000,00
2.104.000-Capacitação	50.000,00	50.000,00
2.105.000-Adquirir livros, periódicos, vídeos, equipamentos de informática e equipamentos de som.	15.000,00	15.000,00
2.106.000-Manutenção da Companhia de teatro e Dança com alunos da rede pública municipal.	13.200,00	13.200,00
2.107.000-Promoção do Prato Típico de Pato Branco, feitor nota 10 e demais eventos culturais.	14.400,00	14.400,00
2.108.000-Manutenção do Departamento de Cultura	644.444,53	644.444,53
2.109.000-Criação de lei de incentivo a Cultura e ao Esporte Amador	5.000,00	5.000,00
2.185.000-Difusao da Semana da Cultura Evangélica - Eventos	10.000,00	10.000,00
08-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
08.01-GABINETE DO SECRETÁRIO DE SAÚDE		
10-Saúde		
122-Administração Geral		
42-Gerência da Saúde Municipal		
2.113.000-Manutenção das atividades do gabinete do Secretário Municipal de Saúde	180.378,14	180.378,14
08.02-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10-Saúde		
122-Administração Geral		
43-Manutenção da Saúde		
1.054.000-Aquisição de veículos	90.000,00	90.000,00
2.114.000-Manutenção dos serviços administrativos e de assistência a Saúde da UC - Unidade central e UB's - Un	4.473.812,27	4.473.812,27

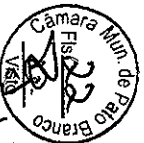
Dados Enviados ao Legislativo



Fundamento Legal: 2014 2017 - Projeto de Lei - Em Elaboração

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
2.115.000-Manutenção dos serviços de transporte e frota de veículos	693.627,94	693.627,94
2.116.000-Manter o Conselho Municipal de Saúde	10.000,00	10.000,00
2.117.000-Manutenção das atividades do Sistema Municipal de Auditoria e Ouvidoria	1.149.864,54	1.149.864,54
2.126.000-Manutenção das atividades de serviço social e serviços de terceiros de hospedagem	300.000,00	300.000,00
2.158.000-Manter o Conselho de Entorpecentes	10.000,00	10.000,00
2.182.000-Capacitação dos Servidores da Secretaria Municipal de Saúde em todos os seus segmentos	25.000,00	25.000,00
301-Atenção Básica		
43-Manutenção da Saúde		
1.070.000-Construção, ampliação e Manutenção de Unidades Descentralizadas e Unidades Centrais de Saúde de Saúd	91.000,00	91.000,00
2.119.000-Manutenção das atividades ambulatoriais, dos programas educativos e preventivos.	5.971.438,54	5.971.438,54
2.120.000-Manutenção das atividades do Pronto Atendimento Municipal	6.690.802,58	6.690.802,58
2.121.000-Manutenção das atividades do Programa Mãe Pato-Branquense e Planejamento Familiar	212.000,00	212.000,00
2.122.000-Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde	912.742,73	912.742,73
2.123.000-Manutenção e ampliação da estratégia saúde bucal	221.600,00	221.600,00
2.187.000-Implantação e Manutenção do NASF - Núcleo de Assistência à Saúde da Família	200.000,00	200.000,00
2.198.000-Aquisição de Medicamentos de Alto Custo, não Contemplados na Assistência Farmacêutica Básica	600.000,00	600.000,00
2.205.000-Manutenção dos Serviços do CAPS	1.113.190,93	1.113.190,93
2.206.000-Manutenção das Atividades das Especificações Regionais	15.500,00	15.500,00
2.252.000-Reformulação, ampliação e manutenção estratégia saúde da família - ESF	3.946.825,99	3.946.825,99
302-Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
43-Manutenção da Saúde		
1.091.000-Aquisição de Materiais e Mob.e de Equipamentos de Tecn.e Rede p/SAMU	5.000,00	5.000,00
2.118.000-Manutenção do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO e Estratégia Saúde Bucal	190.000,00	190.000,00
2.125.000-Manutenção dos serviços credenciados, contratados e conveniados desencadeados pelo Governo Federal	32.023.850,93	32.023.850,93
2.210.000-Manutenção do Consórcio Intermunicipal da Rede de Urgência do Sudoeste do Paraná - Ciruspar	750.000,00	750.000,00
303-Suporte Profilático e Terapêutico		
43-Manutenção da Saúde		
2.127.000-Manutenção dos serviços de reabilitação física e motora	719.167,37	719.167,37
2.128.000-Manutenção dos serviços de diagnóstico por imagem e outros - SADT (Chamamento Público)	1.319.689,29	1.319.689,29
2.129.000-Prestação de serviços para assistência farmacêutica básica	1.713.902,80	1.713.902,80
2.130.000-Manutenção da prestação de serviços de Laboratório Próprio	536.438,86	536.438,86
304-Vigilância Sanitária		
43-Manutenção da Saúde		
2.124.000-Manutenção dos agentes endêmicos	94.000,00	94.000,00
2.131.000-Manutenção das atividades de Vigilância Sanitária e Ambiental	1.031.299,09	1.031.299,09
2.153.000-Controle da qualidade das Águas das fontes e nascentes para o abastecimento de residências rurais.	10.000,00	10.000,00
2.197.000-TAS - Termo de Ajuste Sanitário	185.000,00	185.000,00
305-Vigilância Epidemiológica		
43-Manutenção da Saúde		
1.034.000-Implantar e manter Centro de vigilância animal	1.000,00	1.000,00
1.071.000-Construção do COAS	5.000,00	5.000,00
2.132.000-Manutenção das atividades de vigilância epidemiológica e campanhas de imunização	1.015.558,14	1.015.558,14

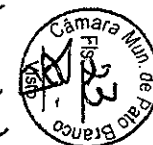
Dados Enviados ao Legislativo



Fundamento Legal: 2014 2017 - Projeto de Lei - Em Elaboração

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
2.142.000-Manutenção dos Serviços do COAS	74.900,00	74.900,00
09-SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA		
09.01-GABINETE DO SEC.DE AÇÃO SOCIAL E CIDAD.		
4-Administração		
122-Administração Geral		
22-Assistência Social		
2.035.000-Manutenção das atividades do gabinete da Secretária de Ação Social e Cidadania	192.418,14	192.418,14
09.02-FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE		
8-Assistência Social		
243-Assistência à Criança e ao Adolescente		
23-Assistência a Criança e ao Adolescente		
5.002.000-Construção e Manutenção do Centro da Criança	525.000,00	525.000,00
244-Assistência Comunitária		
24-Assistência Comunitária		
2.043.000-Manutenção da Casa Abrigo	600.481,87	600.481,87
09.03-COORD. DE ASSISTENCIA COMUNITARIA E FAMÍ		
8-Assistência Social		
241-Assistência ao Idoso		
24-Assistência Comunitária		
2.179.000-Manutenção do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos dos Idosos	15.000,00	15.000,00
244-Assistência Comunitária		
24-Assistência Comunitária		
1.095.000-Construção do Barracão do Disque Solidariedade	5.000,00	5.000,00
1.104.000-Construção do Centro de Convivência do Idoso	5.000,00	5.000,00
1.105.000-Construção do CREAS	5.000,00	5.000,00
2.044.000-Manutenção das atividades do Departamento de Assistência Comunitária	2.455.884,76	2.455.884,76
2.208.000-Manutenção do CRAS - Proteção Social Básica	143.743,68	143.743,68
2.209.000-Manutenção do CREAS - Proteção Social Especial	97.001,86	97.001,86
2.213.000-Manutenção das atividades do Conselho Municipal de Assistência Social.	15.000,00	15.000,00
14-Direitos da Cidadania		
422-Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		
24-Assistência Comunitária		
2.211.000-Manutenção do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos da Mulher	24.000,00	24.000,00
09.04-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
8-Assistência Social		
241-Assistência ao Idoso		
22-Assistência Social		
2.251.000-SUAS - PSE - Serviços de acolhimento (Lar dos Idosos São Vicente de Paula Piso Alta Complexidade I	34.465,00	34.465,00
243-Assistência à Criança e ao Adolescente		
22-Assistência Social		
2.200.000-Manutenção e implementação do Programa Bolsa Família	120.000,00	120.000,00
2.249.000-SUAS - PSE - Serviços de proteção social aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas	19.965,00	19.965,00

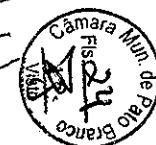
Dados Enviados ao Legislativo



Fundamento Legal: 2014 2017 - Projeto de Lei - Em Elaboração

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
244-Assistência Comunitária		
22-Assistência Social		
2.245.000-SUAS - PSB - Ações do PAIF (CRAS)	89.100,00	89.100,00
2.246.000-SUAS - PSB - Ações do Projovem Adolescente - Piso Variável I	62.185,20	62.185,20
2.247.000-SUAS - PSB - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Piso Variável II	23.760,00	23.760,00
2.248.000-SUAS - PSE - Serviços de enfrentamento à Violência, ao abuso e a Exploração Sexual - Piso Fixo de Mé	83.160,00	83.160,00
2.250.000-SUAS - PSE - Serviços de habilitação e reabilitação para pessoas com deficiência e idosos - Piso de	35.640,00	35.640,00
24-Assistência Comunitária		
2.040.000-Material de Distribuição gratuita	200.000,00	200.000,00
2.202.000-Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social	830.000,00	830.000,00
482-Habitação Urbana		
24-Assistência Comunitária		
2.204.000-Manutenção da Coordenadoria de Habitação	6.000,00	6.000,00
09.05-DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE		
8-Assistência Social		
243-Assistência à Criança e ao Adolescente		
23-Assistência a Criança e ao Adolescente		
2.199.000-Manutenção das atividades da criança e do adolescente/Conselho Tutelar	481.924,99	481.924,99
2.201.000-Manter o Conselho da Criança e do Adolescente	15.000,00	15.000,00
10-SECRET.MUN.DE DESENV.ECONOMICO		
10.01-GABINETE DO SECRET.DE DESENV.ECONOMICO		
4-Administração		
122-Administração Geral		
25-Desenvolvimento Econômico e Tecnológico		
2.047.000-Manutenção das atividades do gabinete do Secretário de Desenvolvimento Econômico	180.578,14	180.578,14
10.02-DEPARTAMENTO DA MICRO E PEQUENA EMPRESA		
23-Comércio e Serviços		
691-Promoção Comercial		
26-Incentivo Atividade Comercial		
2.048.000-Manutenção das atividades do Departamento da Micro e Pequena Empresa	193.855,07	193.855,07
2.049.000-Manutenção e Reforma do Centro Regional de Eventos	65.000,00	65.000,00
2.050.000-Realizar feiras setoriais e exposições	73.000,00	73.000,00
10.03-DEPARTAMENTO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO		
4-Administração		
122-Administração Geral		
28-Incentivo ao Turismo		
2.062.000-Apoiar projetos que atendam ao turismo rural	40.000,00	40.000,00
2.063.000-Manutenção das atividades da Coordenadoria de Turismo	109.831,35	109.831,35
2.064.000-Implantar e manter Conselho Municipal de Turismo	4.000,00	4.000,00
11-Trabalho		
333-Empregabilidade		
27-Incentivo a Implantação de Indústrias e Novas Tecnologias		

Dados Enviados ao Legislativo



Fundamento Legal: 2014 2017 - Projeto de Lei - Em Elaboração

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
2.052.000-Capacitar trabalhadores	84.500,00	84.500,00
57-Capacitar Trabalhadores		
2.046.000-Manutenção das atividades da marcenaria	327.863,12	327.863,12
334-Fomento ao Trabalho		
27-Incentivo a Implantação de Indústrias e Novas Tecnologias		
2.051.000-Manter e aprimorar Programa Auto Emprego - PAE e PAETEC - Programa de Bolsa Ensino	300.000,00	300.000,00
22-Indústria		
661-Promoção Industrial		
27-Incentivo a Implantação de Indústrias e Novas Tecnologias		
1.025.000-Infra-estrutura de parques industriais	1.000.000,00	1.000.000,00
1.026.000-Construir barracões para condomínios industriais	500.000,00	500.000,00
1.027.000-Aquisição de terreno para implantação de indústria	950.000,00	950.000,00
2.053.000-Apoiar e desenvolver programas no Setor Têxtil	50.000,00	50.000,00
2.054.000-Manter atividades do Departamento de Desenvolvimento Econômico	412.525,39	412.525,39
2.058.000-Implantar e manter o Fundo de Desenvolvimento	5.000,00	5.000,00
662-Produção Industrial		
27-Incentivo a Implantação de Indústrias e Novas Tecnologias		
2.057.000-Implantar e manter unidade agroindustrial	23.000,00	23.000,00
23-Comércio e Serviços		
695-Turismo		
28-Incentivo ao Turismo		
2.061.000-Desenvolver projetos e ações para estimular o turismo no Município	44.000,00	44.000,00
2.180.000-Manutenção das Atividades do Nossa Terra Natal	151.500,00	151.500,00
11-SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
11.01-GABINETE DO SECR.DE AGRICULTURA		
4-Administração		
122-Administração Geral		
29-Atividades da Secretaria de Agricultura		
2.065.000-Manutenção das atividades do Gabinete da Secretária de Agricultura	180.578,14	180.578,14
11.02-DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL		
4-Administração		
122-Administração Geral		
30-Apoiar o desenvolvimento da produção agropecuária		
2.070.000-Manutenção das atividades do Departamento de Desenvolvimento Rural	956.154,25	956.154,25
11-Trabalho		
334-Fomento ao Trabalho		
30-Apoiar o desenvolvimento da produção agropecuária		
2.066.000-Programa Mulheres Rurais	9.500,00	9.500,00
2.160.000-Manutenção do Mercado do Produtor e Cooperativa de Agricultura Familiar	15.000,00	15.000,00
20-Agricultura		
602-Promoção da Produção Animal		
30-Apoiar o desenvolvimento da produção agropecuária		

Dados Enviados ao Legislativo



Fundamento Legal: 2014 2017 - Projeto de Lei - Em Elaboração

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
2.068.000-Programa Bovinocultura de Leite	59.000,00	59.000,00
605-Abastecimento		
30-Apoiar o desenvolvimento da produção agropecuária		
2.071.000-Apoio ao desenvolvimento de Agroindústrias	2.000,00	2.000,00
606-Extensão Rural		
30-Apoiar o desenvolvimento da produção agropecuária		
2.067.000-Cadeias Produtivas	20.000,00	20.000,00
2.069.000-Convênio com o Instituto Emater	50.000,00	50.000,00
2.190.000-Manutenção das atividades do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural	3.000,00	3.000,00
11.03-DEPARTAMENTO DO INTERIOR		
4-Administração		
122-Administração Geral		
8-Administração Geral		
2.212.000-Consórcio Público Intermunicipal - Portal do Pinhão	24.000,00	24.000,00
51-Estradas e Infra-estrutura das propriedades rurais		
1.032.000-Aquisição de veículos e equipamentos	1.000,00	1.000,00
1.033.000-Melhoria das Estradas Rurais, pavimentação com pedras irregulares e/ou cascalhamento.	1.476.000,00	1.476.000,00
2.073.000-Manutenção das atividades do Departamento do Interior	1.718.827,45	1.718.827,45
17-Saneamento		
511-Saneamento Básico Rural		
31-Estradas e Infra-estrutura das propriedades rurais		
2.072.000-Programa Porteira para Dentro - Habitação Rural, infra-estrutura e Saneamento Rural	36.000,00	36.000,00
2.149.000-Programa de Orientação e Implantação de Sistemas de Tratamento de Esgotos domiciliares em residência	1.000,00	1.000,00
2.150.000-Programa de compostagem e reciclagem nas propriedades rurais	500,00	500,00
32-Preservação e Defesa Ambiental		
2.148.000-Programa de Proteção de Fontes de Água e Poços Artesianos	500,00	500,00
20-Agricultura		
606-Extensão Rural		
31-Estradas e Infra-estrutura das propriedades rurais		
1.031.000-Patrolha Mecanizada Rural	30.000,00	30.000,00
12-SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		
12.01-GABINETE DO SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE		
18-Gestão Ambiental		
541-Preservação e Conservação Ambiental		
32-Preservação e Defesa Ambiental		
2.074.000-Manutenção das atividades do Gabinete do Secretário de Meio Ambiente	157.078,14	157.078,14
12.02-DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE		
18-Gestão Ambiental		
541-Preservação e Conservação Ambiental		
18-Planejamento Urbano		
2.151.000-Construir, planejar e implantar o modelo de gestão do meio ambiente	17.000,00	17.000,00
33-Preservar e Melhorar o Meio Ambiente		

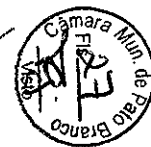
Dados Enviados ao Legislativo



Fundamento Legal: 2014 2017 - Projeto de Lei - Em Elaboração

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
1.037.000-Implantar e Manter a Escola Ecológica	13.000,00	13.000,00
2.075.000-Manter o Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA	37.000,00	37.000,00
2.076.000-Manutenção das atividades do Departamento de Meio Ambiente	766.139,23	766.139,23
2.078.000-Promover e apoiar atividades de educação ambiental	33.100,00	33.100,00
2.079.000-Arborização urbana, conservação de trevos, praças, parques e jardins	240.000,00	240.000,00
2.082.000-Implantação e manutenção de parques ambientais	40.000,00	40.000,00
2.083.000-Incentivar e apoiar o reflorestamento	25.000,00	25.000,00
542-Controlar Ambiental		
33-Preservar e Melhorar o Meio Ambiente		
1.035.000-Implantação e Manutenção do Cemitério Municipal	120.000,00	120.000,00
2.081.000-Manutenção do Viveiro Municipal	122.000,00	122.000,00
543-Recuperação de Áreas Degradadas		
33-Preservar e Melhorar o Meio Ambiente		
2.077.000-Implementação e recuperação de áreas degradadas	50.000,00	50.000,00
2.080.000-Restauração de áreas de preservação permanente APP's, recuperação de mananciais e nascentes	65.000,00	65.000,00
2.152.000-Implementação e Recuperação de Passivos Ambientais	60.000,00	60.000,00
544-Recursos Hídricos		
33-Preservar e Melhorar o Meio Ambiente		
1.036.000-Canalização e construção de muros de proteção no Rio Ligeiro e afluentes	11.000,00	11.000,00
12.03-DEPARTAMENTO DE LIMPEZA PÚBLICA		
17-Saneamento		
512-Saneamento Básico Urbano		
34-Limpeza Pública		
2.084.000-Manutenção das atividades de limpeza, coleta e processamento de lixo	5.330.663,53	5.330.663,53
18-Gestão Ambiental		
541-Preservação e Conservação Ambiental		
34-Limpeza Pública		
1.038.000-Implantação e Manutenção do Aterro Sanitário	105.000,00	105.000,00
542-Controlar Ambiental		
34-Limpeza Pública		
2.085.000-Gestão integrada de resíduos sólidos urbanos	15.000,00	15.000,00
14-ADMINIST.DISTRITAL - SÃO ROQUE DO CHOPIM		
14.01- ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL		
4-Administração		
122-Administração Geral		
36-Administração Distrital		
2.087.000-Manutenção das atividades da Administração do Distrito de São Roque do Chopim	10.000,00	10.000,00
16-SEC MUN. DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE		
16.01-GABINETE DO SECRETÁRIO		
4-Administração		
122-Administração Geral		
41-Manutenção do Esporte		

Dados Enviados ao Legislativo



Fundamento Legal: 2014 2017 - Projeto de Lei - Em Elaboração

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
2.240.000-Manutenção das atividades do secretário de Esportes, lazer, juventude e idoso	167.078,14	167.078,14
16.02-DEP ESPORTE, LAZER, JUVENTUDE E IDOSO		
27-Desporto e Lazer		
122-Administração Geral		
41-Manutenção do Esporte		
2.224.000-Manut.das atividades do Dpto de Esporte, Lazer e Juventude	1.424.664,97	1.424.664,97
811-Desporto de Rendimento		
41-Manutenção do Esporte		
2.146.000-Atleta Talento	80.000,00	80.000,00
2.221.000-Destinar recursos para atletas que irão representar o Município em jogos oficiais	110.000,00	110.000,00
2.225.000-Manter o esporte de Categorias de Base, Equipes de Rendimento e Part.de Jogos Oficiais	436.500,00	436.500,00
812-Desporto Comunitário		
41-Manutenção do Esporte		
1.050.000-Construir, reformar, ampliar e gerenciar Ginásios de Esporte e demais obras relacionadas ao esporte.	5.000,00	5.000,00
1.058.000-Construção e Manutenção de Pista de Bicicross	240.000,00	240.000,00
2.226.000-Promoção de Esporte Amador em Diversas Modalidades	200.000,00	200.000,00
813-Lazer		
41-Manutenção do Esporte		
1.099.000-Construção e Manutenção de Complexo Esportivo Multiuso, Quadra Poliesportiva Coberta, Pólos Esportiv	5.000,00	5.000,00
2.188.000-Manutenção de campos de futebol	157.000,00	157.000,00
2.207.000-Manter atividades esportivas adaptadas	220.000,00	220.000,00
17-SEC. MUN. DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO		
17.01-GABINETE DO SECRETÁRIO		
4-Administração		
122-Administração Geral		
25-Desenvolvimento Econômico e Tecnológico		
2.227.000-Manutenção das Atividades do Gabinete	298.578,14	298.578,14
17.02-DPTO ADM FIN DESEN TECNOLÓGICO		
19-Ciência e Tecnologia		
573-Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico		
25-Desenvolvimento Econômico e Tecnológico		
2.241.000-Manutenção das atividades do Dpto de desenvolvimento tecnológico	436.043,99	436.043,99
2.242.000-Implantar e manter módulos industriais, centros de pesquisas e desenvolvimento, museu de Ciência e T	5.000,00	5.000,00
17.03-DEP.DE DESENVOLVIMENTO DA CTI		
4-Administração		
573-Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico		
25-Desenvolvimento Econômico e Tecnológico		
2.243.000-Manutenção do Dep de Sistemas e Infra-Estrutura do Centro de Processamento de Dados	729.953,65	729.953,65
17.04-DEP DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO		
19-Ciência e Tecnologia		
573-Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico		
25-Desenvolvimento Econômico e Tecnológico		

Dados Enviados ao Legislativo



Fundamento Legal: 2014 2017 - Projeto de Lei - Em Elaboração

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
1.103.000-Projeto Cidade Digital	5.000,00	5.000,00
2.054.000-Manter atividades do Departamento de Desenvolvimento Econômico	611.247,80	611.247,80
2.244.000-Implantar e manter Parque Tecnológico	5.000,00	5.000,00
17.05-DEPARTAMENTO DE INCUBADORA		
4-Administração		
573-Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico		
25-Desenvolvimento Econômico e Tecnológico		
2.234.000-Fomentar Incubadoras de Empresas e Base Tecnológica e Turismo Tecnológico	871.312,41	871.312,41
TOTAL DA LDO	185.800.000,00	185.800.000,00



Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2013



ARF(LRF, art 4º, § 3º)

Anexo III

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Ações Judiciais	300.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir do cancelamento de dotações de despesas previamente indicadas	300.000,00
SUBTOTAL	300.000,00	SUBTOTAL	300.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Desapropriação de Imóveis	600.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir do cancelamento de dotações de despesas previamente indicadas	600.000,00
Intempéries	441.137,50	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	441.137,50
SUBTOTAL	1.041.137,50	SUBTOTAL	1.041.137,50
TOTAL	1.341.137,50	TOTAL	1.341.137,50

FONTE: PRONIM PL, GABINETE DO SECR DE ADMN. E FINANÇAS, 28/Mai/2013, 10h e 40m.

Secretaria de Engenharia Obras e Serviços Públicos

Secretaria de Ação Social e Cidadania

NOTA EXPLICATIVA: Os Riscos Fiscais apresentados são a possibilidade da ocorrência de eventos que venham a impactar negativamente as contas públicas.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2014

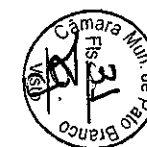
AMF - Demonstrativo I (LRF, art 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2014			2015			2016		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	186.800.000,00	178.755.980,86	0,084	205.000.000,00	187.724.640,00	0,088	225.000.000,00	197.166.735,91	0,097
Receita Primária (I)	186.800.000,00	178.755.980,86	0,084	205.000.000,00	187.724.640,00	0,088	225.000.000,00	197.166.735,91	0,097
Despesa Total	186.800.000,00	178.755.980,86	0,084	205.000.000,00	187.724.640,00	0,088	225.000.000,00	197.166.735,91	0,097
Despesa Primária (II)	159.000.000,00	152.153.110,05	0,071	200.000.000,00	183.145.990,25	0,086	220.000.000,00	192.785.252,89	0,094
Resultado Primário (III) = (I - II)	27.800.000,00	26.602.870,81	0,012	5.000.000,00	4.578.649,76	0,002	5.000.000,00	4.381.483,02	0,002
Resultado Nominal	2.000.000,00	1.913.875,60	0,001	1.500.000,00	1.373.594,93	0,001	2.000.000,00	1.752.593,21	0,001
Dívida Pública Consolidada	6.000.000,00	5.741.626,79	0,003	6.500.000,00	5.952.244,68	0,003	4.000.000,00	3.505.186,42	0,002
Dívida Consolidada Líquida	4.000.000,00	3.827.751,20	0,002	4.500.000,00	4.120.784,78	0,002	3.500.000,00	3.067.038,11	0,002
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	-	-	0,000	-	-	0,000	-	-	0,000
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	-	-	0,000	-	-	0,000	-	-	0,000
Impacto do saldo das PPP (VI)=(IV-V)	-	-	0,000	-	-	0,000	-	-	0,000

FONTE: PRONIM PL, GABINETE DO SECR DE ADMN. E FINANÇAS, 28/Mai/2013, 10h e 44m.

NOTA EXPLICATIVA: Cálculo realizado tomando-se por base o PIB dos Municípios de acordo com dados do IBGE.



Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2014



AMF - Demonstrativo II (LRF, art 4º, § 2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2012 (a)	% PIB	II-Metas Realizadas em 2012 (b)	% PIB	Variação (II-I)	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	154.500.350,00	0,076	168.365.017,78	0,083	13.864.667,78	8,97
Receita Primária (I)	154.500.350,00	0,076	164.379.799,24	0,081	9.879.449,24	6,39
Despesa Total	154.500.350,00	0,076	172.458.541,04	0,085	17.958.191,04	11,62
Despesa Primária (II)	129.634.674,00	0,064	170.466.762,94	0,084	40.832.088,94	31,50
Resultado Primário (III)=(I - II)	24.865.676,00	0,012	(6.086.963,70)	-0,003	(30.952.639,70)	-124,48
Resultado Nominal	1.200.000,00	0,001	5.591.592,83	0,003	4.391.592,83	365,97
Dívida Pública Consolidada	7.200.000,00	0,004	10.816.260,80	0,005	3.616.260,80	50,23
Dívida Consolidada Líquida	3.200.000,00	0,002	3.530.333,35	0,002	330.333,35	10,32

FONTE: PRONIM PL, GABINETE DO SECR DE ADMN. E FINANÇAS, 28/Mai/2013, 10h e 48m.

NOTA EXPLICATIVA: Levou-se em consideração o cenário macroeconômico, bem como a taxa de inflação, além do PIB estadual.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2014

AMF - Demonstrativo III (LRF, art 4º, § 2º, inciso II)

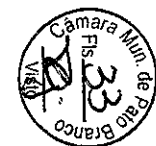
R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2011	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Receita Total	138.837.231,00	154.500.350,00	11,28	176.455.000,00	14,21	186.800.000,00	5,86	205.000.000,00	9,74	225.000.000,00	9,76
Receita Primária (I)	138.837.231,00	154.500.350,00	11,28	176.455.000,00	14,21	186.800.000,00	5,86	205.000.000,00	9,74	225.000.000,00	9,76
Despesa Total	138.837.231,00	154.500.350,00	11,28	176.455.000,00	14,21	186.800.000,00	5,86	205.000.000,00	9,74	225.000.000,00	9,76
Despesa Primária (II)	127.045.231,00	129.634.674,00	2,04	139.069.076,04	7,28	159.000.000,00	14,33	200.000.000,00	25,79	220.000.000,00	10,00
Resultado Primário (III)=(I - II)	11.792.000,00	24.865.676,00	110,87	37.385.923,96	50,35	27.800.000,00	-25,64	5.000.000,00	-82,01	5.000.000,00	0,00
Resultado Nominal	-	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00	0,00	2.000.000,00	66,67	1.500.000,00	-25,00	2.000.000,00	33,33
Dívida Pública Consolidada	9.580.000,00	7.200.000,00	-24,84	5.000.000,00	-30,56	6.000.000,00	20,00	6.500.000,00	8,33	4.000.000,00	-38,46
Dívida Consolidada Líquida	2.000.000,00	3.200.000,00	60,00	(2.000.000,00)	-162,50	4.000.000,00	-300,00	4.500.000,00	12,50	3.500.000,00	-22,22

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2011	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Receita Total	151.613.727,18	161.452.865,75	6,49	176.455.000,00	9,29	178.755.980,86	1,30	187.724.640,00	5,02	197.166.735,91	5,03
Receita Primária (I)	151.613.727,18	161.452.865,75	6,49	176.455.000,00	9,29	178.755.980,86	1,30	187.724.640,00	5,02	197.166.735,91	5,03
Despesa Total	151.613.727,18	161.452.865,75	6,49	176.455.000,00	9,29	178.755.980,86	1,30	187.724.640,00	5,02	197.166.735,91	5,03
Despesa Primária (II)	138.736.568,38	135.468.234,33	-2,36	139.069.076,04	2,66	152.133.110,05	9,41	183.145.990,25	20,37	192.785.252,89	5,26
Resultado Primário (III)=(I - II)	12.877.158,80	25.984.631,42	101,79	37.385.923,96	43,88	26.602.870,81	-28,84	4.578.649,76	-82,79	4.381.483,02	-4,31
Resultado Nominal	-	1.254.000,00	0,00	1.200.000,00	-4,31	1.913.875,60	59,49	1.373.594,93	-28,23	1.752.593,21	27,59
Dívida Pública Consolidada	10.461.599,50	7.524.000,00	-28,08	5.000.000,00	-33,55	5.741.626,79	14,83	5.952.244,68	3,67	3.505.186,42	-41,11
Dívida Consolidada Líquida	2.184.050,00	3.344.000,00	53,11	(2.000.000,00)	-159,81	3.827.751,20	-291,39	4.120.784,78	7,66	3.067.038,11	-25,57

FONTE: PRONIM PL, GABINETE DO SECR DE ADMN. E FINANÇAS, 28/Mai/2013, 10h e 50m.

NOTA EXPLICATIVA: Utilizou-se como base para elaboração os índices de inflação do Banco Central.



Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2014



AMF - Demonstrativo IV (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	%	2011	%	2010	%
Patrimônio/Capital	333.729.273,40	100,00	264.649.103,36	100,00	232.311.470,62	100,00
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	333.729.273,40	100,00	264.649.103,36	100,00	232.311.470,62	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	%	2011	%	2010	%
Patrimônio	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM PL, GABINETE DO SECR DE ADMN. E FINANÇAS, 28/Mai/2013, 10h e 55m.

NOTA EXPLICATIVA:

O acréscimo considerável visto no exercício de 2009, prende-se ao fato do recadastramento de todo o patrimônio do Município, fato este que elevou o montante do patrimônio líquido.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2014



AMF - Demonstrativo V (LRF, art 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2012 (a)	2011 (b)	2010 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	1.614.409,10	308.158,00	1.871.651,62
Alienação de Bens Móveis	34.042,50	62.920,00	109.860,00
Alienação de Bens Imóveis	1.580.366,60	245.238,00	1.761.791,62
DESPESAS EXECUTADAS	2012 (d)	2011 (e)	2010 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	-	3.680.493,41
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	3.680.493,41
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	1.877.000,00
Amortização da Dívida	-	-	1.803.493,41
DESPESAS CORRENTES DO REGIME DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	2012 (g)=((Ia-IIId)+IIIh)	2011 (h)=((Ib-IIe)+ IIIi)	2010 (i)=(Ic-IIf)
VALOR (III)	113.725,31	(1.500.683,79)	(1.808.841,79)

FONTE: PRONIM PL, GABINETE DO SECR DE ADMN. E FINANÇAS, 28/Mai/2013, 10h e 56m.

NOTA EXPLICATIVA: Demonstra a variação ocorrida entre um exercício financeiro e outro no que concerne a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos da municipalidade.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2014



LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea a

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2010	2011	2012
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2010	2011	2012
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I - II)			
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS			

FONTE: PRONIM PL, GABINETE DO SECR DE ADMN. E FINANÇAS, 28/Mai/2013, 10h e 57m.

NOTA EXPLICATIVA:

Não houve movimentação no período 2014

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Metas Fiscais
Projeção Atuarial do RPPS
2014



AMF - Demonstrativo VI(LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea a)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	REPASSE CONTRIB. PATRONAL (a)	RECEITAS PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (e)
		Valor (b)	Valor (c)	Valor (d)=(a+b-c)	

FONTE: PRONIM PL, GABINETE DO SECR DE ADMN. E FINANÇAS, 28/Mai/2013, 10h e 57m.

NOTA EXPLICATIVA:

Não Houve Movimentação no Período - 2014

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2014

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

Demonstrativo VIII

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2014	2015	2016	
IPTU e Coleta de Lixo	Outros benefícios	Aposentados, pensionistas e deficientes físicos - Lei nº 2.275 de 11/09/2003.	114.000,00	118.000,00	120.000,00	Valor já programado no orçamento de 2013 para redução em investimentos, além da intensificação da fiscalização tributária nas áreas de competência do Município.
IPTU	Outros benefícios	Contribuintes que optarem pelo pagamento a vista, conforme Lei Complementar nº 37 de 16/12/2009.	320.000,00	325.000,00	330.000,00	Valor já programado no orçamento de 2013 para redução em investimentos, além da intensificação da fiscalização tributária nas áreas de competência do Município.
IPTU	Outros benefícios	Desconto concedido para Imóveis em edificação, conforme Lei nº 2.464 de 22/06/2005	15.000,00	20.000,00	25.000,00	Valor já programado no orçamento de 2013 para redução em investimentos, além da intensificação da fiscalização tributária nas áreas de competência do Município.
IPTU	Outros benefícios	Concede imunidade de IPTU, às igrejas em consonância com o artigo 152 da CF/88.	100.000,00	110.000,00	115.000,00	Valor já programado no orçamento de 2013 para redução em investimentos, além da intensificação da fiscalização tributária nas áreas de competência do Município.
TRIBUTOS MUNICIPAIS	REFIS	Pessoas físicas ou jurídicas, relativos a tributos e preços públicos municipais, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2012, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos.	705.545,00	-	-	A renúncia já foi considerada na estimativa da receita para ao exercício de 2013, em conformidade com o que preceitua o inciso I do artigo 14 da LC 101/2000.
TOTAL			1.254.545,00	549.000,00	573.000,00	

FONTE: PRONIM PL,
24/Jul/2012, 15h e 49m.

Secretaria de Administração e Finanças
Secretaria de Administração e Finanças
Secretaria de Administração e Finanças
Secretaria de Administração e Finanças

NOTA EXPLICATIVA:

Este demonstrativo compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros tributos que correspondam a tratamento diferenciado.



Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2014



AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)		R\$ 1,00
EVENTO	Valor Previsto 2014	
Aumento Permanente da Receita		20.000.000,00
(-) Transferências Constitucionais		-
(-) Transferências ao FUNDEB		15.000.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)		5.000.000,00
Redução Permanente da Despesa(II)		500.000,00
Margem Bruta (III) = (I + II)		5.500.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)		3.500.000,00
Novas DOCC		3.500.000,00
Novas DOCC geradas por PPP		-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)		2.000.000,00

FONTE: PRONIM PL, GABINETE DO SECR DE ADMN. E FINANÇAS, 28/Mai/2013, 10h e 58m.

JTA EXPLICATIVA: Compreende o disposto no artigo 17 da LRF, considerando-se despesa corrente derivada de Lei, Medida Provisória ou Ato Administrativo Normativo que fixem para o Ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. Também é considerada DOCC o aumento de despesa com prazo determinado. Sendo que os atos deverão ser instruídos com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro. Considera-se aumento de receita o proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, cuja competência seja do próprio ente.



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Exmo. Sr.

Vilmar Maccari

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Os vereadores infra-assinados, **Leunira Viganó Tesser –PDT** e **Guilherme Sebastião Silvério – PMDB**, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresentam para a apreciação dessa Comissão as seguintes emendas ao **Projeto de Lei nº 98/2013**, que dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.



EMENDA ADITIVA:

Acresce ação ao órgão especificado abaixo que passará a vigorar com o seguinte teor:

Órgão	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
Unidade	07.03	DEPARTAMENTO DE ENSINO	2014
2.000.000		Manter o Programa Municipal Fundo de Gestão	300.000,00

Fica reduzida a seguinte dotação orçamentária que cobrirá o valor acima relacionado, passando a vigorar com o seguinte teor:

Órgão	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E FINANÇAS	
Unidade	05.02	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	2014
0.002.000		Amortização da Dívida Interna	2.900.000,00

Nestes termos, pedem deferimento.

Pato Branco, 12 de junho de 2013.

Leunira Viganó Tesser

Vereadora – PDT

Câmara Munic. Pato Branco
Vilmar Maccari
Vereador - PDT

Câmara Munic. Pato Branco
Geraldo de Oliveira
Vereador - PV
Guilherme Sebastião Silvério
Vereador - PMBD



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

JUSTIFICATIVA



Encaminhamos para a apreciação da Comissão de Finanças e Orçamento, emendas aos Projetos de Lei nº 97/2013 e nº 98/2013, que tratam do PPA – Plano Plurianual – 2014 a 2017, e LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária 2014. A emenda consiste em prever dotação orçamentária para manter o Programa Municipal Fundo de Gestão.

Embora esteja em vigor a Lei nº 1.677/97, existe uma orientação do Tribunal de Contas no sentido de que não mais poderia ser feito o repasse direto de recursos financeiros às Escolas da Rede Municipal de Ensino, pois as mesmas não possuem CNPJ próprio.

Porém, em busca de autonomia de gestão financeira nas escolas, apresentamos as referidas emendas, para que constem no Orçamento do Município. Posteriormente, encaminharemos projeto de lei, com o condão de atender de forma rápida e eficiente as necessidades de manutenção das escolas municipais, relativas às despesas de pequena monta.

A intenção é que o Executivo Municipal efetue o repasse direto dos recursos financeiros às APM's (Associações de Pais e Mestres), para atender despesas urgentes, como a compra de material de consumo, mão de obra, pequenos reparos, e outras despesas que eventualmente aparecem no meio escolar.

Dessa forma, diretores, professores, pais de alunos, merendeiras, enfim, toda comunidade escolar, será beneficiada com a agilidade do controle interno de recursos financeiros nas escolas.


Pato Branco, 13 de junho de 2013


Leunira Viganó Tesser

Vereadora - PDT


Guilherme Sebastião Silverio

Vereador - PMDB


Câmara Munic. Pato Branco
Vilmar Maccari
Vereador - PDT


Câmara Munic. Pato Branco
Geraldo de Oliveira
Vereador - PV



ASSESSORIA CONTÁBIL

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 98/2013

Busca o Executivo Municipal apoio do douto Plenário desta Casa de Leis, para aprovar o **Projeto de Lei nº. 98/2013**, que dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, **no exercício de 2014**.

De acordo com a Constituição Federal, artigo 165, inciso II, § 2º, e da Lei Orgânica Municipal, art. 95, inciso II, § 2º, a LDO é um instrumento orçamentário de iniciativa do Chefe do Poder Executivo que estabelece as principais diretrizes e metas da Administração Pública para o prazo de um exercício que dispõe sobre critérios e normas que garantam o equilíbrio das receitas e despesas do Orçamento. Ela estabelece um elo entre o Plano Plurianual I e a Lei Orçamentária Anual, uma vez que reforça quais programas relacionados no PPA terão prioridade na programação e execução orçamentária.

Constituição Federal

"Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

II - as diretrizes orçamentárias;

§ 2º - A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Lei Orgânica Municipal

"Art. 95. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

II - as diretrizes orçamentárias;

§ 2º As diretrizes orçamentárias compreenderão:

I - prioridades da Administração Pública Municipal, quer de órgãos da administração direta, quer da administração indireta, com as respectivas metas, incluindo a despesa de capital para o exercício financeiro subsequente;

II - orientações para a elaboração da lei orçamentária anual;

III - alterações na legislação tributária;



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



IV - autorização para a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração; criação de cargos ou alterações de estrutura de carreiras; demissão de pessoal a qualquer título, pelas unidades governamentais da administração direta ou indireta, inclusive as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

§ 4º Os planos e programas municipais serão executados em consonância com o plano plurianual e com as diretrizes orçamentárias e apreciados pela Câmara Municipal.

§ 5º Os orçamentos previstos nos incisos I a III do § 3º deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir, no Município, desigualdades setorializadas.

A apreciação do projeto de lei, pelo Legislativo Municipal, envolve a discussão e o aperfeiçoamento de instrumentos que moldam a peça orçamentária aos objetivos e programas delineados no Plano Plurianual – PPA, (*Projeto de Lei nº 97/2013 em discussão nesta casa de leis*) assim como orienta a elaboração da proposta orçamentária definindo controles para a execução do orçamento, necessários para garantir a eficácia das diretrizes e metas definidas.

A Lei Municipal nº 3.153, de 23 de abril de 2009, estipula data para encaminhamento do Projeto de Lei relativo as Diretrizes Orçamentárias, em seu artigo 1º, inciso II, no que destacamos que o prazo não foi cumprido, uma vez que a LDO foi protocolada junto a este Legislativo no dia 28 de maio de 2013.

"Art. 1º Os Projetos de Lei do Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, serão enviados pelo Executivo Municipal, enquanto não viger a Lei Complementar de que trata o § 9º, do artigo 165 da Constituição Federal, nas seguintes datas:

II – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias até o dia 15 de maio de cada ano; "

A Constituição declara, expressamente, que a primeira sessão legislativa (intervalo de 1º de fevereiro a 15 de julho) não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias (art. 57, § 2º)

De acordo com a Constituição Federal, parágrafo 2º do art. 165, a L.D.O – Lei de Diretrizes Orçamentárias deve no mínimo, identificar os seguintes itens:

- I. Estabelecer as metas e prioridades da administração, incluindo as despesas de capital previstas para o exercício seguinte;



- II. Estabelecer critérios para elaboração da lei orçamentária anual, explicando onde serão feitos os maiores investimentos, o valor que caberá ao Legislativo, o percentual para abertura de créditos suplementares e outras informações prévias sobre o futuro Orçamento;
- III. Estabelecer as alterações programadas na legislação tributária, informando quais as medidas que pretende aplicar na política de tributos;
- IV. Estabelecer os critérios que pretende implantar na política de Pessoal, na lei de cargos e salários, no ordenamento salarial, na reestruturação de carreiras etc. Importante ressaltar que serão nulas as despesas de pessoal, não previstas na LDO.

Além das previsões contidas na Constituição Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal ampliou a importância da LDO, determinando a previsão de várias outras situações. São elas:

- I. Estabelecer critérios para congelamento de dotações, quando as receitas não evoluírem de acordo com a estimativa orçamentária;
- II. Estabelecer controles operacionais e suas regras de atuação para avaliação das ações desenvolvidas ou em desenvolvimento;
- III. Estabelecer as condições de ajudar ou subvencionar financeiramente instituições privadas, fornecendo o nome da instituição, valor a ser concedido, objetivo etc. Importante ressaltar que serão nulas as subvenções não previstas na LDO, excluindo casos de emergência;
- IV. Estabelecer critérios para início de novos projetos, após o adequado atendimento dos que estão em andamento;
- V. Estabelecer critérios de programação financeira mensal para todo o Município, incluindo a Câmara Municipal,
- VI. Estabelecer o percentual da receita corrente líquida a ser retido na peça orçamentária, como Reserva de Contingência.

Deverá ainda a Lei de Diretrizes, ser acompanhada dos chamados **ANEXOS DE METAS FISCAIS**, que deverão conter:

- I. Metas anuais para receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida para o exercício a que se referirem e para os dois exercícios seguintes.
- II. Avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;
- III. Demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três últimos exercícios, evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política vigente;
- IV. Demonstrativo da evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- V. Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;



- VI. Avaliação dos passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas, informando as providências, caso se concretizem. Como exemplo, importante verificar os processos judiciais de devolução de tributos questionáveis, ou demanda de reivindicações salariais não concedidas.

A Lei de Responsabilidade Fiscal prevê que a LDO dimensione os riscos fiscais, sob a forma de "riscos orçamentários", que estão associados às contingências relativas à estimativa e à realização da receita e à fixação e à execução da despesa; e de "riscos da dívida pública", que refletem os impactos adversos sobre a dívida em decorrência de variações nos juros, inflação e passivos contingentes. No tocante à receita, cujos riscos decorrem basicamente da possibilidade de frustração na arrecadação, são fatores especialmente importantes para a determinação dos riscos.

O Artigo 8º do projeto de lei estabelece o valor limite para o orçamento do município para o exercício de 2014, num valor total de R\$ 186.800.000,00 (cento e oitenta e seis milhões e oitocentos mil reais), um percentual de 5,86% (cinco vírgula oitenta e seis por cento) a mais do que no exercício de 2013. **Alertamos que quando da redação final deverá ser corrigido a redação dada ao artigo 8º quanto ao valor numérico dado ao total do orçamento, devido a erro material.**

No que tange ao atendimento do artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal, deverá à lei de diretrizes orçamentárias referir-se à preservação do patrimônio público, ordenar que ela e as leis de créditos adicionais só incluirão novos projetos após terem sido adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

"Art. 45. Observado o disposto no § 5º do art. 5º, a lei orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

Parágrafo único. O Poder Executivo de cada ente encaminhará ao Legislativo, até a data do envio do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, relatório com as informações necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo, ao qual será dada ampla divulgação."

A intenção de tal artigo foi a de impedir desperdício do dinheiro público causado especialmente pelas obras inacabadas. Este dispositivo afeta o regime da licitação e do contrato administrativo, pois novos projetos, que ensejariam nova licitação e contratos, só poderão ser prestigiados na lei orçamentária se os projetos em andamento forem atendidos antes deles.



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Devido à revisão do plano de cargos e salários do Poder Legislativo Municipal, bem como da previsão de realização de concurso público no exercício financeiro de 2014 para cargos efetivos, sugerimos a Comissão de Finanças e Orçamento que apresente emenda aditiva adequando o projeto conforme apresentada abaixo.

EMENDA ADITIVA

Acresce ao projeto em tramite a seguinte emenda, ficando as demais renomeadas:

Art. 21 - A Lei Orçamentária considerará para o Legislativo Municipal, na programação de despesas com pessoal, os efeitos da revisão do plano de cargos e salários, reenquadramentos de pessoal, adicionais por tempo de serviço, horas extras, outras vantagens concedidas, definidas em lei, revisão ou reajuste salarial aos servidores e agentes políticos, criação de cargos, aumento do número de vagas no quadro funcional e contratação de pessoal de acordo com a necessidade, observando os limites de despesa com pessoal, estabelecidos na legislação específica.

Parágrafo único. Os custos decorrentes da implementação das ações programadas no caput deste artigo serão custeados com recursos do orçamento fiscal próprio, destinado ao Poder Legislativo Municipal.

O art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal trata da transparência da gestão fiscal, determinando que deva ser dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público. Define também que a transparência será assegurada mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de **elaboração e de discussão** dos planos.

O Legislativo deverá dentro do prazo de discussão da matéria realizar audiência pública para discutir a Lei de Diretrizes em análise e recolher subsídios da sociedade em geral para sua adequação ou modificação

"Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos."



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Destacamos que a Instrução Normativa nº 89/2013 de 28 de fevereiro de 2013, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que dispõe sobre definições e procedimentos técnicos básicos com vistas à padronização de critérios para o adequado e uniforme exercício dos controles interno, externo e social em seu art. 44§ 1º e § 2º, ainda dispõe:

Art. 44. A efetiva participação popular será assegurada nas etapas de elaboração, discussão e a aprovação dos projetos de leis respectivos aos **planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.**

§ 1º O previsto neste artigo deverá ocorrer inclusive nas revisões dos planos, nas avaliações de resultados dos instrumentos executados e quando programas aprovados na Lei do Orçamento forem cancelados para reclassificação das prioridades eleitas na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 2º As convocações para participação nos processos referidos neste artigo serão viabilizadas através de campanhas publicitárias em todos os veículos de imprensa disponíveis, pela divulgação na internet e por comunicação, por correio eletrônico ou via postal, aos conselhos municipais de representação da sociedade, aos sindicatos e partidos políticos, associações e instituições de ensino públicas e particulares instaladas no Município.

A Comissão de Finanças e Orçamento analisará as emendas apresentadas pelos Senhores Vereadores, emitindo parecer pela sua aceitação ou não, dentro do que preceitua a legislação em vigor estando em conformidade com a o Plano Plurianual-2014/2017, Projeto de Lei nº 97/2013 em tramite neste Legislativo.

O Poder Legislativo Municipal observado o contido na Lei Orgânica e no Regimento Interno deverá apreciar a matéria observando:

"Art. 97. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais suplementares e especiais serão apreciados pela Câmara Municipal, na forma do Regimento Interno.

§ 1º Caberá à comissão da Câmara Municipal:

I - examinar os projetos de plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, o orçamento anual e as contas do Município apresentadas anualmente pelo Prefeito e emitir o respectivo parecer;

§ 4º As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

§ 6º Os projetos do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Prefeito Municipal nos termos de lei municipal, enquanto não viger a lei complementar de que trata o § 9º do artigo 165 da Constituição Federal.



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Alertamos os nobres edis que se apresentada emendas às metas e ações ao projeto em apreço as mesmas emendas deverão ser apresentadas ao Projeto de Lei nº 97/2013 por tratar-se do Plano Plurianual para 2014/2017 uma vez que os planos deverão ser compatíveis. (PPA com LDO)

Observamos também que os anexos citados no artigo 22 – Anexo II - relativo a gastos com despesas de pessoal e os indicados no artigo 44 - Anexos IV, V e VI não se encontram apensos ao projeto.

O Projeto encontrando-se dentro do que disciplina a Constituição Federal, com o que preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Orgânica do Município de Pato Branco nos art.25, Parágrafo Único e Art.95, § 2º, bem como com o que orienta o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, além das modificações trazidas pelas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.

Feita as recomendações de emenda acima, o projeto apresenta-se em conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº 4320/64, estado apto a seguir seu tramite normal.

É o nosso parecer, S.M.J.
Pato Branco, 17 de junho de 2013.

Márcia Regina Zanoelo
ASSESSORIA CONTÁBIL
CRC-RR Nº. 027.823/0-3



DEMONSTRATIVO DE VALORES POR SECRETARIA

ÓRGÃOS	2014	Percentual Sobre o Total
01-CÂMARA MUNICIPAL	6.100.000,00	3,27
01.01-CÂMARA DE VEREADORES	6.100.000,00	
02-GOVERNO MUNICIPAL	2.954.948,88	1,58
02.01 - GABINETE DO PREFEITO	1.060.149,25	
02.02 - COORD.DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	105.183,12	
02.03 - DELEGACIA E JUNTA DE ALISTAMENTO MILITAR	80.700,21	
02.04 - ASSESSORIA JURÍDICA	217.781,07	
02.05 - DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	1.283.500,00	
02.06 - UNIDADE DO PROCON	207.635,23	
03-PROCURADORIA	738.139,03	0,40
03.01-PROCURADORIA	738.139,03	
04-SEC.MUN. PLANEJAMENTO URBANO	3.255.667,07	1,74
04.01 - GABINETE DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO	203.578,14	
04.02 - DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO-IPPUPB	2.861.270,41	
04.03 - DEPARTAMENTO ESTRATÉGICO	150.556,89	
04.04 - DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS E METAS	40.261,63	
05-SEC.MUN.ADMINIST.E FINANÇAS	13.450.253,22	7,20
05.01 - GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	183.578,14	
05.02 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	10.220.764,07	
05.03 - DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES	579.662,44	
05.04 - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	384.249,55	
05.05 - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	2.081.999,02	
06-SEC.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	14.501.729,45	7,76
06.01 - GABINETE DO SECRETARIO DE ENGENHARIA E OBRAS	165.078,14	
06.02- DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E OBRAS	1.197.018,00	
06.03 - DEPARTAMENTO DE DESENV.URBANO E GEOPROCESSAMENTO	7.210.658,57	
06.04 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	2.343.062,99	
06.05 - COORDENADORIA DE TRÂNSITO	1.646.337,21	
06.06 - DEPARTAMENTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICO	1.939.574,54	
07-SEC.MUN.DE EDUCAÇÃO E CULTURA	50.809.868,80	27,20
07.01 - GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	157.578,14	
07.02 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	21.662.094,58	
07.03 - DEPARTAMENTO DE ENSINO	28.025.151,55	



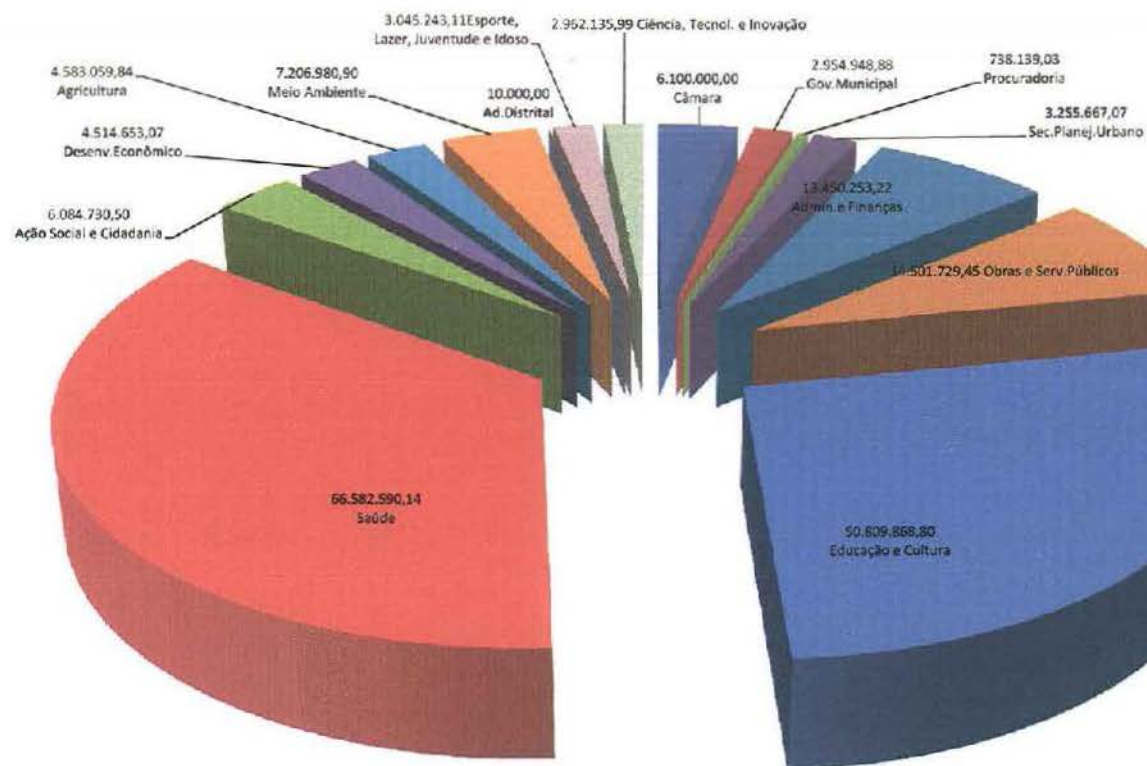
Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



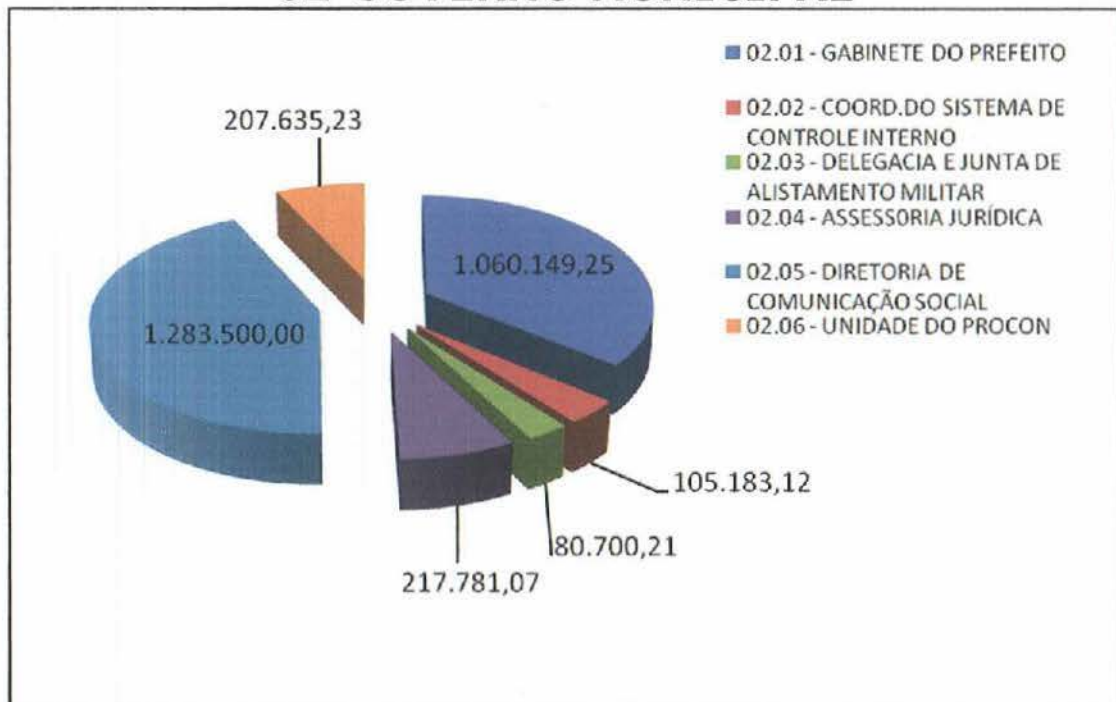
07.04 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	965.044,53	
07.05 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	0,00	
08-SEC.MUN.DE SAÚDE	66.582.590,14	35,64
08.01 - GABINETE DO SECRETARIO DE SAÚDE	180.378,14	
08.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	66.402.212,00	
09-SEC.DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA	6.084.730,50	3,26
09.01 - GABINETE DO SECRETARIO DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA	192.418,14	
09.02 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	1.125.481,87	
09.03 - COORD. DE ASSISTÊNCIA COMUNITARIA E FAMILIAR	2.765.630,30	
09.04 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.504.275,20	
09.05 - DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	496.924,99	
10-SEC.MUN.DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	4.514.653,07	2,42
10.01-GABINETE DO SECRETARIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	180.578,14	
10.02 - DEPARTAMENTO DA MICRO E PEQUENA EMPRESA	331.855,07	
10.03 - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	4.002.219,86	
11-SEC.MUN.DE AGRICULTURA	4.583.059,84	2,45
11.01 - GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA	180.578,14	
11.02 - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	1.114.654,25	
11.03 - DEPARTAMENTO DO INTERIOR	3.287.827,45	
12-SEC.MUN.MEIO AMBIENTE	7.206.980,90	3,86
12.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE	157.078,14	
12.02 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	1.599.239,23	
12.03 - DEPARTAMENTO DE LIMPEZA PÚBLICA	5.450.663,53	
14-ADMINIST.DISTRITAL	10.000,00	0,01
14.01 - ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL	10.000,00	
16-SEC.MUN.DE ESPOR., LAZER, JUVENTUDE E IDOSO	3.045.243,11	1,63
16.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO	167.078,14	
16.02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE, LAZER, JUVENTUDE E IDOSO	2.878.164,97	
17-SEC.MUN. DE CIÊNCIA TECNOL E INOVAÇÃO	2.962.135,99	1,59
17.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO	298.578,14	
17.02 - DEPARTAMENTO ADMIN., FINANC., DESEN. TECNOLÓGICO	441.043,99	
17.03 - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DA CTI	729.953,65	
17.04 - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	621.247,80	
17.05 - DEPARTAMENTO DE INCUBADORA	871.312,41	
TOTAL	186.800.000,00	100,00

VALORES APLICADOS POR SECRETARIA Sobre o Total de R\$ 186.600.000,00

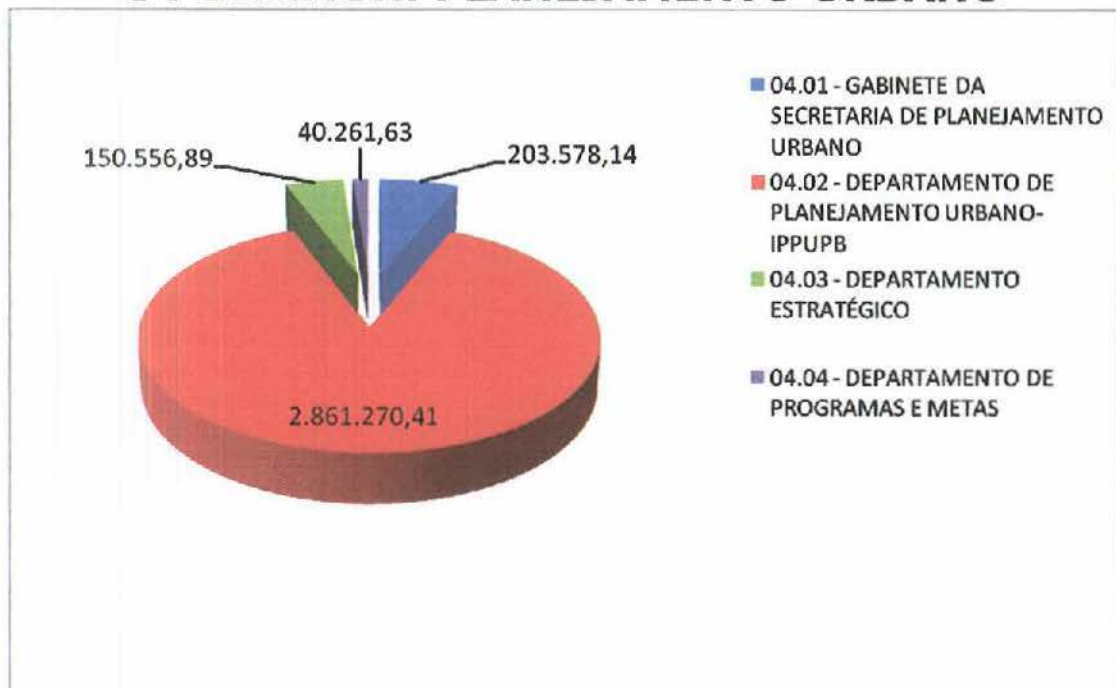




02-GOVERNO MUNICIPAL

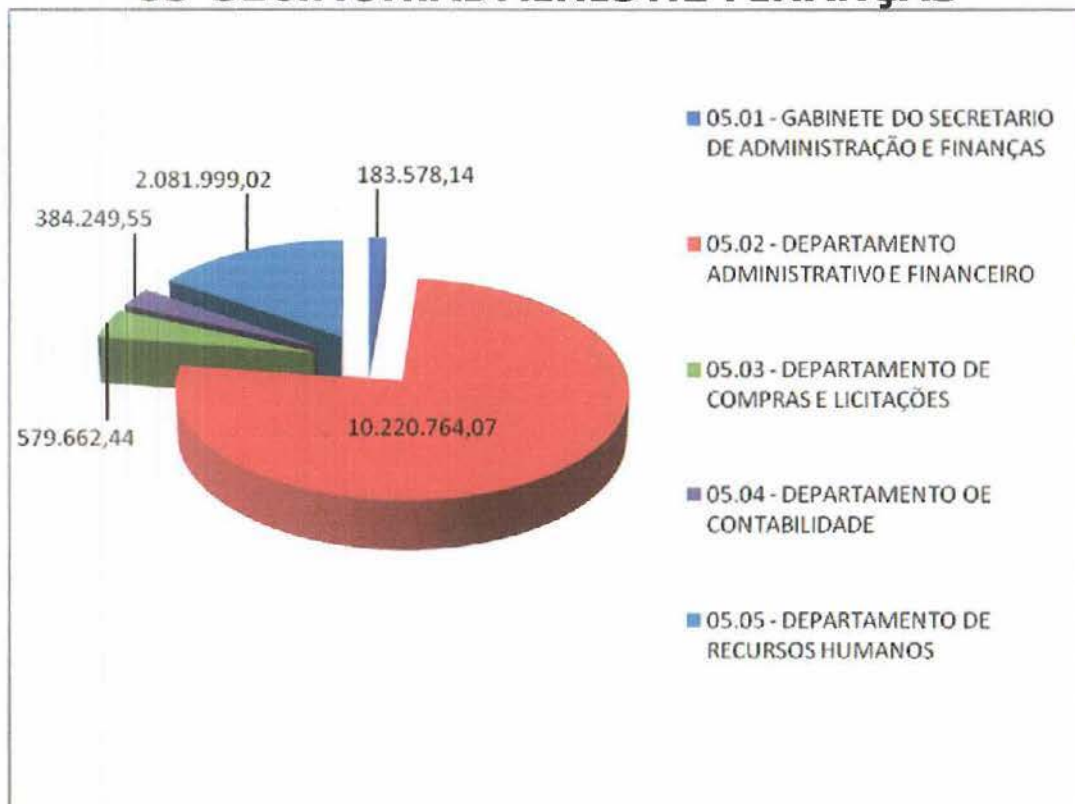


04-SEC.MUN. PLANEJAMENTO URBANO





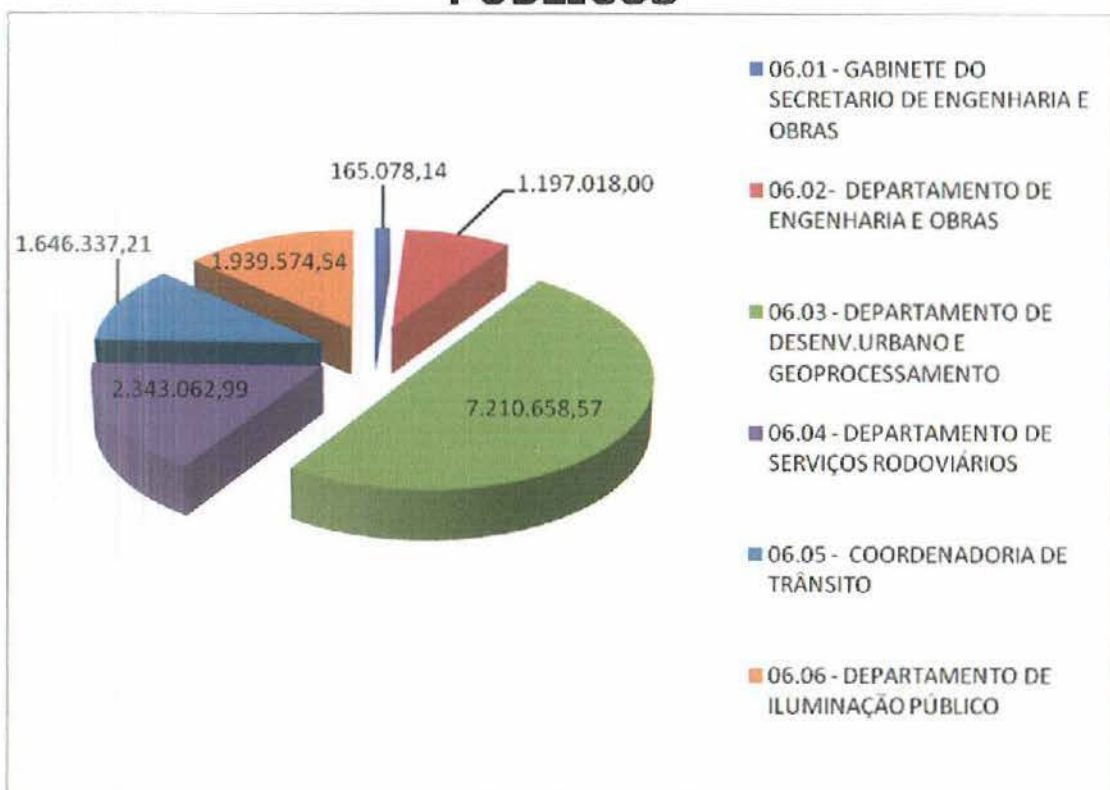
05-SEC.MUN.ADMINIST.E FINANÇAS



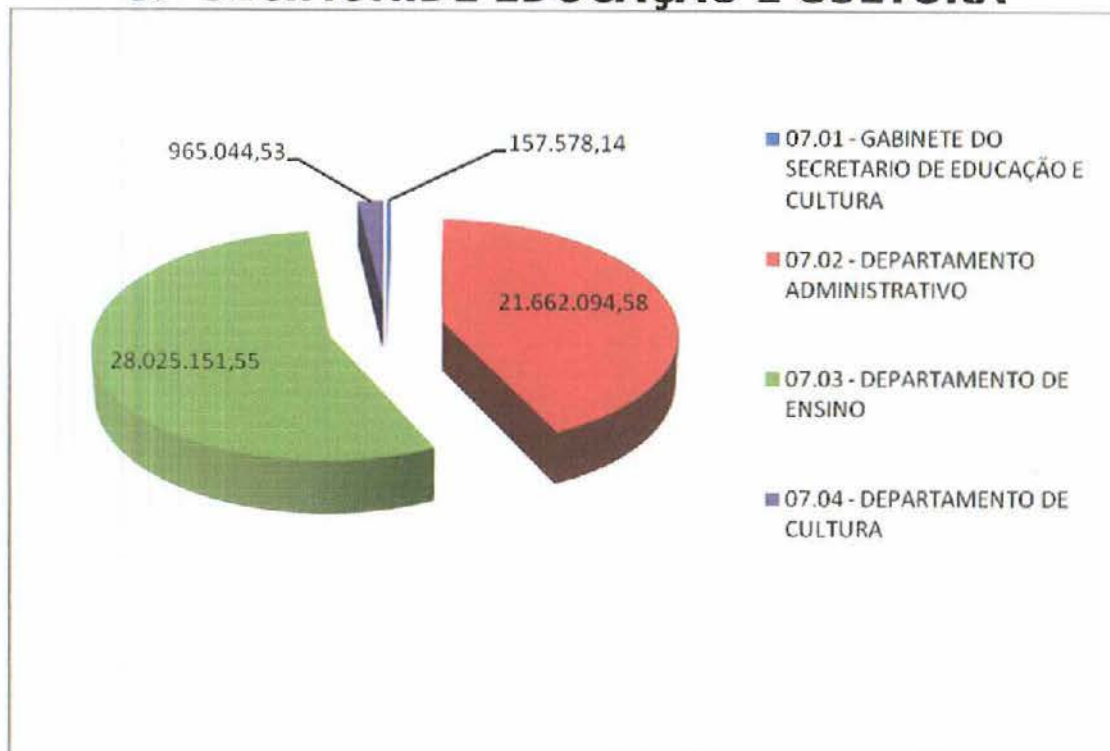
[Handwritten signature]



06-SEC.MUN.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

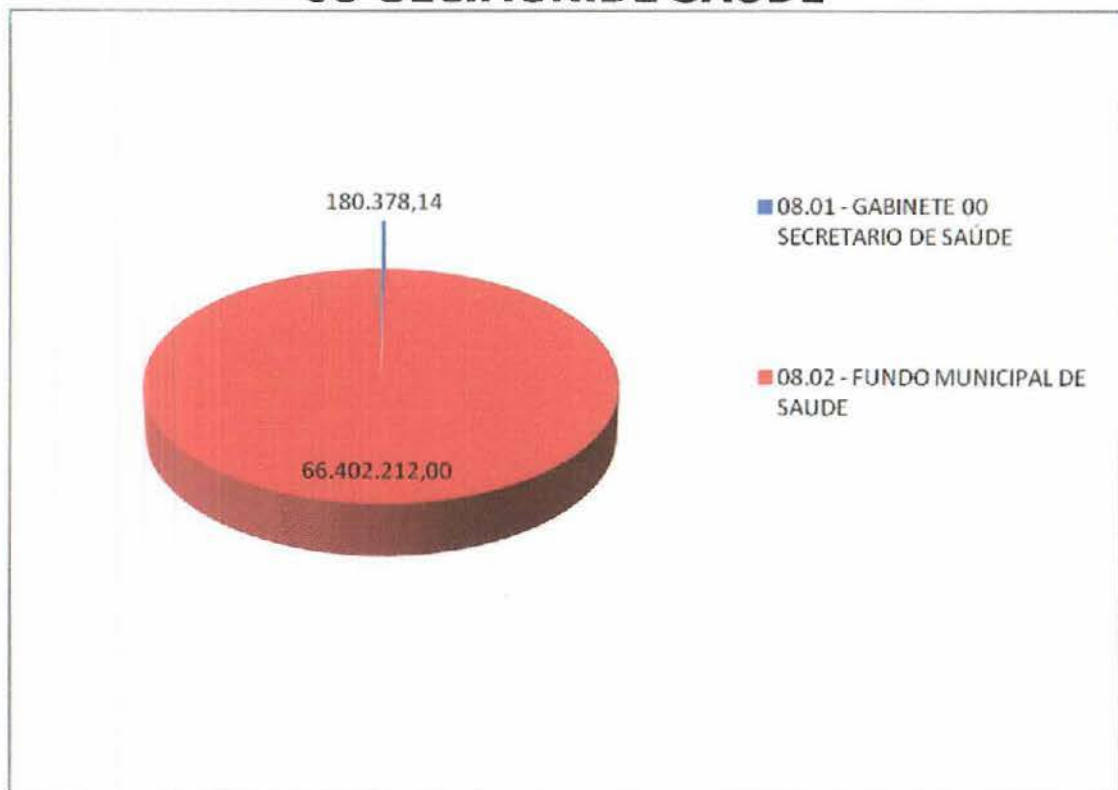


07-SEC.MUN.DE EDUCAÇÃO E CULTURA

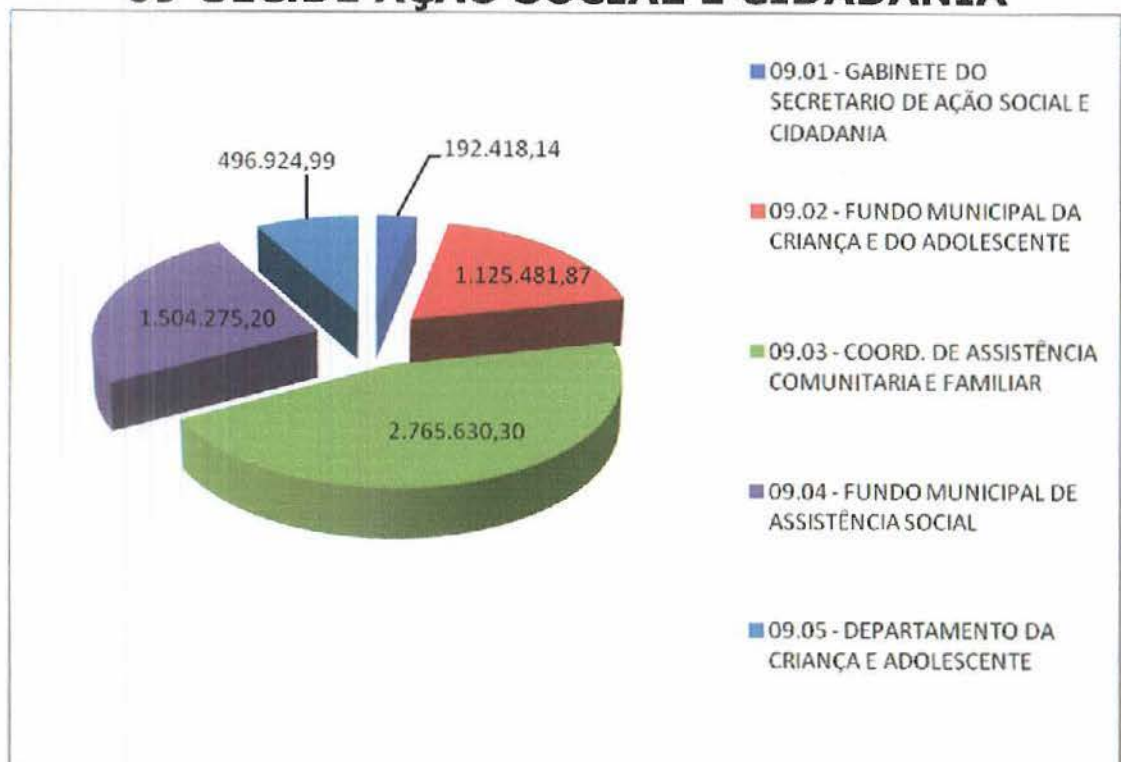




08-SEC.MUN.DE SAÚDE

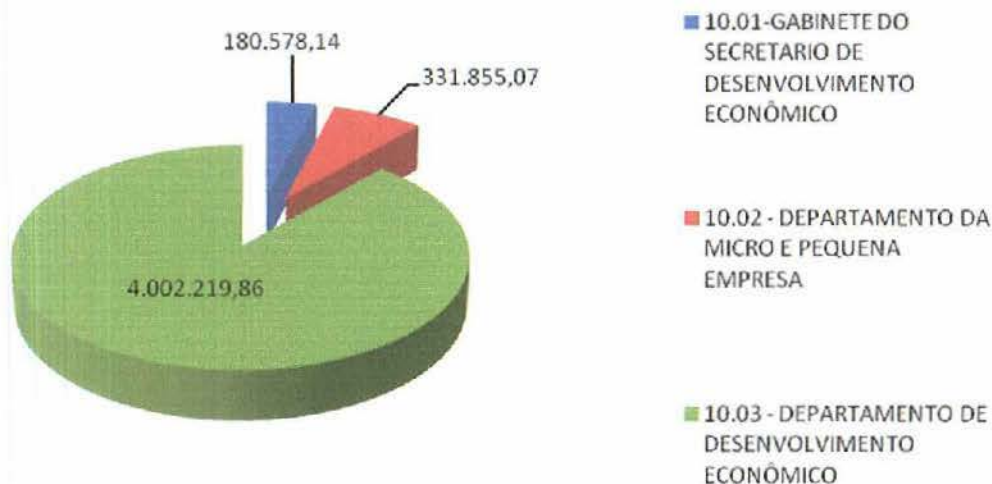


09-SEC.DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

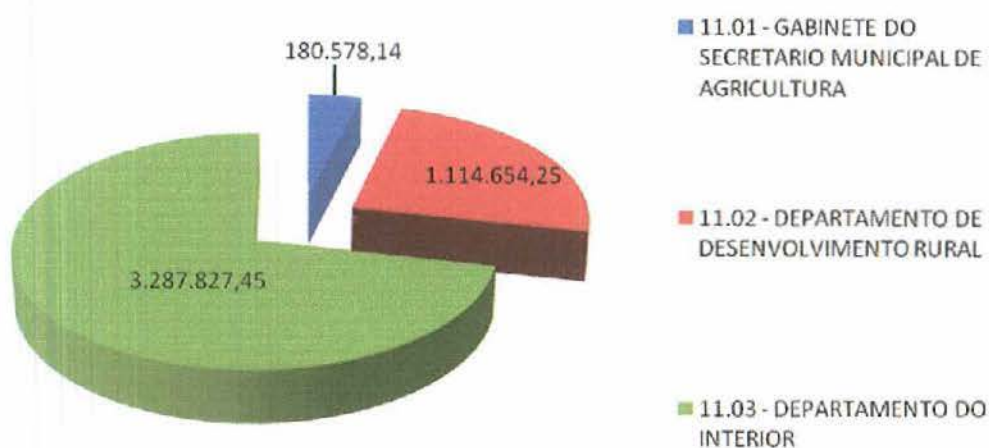




10-SEC.MUN.DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

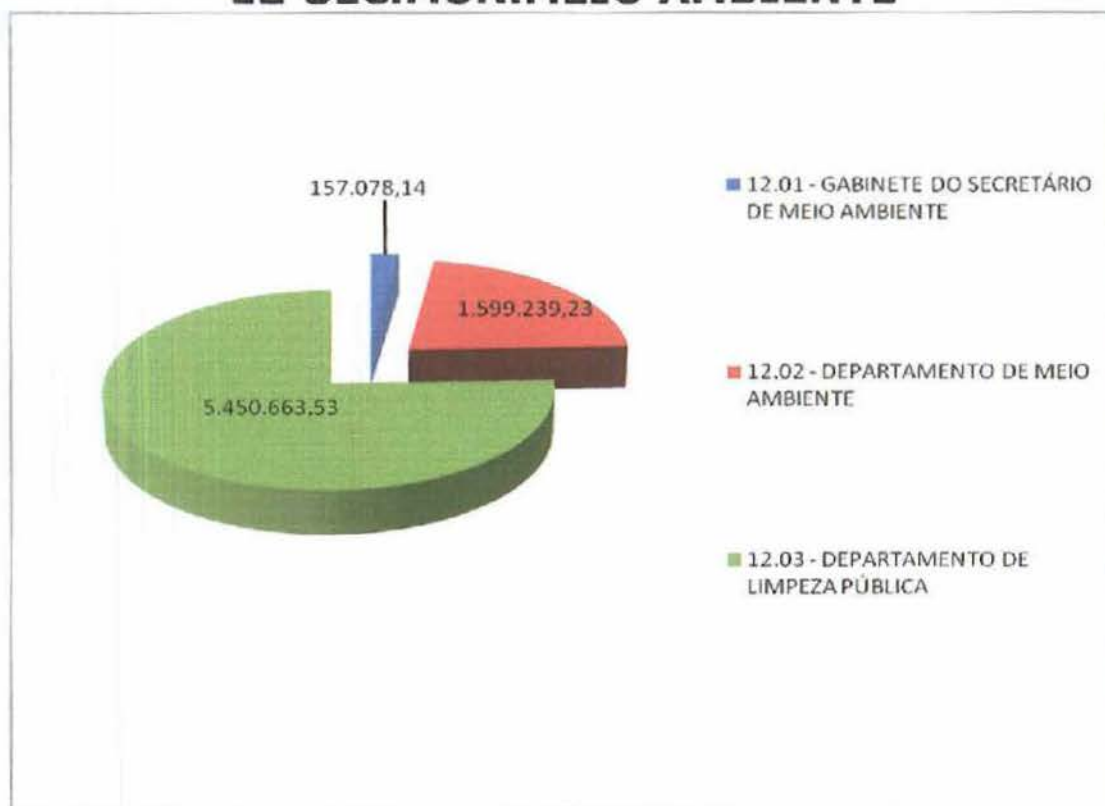


11-SEC.MUN.DE AGRICULTURA



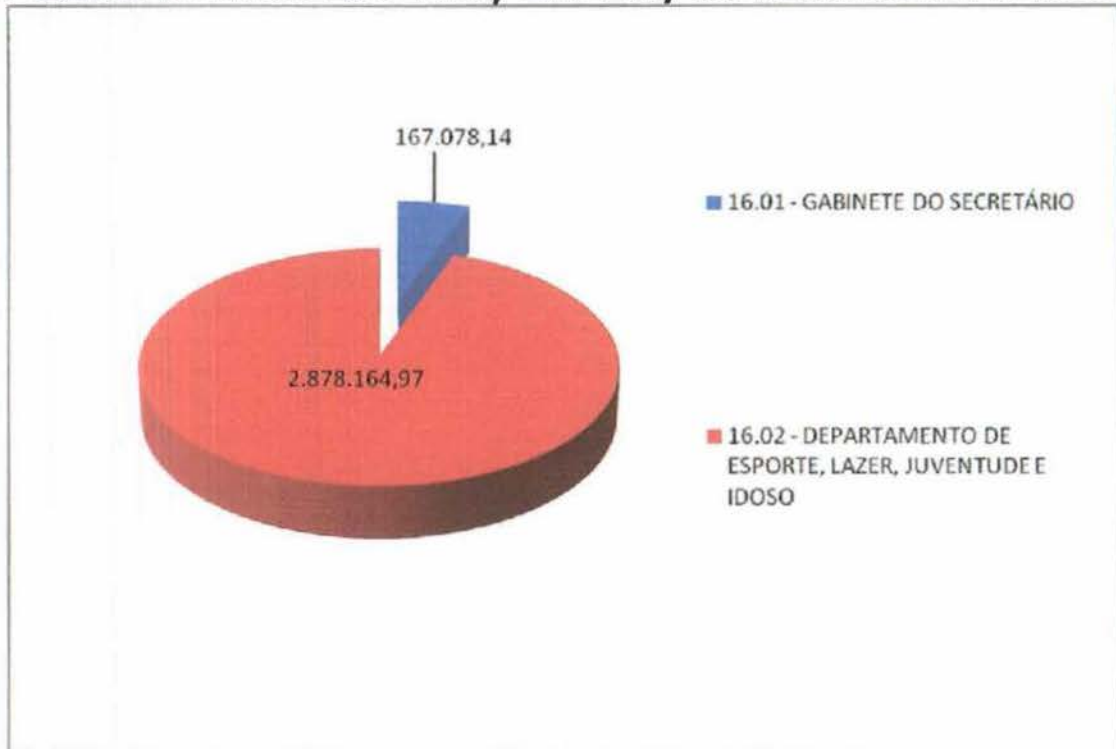


12-SEC.MUN.MEIO AMBIENTE

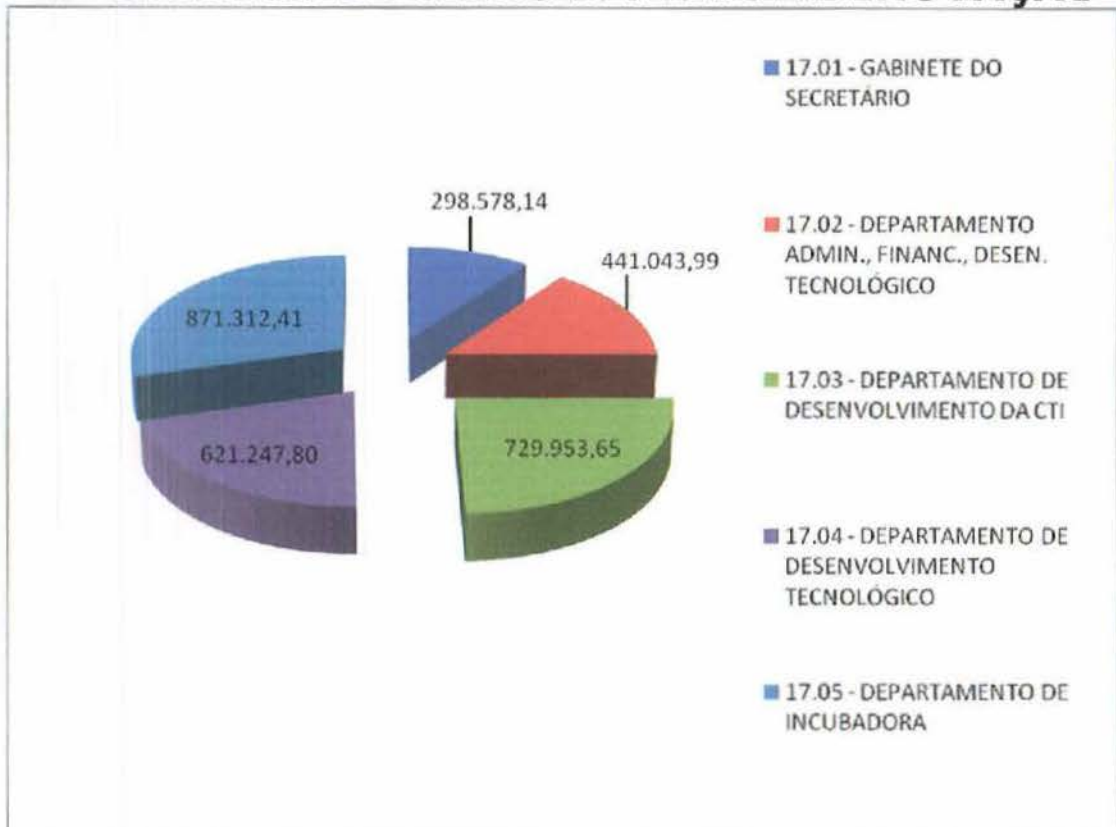




16-SEC.MUN.DE ESPOR., LAZER, JUVENTUDE E IDOSO



17-SEC.MUN. DE CIÊNCIA TECNOL.E INOVAÇÃO





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

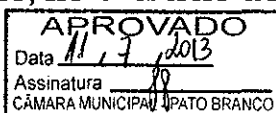


Exmo. Sr.

VILMAR MACCARI

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

O vereador infra-assinado, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresentam para a apreciação dessa Comissão emenda ao **Projeto de Lei nº. 98/2013**, que dispõe sobre as ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.



EMENDA ADITIVA:

Acresce dotação orçamentária a Secretaria Municipal de Administração e Finanças que passa a vigor conforme quadro anexo.

Nestes Termos, Pede Deferimento.
Pato Branco, 19 de junho de 2013.


Vilmar Maccari
Vereador



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ACRESCE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E VALORES

Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	2014
05 - SECRETARIA MUN. DE ADMIN. E FINANÇAS	
05.02 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	
2.000.000 - Implantação e Manutenção de Portais de Segurança e Sistema de Inspeção de Raio X no Terminal Rodoviário José Cattani	100.000,00

REDUZ O VALOR ABAIXO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INDICADA

Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	2014
05 - SECRETARIA MUN. DE ADMIN. E FINANÇAS	
05.02 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	
0.003.000 - Encargos Especiais	2.540.500,00

Obs: NÃO OBSERVADAS AS DEMAIS EMENDAS ^{MAJ} DEDUZIDAS DESSA AÇÃO
0.003.000 - ENCARGOS ESPECIAIS.

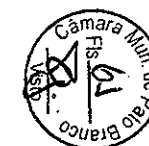
Handwritten signature

ANEXO II -
 Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 METAS GASTOS COM PESSOAL COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
 2014

LRF, art 18 e 19 - ADCT Art. 38

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
REC. CORRENTE LÍQUIDA	81.056.159,16	130.808.551,88	148.132.013,58	153.998.925,31	153.938.788,51	154.123.515,06	155.387.327,88
INVESTIMENTOS EM PESSOAL	40.074.165,08	47.566.443,60	59.207.075,99	62.294.527,72	67.563.734,28	67.459.862,54	69.287.209,50
% APLICADO	49,44	36,36	39,97	40,45	43,89	43,77	44,59



2016-01-20 10:00:00
 2016-01-20 10:00:00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR



MUNICIPIO DE PATO BRANCO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ENGENHARIA OBRAS E
SERVICOS PÚBLICOS.

Anexo IV - OBRAS MUNICIPAIS 2013

OBRA	EMPRESA	Nº CONTRATO	VALOR DO CONTRATO	O.S.	PRAZO EXE.	PRAZO VIGEN.	ADITIVO DE PRAZO/ VENC.	ADITIVO DE VIGÊNCIA/ VENC.	ADITIVO DE VALOR
Parque Tecnológico	MG Empreendimentos	2087/2011	7.434.836,41	12/09/11	12 meses 11/09/12	30 meses 21/12/13	150 dias 08/02/13	---	Sim 156.225,83
CEI São João	Empremac	2205/2011	1.123.777,52	16/01/2012	270 dias 16/10/12	540 dias 03/04/13	16/06/13	16/08/13	Sim 116.220,34
Bacia de Contenção	F. Zancanaro Terraplanagem	2265/2012	7.332.170,53	17/05/2012	360 dias 17/05/13	26/08/15	---	---	---
UBS Alvorada	Catani	2227/2011	696.717,67	12/12/11	180 dias 12/06/12	270 dias 08/09/12	28/03/13	31/07/13	Sim 45.885,31 18.135,64
UPA	W. Reichert	2224/2011	2.069.294,98	05/12/11	240 dias 01/08/12	480 dias 29/03/13	28/03/13	31/07/13	---
Aterro Sanitário	MG. Empreendimentos	2220/2011	2.174.703,80	08/12/11	240 dias 08/08/12	480 dias 22/03/13	28/03/13	31/07/13	Sim 47.637,65
Calçamento	Saracura	2286/2012	284.428,11	06/07/12	Obra Finalizada, última medição foi enviada para a CAIXA.				
Asfalto CP 17	F. Zancanaro	2338/12	4.284.058,62	04/07/12	180 dias 26/12/12	280 dias 12/04/13	30/06/13	31/07/13	Sim 116.688,88



Asfalto CP 18	F. Zancanaro	2339/12	3.997.384,59	04/07/12	180 dias 04/01/13	280 dias 12/04/13	14/04/13	31/07/13	---
Academia Saúde	Casa Pronta	2337/12	166.518,19	04/07/12	120 dias 04/11/12	210 dias 27/01/13	28/04/13	31/09/13	---
Ampliação UBS São Roque do Chopim	Materpol	2360/12	221.739,95	21/09/12	150 dias 21/02/13	240 dias 27/04/13	---	---	---
Ampliação Unidade de Saúde Vila Esperança	Vera Lucia Tonetti Malmann Goetten da Silva	2358/12	159.525,00	03/09/12	Obra Finalizada, aguardando visita técnica para entrega do Termo de Recebimento Provisório.				
Pavim. Asfáltica sobre Pedra Polidrica	F. Zancanaro Terraplanagem	2290/12	273.725,50	19/03/13	Obra Finalizada, última medição foi enviada para a CAIXA.				
Reforma CEI Menino Deus	Casa Pronta	2359/12	294.898,97	30/08/12	120 dias 30/12/12	210 dias 30/03/13	---	---	---

PATO BRANCO, 19 DE JUNHO DE 2013,

SECRETARIA DE ENGENHARIA, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS



17-180910-96-01-000-000-1/1
Câmara Municipal de Pató Branco

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Lei de Diretrizes Orçamentárias
~~2014~~ - Estimativa das receitas
Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais
Dados Enviados ao Legislativo

Estimativa das Receitas Orçamentárias

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 2014 2017 Data: 29/04/2013 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Especificação	Receitas Previstas		
	2014		Total
	Direta	Indireta	
Receitas Correntes			
1.0.0.0.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	201.261.000,00	-	201.261.000,00
1.1.0.0.00.00.00.00 RECEITA TRIBUTÁRIA	40.996.385,00	-	40.996.385,00
1.1.1.0.00.00.00.00 IMPOSTOS	33.052.260,00	-	33.052.260,00
1.1.1.2.00.00.00.00 IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	20.622.260,00	-	20.622.260,00
1.1.1.2.02.00.00.00 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITOR	9.350.000,00	-	9.350.000,00
1.1.1.2.04.00.00.00 IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUE	5.222.260,00	-	5.222.260,00
1.1.1.2.04.31.00.00 IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES S/RENDIME	2.178.000,00	-	2.178.000,00
1.1.1.2.04.34.00.00 IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OUTR	744.260,00	-	744.260,00
1.1.1.2.08.00.00.00 IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO ITBI E DE DIR.REAIS SC	6.050.000,00	-	6.050.000,00
1.1.1.3.00.00.00.00 IMPOSTO SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	12.430.000,00	-	12.430.000,00
1.1.1.3.05.00.00.00 IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	12.430.000,00	-	12.430.000,00
1.1.1.3.05.01.00.00 ISS - DO EXERCÍCIO CORRENTE AO QUINTO EXERCÍCIO	12.430.000,00	-	12.430.000,00
1.1.2.0.00.00.00.00 TAXAS	7.810.125,00	-	7.810.125,00
1.1.2.1.00.00.00.00 TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	2.281.000,00	-	2.281.000,00
1.1.2.1.17.00.00.00 TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.276.000,00	-	1.276.000,00
1.1.2.1.25.00.00.00 TAXA DE LICENÇA P/FUNC.DE ESTAB.COM.IND.E PREST	700.000,00	-	700.000,00
1.1.2.1.26.00.00.00 TAXA DE PUBLICIDADE COMERCIAL	55.000,00	-	55.000,00
1.1.2.1.32.00.00.00 TAXA DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO C	250.000,00	-	250.000,00
1.1.2.2.00.00.00.00 TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3.229.125,00	-	3.229.125,00
1.1.2.2.12.00.00.00 EMOLUMENTOS E CUSTAS PROCESSUAIS ADMINISTRA	255.000,00	-	255.000,00
1.1.2.2.99.00.00.00 OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.856.000,00	-	1.856.000,00
1.1.2.2.99.01.00.00 Taxa C leta de Lix D miciliar	1.491.000,00	-	1.491.000,00
1.1.2.2.99.07.00.00 utras Taxas de Prestaçã de Serviç s	365.000,00	-	365.000,00
1.1.3.0.00.00.00.00 CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	134.000,00	-	134.000,00
1.1.3.0.99.00.00.00 OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	134.000,00	-	134.000,00
1.2.0.0.00.00.00.00 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.728.215,00	-	2.728.215,00
1.3.0.0.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	1.155.000,00	-	1.155.000,00



2013-05-28 11:02:00

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR

Lei de Diretrizes Orçamentárias

~~Anexo II~~ Estimativa das receitas

Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais

Dados Enviados ao Legislativo

ANEXO II

Estimativa das Receitas Orçamentárias

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 2014 2017 Data: 29/04/2013 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: CONSOLIDADO

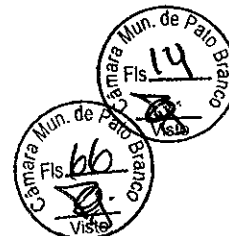


Especificação		Receitas Previstas		
		2014		Total
		Direta	Indireta	
1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	1.705.000,00	-	1.705.000,00
1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	145.516.300,00	-	145.516.300,00
1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	145.136.300,00	-	145.136.300,00
1.7.2.1.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	79.804.300,00	-	79.804.300,00
1.7.2.1.01.00.00.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	33.825.000,00	-	33.825.000,00
1.7.2.1.01.02.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNI	33.000.000,00	-	33.000.000,00
1.7.2.1.01.05.00.00	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TER	165.000,00	-	165.000,00
1.7.2.1.01.99.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNI	660.000,00	-	660.000,00
1.7.2.1.22.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA	231.000,00	-	231.000,00
1.7.2.1.33.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE	40.700.000,00	-	40.700.000,00
1.7.2.1.34.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL	309.300,00	-	309.300,00
1.7.2.1.35.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL	3.661.000,00	-	3.661.000,00
1.7.2.1.36.00.00.00	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO	418.000,00	-	418.000,00
1.7.2.1.99.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	660.000,00	-	660.000,00
1.7.2.2.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	44.432.000,00	-	44.432.000,00
1.7.2.2.01.00.00.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS	44.374.000,00	-	44.374.000,00
1.7.2.2.01.01.00.00	COTA-PARTE DO ICMS	33.050.000,00	-	33.050.000,00
1.7.2.2.01.02.00.00	COTA-PARTE DO IPVA	10.450.000,00	-	10.450.000,00
1.7.2.2.01.04.00.00	COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTAÇÃO	660.000,00	-	660.000,00
1.7.2.2.01.13.00.00	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO	214.000,00	-	214.000,00
1.7.2.2.22.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DA COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO F	3.000,00	-	3.000,00
1.7.2.2.33.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA PRO	55.000,00	-	55.000,00
1.7.2.2.33.02.00.00	Pr grama Saúde da amília Estadual	55.000,00	-	55.000,00
1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	20.900.000,00	-	20.900.000,00
1.7.2.4.01.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANU	20.900.000,00	-	20.900.000,00
1.7.3.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	50.000,00	-	50.000,00
1.7.3.0.00.99.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	50.000,00	-	50.000,00
1.7.6.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	330.000,00	-	330.000,00
1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.160.100,00	-	9.160.100,00

ANEXO II
Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Lei de Diretrizes Orçamentárias
~~2014~~ - Estimativa das receitas
Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais
Dados Enviados ao Legislativo

Estimativa das Receitas Orçamentárias

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 2014 2017 Data: 29/04/2013 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: CONSOLIDADO



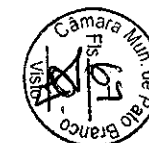
Especificação	Receitas Previstas		
	2014		Total
	Direta	Indireta	
1.9.1.0.00.00.00.00 MULTAS E JUROS DE MORA	2.355.100,00	-	2.355.100,00
1.9.2.0.00.00.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	155.000,00	-	155.000,00
1.9.3.0.00.00.00.00 RECEITA DA DIV.ATIVA	5.000.000,00	-	5.000.000,00
1.9.3.1.00.00.00.00 RECEITA DA DIV.ATIVA TRIBUTÁRIA	5.000.000,00	-	5.000.000,00
1.9.9.0.00.00.00.00 RECEITAS DIVERSAS	1.650.000,00	-	1.650.000,00
Receitas de capital			
2.0.0.0.00.00.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	-	100.000,00
Total de receitas	201.361.000,00	-	201.361.000,00
Deduções da receita			
Restituição	10.000,00	-	10.000,00
1.1.1.2.02.00.00.00 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITOR	10.000,00	-	10.000,00
Descontos Concedidos	10.000,00	-	10.000,00
1.1.1.2.02.00.00.00 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITOR	10.000,00	-	10.000,00
FUNDEB	14.541.000,00	-	14.541.000,00
1.7.2.1.01.02.00.00 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNI	5.610.000,00	-	5.610.000,00
1.7.2.1.01.05.00.00 COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TER	28.000,00	-	28.000,00
1.7.2.1.36.00.00.00 TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO	71.000,00	-	71.000,00
1.7.2.2.01.01.00.00 COTA-PARTE DO ICMS	6.610.000,00	-	6.610.000,00
1.7.2.2.01.02.00.00 COTA-PARTE DO IPVA	2.090.000,00	-	2.090.000,00
1.7.2.2.01.04.00.00 COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTAÇÃO	132.000,00	-	132.000,00
Total das Deduções	14.561.000,00	-	14.561.000,00
Total Líquido das Receitas	186.800.000,00	-	186.800.000,00
Total Geral	186.800.000,00		

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Programação Financeira da Receita Bimestral
1º Bimestre/2013

VI - Metas Bimestrais de Arrecadação R\$ 1,00

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA RECEITA BIMESTRAL - INICIAL						Total Programação Financeira	Previsão Inicial 2013
	1º bimestre Até Bimestre	2º bimestre Até Bimestre	3º bimestre Até Bimestre	4º bimestre Até Bimestre	5º bimestre Até Bimestre	6º bimestre Até Bimestre		
RECEITAS CORRENTES (A)	26.795.237,00	34.974.481,60	33.106.655,60	31.336.146,10	31.496.853,80	32.321.625,90	190.031.000,00	190.031.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	26.795.237,00	61.769.718,60	94.876.374,20	126.212.520,30	157.709.374,10	190.031.000,00	34.046.000,00	34.046.000,00
IMPOSTOS	4.677.902,00	6.409.855,60	6.003.479,60	5.525.452,60	5.645.370,80	5.783.939,40	27.956.600,00	27.956.600,00
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	4.677.902,00	11.087.757,60	17.091.237,20	22.616.689,80	28.262.060,60	34.046.000,00	27.956.600,00	27.956.600,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	3.830.054,20	5.272.614,76	4.937.135,56	4.531.764,86	4.635.204,28	4.749.826,34	8.500.000,00	8.500.000,00
IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO ITBI E DE DIR.REAIS SOBRE IMÓVEIS	3.830.054,20	9.102.668,96	14.039.804,52	18.571.569,38	23.206.773,66	27.956.600,00	2.656.600,00	2.656.600,00
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	1.164.500,00	1.603.100,00	1.501.100,00	1.377.850,00	1.409.300,00	1.444.150,00	5.500.000,00	5.500.000,00
TAXAS	1.164.500,00	2.767.600,00	4.268.700,00	5.646.550,00	7.055.850,00	8.500.000,00	11.300.000,00	11.300.000,00
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	363.954,20	501.034,76	469.155,56	430.634,86	440.464,28	451.356,34	5.967.400,00	5.967.400,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	363.954,20	864.988,96	1.334.144,52	1.764.779,38	2.205.243,66	2.656.600,00	3.500.000,00	3.500.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	753.500,00	1.037.300,00	971.300,00	891.550,00	911.900,00	934.450,00	1.050.000,00	1.050.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	753.500,00	1.790.800,00	2.762.100,00	3.653.650,00	4.565.550,00	5.500.000,00	1.550.000,00	1.550.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.548.100,00	2.131.180,00	1.995.580,00	1.831.730,00	1.873.540,00	1.919.870,00	20.281.000,00	20.281.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.548.100,00	3.679.280,00	5.674.860,00	7.506.590,00	9.380.130,00	11.300.000,00	129.604.000,00	129.604.000,00
	831.133,80	1.114.231,64	1.044.798,84	973.911,54	989.938,92	1.013.385,26		
	831.133,80	1.945.365,44	2.990.164,28	3.964.075,82	4.854.014,74	5.967.400,00		
	16.714,00	23.009,20	21.545,20	19.776,20	20.227,60	20.727,80		
	16.714,00	39.723,20	61.268,40	81.044,60	101.272,20	122.000,00		
	479.500,00	660.100,00	618.100,00	567.350,00	580.300,00	594.650,00		
	479.500,00	1.139.600,00	1.757.700,00	2.325.050,00	2.905.350,00	3.500.000,00		
	143.850,00	198.030,00	185.430,00	170.205,00	174.090,00	178.295,00		
	143.850,00	341.880,00	527.310,00	697.515,00	871.605,00	1.050.000,00		
	212.350,00	292.330,00	273.730,00	251.255,00	256.890,00	263.345,00		
	212.350,00	504.680,00	778.410,00	1.029.665,00	1.286.655,00	1.550.000,00		
	18.503.138,00	23.589.169,40	22.444.291,40	21.534.333,40	21.477.513,20	22.055.554,60		
	18.503.138,00	42.092.307,40	64.536.598,80	86.070.932,20	107.548.445,40	129.604.000,00		
	2.778.497,00	3.824.996,60	3.581.624,60	3.287.550,10	3.362.589,80	3.445.741,90		
	2.778.497,00	6.603.493,60	10.185.116,20	13.472.668,30	16.835.258,10	20.281.000,00		



777-85070-9015-5102-407-2

Se Jovem Supra do Trabalho Social

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Programação Financeira da Receita Bimestral
1º Bimestre/2013

R\$ 1,00

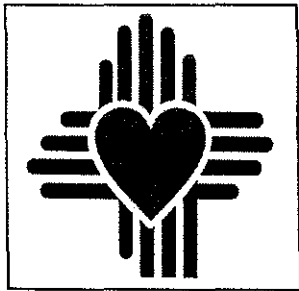
Unidade Gestora: CONSOLIDADO

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA RECEITA BIMESTRAL - INICIAL						Total Programação Financeira	Previsão Inicial 2013
	1º bimestre Até Bimestre	2º bimestre Até Bimestre	3º bimestre Até Bimestre	4º bimestre Até Bimestre	5º bimestre Até Bimestre	6º bimestre Até Bimestre		
DEDUÇÕES (B)	-1.880.462,00	-2.588.723,60	-2.424.011,60	-2.224.984,60	-2.275.770,80	-2.332.047,40		
	-1.880.462,00	-4.469.185,60	-6.893.197,20	-9.118.181,80	-11.393.952,60	-13.726.000,00	-13.726.000,00	-13.726.000,00
RECEITAS CAPITAL (D)	20.550,00	28.290,00	26.490,00	24.315,00	24.870,00	25.485,00		
	20.550,00	48.840,00	75.330,00	99.645,00	124.515,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00
RECEITA TOTAL (A-B+D)	24.935.325,00	32.414.048,00	30.709.134,00	29.135.476,50	29.245.953,00	30.015.063,50		
	24.935.325,00	57.349.373,00	88.058.507,00	117.193.983,50	146.439.936,50	176.455.000,00	176.455.000,00	176.455.000,00



17/1-980970-90-12-1702-072-12- 17-06 070707-12

24.935.325,00 57.349.373,00 88.058.507,00 117.193.983,50 146.439.936,50 176.455.000,00



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PATO BRANCO

Rua Xavantes, 411 – 2º Andar – Centro
Cep. 85.501.220 - Pato Branco – PR
Fone\Fax: 046 - 3902-1268
E-mail: cmspb@mail.com



Ofício Nrº 064/2013/CMSPB

Pato Branco, 13 de Junho de 2013.

Prezado Senhor:

Devido estar em tramitação nessa Casa de Leis a LDO e a PPA, as quais serão debatidas em Audiências Públicas convocadas para tais fins.

Sendo assim na intenção de contribuir com os trabalhos, sugerimos que seja contemplado e/ou complementadas as seguintes questões:

1) Recurso no valor de R\$ 1.000.000,00 (Hum milhão de reais), para a realização de procedimentos de Exames Laboratoriais e Cirurgias Eletivas que se encontram represadas na Auditoria.

Justificativa: Centenas de usuários se encontram em situação de sofrimento constante, fazendo uso de medicação cotidiana, assim como necessitando de consultas seguidas, sem falar que muitos desses usuários acabam migrando para média e alta complexidade resultando em gastos constantes e mais elevados e o que é pior o sofrimento das pessoas por falta de atendimento.

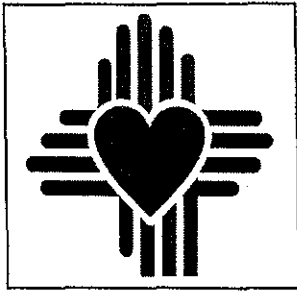
2) Recurso para Construção de Centro de Reabilitação Física e Motora.

Justificativa: O local onde são feitos os atendimentos não é adequado para tais procedimentos.

3) Recurso para Controle de Qualidade da Águas, fontes, nascentes no exercício de 2017, onde esta previsto apenas R\$ 1,00 (um real).

Justificativa: Precisamos ampliar o trabalho de prevenção e principalmente desenvolver ações que visem garantir a qualidade das águas, principalmente da área Rural, garantindo assim saúde as pessoas.

4) Ampliar o valor para manutenção do Conselho Municipal de Saúde para 16.000,00, pois em 2013 o conselho já dispõem de R\$ 15.000,00/ano.



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PATO BRANCO

Rua Xavantes, 411 – 2º Andar – Centro
Cep. 85.501.220 - Pato Branco – PR
Fone\Fax: 046 - 3902-1268
E-mail: cmspb@mail.com



Justificativa: Precisa avançar em ações de capacitação, eventos, elaboração de materiais entre outros. Sendo assim solicita manter os quinze mil e aplicar a correção nos anos seguintes.

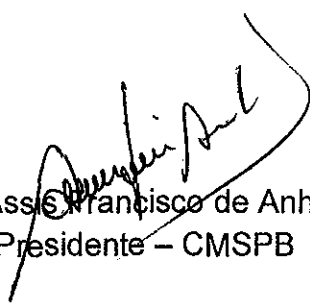
5) Construção do COAS R\$ 5.000,00. Valor simbólico.

Justificativa: Precisa de investimentos capazes de tornar possível tal construção.

Sendo assim, sugerimos que os pontos elencados acima sejam contemplados e complementados nos orçamentos, garantindo mais atendimento com respeito e humanização dos usuários.

Certos de poder contar com vosso apoio, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,


Assis Francisco de Anhaia
Presidente – CMSPB

Ilmo. Senhor
Valmir Tasca
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Pato Branco – Pr.



CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Rua Theofilo Augusto Loiola, nº 264, Sambugaro – Pato Branco – PR - Tel: (46) 3225-5544



Ofício nº 005/2013

Pato Branco, 24 de Junho de 2013.

Prezado Senhor:

Devido estar em tramitação nessa Casa de Leis a LDO e a PPA, as quais serão debatidas em Audiências Públicas convocadas para tais fins.

Sendo assim na intenção de contribuir com os trabalhos, sugerimos que seja contemplado e/ou complementadas o que segue:

1) Recurso no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), mensais para a implantação de ações de Segurança Alimentar e Nutricional.

Justificativa: Todos os indicadores apontam que a insegurança alimentar vem crescendo assustadoramente e em Pato Branco não é diferente, pois mais de 50% da nossa população esta inserida nesses números, seja pelo fato da desnutrição, do sobre peso ou da obesidade. Fatos esses que precisam de investimentos com ações constantes e duradouras, que proporcionem a garantia da qualidade de vida de nosso povo através de iniciativas de políticas. Pois só assim será garantido o artigo 6ª da Constituição Federal que é dever do estado.

Sendo assim, sugerimos que esteja contemplado esse recurso nos orçamentos.

Certos de poder contar com vosso apoio, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,

Assis Francisco de Anhaia
Presidente – CMSPB

Ilmo. Senhor

Valmir Tasca

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
Pato Branco – Pr.



Câmara Municipal de Pato Branco

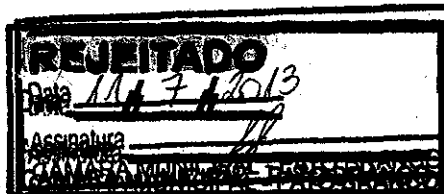
Estado do Paraná

Exmo. Senhor
Vilmar Maccari
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento



O vereador infra-assinado, JOSÉ GILSON FEITOSA DA SILVA – PT, no uso de suas atribuições legais e regimentais apresenta para a Comissão de Finanças e Orçamento as seguintes **Emendas Modificativas ao Projeto de Lei nº 98/2013**, que dispõe sobre as ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA 1



Veteram favoráveis:
Guilherme Schiavo
José G. F. da Silva
e Rafael Antu.

Art. 1º Modificar a redação do art. 37, do Projeto de Lei nº 98/2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 37 Visando adequar as estruturas do orçamento-programa às necessidades técnicas decorrentes da execução das metas físicas e fiscais, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais até o limite de 5% (cinco por cento) do total do orçamento, por meio de ato próprio, nas medidas das necessidades, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2014, no que couber.”

EMENDA MODIFICATIVA 2

REJEITADO

Data 11/7/2013

Assinatura

CAMARA MUNICIPAL - PATO BRANCO


Art. 1º Modificar a redação do art. 42, do Projeto de Lei nº 98/2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 42 Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar recursos orçamentários para atender despesas com serviços de publicidade e propaganda, programação financeira – 3.3.90.39.88.00, até o limite de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) anuais.”

Veteram favoráveis a emenda
José G. F. da Silva e Rafael Antu.

Nestes termos pede deferimento.

Pato Branco, 26 de junho de 2013.


JOSÉ GILSON FEITOSA DA SILVA – PT
Proponente





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Exmo. Sr.

VILMAR MACCARI

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Os vereadores infra-assinados, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresentam para a apreciação dessa Comissão Emenda Aditiva ao **Projeto de Lei nº. 98/2013**, que dispõe sobre as ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.

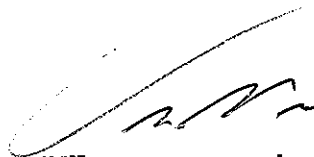


EMENDA ADITIVA:

Acresce dotação orçamentária a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude que passa a vigor conforme quadro anexo.

Nestes Termos, Pedem Deferimento.
Pato Branco, 27 de junho de 2013.


Valmir Tasca
Vereador


Vilmar Maccari
Vereador



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ACRESCE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E VALORES

Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	2014
05 - SECRETARIA MUN. DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	
05.02 - DEP. ESPORTE, LAZER, JUVENTUDE E IDOSO	
2.000.000 - Construção e Manutenção de pista de Skate no Bairro Planalto	150.000,00

REDUZ O VALOR ABAIXO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INDICADA

Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	2014
05 - SECRETARIA MUN. DE ADMIN. E FINANÇAS	
05.02 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	
0.003.000 - Encargos Especiais	2.490.500,00

OBS: NÃO OBSERVADAS AS DEMAIS EMENDAS JÁ REDUZIDAS
PESSAÇÃO 0.003.000 - ENCARGOS ESPECIAIS.



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Exmo. Sr.
Vilmar Maccari
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento



Os vereadores infra-assinados, **Leunira Viganó Tesser –PDT** e **Valmir Tasca – DEM**, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresentam para a apreciação dessa Comissão as seguintes emendas ao **Projeto de Lei nº 98/2013**, que dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA:



Acresce ação ao órgão especificado abaixo que passará a vigorar com o seguinte teor:

Órgão	16	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER, JUVENTUDE E IDOSO	
Unidade	16.02	DEPARTAMENTO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE E IDOSO	2014
2.000.000	Aquisição de Veículo		50.000,00

Fica reduzida a seguinte dotação orçamentária que cobrirá o valor acima relacionado, passando a vigorar com o seguinte teor:

Órgão	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E FINANÇAS	
Unidade	05.02	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	2014
0.002.000	Amortização da Dívida Interna		3.150.000,00

OBS: Não observadas as demais emendas já deduzidas dessa ação 0.002.000 – Amortização da Dívida Interna.

Nestes termos, pedem deferimento.
Pato Branco, 28 de junho de 2013.

Leunira Viganó Tesser

Vereadora – PDT

Valmir Tasca
Vereador – DEM



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

JUSTIFICATIVA



Com o objetivo de incentivar o esporte local apresentamos as referidas emendas aos Projetos de Lei nº 97/2013, e 98/2013, pois se entende que estes são direitos sociais e guiando-se pelos princípios da democratização e inclusão social, articula, integra, promove e estabelece relações éticas de parcerias entre o Poder Público, entidades da sociedade civil e instituições privadas, em torno do esporte educacional, de participação e de rendimento, valorizando a acessibilidade, a descentralização, a intersetorialidade e a multidisciplinaridade das ações esportivas e de lazer.

Estudiosos argumentam que a prática de esportes beneficia grandiosamente as pessoas, e até mesmo a sociedade, pois reduz a probabilidade do aparecimento de doenças. Cada esporte possui suas particularidades, mas todos influenciam no desenvolvimento saudável das pessoas, mantendo distância da mentalidade distorcida que muitas vezes se prega no mundo, fazendo assim, com que os jovens se distanciam da criminalidade.

Neste contexto apresentamos as referidas emendas para aquisição de veículo, uma vez que o mesmo trará agilidade das funções dentro da Secretaria de Esportes, Lazer, Juventude e Idoso, proporcionando grandes benefícios a toda comunidade esportiva.

Contamos com a colaboração dos nobres colegas na tramitação e aprovação das mesmas.

Leunira Viganó Tesser

Vereadora – PDT

Valmir Tasca

Vereador – DEM



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Exmo. Sr.
VILMAR MACCARI
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

A Comissão de Orçamento e Finanças, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação Emendas ao **Projeto de Lei nº. 98/2013**, que dispõe sobre as ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.

1 - EMENDA ADITIVA:

Acresce dotação orçamentária a Secretaria Municipal de Saúde que com o seguinte teor:

LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ACRESCE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E VALORES

Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	2014
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
2.000.000 - Realização de procedimentos de Exames Laboratoriais e Cirurgias Eletivas	1.000.000,00



REDUZ O VALOR ABAIXO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INDICADA

Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	2014
05 - SECRETARIA MUN. DE ADMIN. E FINANÇAS	
05.02 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	
0.002.000 - Amortização da Dívida Interna	2.700.000,00
0.003.000 - Encargos Especiais	2.140.500,00



OBS: NÃO OBSERVADAS AS DEMAIS EMENDAS JÁ DEDUZIDAS DESSAS AÇÕES: 0.003.000 - ENCARGOS ESPECIAIS E 0.002.000 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

2 - EMENDA ADITIVA:

Acresce dotação orçamentária a Secretaria Municipal de Saúde que com o seguinte teor:



LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ACRESCE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E VALORES

Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	2014
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
2.000.000 - Implantação de Ações de Segurança Alimentar e Nutricional	10.000,00

REDUZ O VALOR ABAIXO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INDICADA

Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	2014
05 - SECRETARIA MUN. DE ADMIN. E FINANÇAS	
05.02 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	
2.216.000 - Manutenção das atividades do Departamento Administrativo e Financeiro	1.854.113,46

OBS: NÃO OBSERVADAS AS DEMAIS EMENDAS JÁ DEDUZIDAS DESSA AÇÃO: 2.216.000 - Manutenção das atividades do Departamento Administrativo e Financeiro.

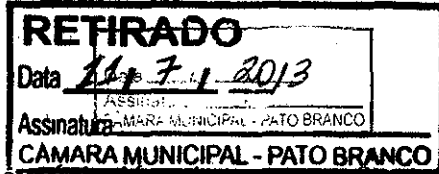
CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO/PR
Protocolo Geral - 02-10-2013-15:06-01.879-1/1





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



1 - EMENDA MODIFICATIVA:

Acresce valor a dotação orçamentária já existente na Secretaria Municipal de Saúde que passa a vigorar com o seguinte teor:

LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ACRESCE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E VALORES

Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	2014
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.02 - DEP. ESPORTE, LAZER, JUVENTUDE E IDOSO	
2.116.000 - Manter o Conselho Municipal de Saúde	6.000,00

REDUZ O VALOR ABAIXO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INDICADA

Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	2014
05 - SECRETARIA MUN. DE ADMIN. E FINANÇAS	
05.02 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	
2.019.000 - Manutenção da Coordenadoria de Tributação e Fiscalização	761.069,11

OBS: NÃO OBSERVADAS AS DEMAIS EMENDAS JÁ DEDUZIDAS DESSA AÇÃO: 2.216.000 - Manutenção da Coordenadoria de Tributação e Fiscalização.

*Retirado
a pedido Presidente
Comissão*

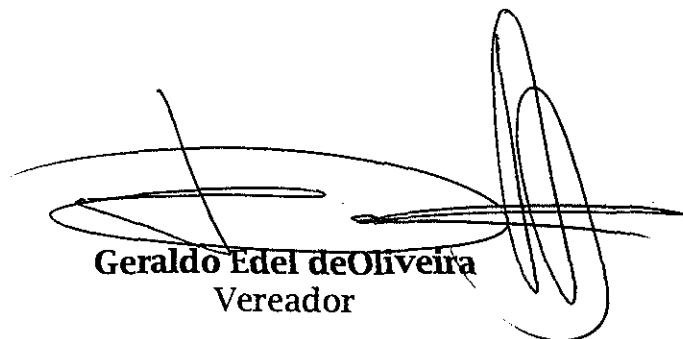


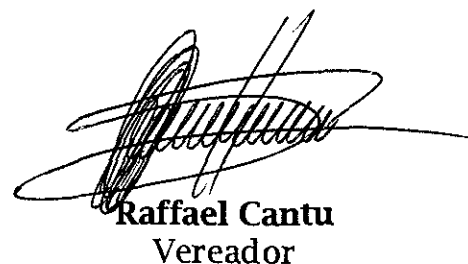


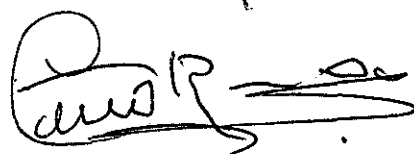
Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

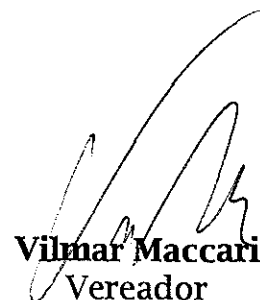
Nestes Termos, Pedem Deferimento.
Pato Branco, 01 de julho de 2013.

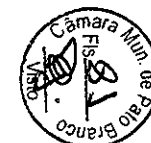

Geraldo Edel de Oliveira
Vereador


Raffael Cantu
Vereador



Câmara Munic. Pato Branco
Enio Ruaro
Vereador - PR


Vilmar Maccari
Vereador



RECEBIDA - CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR
01/07/2013 - 15:06 - 01/07/2013



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Exmo. Sr.
VILMAR MACCARI
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Os vereadores infra-assinados **GUILHERME SEBASTIÃO SILVÉRIO - PMDB** e **VILMAR MACCARI - PDT**, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação Emendas ao **Projeto de Lei nº. 98/2013**, que dispõe sobre as ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.

1 - EMENDA MODIFICATIVA:



Acresce valor a dotação orçamentária já existente na Secretaria Municipal de Educação e Cultura que passa a vigorar com o seguinte teor:

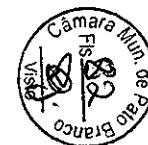
ACRESCE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E VALORES

Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	2014
07 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.04 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	
2.185.000 - Difusão da Semana da Cultura Evangélica - Eventos	40.000,00

REDUZ O VALOR ABAIXO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INDICADA

Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	2014
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN. E FINANÇAS	
05.02 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	
2.236.000 - Manutenção das publicações oficiais - Monitoramento	200.000,00

OBS: NÃO OBSERVADAS AS DEMAIS EMENDAS JÁ DEDUZIDAS DESSA AÇÃO: 2.236.000 - Manutenção das publicações oficiais Monitoramento.



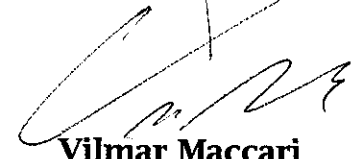


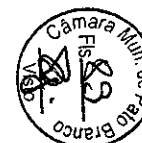
Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Nestes Termos, Pedem Deferimento.
Pato Branco, 04 de julho de 2013.


Guilherme Sebastião Silvério
Vereador


Vilmar Maccari
Vereador





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Exmo. Sr.
VILMAR MACCARI
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Os vereadores infra-assinados **GUILHERME SEBASTIÃO SILVÉRIO - PMDB** e **ENIO RUARO - PR**, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação Emendas ao **Projeto de Lei nº. 98/2013**, que dispõe sobre as ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.

1 - EMENDA MODIFICATIVA:



Acresce valor a dotação orçamentária já existente na Secretaria Municipal de Esporte. Lazer, Juventude e Idoso que passa a vigorar com o seguinte teor:

ACRESCE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E VALORES

Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	2014
16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER, JUVENTUDE e IDOSO	
16.02 - Departamento de Esporte, Lazer, Juventude e Idoso	
1.099.000 - Construção e Manutenção de Complexo Esportivo Multiuso, Quadra Poliesportiva Coberta, Pólos Esportivos	30.000,00

REDUZ O VALOR ABAIXO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INDICADA que passa a vigorar com o seguinte teor:

Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	2014
02 - GOVERNO MUNICIPAL	
02.01 - Gabinete do Prefeito	
2.002.000 - Coordenação e Supervisão dos órgãos da administração	1.035.149,25

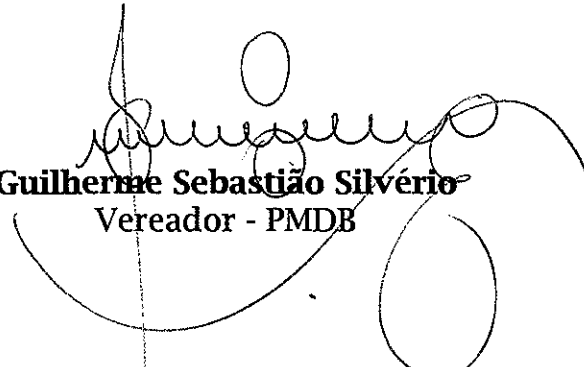
OBS: NÃO OBSERVADAS AS DEMAIS EMENDAS JÁ DEDUZIDAS DESSA AÇÃO: 2.002.000 - Coordenação e Supervisão dos órgãos da administração



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

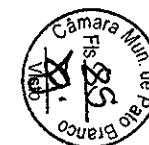
Nestes Termos, Pedem Deferimento.
Pato Branco, 04 de julho de 2013.



Guilherme Sebastião Silvério
Vereador - PMDB



Enio Ruaro
Vereador - PR





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Exmo. Sr.

Vilmar Maccari

Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
PROTOCOLADO
-08-Mai-2013-15:15-016418-1/1

Os vereadores abaixo-assinado, membros da Comissão de Orçamento e Finanças, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, através de orientação repassada no parecer Contábil e pela Contadora dessa Casa de Leis, apresentam para a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis **Emendas Aditiva e Modificativa ao Projeto de Lei nº. 98/2013**, que dispõe sobre as ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA:



Acresce ao Projeto de Lei nº 98/2013 artigo 21, ficando os demais artigos renomeados:

Art. 21. A Lei Orçamentária considerará para o Legislativo Municipal, na programação de despesas com pessoal, os efeitos da revisão do plano de cargos e salários, reenquadramentos de pessoal, adicionais por tempo de serviço, horas extras, outras vantagens concedidas, definidas em lei, revisão ou reajuste salarial aos servidores e agentes políticos, criação de cargos, aumento do número de vagas no quadro funcional e contratação de pessoal de acordo com a necessidade, observando os limites de despesa com pessoal, estabelecidos na legislação específica.

Parágrafo único. Os custos decorrentes da implementação das ações programadas no *caput* deste artigo serão custeados com recursos do orçamento fiscal próprio, destinado ao Poder Legislativo Municipal.

EMENDA MODIFICATIVA:



Altera a redação do artigo 44º, passando a vigorar com o seguinte teor:

Art. 44. A avaliação do cumprimento das metas do exercício anterior e das metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixadas nos três exercícios anteriores, a evolução do patrimônio líquido bem como o Anexo IV de Obras em Andamento, o Anexo V da Evolução da Receita e o Anexo VI das Metas Bimestrais de Arrecadação apensos, que poderão ser observadas respectivamente nos Demonstrativos II, III e IV.

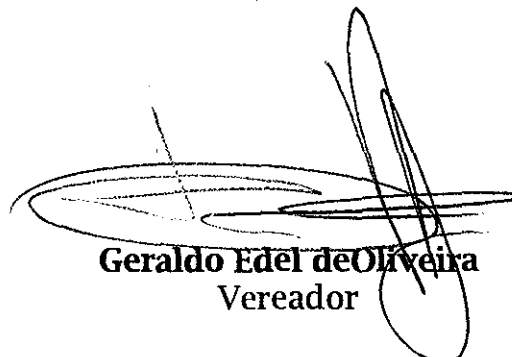


Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Nestes Termos, pedem deferimento.
Pato Branco, 08 de julho de 2013.



Geraldo Edel de Oliveira
Vereador



Raffael Cantu
Vereador



Vilmar Maccari
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral - 08-Jul-2013-15:15-016419-1/1



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Exmo. Sr.
Vilmar Maccari
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento



A vereadora **Leunira Viganó Tesser –PDT**, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação dessa Comissão as seguintes emendas ao **Projeto de Lei nº 98/2013**, que dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA:



Acresce ação ao órgão especificado abaixo que passará a vigorar com o seguinte teor:

Órgão	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
Unidade	07.04	DEPARTAMENTO DE CULTURA	2014
2.000.000		Criação da Biblioteca Itinerante	5.000,00

Fica reduzida a seguinte dotação orçamentária que cobrirá o valor acima relacionado, passando a vigorar com o seguinte teor:

Órgão	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E FINANÇAS	
Unidade	05.02	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	2014
0.002.000		Amortização da Dívida Interna	3.195.000,00

OBS: Não observadas as demais emendas já deduzidas dessa ação 0.002.000 – Amortização da Dívida Interna.

Nestes termos, pedem deferimento.
Pato Branco, 8 de julho de 2013.

Leunira Viganó Tesser
Vereadora – PDT



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral - 08-Jul-2013 16:35 - 01664-1/1

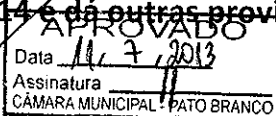
Exmo.Sr.

VILMAR MACCARI

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

O vereador abaixo assinado, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais apresenta para a apreciação emenda ao **Projeto de Lei nº 98/2013, que dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.**

EMENDA MODIFICATIVA



Acresce valor a dotação orçamentária a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que passa a vigorar conforme quadro anexo.

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
07-SECRET.MUN.EDUCAÇÃO E CULTURA		
07.02 – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO		
0.000.000 – Projeto de Apoio ao Transporte Universitário para deslocamento de estudantes para outros municípios.	50.000,00	50.000,00

Para cobrir o valor acima indicado serão reduzidos valores dos itens abaixo indicados que passaram a vigorar com a seguinte redação e valores:

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
5-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
05.02 – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO		
0.002.000-Amortização da Dívida interna	3.150.000,00	3.150.000,00

Obs.: Não observadas as demais emendas já deduzidas dessa ação: 0.002.000-Amortização da Dívida interna

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 08 de julho de 2013.

Claudemir Zanco
Vereador – PSD



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral - 08-07-2013-16:36-01608-14

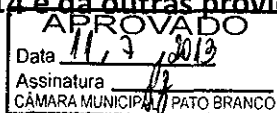
Exmo.Sr.

VILMAR MACCARI

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

O vereador abaixo assinado, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação emenda ao **Projeto de Lei nº 98/2013, que dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.**

EMENDA MODIFICATIVA



Acresce dotação orçamentária a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que passa a vigorar conforme quadro anexo.

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
07-SECRET.MUN.EDUCAÇÃO E CULTURA		
07.04 – DEPARTAMENTO DE CULTURA		
0.000.000-Incentivo a Cooperativa de Artesanato de Pato Branco e Associação Pato-branquense do Artesão	30.000,00	30.000,00

Para cobrir o valor acima indicado serão reduzidos valores dos itens abaixo indicados que passaram a vigorar com a seguinte redação e valores:

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
5-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
05.02 – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO		
0.002.000-Amortização da Dívida interna	3.170.000,00	3.170.000,00

Obs.: Não observadas as demais emendas já deduzidas dessa ação: 0.003.000-Encargos Especiais

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 08 de julho de 2013.

Claudemir Zanco
Vereador – PSD



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Gabinete do Vereador Raffael Cantu - PCdoB

Exmo.Sr.

Vilmar Maccari

Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças



O vereador infra-assinado no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação dessa Comissão emenda ao **Projeto de Lei nº 98/2013**, que dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeiras e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA:



Modifica valor de dotação orçamentária na Secretaria Municipal de Educação e Cultura que passa a vigorar conforme quadro anexo.

Nestes Termos, pede deferimento.

Pato Branco, 09 de julho de 2013.

Raffael Cantu
Vereador PCdoB

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral - 09-Jul-2013-16:41-01650-1/1



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Gabinete do Vereador Raffael Cantu - PCdoB



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ACRESCE VALOR NA SEGUINTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão/Unidade/Função/Sub-função/Programa/Ação	2014
07 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.04 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	
2.108.000 – Manutenção do Departamento de Cultura	R\$ 944.444,53

RETIRA O VALOR DAS SEGUINTE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Órgão/Unidade/Função/Sub-função/Programa/Ação	2014
02 – GOVERNO MUNICIPAL	
02.01 – GABINETE DO PREFEITO	
2.002.000 – Coordenação e Supervisão dos Órgãos da Administração	R\$ 1.000.149,25

Órgão/Unidade/Função/Sub-função/Programa/Ação	2014
02 – GOVERNO MUNICIPAL	
02.05 – DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
2.003.000 – Manutenção das Atividades da Assessoria de Imprensa	R\$ 1.043.500,00



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Exmo.Sr.

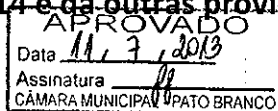
VILMAR MACCARI

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento



O vereador abaixo assinado, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação emenda ao **Projeto de Lei nº 98/2013, que dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.**

EMENDA MODIFICATIVA



Modifica dotação orçamentária a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que passa a vigorar conforme quadro anexo.

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
12-SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		
12.02 – DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE		
2.191.000-Promover e incentivar a preservação de árvores multisseculares	8.000,00	8.000,00

Para cobrir o valor acima indicado serão reduzidos valores dos itens abaixo indicados que passaram a vigorar com a seguinte redação e valores:

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
5-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
05.02 – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO		
0.002.000-Amortização da Dívida interna	3.192.000,00	3.192.000,00

Obs.: Não observadas as demais emendas já deduzidas dessa ação: 0.003.000-Encargos Especiais

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 09 de julho de 2013.

Laurindo Cesa
Vereador – PSDB



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Exmo.Sr.

VILMAR MACCARI

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento



O vereador abaixo assinado, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação emenda ao **Projeto de Lei nº 98/2013**, que dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA

Acresce dotação orçamentária a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que passa a vigorar conforme quadro anexo.

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
07-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
07.04 – DEPARTAMENTO DE CULTURA		
2.186.000-Promover e incentivar o Programa Consórcio de Escritores	8.000,00	8.000,00

Para cobrir o valor acima indicado serão reduzidos valores dos itens abaixo indicados que passaram a vigorar com a seguinte redação e valores:

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
07-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
07.04 – DEPARTAMENTO DE CULTURA		
2.108.000-Manutenção do Departamento de Cultura	644.444,53	644.444,53

Obs.: Não observadas as demais emendas já deduzidas dessa ação: 2.108.000-Manutenção do Departamento de Cultura

Nestes termos, pede deferimento.
Pato Branco, 09 de julho de 2013.


Laurindo Cesa
Vereador – PSDB



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



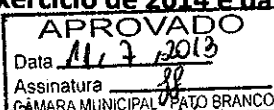
Exmo. Senhor

VILMAR MACCARI

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

O vereador abaixo assinado, JOSÉ GILSON FEITOSA DA SILVA – PT, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação emenda ao **Projeto de Lei nº 98/2013**, que dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Subfunções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA



Acresce valor a dotação orçamentária a Secretaria Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos que passa a vigorar conforme quadro anexo.

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
06- Sec. Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos		
06.03 – Dep. de desenvolvimento Urbano e Geoprocessamento		
1.002.000 – Apoiar e/ou construir Unidades Habitacionais.	505.000,00	505.000,00

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO RR
Protocolo Geral - 09-JUL-2013-16:46-016461-1/1


Para cobrir o valor acima indicado serão reduzidos valores dos itens abaixo indicado que passaram a vigorar com a seguinte redação e valores:

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
05-SEC. Municipal de Administração e Finanças		
05.02 – Dep. Administrativo e Financeiro		
2.216.000 – Manutenção das atividades do Dep. Administrativo e Financeiro	1.364.113,46	1.364.113,46

Obs.: Não observadas as demais emendas já deduzidas dessa ação: 2.216.000 – Manutenção das atividades do Dep. Administrativo e Financeiro

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 09 de julho de 2013.


JOSÉ GILSON FEITOSA DA SILVA
Vereador – PT



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Exmo. Senhor
VILMAR MACCARI
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento



O vereador abaixo assinado, JOSÉ GILSON FEITOSA DA SILVA – PT, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação emenda ao **Projeto de Lei nº 98/2013**, que dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Subfunções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.



EMENDA ADITIVA

Acresce valor a dotação orçamentária a Secretaria Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos que passa a vigorar conforme quadro anexo.

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
06- Sec. Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos		
06.03 – Dep. de desenvolvimento Urbano e Geoprocessamento		
512 – Saneamento Básico Urbano.	300.000,00	300.000,00

Para cobrir o valor acima indicado serão reduzidos valores dos itens abaixo indicados que passaram a vigorar com a seguinte redação e valores:

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
05-SEC. Municipal de Administração e Finanças		
05.02 – Dep. Administrativo e Financeiro		
0.002.000 – Amortização da dívida interna	2.900.000,00	2.900.000,00

Obs.: Não observadas as demais emendas já deduzidas dessa ação: 0.002.000 – Amortização da dívida interna.

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 09 de julho de 2013.

Retirado

JOSÉ GILSON FEITOSA DA SILVA
Vereador – PT



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Exmo. Senhor

VILMAR MACCARI

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento



O vereador abaixo assinado, JOSÉ GILSON FEITOSA DA SILVA – PT, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação emenda ao Projeto de Lei nº 98/2013, que dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Subfunções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e as outras providências.

EMENDA ADITIVA



Acresce valor a dotação orçamentária a Secretaria Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos que passa a vigorar conforme quadro anexo.

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
06- Sec. Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos		
06.03 – Dep. de desenvolvimento Urbano e Geoprocessamento		
1.007.000 – Construir Pontos de Ônibus.	204.200,00	204.200,00

Protocolo Geral - 09-Jul-2013-16:05-016457-1/1

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR

Para cobrir o valor acima indicado serão reduzidos valores dos itens abaixo indicado que passaram a vigorar com a seguinte redação e valores:

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
05-SEC. Municipal de Administração e Finanças		
05.02 – Dep. Administrativo e Financeiro		
2.216.000 – Manutenção das atividades do Dep. Administrativo e Financeiro	1.764.113,46	1.764.113,46

Obs.: Não observadas as demais emendas já deduzidas dessa ação: 2.216.000 – Manutenção das atividades do Dep. Administrativo e Financeiro

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 09 de julho de 2013.


JOSÉ GILSON FEITOSA DA SILVA
Vereador – PT



Câmara Municipal de Pato Branco

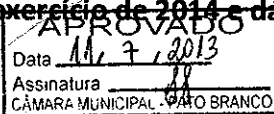
Estado do Paraná



Exmo. Senhor
VILMAR MACCARI
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

O vereador abaixo assinado, JOSÉ GILSON FEITOSA DA SILVA – PT, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação emenda ao **Projeto de Lei nº 98/2013**, que dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Subfunções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA



Acresce valor a dotação orçamentária a Secretaria Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos que passa a vigorar conforme quadro anexo.

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
06- Sec. Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos		
06.03 – Dep. de desenvolvimento Urbano e Geoprocessamento		
1.077.000 – Pavimentação de Vias Urbanas - Recape.	1.000.000,00	1.000.000,00

Para cobrir o valor acima indicado serão reduzidos valores dos itens abaixo indicado que passaram a vigorar com a seguinte redação e valores:

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
02 – Governo Municipal		
02.05 – Diretoria de Comunicação Social		
2.003.000 – Manutenção das atividades de Assessoria de Imprensa	1.083.500,00	1.083.500,00

Obs.: Não observadas as demais emendas já deduzidas dessa ação: 2.003.000 – Manutenção das atividades de Assessoria de Imprensa.

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 09 de julho de 2013.

JOSÉ GILSON FEITOSA DA SILVA
Vereador – PT



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

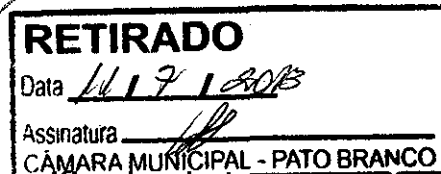
Exmo. Sr.

VILMAR MACCARI

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

O vereador infra-assinado, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresentam para a apreciação dessa Comissão emenda ao **Projeto de Lei nº. 98/2013**, que dispõe sobre as ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.

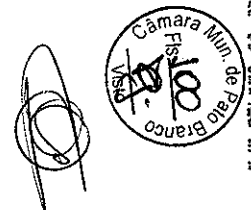
EMENDA ADITIVA:



Retirada

Acréscce ação ao órgão especificado abaixo que passará a vigorar com o seguinte teor:

Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	Valores
	2014
16. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER, JUVENTUDE E IDOSO	
16.02 – DEPARTAMENTO DE ESPORTE, LAZER, JUVENTUDE E IDOSO	
1.050.000 – Construir ginásio de esportes no Distrito de Nova Espero	500.000,00



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral - 10-Jul-2013 15:00:01.498-1/1



Câmara Municipal de Pato Branco


Estado do Paraná

Fica reduzida a seguinte dotação orçamentária que cobrirá o valor acima relacionado, passando a vigorar com o seguinte teor:

Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	Valores
	2014
04 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO	
04.02 – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO	
2.238.000 – Manutenção do Departamento de Planejamento Urbano	2.361.270,41

OBS: NÃO OBSERVADAS AS DEMAIS EMENDAS JÁ DEDUZIDAS DESSAS AÇÕES: 2.238.000 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO.

Nestes Termos, pede deferimento
Pato Branco, 10 de julho de 2013


Augustinho Polazzo
Vereador - PP



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral - 10-Jul-2013 15:00:016487-1/1



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Exmo. Sr.

VILMAR MACCARI

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

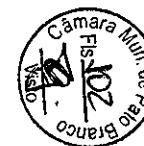
O vereador infra-assinado, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresentam para a apreciação dessa Comissão emenda ao **Projeto de Lei nº. 98/2013**, que dispõe sobre as ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA:



Acresce ação ao órgão especificado abaixo que passará a vigorar com o seguinte teor:

Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	Valores
	2014
14 – ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL – SÃO ROQUE DO CHOPIM	
14.01 – ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL	
36 – Administração Distrital	
2.087.000 – Manutenção das atividades da administração do Distrito de Nova Espera	80.000,00





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Fica reduzida a seguinte dotação orçamentária que cobrirá o valor acima relacionado, passando a vigorar com o seguinte teor:

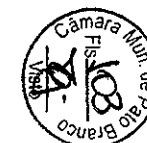
Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	Valores
	2014
05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
05.02 – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	
0.002.000 – Amortização da Dívida Interna	3.130.000,00

OBS: NÃO OBSERVADAS AS DEMAIS EMENDAS JÁ DEDUZIDAS DESSAS AÇÕES: 0.002.000 – AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA

Nestes Termos, pede deferimento.
Pato Branco, 10 de julho de 2013.


Augustinho Polazzo

Vereador - PP



PROPOSIÇÃO Nº 15
-10-JUL-2013-15:00-016489-1/A

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 98/2013

O Executivo Municipal através da Mensagem nº 79/2013, propôs o Projeto de Lei nº 98/2013, que dispõe sobre as ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.

A LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias é um planejamento de curto prazo que visa estabelecer as metas e as prioridades que servirão de base para a elaboração da Lei Orçamentária Anual, devendo ser elaborada tendo por base o PPA.

Destacamos que as páginas 12, 13 e 14 não devem ser consideradas como anexo I, pois, na Lei elas são citadas como Anexo V.

Por ser um Plano que atende aos anseios da sociedade dentro dos princípios da eficiência, eficácia, efetividade e equidade, exaramos **PARECER FAVORÁVEL** a tramitação da matéria, assim como as EMENDAS anexadas nas páginas 40, 41, 59, 60, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102 e 103 do referido projeto.


É o nosso parecer, SMJ.
Pato Branco, 11 de julho de 2013.



Geraldo Edel de Oliveira (PV) - Membro



Raffaell Cantu (PC do B) - Membro



Vilmar Maccari (PDT) - Presidente - Relator



Câmara Municipal de Pato Branco

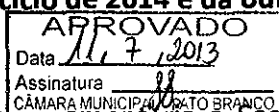
Estado do Paraná



Exmo. Senhor
VILMAR MACCARI
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

O vereador abaixo assinado, JOSÉ GILSON FEITOSA DA SILVA – PT, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação emenda ao **Projeto de Lei nº 98/2013**, que dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Subfunções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA



Acresce valor a dotação orçamentária a Secretaria Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos que passa a vigorar conforme quadro anexo.

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
06- Sec. Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos		
06.03 – Dep. de desenvolvimento Urbano e Geoprocessamento		
1.006.000 – Construir Galerias Pluviais.	300.000,00	300.000,00


Para cobrir o valor acima indicado serão reduzidos valores dos itens abaixo indicado que passaram a vigorar com a seguinte redação e valores:

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
05-SEC. Municipal de Administração e Finanças		
05.02 – Dep. Administrativo e Financeiro		
0.002.000 – Amortização da dívida interna	2.900.000,00	2.900.000,00

Obs.: Não observadas as demais emendas já deduzidas dessa ação: 0.002.000 – Amortização da dívida interna.

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 11 de julho de 2013.


JOSÉ GILSON FEITOSA DA SILVA
Vereador – PT



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Exmo. Sr.

VILMAR MACCARI

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

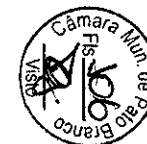
O vereador infra-assinado, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresentam para a apreciação dessa Comissão emenda ao **Projeto de Lei nº. 98/2013**, que dispõe sobre as ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA:



Acresce ação ao órgão especificado abaixo que passará a vigorar com o seguinte teor:

Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	Valores
	2014
16. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER, JUVENTUDE E IDOSO	
16.02 – DEPARTAMENTO DE ESPORTE, LAZER, JUVENTUDE E IDOSO	
2.000.000 – Construir ginásio de esportes no Distrito de Nova Espero	500.000,00



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral - 11-Jul-2013-13:57-016512-1/1



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

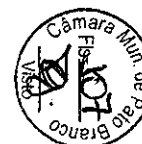
Fica reduzida a seguinte dotação orçamentária que cobrirá o valor acima relacionado, passando a vigorar com o seguinte teor:

Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	Valores
	2014
04 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO	
04.02 – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO	
2.238.000 – Manutenção do Departamento de Planejamento Urbano	2.361.270,41

OBS: NÃO OBSERVADAS AS DEMAIS EMENDAS JÁ DEDUZIDAS DESSAS AÇÕES: 2.238.000 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO.

Nestes Termos, pede deferimento
Pato Branco, 11 de julho de 2013

Augustinho Polazzo
Augustinho Polazzo
Vereador - PP



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO RR
Protocolo Geral -11-Jul-2013-13:57-016513-1/1



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Protocolo Geral - 11-Jul-2013-15:00-016521-1/1

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR

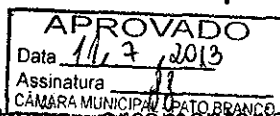
Exmo.Sr.

VILMAR MACCARI

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

O vereador abaixo assinado, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação emenda ao **Projeto de Lei nº 98/2013**, que dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA



Acresce dotação orçamentária a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que passa a vigorar conforme quadro anexo.

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
07-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
07.04 – DEPARTAMENTO DE CULTURA		
2.000.000-Promover e incentivar o Programa Consórcio de Escritores	8.000,00	8.000,00

Para cobrir o valor acima indicado serão reduzidos valores dos itens abaixo indicados que passaram a vigorar com a seguinte redação e valores:

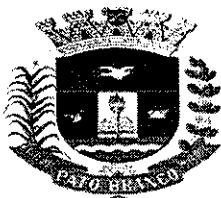
Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
5-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
05.02 – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO		
0.002.000-Amortização da Dívida interna	3.192.000,00	3.192.000,00

Obs.: Não observadas às demais emendas já deduzidas dessa ação: 0.002.000-Amortização da Dívida interna.

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 11 de julho de 2013.


Laurindo Cesa
Vereador – PSDB



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Exmo. Sr.
VILMAR MACCARI
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

A Comissão de Orçamento e Finanças, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação Emenda MODIFICATIVA ao **Projeto de Lei nº. 98/2013**, que dispõe sobre as ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.

1 - EMENDA MODIFICATIVA:



Acresce valor a dotação orçamentária já existente na Secretaria Municipal de Saúde que passa a vigorar com o seguinte teor:

ACRESCE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E VALORES

Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	2014
08 - SECRETARIA MUNUNICIPAL DE SAÚDE	
08.02 - DEP. ESPORTE, LAZER, JUVENTUDE E IDOSO	
2.116.000 - Manter o Conselho Municipal de Saúde	16.000,00

REDUZ O VALOR ABAIXO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INDICADA

Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	2014
05 - SECRETARIA MUN. DE ADMIN. E FINANÇAS	
05.02 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	
2.019.000 - Manutenção da Coordenadoria de Tributação e Fiscalização	761.069,11

OBS: NÃO OBSERVADAS AS DEMAIS EMENDAS JÁ DEDUZIDAS DESSA AÇÃO: 2.216.000 - Manutenção da Coordenadoria de Tributação e Fiscalização.





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Nestes Termos, Pedem Deferimento.
Pato Branco, 11 de julho de 2013.



Geraldo Edel de Oliveira
Vereador



Raffael Cantu
Vereador



Vilmar Maccari
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral -11-Jul-2013-15:00-016523-1/1





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO DIA 3 DE JULHO DE 2013

OBJETIVO: "DEBATER O PROJETO DE LEI Nº 98/2013, DE 28 DE MAIO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO), EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014".

Aos 3 (três) dias do mês de julho de 2013, com início às 21 horas, realizou-se no Plenário da Câmara Municipal de Pato Branco, localizado na Rua Ararigbóia, nº 491, Audiência Pública mediante participação popular, conforme dispõe o inciso I do parágrafo único do art. 48, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, alterada pela Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. "Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante: I - incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos". A audiência pública foi realizada com o objetivo de debater sobre o Projeto de Lei nº 98/2013, Mensagem nº 79/2013, que dispõe sobre as ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Subfunções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências (LDO 2014). Participaram da Audiência Pública os seguintes vereadores: Augustinho Polazzo - PP, Claudemir Zanco - PSD, Enio Ruaro - PR, Guilherme Sebastião Silverio - PMDB, José Gilson Feitosa da Silva - PT, Laurindo Cesa - PSDB, Leunira Viganó Tesser - PDT, Raffael Cantu - PC do B, Valmir Tasca - DEM e Vilmar Maccari - PDT. Ausente na Audiência Pública, o vereador Geraldo Edel de Oliveira - PV. Sob a presidência do vereador Valmir Tasca, foi aberta a Audiência Pública. Dando início, o presidente convidou para compor a mesa que conduzirá os trabalhos, os vereadores Vilmar Maccari - PDT, Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças e Raffael Cantu - PC do B, membro da Comissão de Orçamento e Finanças. Em seguida, convidou os demais vereadores que compõem o Poder Legislativo Municipal para tomarem assento em seus lugares, e convidou também os secretários municipais presentes para tomar assento junto aos vereadores: a Secretária Municipal de Educação e Cultura, Heloi Aparecida de Carli; a Secretária Municipal de Assistência Social, Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera; o Secretário Municipal de Planejamento Urbano, Adão Aurélio Alves de Moraes. Participaram ainda da audiência pública, profissionais da imprensa e outros munícipes, conforme lista de presença anexa. Dando continuidade aos trabalhos o presidente, Valmir Tasca, lembrou que os vereadores Geraldo Edel de Oliveira - PV, Raffael Cantu - PC do B e Vilmar Maccari - PDT, compõem a Comissão de Orçamento e Finanças e, é esta Comissão que recebe as emendas e emite parecer

P



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



relativas às matérias que serão discutidas nesta sessão. Informou que o convite para a Audiência Pública foi publicado no Jornal Diário do Sudoeste, no dia 25 de junho de 2013 e que o Projeto de Lei nº 98/2013, de 28 de maio de 2013, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), exercício financeiro de 2014, encontra-se disponível para consulta na homepage da Câmara Municipal, no endereço eletrônico "www.camarapatobranco.com.br". Em seguida, passou a palavra ao Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, Vilmar Maccari, para prosseguir com os trabalhos. O Presidente desta Audiência Pública, vereador Vilmar Maccari - PDT, informou que o vereador Geraldo Edel de Oliveira - PV em decorrência da presente audiência ter atrasado, justificou sua ausência uma vez que tinha outros compromissos agendados. Dando continuidade, o vereador Vilmar Maccari - PDT, sugeriu que inicialmente sejam debatidas juntamente com os secretários municipais presentes as emendas apresentadas no Projeto de Lei nº 98/2013, de 28 de maio de 2013, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), exercício financeiro de 2014. Foram debatidas as seguintes emendas: emenda aditiva para manter o Programa Municipal Fundo de Gestão; emenda aditiva para implantação e manutenção de Portais de Segurança e Sistema de Inspeção de Raio X no Terminal Rodoviário José Cattani; emenda modificativa do art. 37, passando a vigorar com a seguinte redação: "Art 37. Visando adequar as estruturas do orçamento-programa às necessidades técnicas decorrentes da execução das metas físicas e fiscais, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais ate o limite de 5% (cinco por cento) do total do orçamento, por meio de ato próprio, nas medidas das necessidades, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2014, no que couber;" emenda modificativa do art. 42, passando a vigorar com a seguinte redação: "Art. 42. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar recursos orçamentários para atender despesas com serviços de publicidade e propaganda, programação financeira, até o limite de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) anuais;" emenda aditiva para construção e manutenção de pista de Skate no Bairro Planalto; emenda aditiva para aquisição de veículo; emenda modificativa que acresce valor a dotação orçamentária já existente na Secretaria Municipal de Educação e Cultura para Difusão da Semana da Cultura Evangélica - Eventos; emenda modificativa que acresce valor a dotação orçamentária já existente na Secretaria Municipal de Esporte, Lazer, Juventude e Idoso para Construção e Manutenção de Complexo Esportivo Multiuso, Quadra Poliesportiva Coberta, Polos Esportivos. Neste momento, o vereador Vilmar Maccari - PDT, fez a leitura das sugestões encaminhadas pelo Conselho Municipal de Saúde de Pato Branco, através do ofício nº 64/2013/CMSPB, solicitando as seguintes questões: recurso no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para a realização de procedimentos de Exames Laboratoriais e Cirurgias Eletivas que se encontram represadas na auditoria; recurso para construção de Centro de Reabilitação Física e Motora; recurso para Controle de Qualidade da Águas, fontes, nascentes no exercício de



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



2017; ampliar o valor para manutenção do Conselho Municipal de Saúde para R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais); construção do COAS. Também colocou em discussão a sugestão encaminhada pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), através do ofício nº 005/2013, solicitando recurso no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) mensais para implantação de ações de Segurança Alimentar e Nutricional. Na sequência, o Presidente desta Audiência Pública, vereador Vilmar Maccari – PDT, deixou espaço para manifestações dos vereadores. Manifestou-se o vereador Enio Ruaro solicitando informações onde é utilizado os recursos destinados a Secretaria de Planejamento Urbano. Em resposta, o Secretário Municipal de Planejamento Urbano, Adão Aurélio Alves de Moraes informou que os valores são destinados para reforma e manutenção da secretaria e também prevendo a compra do mapa digital do município para atender a população. Ressaltou que há uma grande deficiência de funcionários também. Manifestou-se o vereador Raffael Cantu – PC do B que registrou sua indignação com o alto valor destinado a publicidade e propaganda na ordem de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) e sugeriu que este valor seja alocado em outras atividades do município, como por exemplo no Departamento de Juventude que não tem recursos para desenvolver suas atividades. Manifestou-se o vereador José Gilson Feitosa da Silva – PT questionando se está contemplado valores para pagamento dos funcionários da área de educação, especificamente para as auxiliares de educação infantil, tendo em vista que a função dessas funcionárias deve ser adequada. Em resposta, a Secretária Municipal de Educação e Cultura, Heloi Aparecida de Carli, informou que esses valores estão na rubrica da manutenção do ensino fundamental ou na manutenção da educação infantil. Disse que é necessário fazer um dispositivo legal para que essas funcionárias sejam enquadradas no plano de cargos e salários do magistério, talvez através de concurso interno, mas essa questão ainda vem sendo estudada. Manifestou-se o vereador José Gilson Feitosa da Silva – PT salientando que tem que constar no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias o número de creches e centros urbanos que serão construídos pelo Poder Executivo, contudo, não consta esses recursos no PPA e LDO. Nesse sentido, indagou quais creches serão construídas no município. A Secretária Municipal de Educação e Cultura, Heloi Aparecida de Carli, antecipou o cronograma de reforma e construção das creches. Enfatizou que está prevista a construção de quatro super creches nos Bairros Parque do Som, São Cristóvão, São Francisco e São Roque. O vereador José Gilson Feitosa da Silva – PT salientou que embora esta audiência pública tenha sido agendada no período noturno, registrou sua indignação por ter sido agendada após a sessão ordinária desta Casa de Leis, afirmando que foi um desrespeito com a população pato-branquense, tendo em vista que a presente audiência pública estava marcada para às 19 horas, contudo, teve início somente às 21 horas. O Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças e desta Audiência Pública, vereador Vilmar Maccari – PDT, afirmou que o horário de realização desta



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



audiência foi determinado pela referida comissão e deve ser respeitado. Manifestou-se o vereador Enio Ruaro relatando que não existe recursos alocados no ano de 2014 para manter o projeto "Tecendo Vidas", por isso gostaria de saber se o projeto vai continuar no ano de 2014. A Secretária Municipal de Assistência Social, Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera, enfatizou que o projeto "Tecendo Vidas" está sendo reestudado para o ano de 2014 e também com planos para que tenham verbas federais. Na sequência, o Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, vereador Vilmar Maccari - PDT, deixou espaço para manifestações do público presente. Manifestou-se a Senhora Marilene Debastiani Colla, Presidente da União de Associações de Moradores dos Bairros de Pato Branco, sugerindo emendas para construção de Centro de Zoonoses ou destinação de recursos para associações que trabalham com proteção dos animais no município. Neste momento, o vereador José Gilson Feitosa da Silva - PT registrou que em momento algum desrespeitou a decisão da Comissão de Orçamento e Finanças com relação ao horário de realização desta audiência pública. Apenas sugeriu que não se desrespeite os cidadãos que vêm participar da aludida audiência agendada para às 19 horas, uma vez que a audiência começou com duas horas de atraso devido o prolongamento da sessão ordinária desta Casa de Leis. Manifestou-se a Senhora Marilene Debastiani Colla, Presidente da União de Associações de Moradores dos Bairros de Pato Branco, sugerindo também investimentos destinados a reforma dos polos esportivos e melhorias nas calçadas, considerando que em alguns locais a situação é precária. Após o debate, não havendo mais interessados em fazer o uso da palavra e nada mais a ser tratado, o Presidente da Audiência Pública e Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, vereador Vilmar Maccari - PDT agradeceu a presença e a participação de todos, encerrando a presente Audiência Pública. Lavramos a presente ata que depois de lida, será assinada pelos de competência.

Pato Branco, 03 de julho de 2013.

Valmir Tasca
Presidente da Câmara Municipal

Vilmar Maccari
Presidente Com. Orçamento e Finanças



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Ofício nº 326/2013

Pato Branco, 16 de julho de 2013.

Senhor Prefeito:

Enviamos cópia do **PROJETO DE LEI Nº 98/2013**, MENSAGEM Nº 79/2013, que dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Subfunções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências, aprovado nas sessões extraordinárias realizadas nos dias 11 e 15 de julho de 2013.

Anexamos cópia das emendas apresentadas e aprovadas pelos vereadores, **folhas numeradas de 01 a 33**, as quais deverão ser incorporadas ao Anexo I do referido projeto de lei acima.

Respeitosamente.


Valmir Fasca
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Augustinho Zucchi
Prefeito Municipal
Pato Branco – Paraná



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



PROJETO DE LEI Nº 98/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.

Art. 1º Ficam estabelecidas para o exercício de 2014, as ações prioritárias da administração municipal, funções de governo, metas e riscos fiscais, diretrizes gerais para elaboração da proposta orçamentária, normas de execução financeira e políticas de fomento e desenvolvimento, em conformidade com o Plano Plurianual, com a Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e demais legislações que disciplinam a matéria, compreendendo:

I. ações prioritárias, funções e sub-funções de governo, objetivos e metas da Administração Pública Municipal;

II. metas e riscos fiscais;

III. disposições sobre alterações na legislação tributária;

IV. estrutura e organização da lei orçamentária;

V. diretrizes gerais para elaboração dos orçamentos;

VI. normas relativas à execução financeira e orçamentária;

VII. programas e dos Fundos.

CAPÍTULO I

AÇÕES PRIORITÁRIAS, FUNÇÕES E SUB-FUNÇÕES DE GOVERNO, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

SEÇÃO I

DAS METAS FISCAIS

Art. 2º As ações prioritárias, funções e sub-funções de governo, objetivos e metas para o exercício de 2014, passam a partir da edição da presente lei, a vigorar de acordo com as Ações Programáticas estabelecidas no Anexo I.

CAPÍTULO II

METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 3º Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2014, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 637 de 18 de outubro de 2012-STN. Os Demonstrativos de Metas Fiscais compreendem:

- a) Demonstrativo I – Metas Anuais;
- b) Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- c) Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- d) Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



- f) Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do regime Próprio de Previdência dos Servidores – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- g) Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da renúncia de receita; e
- h) Demonstrativo VIII – Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Parágrafo único. Os demonstrativos referidos neste artigo serão apurados e sua consolidação se constituirá nas metas fiscais do município.

CAPÍTULO III ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 4º O Executivo Municipal, no decorrer do exercício de 2014, mediante a edição de ato próprio, poderá ajustar o orçamento em face de alterações na Legislação Tributária ocorridas até 31 de dezembro do exercício corrente, não consideradas até a vigência da presente lei, em especial quanto:

I. Às modificações na Legislação Tributária decorrentes da revisão de Sistemas Tributários.

II. À revisão da planta de valores de imóveis urbanos.

III. À revisão de alíquotas dos tributos de competência; e,

IV. Ao aperfeiçoamento do sistema de controle e cobrança de tributos de competência do Município e da Dívida Ativa Municipal; e,

V. À concessão e/ou redução de isenções fiscais

CAPÍTULO IV ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 5º A Proposta Orçamentária será composta pelos Anexos I, II e III, que conterão:

I. Legislação e resumos da receita, referentes aos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta;

II. Resumos gerais da despesa referentes aos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta; e,

III. Orçamento fiscal, compreendendo os orçamentos dos Poderes Executivo e Legislativo.

Art. 6º Os Orçamentos Fiscais, discriminarão as despesas por órgãos e unidades orçamentárias, segundo as normas estabelecidas na Portaria nº 42/99 do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão e Portarias Interministerial nºs 163, 180 e 211/01, e alterações posteriores.

Art. 7º As programações do Fundo Municipal de Desenvolvimento, da Criança e do Adolescente, de Assistência Social, de Saúde, de Cultura, de Esporte, de Meio Ambiente, de Agricultura, de Educação, de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e da Saúde, serão abertos como atividade nas unidades orçamentárias a que estiverem subordinadas.

CAPÍTULO V DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 8º Para o exercício financeiro de 2014, fica estabelecido o montante de R\$ 186.800,00 (cento e oitenta e seis milhões e oitocentos mil reais) como limite para elaboração do Orçamento Fiscal.



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Parágrafo único. Dos montantes estabelecidos no *caput* deste artigo, o percentual mínimo de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) será consignado em Reserva de Contingência.

Art. 9º Serão classificados na programação orçamentária 99.99.02.999.9999, elemento de despesa 9.9.99.99 – Reserva de Contingência, os recursos consignados no parágrafo único do artigo 8º e no elemento de despesa 349999 – Reserva de Contingência as parcelas de dotações decorrentes de vetos por parte do Poder Executivo às emendas efetuadas à proposta orçamentária pelo Poder Legislativo.

Art. 10. A Lei Orçamentária por meio de Anexos deverá demonstrar existência de compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas definidos no Capítulo II – Metas e Riscos Fiscais.

Art. 11. Na Lei Orçamentária Anual as receitas serão estimadas e as despesas fixadas segundo preços vigentes em 1º de julho de 2013, (base de correção relativa a 30 de junho de 2013).

§ 1º As despesas custeadas com financiamentos em moedas estrangeiras serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio vigente em 1º de julho de 2013.

§ 2º Os valores da receita e despesa apresentadas na Lei Orçamentária Anual poderão ser atualizados antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação de Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), considerado no período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e previsão do respectivo índice para dezembro de 2013.

§ 3º O Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária e por ocasião das correções efetuadas no decorrer do exercício, encaminhará à Câmara Municipal para ciência, cópia do orçamento anual devidamente corrigido.

Art. 12. A Lei Orçamentária para 2014 destinará recursos para atender prioritariamente:

- I. Despesas com pessoal ativo, inativo e encargos sociais;
- II. Pagamento de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho do presente exercício;
- III. Pagamento do serviço e do principal da dívida pública;
- IV. Empréstimos e às contrapartidas de programas objeto de financiamentos e de convênios com outras esferas de governo;
- V. Manutenção e desenvolvimento do ensino e da saúde, de acordo com a legislação vigente;
- VI. Implantação e manutenção de obras e serviços;
- VII. Implantação do programa de modernização da administração municipal;
- VIII. Implantação da política de geração de empregos e renda.

Parágrafo único. Os recursos do Tesouro Municipal somente poderão ser programados para atender despesas de capital, depois de atendidas as despesas relacionadas neste artigo.

Art. 13. Constará da programação orçamentária da despesa, custos com juros e encargos decorrentes da contratação de operações de crédito por antecipação de receita, com a manutenção das ações em execução, manutenção das estruturas administrativas e físicas das administrações direta e indireta, continuidade dos projetos em andamento e com a conservação do patrimônio público.

Art. 14. O Poder Legislativo, até o dia 30 do mês de setembro do presente exercício, de acordo com a Constituição Federal, observado as Emendas Constitucionais nº 25/2000 e 58/2009, encaminhará a proposta orçamentária da Câmara, **limitada a 7% (sete por cento)** da receita tributária e das transferências previstas no § 5º, do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, para fins de inclusão no Orçamento Geral do Município.



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Parágrafo único. Caso o orçamento aprovado para o Poder Legislativo ultrapasse os limites estabelecidos no *caput* deste artigo, os valores excedentes serão objeto de veto por parte do Chefe do Poder Executivo, cujo montante será incorporado na programação orçamentária da Secretaria de Finanças, elemento de despesa 413000 – Investimento em Regime de Execução Especial.

Art. 15. O produto da alienação de bens e direitos pertencentes ao Poder Público Municipal será aplicado no atendimento de despesa de capital.

Parágrafo único. A lei poderá destinar parcela dos recursos a que se refere este artigo para custeio de despesas com a previdência social.

Art. 16. Constará do Projeto de Lei Orçamentária a demonstração dos efeitos sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões e qualquer benefício de natureza financeira, tributária e creditícia, citando as medidas que serão tomadas para compensar as renúncias de receitas e relativas a aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado, observado o disposto no quadro do Anexo de Metas Fiscais.

Parágrafo único. A programação das despesas a serem custeadas com recursos de operações de crédito não poderá exceder o montante das despesas de capital fixadas no orçamento, salvo existência de lei específica autorizando a aplicação em despesas correntes, observado o disposto no inciso III, do Art. 167 da Constituição Federal.

Art. 17. Constará, na Lei Orçamentária, demonstração dos efeitos do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Art. 18. A programação da despesa destinada à cobertura dos gastos com pessoal e encargos sociais à conta de recursos dos Orçamentos Fiscal e próprio da administração indireta, será fixada em até 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida e não poderá exceder os seguintes limites:

- I - 6% (seis por cento) para o Legislativo;
- II - 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

Parágrafo único. Para fins de cálculo, entendem-se como despesas com pessoal, o disposto no art. 18, da Lei Complementar Federal nº 101/00.

Art. 19. O Poder Executivo publicará no Diário Oficial do Município, até 31 de agosto de 2014, tabela de controle dos servidores públicos municipais e dos cargos de provimento em comissão integrantes do quadro geral de pessoal, demonstrando os quantitativos ocupados e os vagos.

Art. 20. A Lei Orçamentária considerará, na programação das despesas com pessoal, os efeitos da revisão do plano de cargos e salários, reenquadramento de pessoal, adicionais por tempo de serviço, horas extras, outras vantagens aos servidores definidas em lei, revisão ou reajuste salarial aos servidores e agentes políticos, criação de cargos, aumento do número de vagas no quadro funcional e contratação de pessoal para as áreas de educação, cultura, esporte, administração geral, saúde e assistência social, saneamento, urbanismo, transporte, habitação, agricultura, gestão ambiental, indústria e comércio da administração direta e da administração indireta, além de contratação de pessoal em caráter temporário para as áreas de educação, cultura, esporte, administração geral, saúde e assistência social, saneamento, urbanismo, transporte, habitação, agricultura, gestão ambiental, indústria e comércio de acordo com a necessidade da administração municipal e observando os limites de despesa com pessoal, estabelecidos na legislação específica.

Parágrafo único. Os custos decorrentes da implementação das ações programadas no *caput* neste artigo serão custeados com recursos dos orçamentos fiscal e próprio da administração direta e indireta.





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Art. 21. A Lei Orçamentária considerará para o Legislativo Municipal, na programação de despesas com pessoal, os efeitos da revisão do plano de cargos e salários, reenquadramentos de pessoal, adicionais por tempo de serviço, horas extras, outras vantagens concedidas, definidas em lei, revisão ou reajuste salarial aos servidores e agentes políticos, criação de cargos, aumento do número de vagas no quadro funcional e contratação de pessoal de acordo com a necessidade, observando os limites de despesa com pessoal, estabelecidos na legislação específica.

Parágrafo único. Os custos decorrentes da implementação das ações programadas no *caput* deste artigo serão custeados com recursos do orçamento fiscal próprio, destinado ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 22. Na Lei Orçamentária anual, será destinado no mínimo 60% (sessenta por cento) dos recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização do Magistério, para remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício de suas atividades no ensino básico público, conforme o disposto na Emenda Constitucional nº 14/96.

Art. 23. As despesas com pessoal ativo e inativo dos Poderes Executivo e Legislativo decorrentes de outras despesas com pessoal executadas nos últimos três anos, a prevista para o exercício corrente e para os exercícios subseqüentes, com indicação da representatividade percentual do total em relação à receita corrente, nos termos do artigo 38, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o disposto na Lei Complementar nº 101/00, estão definidos no Anexo II da presente Lei.

Art. 24. O Poder Executivo fica autorizado a incluir na Proposta Orçamentária para o exercício de 2014, custos com criação e ampliação de ações nas áreas de educação, cultura, esporte, administração geral, saúde e assistência social, saneamento, urbanismo, transporte, habitação, agricultura, gestão ambiental, indústria e comércio da administração direta, Fundo Municipal de Desenvolvimento e da administração indireta.

Art. 25. As despesas consideradas irrelevantes serão processadas em regime de adiantamento, de conformidade com o que dispõe o Art. 68, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 26. Poderão ser incorporadas emendas à Lei Orçamentária Anual, que:

- I. Sejam compatíveis com as disposições do Plano Plurianual e da presente Lei;
- II. Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes da anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre:
 - a) Dotações para pessoal ativo, inativo e seus encargos;
 - b) Serviço e principal da dívida;
 - c) Dotações custeadas com recursos provenientes de convênios, operações de crédito e outras formas de contrato, bem como de suas contrapartidas;
 - d) Transfiram recursos próprios de administração indireta;
 - e) Precatórios judiciais;
 - f) Dotações destinadas à educação e saúde.

Art. 27. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária, de crédito orçamentário com finalidade imprecisa, dotação ilimitada, destinados a investimento com duração superior a um exercício que não esteja previsto na presente Lei e no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Art. 28. A Lei Orçamentária contemplará recursos para concessão de auxílios, transferências e subvenções a pessoas físicas e jurídicas, visando à promoção e desenvolvimento de ações de caráter assistencial, social, médico, educacional, cultural, esportivo e agrícola, em suplementação aos recursos de origem privada aplicados a esses objetivos.

§ 1º Para consecução do proposto neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios ou acordos com pessoas jurídicas interessadas na parceria, observados a existência de lei autorizatória específica e o disposto nos artigos 16 a 19 da Lei Federal nº 4.320/64.



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



§ 2º Não serão concedidos auxílios, doações, transferências e subvenções para cobertura de déficits ou prejuízos de pessoas jurídicas.

§ 3º Os programas de assistência social que contemplem fornecimento de remédios, cestas básicas, passagens, serviços e auxílios funerários e a cobertura de outras necessidades de pessoas físicas, ficam condicionados a existência de dotação orçamentária para este fim.

§ 4º Na Lei Orçamentária, em suas emendas e alterações, fica vedada à inserção de emendas que identifiquem instituições privadas a serem beneficiadas com transferências, auxílios e subvenções econômicas ou sociais, observadas as normas da Lei Complementar Federal nº 101/00 e Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 29. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com a administração direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à cobertura de despesas de natureza institucional de outros entes da Federação.

Art. 30. Acompanhará a Lei Orçamentária, relação, em ordem cronológica, dos precatórios judiciais a serem pagos no exercício seguinte.

CAPÍTULO VI DAS DIRETRIZES PARA EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 31. As programações de gastos, em qualquer dos orçamentos, deverão apresentar consonância com as prioridades governamentais estabelecidas no Plano Plurianual e na presente Lei.

Art. 32. Os recursos recebidos pelo Município, provenientes de convênios, ajustes, acordos e outras formas de contratos e ou transferências efetuadas por outras esferas de governo ou pelo setor privado, deverão ser registrados como receita e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias, só podendo sofrer desvinculação por lei específica.

Art. 33. Até 30 (trinta) dias após a publicação dos orçamentos, o Executivo Municipal, com o objetivo de ajustar o montante de gasto à capacidade de arrecadação, estabelecerá o cronograma de desembolso, e, por meio de ato próprio, normas de programação financeira para o exercício.

Art. 34. Para consecução das ações programáticas e com base na reestimativa da receita a ser arrecadada pelo tesouro municipal, a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, estabelecerá cotas mensais para emissão de notas de empenho e/ou assunção de despesas.

Parágrafo único. As programações custeadas com recursos provenientes de convênios, contratos e operações de crédito não contratadas ficarão condicionadas à efetiva formalização dos instrumentos.

Art. 35. A implementação do disposto nos artigos 19 e 22 da presente lei fica condicionada a observância das normas e limites estabelecidos nesta Lei e no orçamento aprovado para o exercício de 2014 e será precedida de declaração do Administrador Municipal assegurando que o aumento de despesa tem adequação à Lei de Diretrizes Orçamentárias e ao Orçamento Anual, da existência de recursos financeiros em montante suficiente à sua cobertura e que sua execução não afetará as Metas Fiscais programadas para o exercício.

Art. 36. As obras iniciadas sob a responsabilidade do Município, terão prioridade na alocação dos recursos orçamentários e financeiros, até sua conclusão.



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Art. 37. No decurso da execução orçamentária, mediante edição de ato próprio do Executivo, os recursos programados em Reserva de Contingência definidos no artigo 9º, serão à cobertura de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais. Os riscos Fiscais estão previstos no Anexo III.

Art. 38. Visando adequar as estruturas do orçamento-programa às necessidades técnicas decorrentes da execução das metas físicas e fiscais, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 10% (dez por cento) do total do orçamento, por meio de ato próprio, na medida das necessidades, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2014, no que couber:

I. Por meio da abertura de crédito adicional suplementar, ajustar os valores das dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de pessoal e encargos sociais e ao pagamento de encargos e do principal da dívida pública e, desde que tecnicamente justificado, os valores programados em outras despesas correntes e de capital custeados com recursos do tesouro municipal e de outras fontes, utilizando como recursos as formas previstas no artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, bem como compensação entre as fontes de recurso no mesmo Projeto ou atividade.

II. As autorizações contempladas neste artigo são extensivas a dotações orçamentárias consignadas ao Poder Legislativo e as programações orçamentárias dos fundos e do órgão da administração indireta.

III. A transpor, remanejar ou transferir, total ou parcialmente recursos orçamentários de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, nos termos do inciso VI, do artigo 167 da CF.

Art. 39. Fica o Poder Legislativo autorizado, por meio de ato próprio, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2014, até o limite de 20% (vinte por cento) do total do seu orçamento, através da abertura de créditos adicionais suplementares.

Art. 40. A contratação, prorrogação e composição de dívidas confessadas, de operações de crédito e de operações de crédito por antecipação da receita dependem de lei autorizativa específica observada as normas que disciplinam a matéria.

Art. 41. A avaliação da gestão fiscal, do equilíbrio orçamentário e financeiro e do controle dos custos e resultados dos programas, projetos e atividades financiadas com os recursos dos orçamentos, será efetuada de acordo com a legislação vigente.

§ 1º Em caso de déficit ou da constatação da impossibilidade do cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, nos trinta dias subsequentes, mediante ato próprio do Executivo, serão estabelecidas medidas para redução da execução orçamentária e da movimentação financeira.

§ 2º Constará do elenco de medidas para restabelecer equilíbrio orçamentário e financeiro, critérios e montantes para emissão de notas empenho, liquidação dos compromissos assumidos anteriormente, contas a pagar do exercício, restos a pagar e outras obrigações de natureza financeira, até sua total quitação.

§ 3º Das limitações de gastos estabelecidos nos parágrafos anteriores, excluem-se as obrigações constitucionais e legais que afetam ao Município, precatórios regularmente inscritos, despesas decorrentes de decisões judiciais, pagamento do serviço e do principal da dívida contratada e/ou fundada.

Art. 42. Restabelecida a capacidade financeira da receita prevista, ainda que parcial, a retomada da execução orçamentária dar-se-á nos limites das disponibilidades, mediante ato do Executivo, suspendendo os efeitos das medidas de contenção editadas por força da aplicação do disposto no artigo anterior da presente lei.



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Art. 43. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar recursos orçamentários para atender despesas com serviços de publicidade e propaganda, programação financeira – 3.3.90.39.88.00, até o limite de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) anuais.

CAPÍTULO VII POLÍTICAS DE APLICAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO

Art. 44. As ações de fomento e desenvolvimento de políticas de apoio à implantação de indústrias, agroindústrias, atividades agropecuárias, de apoio ao comércio e serviços, programados no Anexo I, serão efetuadas através do Fundo Municipal de Desenvolvimento, por meio da concessão de empréstimos, prorrogação de prazos, refinanciamentos e composição de dívidas a empresas e produtores.

§ 1º As coberturas dos custos decorrentes da implementação do proposto no *caput* deste artigo serão financiados com o saldo financeiro disponível no Fundo Municipal de Desenvolvimento, oriundos do recebimento de parcelas de financiamentos e com recursos do Orçamento Fiscal a serem consignados na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, para esta finalidade.

§ 2º A participação do Município no capital social de empresas privadas somente se dará com recursos alocados no Fundo Municipal de Desenvolvimento, condicionada a existência de lei específica aprovada pela Câmara Municipal.

§ 3º As normas necessárias à operacionalização do Fundo Municipal de Desenvolvimento serão estabelecidas em Lei Municipal específica.

CAPÍTULO VIII AVALIAÇÃO DAS METAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DAS METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS METAS FISCAIS FIXADAS PARA OS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES, EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, OBRAS EM ANDAMENTO, EVOLUÇÃO DA RECEITA E ANEXO DE METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO

Art. 45. A avaliação do cumprimento das metas do exercício anterior e das metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixadas nos três exercícios anteriores, a evolução do patrimônio líquido bem como o Anexo IV de Obras em Andamento, o Anexo V da Evolução da Receita e o Anexo VI das Metas Bimestrais de Arrecadação apensos, que poderão ser observadas respectivamente nos Demonstrativos II, III e IV.

Art. 46. Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2014.



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Exmo. Sr.
Vilmar Maccari
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Os vereadores infra-assinados, **Leunira Viganó Tesser – PDT** e **Guilherme Sebastião Silvério – PMDB**, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresentam para a apreciação dessa Comissão as seguintes emendas ao **Projeto de Lei nº 98/2013**, que dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA:



Acresce ação ao órgão especificado abaixo que passará a vigorar com o seguinte teor:

Órgão	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
Unidade	07.03	DEPARTAMENTO DE ENSINO	2014
2.000.000		Manter o Programa Municipal Fundo de Gestão	300.000,00

Fica reduzida a seguinte dotação orçamentária que cobrirá o valor acima relacionado, passando a vigorar com o seguinte teor:

Órgão	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E FINANÇAS	
Unidade	05.02	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	2014
0.002.000		Amortização da Dívida Interna	2.900.000,00


Nestes termos, pedem deferimento.

Pato Branco, 12 de junho de 2013.


Leunira Viganó Tesser

Vereadora – PDT


Câmara Munic. Pato Branco
Vilmar Maccari
Vereador - PDT


Câmara Munic. Pato Branco
Geraldo de Oliveira
Vereador - PV
Guilherme Sebastião Silvério
Vereador - PMDB





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Exmo. Sr.

VILMAR MACCARI

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

O vereador infra-assinado, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresentam para a apreciação dessa Comissão emenda ao **Projeto de Lei nº. 98/2013**, que dispõe sobre as ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.



EMENDA ADITIVA:

Acresce dotação orçamentária a Secretaria Municipal de Administração e Finanças que passa a vigor conforme quadro anexo.

Nestes Termos, Pede Deferimento.
Pato Branco, 19 de junho de 2013.


Vilmar Maccari
Vereador





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ACRESCE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E VALORES

Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	2014
05 - SECRETARIA MUN. DE ADMIN. E FINANÇAS	
05.02 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	
2.000.000 - Implantação e Manutenção de Portais de Segurança e Sistema de Inspeção de Raio X no Terminal Rodoviário José Cattani	100.000,00

REDUZ O VALOR ABAIXO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INDICADA

Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	2014
05 - SECRETARIA MUN. DE ADMIN. E FINANÇAS	
05.02 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	
0.003.000 - Encargos Especiais	2.540.500,00

Obs: NÃO OBSERVADAS AS DEMAIS EMENDAS DE DUZIDAS DESSA AÇÃO
0.003.000 - ENCARGOS ESPECIAIS.





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Exmo. Sr.
VILMAR MACCARI
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Os vereadores infra-assinados, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresentam para a apreciação dessa Comissão Emenda Aditiva ao **Projeto de Lei nº. 98/2013**, que dispõe sobre as ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.



EMENDA ADITIVA:

Acresce dotação orçamentária a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude que passa a vigor conforme quadro anexo.

Nestes Termos, Pedem Deferimento.
Pato Branco, 27 de junho de 2013.


Valmir Tasca
Vereador


Vilmar Maccari
Vereador





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ACRESCE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E VALORES

Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	2014
05 - SECRETARIA MUN. DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	
05.02 - DEP. ESPORTE, LAZER, JUVENTUDE E IDOSO	
2.000.000 - Construção e Manutenção de pista de Skate no Bairro Planalto	150.000,00

REDUZ O VALOR ABAIXO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INDICADA

Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	2014
05 - SECRETARIA MUN. DE ADMIN. E FINANÇAS	
05.02 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	
0.003.000 - Encargos Especiais	2.490.500,00

OBS: NÃO OBSERVADAS AS DEMAIS EMENDAS JÁ REDUZIDAS
DESSA AÇÃO 0.003.000 - ENCARGOS ESPECIAIS.





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Exmo. Sr.
Vilmar Maccari
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento



Os vereadores infra-assinados, **Leunira Viganó Tesser – PDT** e **Valmir Tasca – DEM**, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresentam para a apreciação dessa Comissão as seguintes emendas ao **Projeto de Lei nº 98/2013**, que dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA:



Acresce ação ao órgão especificado abaixo que passará a vigorar com o seguinte teor:

Órgão	16	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER, JUVENTUDE E IDOSO	
Unidade	16.02	DEPARTAMENTO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE E IDOSO	2014
2.000.000		Aquisição de Veículo	50.000,00

Fica reduzida a seguinte dotação orçamentária que cobrirá o valor acima relacionado, passando a vigorar com o seguinte teor:

Órgão	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E FINANÇAS	
Unidade	05.02	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	2014
0.002.000		Amortização da Dívida Interna	3.150.000,00

OBS: Não observadas as demais emendas já deduzidas dessa ação 0.002.000 – Amortização da Dívida Interna.

Nestes termos, pedem deferimento.
Pato Branco, 28 de junho de 2013.

Leunira Viganó Tesser
Vereadora – PDT

Valmir Tasca
Vereador – DEM





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

JUSTIFICATIVA



Com o objetivo de incentivar o esporte local apresentamos as referidas emendas aos Projetos de Lei nº 97/2013, e 98/2013, pois se entende que estes são direitos sociais e guiando-se pelos princípios da democratização e inclusão social, articula, integra, promove e estabelece relações éticas de parcerias entre o Poder Público, entidades da sociedade civil e instituições privadas, em torno do esporte educacional, de participação e de rendimento, valorizando a acessibilidade, a descentralização, a intersetorialidade e a multidisciplinaridade das ações esportivas e de lazer.

Estudiosos argumentam que a prática de esportes beneficia grandiosamente as pessoas, e até mesmo a sociedade, pois reduz a probabilidade do aparecimento de doenças. Cada esporte possui suas particularidades, mas todos influenciam no desenvolvimento saudável das pessoas, mantendo distância da mentalidade distorcida que muitas vezes se prega no mundo, fazendo assim, com que os jovens se distanciam da criminalidade.

Neste contexto apresentamos as referidas emendas para aquisição de veículo, uma vez que o mesmo trará agilidade das funções dentro da Secretaria de Esportes, Lazer, Juventude e Idoso, proporcionando grandes benefícios a toda comunidade esportiva.

Contamos com a colaboração dos nobres colegas na tramitação e aprovação das mesmas.

Leunira Viganó Tesser

Vereadora – PDT

Valmir Tasca

Vereador – DEM





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Exmo. Sr.
VILMAR MACCARI
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

A Comissão de Orçamento e Finanças, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação Emendas ao **Projeto de Lei nº. 98/2013**, que dispõe sobre as ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.

I - EMENDA ADITIVA:

Acresce dotação orçamentária a Secretaria Municipal de Saúde que com o seguinte teor:

LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ACRESCE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E VALORES

Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	2014
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
2.000.000 - Realização de procedimentos de Exames Laboratoriais e Cirurgias Eletivas	1.000.000,00



REDUZ O VALOR ABAIXO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INDICADA

Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	2014
05 - SECRETARIA MUN. DE ADMIN. E FINANÇAS	
05.02 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	
0.002.000 - Amortização da Dívida Interna	2.700.000,00
0.003.000 - Encargos Especiais	2.140.500,00



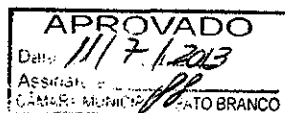
OBS: NÃO OBSERVADAS AS DEMAIS EMENDAS JÁ DEDUZIDAS DESSAS AÇÕES: 0.003.000 - ENCARGOS ESPECIAIS E 0.002.000 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



2 - EMENDA ADITIVA:

Acresce dotação orçamentária a Secretaria Municipal de Saúde que com o seguinte teor:

LEI DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

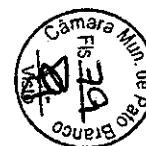
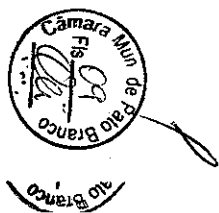
ACRESCE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E VALORES

Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	2014
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
2.000.000 - Implantação de Ações de Segurança Alimentar e Nutricional	10.000,00

REDUZ O VALOR ABAIXO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INDICADA

Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	2014
05 - SECRETARIA MUN. DE ADMIN. E FINANÇAS	
05.02 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	
2.216.000 - Manutenção das atividades do Departamento Administrativo e Financeiro	1.854.113,46

OBS: NÃO OBSERVADAS AS DEMAIS EMENDAS JÁ DEDUZIDAS DESSA AÇÃO: 2.216.000 - Manutenção das atividades do Departamento Administrativo e Financeiro.





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Exmo. Sr.
ILMAR MACCARI
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Os vereadores infra-assinados GUILHERME SEBASTIÃO SILVÉRIO - PMDB e ENIO RUARO - PR, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação Emendas ao Projeto de Lei nº. 98/2013, que dispõe sobre as ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.

1 - EMENDA MODIFICATIVA:



Acresce valor a dotação orçamentária já existente na Secretaria Municipal de Esporte. Lazer, Juventude e Idoso que passa a vigorar com o seguinte teor:

ACRESCE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E VALORES

Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	2014
16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER, JUVENTUDE e IDOSO	
16.02 - Departamento de Esporte, Lazer, Juventude e Idoso	
1.099.000 - Construção e Manutenção de Complexo Esportivo Multiuso, Quadra Poliesportiva Coberta, Pólos Esportivos	30.000,00

REDUZ O VALOR ABAIXO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INDICADA que passa a vigorar com o seguinte teor:

Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	2014
02 - GOVERNO MUNICIPAL	
02.01 - Gabinete do Prefeito	
2.002.000 - Coordenação e Supervisão dos órgãos da administração	1.035.149,25

OBS: NÃO OBSERVADAS AS DEMAIS EMENDAS JÁ DEDUZIDAS DESSA AÇÃO: 2.002.000 - Coordenação e Supervisão dos órgãos da administração

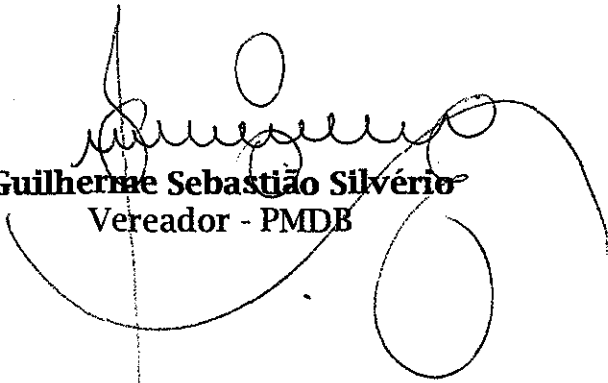




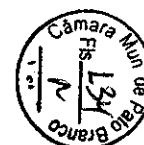
Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Nestes Termos, Pedem Deferimento.
Pato Branco, 04 de julho de 2013.


Guilherme Sebastião Silvério
Vereador - PMDB


Enio Ruaro
Vereador - PR





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Exmo. Sr.
VILMAR MACCARI
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Os vereadores infra-assinados **GUILHERME SEBASTIÃO SILVÉRIO - PMDB** e **VILMAR MACCARI - PDT**, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação Emendas ao **Projeto de Lei nº. 98/2013**, que dispõe sobre as ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.

1 - EMENDA MODIFICATIVA:



Acresce valor a dotação orçamentária já existente na Secretaria Municipal de Educação e Cultura que passa a vigorar com o seguinte teor:

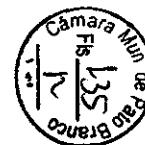
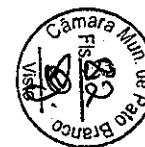
ACRESCE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E VALORES

Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	2014
07 - SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.04 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	
2.185.000 - Difusão da Semana da Cultura Evangélica - Eventos	40.000,00

REDUZ O VALOR ABAIXO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INDICADA

Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	2014
05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN. E FINANÇAS	
05.02 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	
2.236.000 - Manutenção das publicações oficiais - Monitoramento	200.000,00

OBS: NÃO OBSERVADAS AS DEMAIS EMENDAS JÁ DEDUZIDAS DESSA AÇÃO: 2.236.000 - Manutenção das publicações oficiais Monitoramento.



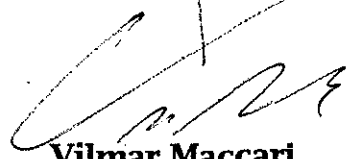


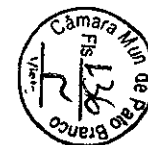
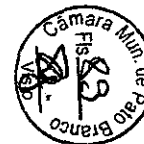
Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Nestes Termos, Pedem Deferimento.
Pato Branco, 04 de julho de 2013.


Guilherme Sebastião Silvério
Vereador


Vilmar Maccari
Vereador





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Exmo. Sr.

Vilmar Maccari

Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral
18-Jul-2013 15:15-016418-1/1

Os vereadores abaixo-assinado, membros da Comissão de Orçamento e Finanças, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, através de orientação repassada no parecer Contábil e pela Contadora dessa Casa de Leis, apresentam para a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis **Emendas Aditiva e Modificativa ao Projeto de Lei nº. 98/2013**, que dispõe sobre as ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA:



Acresce ao Projeto de Lei nº 98/2013 artigo 21, ficando os demais artigos renomeados:

Art. 21. A Lei Orçamentária considerará para o Legislativo Municipal, na programação de despesas com pessoal, os efeitos da revisão do plano de cargos e salários, reenquadramentos de pessoal, adicionais por tempo de serviço, horas extras, outras vantagens concedidas, definidas em lei, revisão ou reajuste salarial aos servidores e agentes políticos, criação de cargos, aumento do número de vagas no quadro funcional e contratação de pessoal de acordo com a necessidade, observando os limites de despesa com pessoal, estabelecidos na legislação específica.

Parágrafo único. Os custos decorrentes da implementação das ações programadas no *caput* deste artigo serão custeados com recursos do orçamento fiscal próprio, destinado ao Poder Legislativo Municipal.

EMENDA MODIFICATIVA:



Altera a redação do artigo 44º, passando a vigorar com o seguinte teor:

Art. 44. A avaliação do cumprimento das metas do exercício anterior e das metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixadas nos três exercícios anteriores, a evolução do patrimônio líquido bem como o Anexo IV de Obras em Andamento, o Anexo V da Evolução da Receita e o Anexo VI das Metas Bimestrais de Arrecadação apensos, que poderão ser observadas respectivamente nos Demonstrativos II, III e IV.





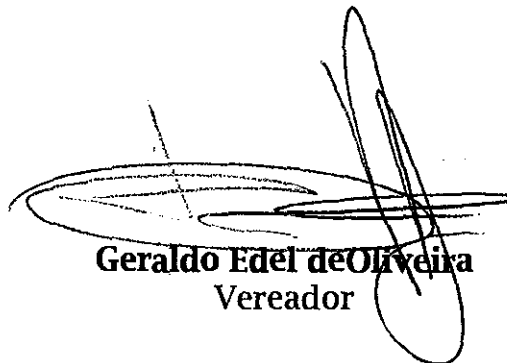
Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral - 08-Jul-2013-15:15-016419-1/1

Nestes Termos, pedem deferimento.
Pato Branco, 08 de julho de 2013.



Geraldo Edel de Oliveira
Vereador



Raffael Cantu
Vereador



Vilmar Maccari
Vereador





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Exmo. Sr.
Vilmar Maccari
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento



A vereadora **Leunira Viganó Tesser –PDT**, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação dessa Comissão as seguintes emendas ao **Projeto de Lei nº 98/2013**, que dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA:



Acresce ação ao órgão especificado abaixo que passará a vigorar com o seguinte teor:

Órgão	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
Unidade	07.04	DEPARTAMENTO DE CULTURA	2014
2.000.000		Criação da Biblioteca Itinerante	5.000,00

Fica reduzida a seguinte dotação orçamentária que cobrirá o valor acima relacionado, passando a vigorar com o seguinte teor:

Órgão	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. E FINANÇAS	
Unidade	05.02	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	2014
0.002.000		Amortização da Dívida Interna	3.195.000,00

OBS: Não observadas as demais emendas já deduzidas dessa ação 0.002.000 – Amortização da Dívida Interna.

Nestes termos, pedem deferimento.
Pato Branco, 8 de julho de 2013.

Leunira Viganó Tesser
Vereadora – PDT





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral - 08-07-2013-16:56-0647-1/1



Exmo.Sr.

VILMAR MACCARI

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

O vereador abaixo assinado, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais apresenta para a apreciação emenda ao **Projeto de Lei nº 98/2013, que dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.**

EMENDA MODIFICATIVA



Acresce valor a dotação orçamentária a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que passa a vigorar conforme quadro anexo.

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
07-SECRET.MUN.EDUCAÇÃO E CULTURA		
07.02 – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO		
0.000.000 – Projeto de Apoio ao Transporte Universitário para deslocamento de estudantes para outros municípios.	50.000,00	50.000,00

Para cobrir o valor acima indicado serão reduzidos valores dos itens abaixo indicados que passaram a vigorar com a seguinte redação e valores:

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
5-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
05.02 – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO		
0.002.000-Amortização da Dívida interna	3.150.000,00	3.150.000,00

Obs.: Não observadas as demais emendas já deduzidas dessa ação: 0.002.000-Amortização da Dívida interna

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 08 de julho de 2013.

Claudemir Zanco
Vereador – PSD





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral
08-Jul-2013

Exmo.Sr.

VILMAR MACCARI

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

O vereador abaixo assinado, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação emenda ao **Projeto de Lei nº 98/2013, que dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-funções de Governo, Meios e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.**

EMENDA MODIFICATIVA



Acresce dotação orçamentária a Secretaria Municipal de Agricultura, que passa a vigorar conforme quadro anexo.

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
11-SECRET.MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
11.02 – DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL		
2.000.000 – Implantação do Programa PRÓ-HORTA – Lei nº 3.217/2009	50.000,00	50.000,00

Para cobrir o valor acima indicado serão reduzidos valores dos itens abaixo indicados que passaram a vigorar com a seguinte redação e valores:

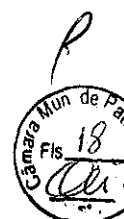
Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
5-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
05.02 – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO		
0.003.000-Encargos Especiais	2.590.000,00	2.590.000,00

Obs.: Não observadas as demais emendas já deduzidas dessa ação: 0.003.000-Encargos Especiais

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 08 de julho de 2013.

Claudemir Branco
Vereador – PSD





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Protocolo Geral

08-Jul-2013 16:36:01



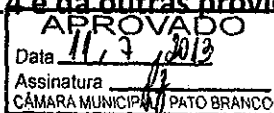
Exmo.Sr.

VILMAR MACCARI

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

O vereador abaixo assinado, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação emenda ao **Projeto de Lei nº 98/2013, que dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.**

EMENDA MODIFICATIVA



Acresce dotação orçamentária a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que passa a vigorar conforme quadro anexo.

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
07-SECRET.MUN.EDUCAÇÃO E CULTURA		
07.04 – DEPARTAMENTO DE CULTURA		
0.000.000-Incentivo a Cooperativa de Artesanato de Pato Branco e Associação Pato-branquense do Artesão	30.000,00	30.000,00

Para cobrir o valor acima indicado serão reduzidos valores dos itens abaixo indicados que passaram a vigorar com a seguinte redação e valores:

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
5-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
05.02 – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO		
0.002.000-Amortização da Dívida interna	3.170.000,00	3.170.000,00

Obs.: Não observadas as demais emendas já deduzidas dessa ação: 0.003.000-Encargos Especiais

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 08 de julho de 2013.

Claudemir Zanco
Vereador – PSD





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Gabinete do Vereador Raffael Cantu - PCdoB

Exmo.Sr.

Vilmar Maccari

Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças



O vereador infra-assinado no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação dessa Comissão emenda ao **Projeto de Lei nº 98/2013**, que dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeiras e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA:



Modifica valor de dotação orçamentária na Secretaria Municipal de Educação e Cultura que passa a vigorar conforme quadro anexo.

Nestes Termos, pede deferimento.

Pato Branco, 09 de julho de 2013.

Raffael Cantu
Vereador PCdoB

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral - 09-Jul-2013-16:41-016450-1/1





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Gabinete do Vereador Raffael Cantu - PCdoB



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ACRESCE VALOR NA SEGUINTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão/Unidade/Função/Sub-função/Programa/Ação	2014
07 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
07.04 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	
2.108.000 – Manutenção do Departamento de Cultura	R\$ 944.444,53

RETIRA O VALOR DAS SEGUINTE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Órgão/Unidade/Função/Sub-função/Programa/Ação	2014
02 – GOVERNO MUNICIPAL	
02.01 – GABINETE DO PREFEITO	
2.002.000 – Coordenação e Supervisão dos Órgãos da Administração	R\$ 1.000.149,25

Órgão/Unidade/Função/Sub-função/Programa/Ação	2014
02 – GOVERNO MUNICIPAL	
02.05 – DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
2.003.000 – Manutenção das Atividades da Assessoria de Imprensa	R\$ 1.043.500,00





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Exmo.Sr.

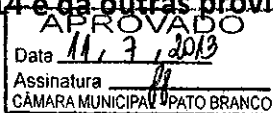
VILMAR MACCARI

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento



O vereador abaixo assinado, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação emenda ao **Projeto de Lei nº 98/2013**, que dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA



Modifica dotação orçamentária a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que passa a vigorar conforme quadro anexo.

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
12-SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		
12.02 – DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE		
2.191.000-Promover e incentivar a preservação de árvores multisseculares	8.000,00	8.000,00

Para cobrir o valor acima indicado serão reduzidos valores dos itens abaixo indicados que passaram a vigorar com a seguinte redação e valores:

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
5-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
05.02 – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO		
0.002.000-Amortização da Dívida interna	3.192.000,00	3.192.000,00

Obs.: Não observadas as demais emendas já deduzidas dessa ação: 0.003.000-Encargos Especiais

Nestes termos, pede deferimento.
Pato Branco, 09 de julho de 2013.

Laurindo Cesa
Vereador – PSDB





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



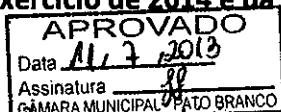
Exmo. Senhor

VILMAR MACCARI

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

O vereador abaixo assinado, JOSÉ GILSON FEITOSA DA SILVA – PT, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação emenda ao **Projeto de Lei nº 98/2013**, que dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Subfunções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA



Acresce valor a dotação orçamentária a Secretaria Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos que passa a vigorar conforme quadro anexo.

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
06- Sec. Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos		
06.03 – Dep. de desenvolvimento Urbano e Geoprocessamento		
1.002.000 – Apoiar e/ou construir Unidades Habitacionais.	505.000,00	505.000,00

Para cobrir o valor acima indicado serão reduzidos valores dos itens abaixo indicados que passaram a vigorar com a seguinte redação e valores:

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
05-SEC. Municipal de Administração e Finanças		
05.02 – Dep. Administrativo e Financeiro		
2.216.000 – Manutenção das atividades do Dep. Administrativo e Financeiro	1.364.113,46	1.364.113,46

Obs.: Não observadas as demais emendas já deduzidas dessa ação: 2.216.000 – Manutenção das atividades do Dep. Administrativo e Financeiro

Nestes termos, pede deferimento.
Pato Branco, 09 de julho de 2013.


JOSÉ GILSON FEITOSA DA SILVA
Vereador – PT





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

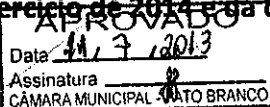


Exmo. Senhor
VILMAR MACCARI
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento



O vereador abaixo assinado, JOSÉ GILSON FEITOSA DA SILVA – PT, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação emenda ao **Projeto de Lei nº 98/2013**, que dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Subfunções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e das outras providências.

EMENDA ADITIVA



Acresce valor a dotação orçamentária a Secretaria Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos que passa a vigorar conforme quadro anexo.

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
06- Sec. Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos		
06.03 – Dep. de desenvolvimento Urbano e Geoprocessamento		
1.007.000 – Construir Pontos de Ônibus.	204.200,00	204.200,00

Para cobrir o valor acima indicado serão reduzidos valores dos itens abaixo indicados que passaram a vigorar com a seguinte redação e valores:

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
05-SEC. Municipal de Administração e Finanças		
05.02 – Dep. Administrativo e Financeiro		
2.216.000 – Manutenção das atividades do Dep. Administrativo e Financeiro	1.764.113,46	1.764.113,46

Obs.: Não observadas as demais emendas já deduzidas dessa ação: 2.216.000 – Manutenção das atividades do Dep. Administrativo e Financeiro

Nestes termos, pede deferimento.
Pato Branco, 09 de julho de 2013.


JOSÉ GILSON FEITOSA DA SILVA
Vereador – PT





Câmara Municipal de Pato Branco

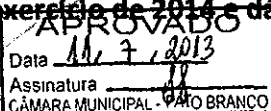
Estado do Paraná



Exmo. Senhor
VILMAR MACCARI
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

O vereador abaixo assinado, JOSÉ GILSON FEITOSA DA SILVA – PT, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação emenda ao Projeto de Lei nº 98/2013, que dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Subfunções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA



Acresce valor a dotação orçamentária a Secretaria Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos que passa a vigorar conforme quadro anexo.

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
06- Sec. Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos		
06.03 – Dep. de desenvolvimento Urbano e Geoprocessamento		
1.077.000 – Pavimentação de Vias Urbanas - Recape.	1.000.000,00	1.000.000,00

Para cobrir o valor acima indicado serão reduzidos valores dos itens abaixo indicado que passaram a vigorar com a seguinte redação e valores:

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
02 – Governo Municipal		
02.05 – Diretoria de Comunicação Social		
2.003.000 – Manutenção das atividades de Assessoria de Imprensa	1.083.500,00	1.083.500,00

Obs.: Não observadas as demais emendas já deduzidas dessa ação: 2.003.000 – Manutenção das atividades de Assessoria de Imprensa.

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 09 de julho de 2013.

JOSÉ GILSON FEITOSA DA SILVA
Vereador – PT





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Exmo. Sr.

VILMAR MACCARI

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

O vereador infra-assinado, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresentam para a apreciação dessa Comissão emenda ao **Projeto de Lei nº. 98/2013**, que dispõe sobre as ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA:



Acresce ação ao órgão especificado abaixo que passará a vigorar com o seguinte teor:

Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	Valores
	2014
14 – ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL – SÃO ROQUE DO CHOPIM	
14.01 – ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL	
36 – Administração Distrital	
2.087.000 – Manutenção das atividades da administração do Distrito de Nova Espera	80.000,00



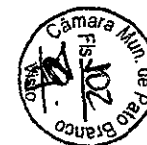
Rua Araribóia, 491

Fone: (46) 3224-2243

85505-030

Pato Branco

Paraná



[assinatura]



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral -10-Jul-2013 15:00-01468-1/1



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Fica reduzida a seguinte dotação orçamentária que cobrirá o valor acima relacionado, passando a vigorar com o seguinte teor:

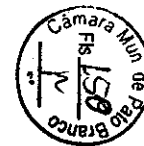
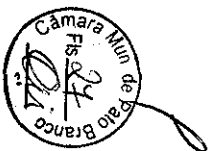
Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	Valores
	2014
05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
05.02 – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	
0.002.000 – Amortização da Dívida Interna	3.130.000,00

OBS: NÃO OBSERVADAS AS DEMAIS EMENDAS JÁ DEDUZIDAS DESSAS AÇÕES: 0.002.000 – AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA

Nestes Termos, pede deferimento.
Pato Branco, 10 de julho de 2013.


Augustinho Polazzo

Vereador - PP





Câmara Municipal de Pato Branco

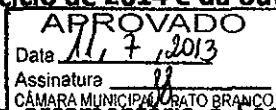
Estado do Paraná



Exmo. Senhor
VILMAR MACCARI
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

O vereador abaixo assinado, JOSÉ GILSON FEITOSA DA SILVA – PT, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação emenda ao **Projeto de Lei nº 98/2013**, que dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Subfunções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA



Acresce valor a dotação orçamentária a Secretaria Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos que passa a vigorar conforme quadro anexo.

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
06- Sec. Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos.		
06.03 – Dep. de desenvolvimento Urbano e Geoprocessamento		
1.006.000 – Construir Galerias Pluviais.	300.000,00	300.000,00

Para cobrir o valor acima indicado serão reduzidos valores dos itens abaixo indicado que passaram a vigorar com a seguinte redação e valores:

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
05-SEC. Municipal de Administração e Finanças		
05.02 – Dep. Administrativo e Financeiro		
0.002.000 – Amortização da dívida interna	2.900.000,00	2.900.000,00

Obs.: Não observadas as demais emendas já deduzidas dessa ação: 0.002.000 – Amortização da dívida interna.

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 11 de julho de 2013.


JOSÉ GILSON FEITOSA DA SILVA
Vereador – PT





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Exmo. Sr.

VILMAR MACCARI

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

O vereador infra-assinado, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresentam para a apreciação dessa Comissão emenda ao **Projeto de Lei nº. 98/2013**, que dispõe sobre as ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA:



Acresce ação ao órgão especificado abaixo que passará a vigorar com o seguinte teor:

Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	Valores
	2014
16. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER, JUVENTUDE E IDOSO	
16.02 – DEPARTAMENTO DE ESPORTE, LAZER, JUVENTUDE E IDOSO	
2.000.000 – Construir ginásio de esportes no Distrito de Nova Espera	500.000,00





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

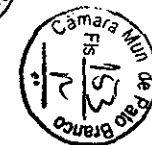
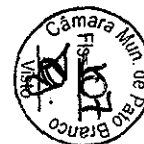
Fica reduzida a seguinte dotação orçamentária que cobrirá o valor acima relacionado, passando a vigorar com o seguinte teor:

Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	Valores
	2014
04 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO	
04.02 – DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO	
2.238.000 – Manutenção do Departamento de Planejamento Urbano	2.361.270,41

OBS: NÃO OBSERVADAS AS DEMAIS EMENDAS JÁ DEDUZIDAS DESSAS AÇÕES: 2.238.000 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO.

Nestes Termos, pede deferimento
Pato Branco, 11 de julho de 2013

Augustinho Palazzo
Augustinho Palazzo
Vereador - PP





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Protocolo Geral

-11-Jul-2013-15:00-016521-1/1

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR

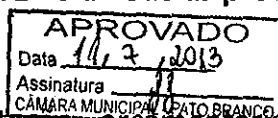
Exmo.Sr.

VILMAR MACCARI

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

O vereador abaixo assinado, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação emenda ao Projeto de Lei nº 98/2013, que dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA



Acresce dotação orçamentária a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que passa a vigorar conforme quadro anexo.

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
07-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
07.04 – DEPARTAMENTO DE CULTURA		
2.000.000-Promover e incentivar o Programa Consórcio de Escritores	8.000,00	8.000,00

Para cobrir o valor acima indicado serão reduzidos valores dos itens abaixo indicados que passaram a vigorar com a seguinte redação e valores:

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
5-SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
05.02 – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO		
0.002.000-Amortização da Dívida interna	3.192.000,00	3.192.000,00

Obs.: Não observadas às demais emendas já deduzidas dessa ação: 0.002.000-Amortização da Dívida interna.

Nestes termos, pede deferimento.
Pato Branco, 11 de julho de 2013.

Laurindo Cesa
Vereador – PSDB





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Exmo. Sr.
VILMAR MACCARI
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

A Comissão de Orçamento e Finanças, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação Emenda MODIFICATIVA ao **Projeto de Lei nº. 98/2013**, que dispõe sobre as ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-Funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.

1 - EMENDA MODIFICATIVA:



Acresce valor a dotação orçamentária já existente na Secretaria Municipal de Saúde que passa a vigorar com o seguinte teor:

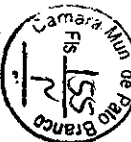
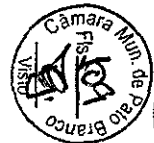
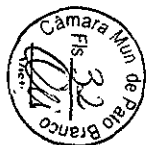
ACRESCE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E VALORES

Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	2014
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.02 - DEP. ESPORTE, LAZER, JUVENTUDE E IDOSO	
2.116.000 - Manter o Conselho Municipal de Saúde	16.000,00

REDUZ O VALOR ABAIXO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INDICADA

Órgão/Unidade/Função/Subfunção/Programa/Ação	2014
05 - SECRETARIA MUN. DE ADMIN. E FINANÇAS	
05.02 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO	
2.019.000 - Manutenção da Coordenadoria de Tributação e Fiscalização	761.069,11

OBS: NÃO OBSERVADAS AS DEMAIS EMENDAS JÁ DEDUZIDAS DESSA AÇÃO: 2.216.000 - Manutenção da Coordenadoria de Tributação e Fiscalização.





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Nestes Termos, Pedem Deferimento.
Pato Branco, 11 de julho de 2013.



Geraldo Edel de Oliveira
Vereador

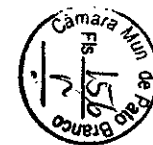
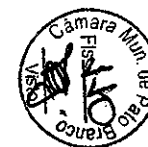


Raffael Cantu
Vereador



Vilmar Maccari
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral -11-Jul-2013-15:00-016523-1/1



DIÁRIO DO SUDOESTE

PATO BRANCO | SEXTA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 2013 | ANO XXVIII | NÚMERO 5841 | EDIÇÃO REGIONAL | DIARIODOSUDOESTE.COM.BR

B8
Edição nº 5841

PUBLICAÇÕES LEGAIS

DIÁRIO DO SUDOESTE
2 de Agosto de 2013



CAMARA MUNICIPAL DE PALMAS-PR DECRETO LEGISLATIVO 04/2013

Súmula: "Decreta Ponto Facultativo na Câmara Municipal no dia 05 de agosto de 2013."

O Presidente da Câmara Municipal de Palmas, estado do Paraná, Wilmo Rodrigues Correia da Silva, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Regimento interno,

Decreta
Art.1º Ponto Facultativo na Câmara Municipal de Palmas no dia 05 de agosto de 2013, período integral, em decorrência do feriado em Homenagem ao Padroeiro Local Senhor Bom Jesus das Colunas dos Campos de Palmas.

Art.2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Palmas, 01 de agosto de 2013.

Wilmo Rodrigues Correia da Silva
Presidente do Legislativo

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SAUDE DO IGUAÇU

Rua Padre Felipe Sierra Ruiz, 327
85568-000 - Saudade do Iguaçu - Paraná

RESOLUÇÃO Nº 012, de 01 de agosto de 2013, do

Conselho Municipal de Saúde do Município de Saudade do Iguaçu

Dispõe sobre a aplicação de recursos suplementares que serão incluídos no Plano de Saúde, PPA, LDO e LOA todos para o exercício de 2013.

O Conselho Municipal de Saúde de Saudade do Iguaçu, em reunião ordinária realizada em 17 de junho de 2013, no uso das prerrogativas conferidas por lei, em especial a Lei Municipal nº. 12/93;

Resolve:

Art. 1º - Aprovar a inclusão do valor de R\$ 21.800,00 (vinte e um mil e oitocentos reais), nas metas financeiras de despesas para o ano de 2013 do Plano Municipal de Saúde.

Art. 2º - Aprovar a proposta do poder executivo de alteração das metas financeiras de despesas do PPA, LDO, e LOA, todos para o ano de 2013, incluindo a quantia de R\$ 21.800,00, referente a excesso de arrecadação de recursos e que serão aplicadas nas seguintes ações de governo da área de saúde:

Ação 2.019 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde:

Fonte de Recurso: 500 - Bloco de Investimentos na Rede de Saúde.

- R\$ 1.200,00 - Para a aquisição de móveis e equipamentos.

Fonte de Recurso: 304 - Receitas de Alienação de Ativos da Saúde.

- R\$ 20.600,00 - Para a aquisição de móveis e equipamentos.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Saudade do Iguaçu, 01 de agosto de 2013.

AMARILDO VERDI
Presidente do CMS

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR

Extrato de Aditivo de Contrato Nº 1121/2011

Contratante: Município de Itapejara D'Oeste - PR

Contratado: Auto Elétrica Checpar Ltda Me, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.174.569/0001 - 12.

Objeto: Contratação de empresa especializada na comercialização de peças elétricas em geral e prestação de serviços de consertos, reparos e substituição de peças elétricas, nos veículos, ônibus, caminhões e máquinas integrantes da frota municipal, conforme Edital de Carta Convite Nº 013/2011.

Fica alterado o prazo contratual, passando de 30 (trinta) de Julho de 2013 para 30 (trinta) de Agosto de 2013.

Data do Aditivo: 30 (trinta) de Julho de 2013.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA MUNICÍPIO DE SAUDE DO IGUAÇU-PR

RESOLUÇÃO Nº. 10/2013

SÚMULA: Aprovação do Relatório Bimestral de Gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do município de Saudade do Iguaçu-PR, em reunião ordinária realizada no dia 30/07/2013, no uso das atribuições que lhe são conferidas, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Relatório Bimestral de Gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente referente ao terceiro bimestre do ano de 2013.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Saudade do Iguaçu, 31 de julho de 2013.

NEUSA BRANCO MENDES
PRESIDENTE DO CMDCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR LEI Nº 4.112 DE 31 DE JULHO DE 2013. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Dispõe sobre as ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam estabelecidas para o exercício de 2014, as ações prioritárias da administração municipal, funções de governo, metas e riscos fiscais, diretrizes gerais para elaboração da proposta orçamentária, normas de execução financeira e políticas de fomento e desenvolvimento, em conformidade com o Plano Plurianual, com a Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e demais legislações que disciplinam a matéria, compreendendo:

- ações prioritárias, funções e sub-funções de governo, objetivos e metas da Administração Pública Municipal;
- metas e riscos fiscais;
- disposições sobre alterações na legislação tributária;
- estrutura e organização da lei orçamentária;
- diretrizes gerais para elaboração dos orçamentos;

VI. normas relativas à execução financeira e orçamentária;

VII. programas e dos Fundos.

CAPÍTULO I

AÇÕES PRIORITÁRIAS, FUNÇÕES E SUB-FUNÇÕES DE GOVERNO, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

SEÇÃO I

DAS METAS FISCAIS

Art. 2º As ações prioritárias, funções e sub-funções de governo, objetivos e metas para o exercício de 2014, passam a partir da edição da presente lei, a vigorar de acordo com as Ações Programáticas estabelecidas no Anexo I.

CAPÍTULO II

METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 3º Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2014, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 637 de 18 de outubro de 2012-STN. Os Demonstrativos de Metas Fiscais compreendem:

- Demonstrativo I - Metas Anuais;
- Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do regime Próprio de Previdência dos Servidores - Receitas e Despesas Previdenciárias dos RPPS;
- Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da renúncia de receita;
- Demonstrativo VIII - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Parágrafo único. Os demonstrativos referidos neste artigo serão apurados e sua consolidação se constituirá nas metas fiscais do município.

CAPÍTULO III

ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 4º O Executivo Municipal, no decorrer do exercício de 2014, mediante a edição de ato próprio, poderá ajustar o orçamento em face de alterações na Legislação Tributária ocorridas até 31 de dezembro do exercício corrente, não consideradas até a vigência da presente lei, em especial quanto:

I. As modificações na Legislação Tributária decorrentes da revisão de Sistemas Tributários.

II. A revisão da planta de valores de imóveis urbanos.

III. A revisão de aliquotas dos tributos de competência; e,

IV. Ao aperfeiçoamento do sistema de controle e cobrança de tributos de competência do Município e da Dívida Ativa Municipal; e,

V. A concessão e/ou redução de isenções fiscais

CAPÍTULO IV

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 5º A Proposta Orçamentária será composta pelos Anexos I, II e III, que conterão:

I. Legislação e resumos da receita, referentes aos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta;

II. Resumos gerais da despesa referentes aos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta; e,

III. Orçamento fiscal, compreendendo os orçamentos dos Poderes Executivo e Legislativo.

Art. 6º Os Orçamentos Fiscais, discriminarão as despesas por órgãos e unidades orçamentárias, segundo as normas estabelecidas na Portaria nº 42/99 do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão e Portarias Interministeriais nºs 163, 180 e 211/01, e alterações posteriores.

Art. 7º As programações do Fundo Municipal de Desenvolvimento, da Criança e do Adolescente, de Assistência Social, de Saúde, de Cultura, de Esporte, de Meio Ambiente, de Agricultura, de Educação, de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e da Saúde, serão abertos como atividade nas unidades orçamentárias a que estiverem subordinadas.

CAPÍTULO V

DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 8º Para o exercício financeiro de 2014, fica estabelecido o montante de R\$ 186.800,00 (cento e oitenta e seis mil e oitocentos mil reais) como limite para elaboração do Orçamento Fiscal.

Parágrafo único. Dos montantes estabelecidos no caput deste artigo, o percentual mínimo de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) será consignado em Reserva de Contingência.

Art. 9º Serão classificadas na programação orçamentária 99.99.02.999.999, elemento de despesa 9.9.99.99 - Reserva de Contingência, os recursos consignados no parágrafo único do artigo 8º e no elemento de despesa 34.9999 - Reserva de Contingência as parcelas de dotações decorrentes de vetos por parte do Poder Executivo às emendas efetuadas à proposta orçamentária pelo Poder Legislativo.

Art. 10. A Lei Orçamentária por meio de Anexos deverá demonstrar existência de compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas definidos no Capítulo II - Metas e Riscos Fiscais.

Art. 11. Na Lei Orçamentária Anual as receitas serão estimadas e as despesas, fixadas segundo preços vigentes em 1º de julho de 2013, (base de correção relativa a 30 de junho de 2013).

§ 1º As despesas custeadas com financiamentos em moedas estrangeiras serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio vigente em 1º de julho de 2013.

§ 2º Os valores da receita e despesa apresentadas na Lei Orçamentária Anual poderão ser atualizados antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação de Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), considerado no período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e previsão do respectivo índice para dezembro de 2013.

§ 3º O Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária e por ocasião das correções efetuadas no decorrer do exercício, encaminhará à Câmara Municipal para ciência, cópia do orçamento anual devidamente corrigido.

Art. 12. A Lei Orçamentária para 2014 destinará recursos para atender prioritariamente:

I. Despesas com pessoal ativo, inativo e encargos sociais;

II. Pagamento de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho do presente exercício;

III. Pagamento do serviço e do principal da dívida pública;

IV. Empréstimos e às contrapartidas de programas objeto de financiamentos e de convênios com outras esferas de governo;

V. Manutenção e desenvolvimento do ensino e da saúde, de acordo com a legislação vigente;

VI. Implantação e manutenção de obras e serviços;

VII. Implantação do programa de modernização da administração municipal;

VIII. Implantação da política de geração de empregos e renda.

Parágrafo único. Os recursos do Tesouro Municipal somente poderão ser programados para atender despesas de capital, depois de atendidas as despesas relacionadas neste artigo.

Art. 13. Constará da programação orçamentária da despesa, custos com juros e encargos decorrentes da contratação de operações de crédito por antecipação de receita, com a manutenção das ações em execução, manutenção das estruturas administrativas e fiscais das

administrações direta e indireta, continuidade dos projetos em andamento e com a conservação do patrimônio público.

Art. 14. O Poder Legislativo, até o dia 30 do mês de setembro do presente exercício, de acordo com a Constituição Federal, observado as Emendas Constitucionais nºs 25/2000 e 58/2009, encaminhará a proposta orçamentária da Câmara, limitada a 7% (sete por cento) da receita tributária e das transferências previstas no § 5º, do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, para fins de inclusão no Orçamento Geral do Município.

Parágrafo único. Caso o orçamento aprovado para o Poder Legislativo ultrapasse os limites estabelecidos no caput deste artigo, os valores excedentes serão objeto de veto por parte do Chefe do Poder Executivo, cujo montante será incorporado na programação orçamentária da Secretaria de Finanças, elemento de despesa 413000 - Investimento em Regime de Execução Especial.

Art. 15. O produto da alienação de bens e direitos pertencentes ao Poder Público Municipal será aplicado no atendimento de despesa de capital.

Parágrafo único. A lei poderá destinar parcela dos recursos a que se refere este artigo para custeio de despesas com a previdência social.

Art. 16. Constará do Projeto de Lei Orçamentária a demonstração dos efeitos sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões e qualquer benefício de natureza financeira, tributária e creditícia, citando as medidas que serão tomadas para compensar as renúncias de receitas e relativas a aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado, observado o disposto no quadro do Anexo de Metas Fiscais.

Parágrafo único. A programação das despesas a serem custeadas com recursos de operações de crédito não poderá exceder o montante das despesas de capital fixadas no orçamento, salvo existência de lei específica autorizando a aplicação em despesas correntes, observado o disposto no inciso III, do Art. 167 da Constituição Federal.

Art. 17. Constará, na Lei Orçamentária, demonstração dos efeitos do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Art. 18. A programação da despesa destinada à cobertura dos gastos com pessoal e encargos sociais à conta de recursos dos Orçamentos Fiscal e próprio da administração indireta, será fixada em até 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida e não poderá exceder os seguintes limites:

- 6% (seis por cento) para o Legislativo;
- 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

Parágrafo único. Para fins de cálculo, entendem-se como despesas com pessoal, o disposto no art. 18, da Lei Complementar Federal nº 101/00.

Art. 19. O Poder Executivo publicará no Diário Oficial do Município, até 31 de agosto de 2014, tabela de controle dos servidores públicos municipais e dos cargos de provimento em comissão integrantes do quadro geral de pessoal, demonstrando os quantitativos ocupados e os vagos.

Art. 20. A Lei Orçamentária considerará, na programação das despesas com pessoal, os efeitos da revisão do plano de cargos e salários, reequilíbrio de pessoal, adicionais por tempo de serviço, horas extras, outras vantagens aos servidores definidas em lei, revisão ou reajuste salarial aos servidores e agentes políticos, criação de cargos, aumento do número de vagas no quadro funcional e contratação de pessoal para as áreas de educação, cultura, esporte, administração geral, saúde e assistência social, saneamento, urbanismo, transporte, habitação, agricultura, gestão ambiental, indústria e comércio da administração direta e da administração indireta, além de contratação de pessoal em caráter temporário para as áreas de educação, cultura, esporte, administração geral, saúde e assistência social, saneamento, urbanismo, transporte, habitação, agricultura, gestão ambiental, indústria e comércio de acordo com a necessidade da administração municipal e observando os limites de despesa com pessoal, estabelecidos na legislação específica.

Parágrafo único. Os custos decorrentes da implementação das ações programadas no caput neste artigo serão custeados com recursos dos orçamentos fiscal e próprio da administração direta e indireta.

Art. 21. A Lei Orçamentária considerará para o Legislativo Municipal, na programação de despesas com pessoal, os efeitos da revisão do plano de cargos e salários, reequilíbrio de pessoal, adicionais por tempo de serviço, horas extras, outras vantagens concedidas, definidas em lei, revisão ou reajuste salarial aos servidores e agentes políticos, criação

de cargos, aumento do número de vagas no quadro funcional e contratação de pessoal de acordo com a necessidade, observando os limites de despesa com pessoal, estabelecidos na legislação específica.

Parágrafo único. Os custos decorrentes da implementação das ações programadas no caput deste artigo serão custeados com recursos do orçamento fiscal próprio, destinado ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 22. Na Lei Orçamentária anual, será destinado no mínimo 60% (sessenta por cento) dos recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização do Magistério, para remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício de suas atividades no ensino básico público, conforme o disposto na Emenda Constitucional nº 14/96.

Art. 23. As despesas com pessoal ativo e inativo dos Poderes Executivo e Legislativo decorrentes de outras despesas com pessoal executadas nos últimos três anos, a prevista para o exercício corrente e para os exercícios subsequentes, com indicação da representatividade percentual do total em relação à receita corrente, nos termos do artigo 38, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o disposto na Lei Complementar nº 101/00, estão definidos no Anexo II da presente Lei.

Art. 24. O Poder Executivo fica autorizado a incluir na Proposta Orçamentária para o exercício de 2014, custos com criação e ampliação de ações nas áreas de educação, cultura, esporte, administração geral, saúde e assistência social, saneamento, urbanismo, transporte, habitação, agricultura, gestão ambiental, indústria e comércio da administração direta, Fundo Municipal de Desenvolvimento e da administração indireta.

Art. 25. As despesas consideradas irrelevantes serão processadas em regime de adiantamento, de conformidade com o que dispõe o Art. 68, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 26. Poderão ser incorporadas emendas à Lei Orçamentária Anual, que:

I. Sejam compatíveis com as disposições do Plano Plurianual e da presente Lei;

II. Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes da anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre:

- Dotações para pessoal ativo, inativo e seus encargos;
- Serviço e principal da dívida;
- Dotações custeadas com recursos provenientes de convênios, operações de crédito e outras formas de contrato, bem como de suas contrapartidas;
- Transferências próprias de administração indireta;
- Precatórios judiciais;
- Dotações destinadas à educação e saúde.

Art. 27. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária, de crédito orçamentário com finalidade imprecisa, dotação ilimitada, destinados a investimento com duração superior a um exercício que não esteja previsto na presente Lei e no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Art. 28. A Lei Orçamentária contemplará recursos para concessão de auxílios, transferências e subvenções a pessoas físicas e jurídicas, visando à promoção e desenvolvimento de ações de caráter assistencial, social, médico, educacional, cultural, esportivo e agrícola, em suplementação aos recursos de origem privada aplicados a esses objetivos.

§ 1º Para consecução do proposto neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios ou acordos com pessoas jurídicas interessadas na parceria, observados a existência de lei autorizatória específica e o disposto nos artigos 16 a 19 da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 2º Não serão concedidos auxílios, doações, transferências e subvenções para cobertura de déficits ou prejuízos de pessoas jurídicas.

§ 3º Os programas de assistência social que contemplem fornecimento de remédios, cestas básicas, passagens, serviços e auxílios funerários e a cobertura de outras necessidades de pessoas físicas, ficam condicionados a existência de dotação orçamentária para este fim.

§ 4º Na Lei Orçamentária, em suas emendas e alterações, fica vedada a inserção de emendas que identifiquem instituições privadas a serem beneficiadas com transferências, auxílios e subvenções econômicas ou sociais, observadas as normas da Lei Complementar Federal nº 101/00 e Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 29. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com a administração direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à cobertura de despesas de natureza institucional de outros entes da Federação.

Art. 30. Acompanhará a Lei Orçamentária, relação, em ordem cronológica, dos precatórios judiciais a serem pagos no exercício seguinte.

CAPÍTULO VI

DAS DIRETRIZES PARA EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 31. As programações de gastos, em qualquer dos orçamentos, deverão apresentar consonância com as prioridades governamentais estabelecidas no Plano Plurianual e na presente Lei.

Art. 32. Os recursos recebidos pelo Município, provenientes de convênios, ajustes, acordos e outras formas de contratos e ou transferências efetuadas por outras esferas de governo ou pelo setor privado deverão ser registrados como receita e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias, só podendo sofrer desvinculação por lei específica.

Art. 33. Até 30 (trinta) dias após a publicação dos orçamentos, o Executivo Municipal, com o objetivo de ajustar o montante de gasto à capacidade de arrecadação, estabelecerá o cronograma de desembolso, e, por meio de ato próprio, normas de programação financeira para o exercício.

Art. 34. Para consecução das ações programáticas e com base na reestimativa da receita a ser arrecadada pelo tesouro municipal, a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, estabelecerá cotas mensais para emissão de notas de empenho e/ou assunção de despesas.

Parágrafo único. As programações custeadas com recursos provenientes de convênios, contratos e operações de crédito não contratadas ficarão condicionadas à efetiva formalização dos instrumentos.

Art. 35. A implementação do disposto nos artigos 19 e 22 da presente lei fica condicionada a observância das normas e limites estabelecidos nesta Lei e no orçamento aprovado para o exercício de 2014 e será precedida de declaração do Administrador Municipal assegurando que o aumento de despesa tem adequação à Lei de Diretrizes Orçamentárias e ao Orçamento Anual, da existência de recursos financeiros em montante suficiente à sua cobertura e que sua execução não afetará as Metas Fiscais programadas para o exercício.

Art. 36. As obras iniciadas sob a responsabilidade do Município, terão prioridade na alocação dos recursos orçamentários e financeiros.

Art. 37. No decurso da execução orçamentária, mediante edição de ato próprio do Executivo, os recursos programados em Reserva de Contingência definidos no artigo 9º, serão à cobertura de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais. Os riscos Fiscais estão previstos no Anexo III.

Art. 38. Visando adequar as estruturas do orçamento-programa às necessidades técnicas decorrentes da execução das metas físicas e fiscais, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 10% (dez por cento) do total do orçamento, por meio de ato próprio, na medida das necessidades, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2014, no que couber.

I. Por meio da abertura de crédito adicional suplementar, ajustar os valores das dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de pessoal e encargos sociais e ao pagamento de encargos e do principal da dívida pública e, desde que tecnicamente justificado, os valores programados em outras despesas correntes e de capital custeados com recursos do tesouro municipal e de outras fontes, utilizando como recursos as formas previstas no artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, bem como compensação entre as fontes de recurso no mesmo Projeto ou atividade.

II. As autorizações contempladas neste artigo são extensivas a dotações orçamentárias consignadas ao Poder Legislativo e as programações orçamentárias dos fundos e do órgão da administração indireta.

III. A transpor, remanejar ou transferir, total ou parcialmente recursos orçamentários de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, nos termos do inciso VI, do artigo 167 da CF.

Art. 39. Fica o Poder Legislativo autorizado, por meio de ato próprio, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2014, até o limite de 20% (vinte por cento) do total do seu orçamento, através da abertura de créditos adicionais suplementares.

Art. 40. A contratação, prorrogação e composição de dívidas confessadas, de operações de crédito e de operações de crédito por antecipação da receita dependem de lei autorizativa específica observada as normas que disciplinam a matéria.

Art. 41. A avaliação da gestão fiscal, do equilíbrio orçamentário e financeiro e do controle dos custos e resultados dos programas, projetos e atividades financiadas com os recursos dos orçamentos, será efetuada de acordo com a legislação vigente.

§ 1º Em caso de déficit ou da constatação da impossibilidade do cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, nos trinta dias subsequentes, mediante ato próprio do Executivo, serão estabelecidas medidas para redução da execução orçamentária e da movimentação financeira.

§ 2º Constará do elenco de medidas para restabelecer equilíbrio orçamentário e financeiro, critérios e montantes para emissão de notas empenho, liquidação dos compromissos assumidos anteriormente, contas a pagar do exercício, restos a pagar e outras obrigações de natureza financeira, até sua total quitação.

§ 3º Das limitações de gastos estabelecidos nos parágrafos anteriores, excluem-se as obrigações constitucionais e legais que afetam ao Município, precatórios regularmente inscritos, despesas decorrentes de decisões judiciais, pagamento do serviço e do principal da dívida contratada e/ou fundada.

Art. 42. Restabelecida a capacidade financeira da receita prevista, ainda que parcial, a retomada da execução orçamentária dar-se-á nos limites das disponibilidades, mediante ato do Executivo, suspendendo os efeitos das medidas de contenção editadas por força da aplicação do disposto



DIÁRIO DO SUDOESTE

PATO BRANCO | SEXTA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 2013 | ANO XXVIII | NÚMERO 5841 | EDIÇÃO REGIONAL | DIARIODOSUDOESTE.COM.BR

DIÁRIO DO SUDOESTE
2 de Agosto de 2013

PUBLICAÇÕES LEGAIS

B9
Edição nº 5841

Unidade Gestora: CONSOLIDADO
Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
LDO-2014-Alteração Legal: 1
Metas das Ações Prog. Gov.

PÁGINA: 1 DE 20

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
01-CÂMARA MUNICIPAL		
01.01-CÂMARA DE VEREDORES		
1-Administração		
11-Administração Geral		
111-Administração Geral		
1111-Mant. de Atividades Legislativas, do presidente, vereadores e assessores	2.945.000,00	2.945.000,00
1112-Mant. de atividades administrativas, financeiras e patrimoniais	2.615.000,00	2.615.000,00
1113-Transmissão e divulgação das Notícias Legislativas, Audiências Públicas e outros eventos	150.000,00	150.000,00
1114-Claro e manter a TV Câmara	190.000,00	190.000,00
1115-Correr, manter, reformar e recuperar interna e externamente o edifício legislativo	200.000,00	200.000,00
02-GOVERNO MUNICIPAL		
02.01-GABINETE DO PREFEITO		
4-Administração		
122-Administração Geral		
2-Supervisão e Coordenação Superior		
2.002.000-Coordenação e supervisão das ações da administração	735.149,25	735.149,25
02.02-COORD. DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO		
4-Administração		
124-Controle Interno		
2-Supervisão e Coordenação Superior		
2.005.000-Manutenção das atividades do Controle Interno	105.183,12	105.183,12
02.03-DELEGACIA E JUNTA DE AUTAMANTO MUITAR		
4-Administração		
122-Administração Geral		
2-Supervisão e Coordenação Superior		
2.006.000-Mant. de atividades de Delegacia e da Junta de Serviço Militar	80.700,21	80.700,21
02.04-ASSESSORIA JURÍDICA		
2-Judiciária		
62-Ofício de Assessoria Jurídica no Poder Judiciário		
6-Supervisão e Acompanhamento Jurídico		
2.004.000-Manutenção das atividades da Assessoria Jurídica	217.781,07	217.781,07

Dados Aprovados pelo Legislativo

Unidade Gestora: CONSOLIDADO
Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
LDO-2014-Alteração Legal: 1
Metas das Ações Prog. Gov.

PÁGINA: 2 DE 20

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
02-05-DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		
4-Administração		
131-Comunicação Social		
3-Desenvolvimento Oficial		
2.003.000-Manutenção das atividades da Assessoria de Imprensa	1.083.500,00	1.083.500,00
02-06-UNIDADE DO PROCON		
14-Direitos da Cidadania		
422-Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		
35-Proteção ao Consumidor		
1.040.000-Contrução de sede própria do PROCON	1.000,00	1.000,00
1.063.000-Aquisição de Veículo	1.000,00	1.000,00
2.086.000-Manutenção das atividades do PROCON	205.635,23	205.635,23
03-PROCURADORIA		
03-PROCURADORIA		
03.01-PROCURADORIA		
4-Administração		
131-Comunicação Social		
6-Supervisão e Acompanhamento Jurídico		
2.337.000-Manutenção das atividades da Procuradoria	738.139,03	738.139,03
04-SECRETARIA MUN. DE PLANEJAMENTO URBANO		
04.01-GABINETE DA SECD. DE PLANEJAMENTO URBANO		
4-Administração		
122-Administração Geral		
7-Coordenação e Administração do Setor de Planejamento		
2.007.000-Manutenção das atividades do Gabinete do Secretário de Planejamento	203.578,14	203.578,14
04.02-DEP. DE PLANEJAMENTO URBANO (PPURB)		
15-Urbanismo		
452-Serviços Urbanos		
18-Planejamento Urbano		
2.038.000-Manutenção do Departamento de Planejamento Urbano	2.361.270,43	2.361.270,43
04.03-DEPARTAMENTO ESTRATÉGICO		
15-Urbanismo		

Dados Aprovados pelo Legislativo

Unidade Gestora: CONSOLIDADO
Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
LDO-2014-Alteração Legal: 1
Metas das Ações Prog. Gov.

PÁGINA: 3 DE 20

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
451-Infra-Estrutura Urbana		
18-Planejamento Urbano		
2.025.000-Manutenção das atividades do Departamento de Planejamento Estratégico	150.556,89	150.556,89
04.04-DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS E METAS		
4-Administração		
122-Administração Geral		
8-Administração Geral		
2.219.000-Manutenção do Departamento de Programas e Metas	40.261,63	40.261,63
05-SECRETARIA MUN. DE ADMN. E FINANÇAS		
05.01-GABINETE DO SECD. DE ADMN. E FINANÇAS		
4-Administração		
122-Administração Geral		
13-Administração Financeira		
2.024.000-Manutenção do Gabinete do Secretário de Administração e Finanças	183.578,14	183.578,14
05.02-DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO		
4-Administração		
122-Administração Geral		
8-Administração Geral		
5.102.000-Contrução do Pato Municipal - Manutenção	5.000,00	5.000,00
2.181.000-Manutenção do terminal rodoviário José Cattani	96.409,03	96.409,03
2.235.000-Manutenção das Atividades da Divisão de Patrimônio	207.218,80	207.218,80
2.236.000-Manutenção das publicações oficiais - Monitoramento	210.000,00	210.000,00
2.255.000-Implantação e Manutenção de Portais de Segurança e sistemas de Rato no Terminal Rodoviário José Cattani	100.000,00	100.000,00
122-Administração Financeira		
13-Administração Financeira		
2.236.000-Manutenção das atividades do Departamento Administrativo e Financeiro	1.254.113,46	1.254.113,46
13-Controle Financeiro		
2.016.000-Manutenção das atividades da Coordenadoria de Tesouraria	128.782,30	128.782,30
129-Administração de Receitas		
15-Arrecadação de Receitas		
2.019.000-Manutenção da Coordenadoria de Tributação e Fiscalização	761.069,11	761.069,11

Dados Aprovados pelo Legislativo

Unidade Gestora: CONSOLIDADO
Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
LDO-2014-Alteração Legal: 1
Metas das Ações Prog. Gov.

PÁGINA: 4 DE 20

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
6-Segurança Pública		
183-Defesa Civil		
9-Segurança Pública		
2.030.000-Manutenção das atividades da Unidade do Corpo de Bombeiros	294.877,37	294.877,37
183-Inteligência e Informação		
9-Segurança Pública		
2.219.000-Implantação e Manutenção de Câmeras de Monitoramento	20.000,00	20.000,00
28-Encargos Especiais		
841-Refinanciamento da Dívida Interna		
16-Encargos Especiais		
0.001.000-Refinanciamento da Dívida Interna	290.000,00	290.000,00
843-Serviço da Dívida Interna		
1-Ação Legislativa		
0.002.000-Amortização da Dívida Interna	1.979.000,00	1.979.000,00
846-Outros Encargos Especiais		
16-Encargos Especiais		
0.003.000-Encargos Especiais	1.840.500,00	1.840.500,00
99-Reserva de Contingência		
999-Reserva de Contingência		
9999-RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
2.999.000-RESERVA DE CONTINGÊNCIA	467.000,00	467.000,00
05.03-DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES		

4-Administração		
123-Administração Financeira		
12-Aquisição e Utilização de materiais e serviços		
2.015.000-Manutenção da Coordenadoria de Compras e Licitações	579.662,44	579.662,44
05.04-DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE		
4-Administração		
123-Administração Financeira		
14-Controle Contábil Geral		
2.018.000-Manutenção das atividades da Coordenadoria de Contabilidade	384.246,55	384.246,55

Dados Aprovados pelo Legislativo

Unidade Gestora: CONSOLIDADO
Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
LDO-2014-Alteração Legal: 1
Metas das Ações Prog. Gov.

PÁGINA: 5 DE 20

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
05.05-DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		
4-Administração		
122-Administração Geral		
8-Administração Geral		
2.009.000-Realizar Concurso Público	1.000,00	1.000,00
128-Formação de Recursos Humanos		
10-Administração de Recursos Humanos		
2.011.000-Promover a avaliação e capacitação dos servidores	20.000,00	20.000,00
2.012.000-Manutenção do Departamento de Recursos Humanos	519.432,66	519.432,66
2.013.000-Custear Inativos e Pensionistas	1.433.122,05	1.433.122,05
11-Trabalho		
331-Proteção e Benefícios ao Trabalhador		
10-Administração de Recursos Humanos		
2.196.000-Implementação e manutenção do Programa de Saúde e Segurança do Trabalho	108.444,31	108.444,31
06-SECRET. MUN. ENGENHARIA E SERVIÇOS PÚBLICOS		
06.01-GABINETE DO SECRETÁRIO DE ENG. OBRAS		
4-Administração		
122-Administração Geral		
17-Engenharia, Obras e Serviços Públicos		
2.007.000-Manutenção das atividades do gabinete do Secretário de Engenharia, Obras e Serviços Públicos	165.078,14	165.078,14
06.02-DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E OBRAS		
15-Urbanismo		
451-Infra-Estrutura Urbana		
18-Planejamento Urbano		
2.021.000-Manutenção das atividades do Departamento de Engenharia e Obras	1.137.028,00	1.137.028,00
06.03-DEPT. DE DESENV. URBANOS E GEOPROCESSAMENTO		
4-Administração		
122-Administração Geral		
19-Serviços Urbanos e Geoprocessamento		
2.022.000-Manutenção das atividades do Departamento de Serviços Urbanos	2.108.209,51	2.108.209,51
2.027.000-Reformar, ampliar e manter prédios públicos	120.000,00	120.000,00

Dados Aprovados pelo Legislativo

Unidade Gestora: CONSOLIDADO
Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
LDO-2014-Alteração Legal: 1
Metas das Ações Prog. Gov.

PÁGINA: 6 DE 20

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
127-Ordenamento Territorial		
19-Serviços Urbanos e Geoprocessamento		
19-Serviços Urbanos e Geoprocessamento		
2.028.000-Manutenção e atualização do Plano Diretor e Implantação do SUG	10.000,00	10.000,00
15-Urbanismo		
451-Infra-Estrutura Urbana		
19-Serviços Urbanos e Geoprocessamento		
1.001.000-Pavimentação de vias urbanas	1.400.000,00	1.400.000,00
1.001.000-Contruir, Conservar e recuperar passagens atendendo ao Programa Cidadão nos Bairros	240.000,00	240.000,00
1.010.000-Interligação de Bairros	20.000,00	20.000,00
1.077.000-Pavimentação de Vias Urbanas - Recape	1.000.000,00	1.000.000,00
2.025.000-Mant. e ampliar a sinalização urbana	160.000,00	160.000,00
452-Serviços Urbanos		
19-Serviços Urbanos e Geoprocessamento		
2.024.000-Mant. e ampliar a sinalização urbana	518.249,06	518.249,06
453-Transportes Coletivos Urbanos		
19-Serviços Urbanos e Geoprocessamento		
1.007.000-Contruir pontos de ônibus	204.200,00	204.200,00
15-Habitatção		
482-Habitatção Urbana		
19-Serviços Urbanos e Geoprocessamento		
1.002.000-Apoiar e/ou construir unidades habitacionais	505.000,00	505.000,00
1.088.000-Incentivo à Cooperativa de Habitatção Urbana de Pato Branco	5.000,00	5.000,00
1.097.000-FMII - Fundo Municipal de Habitatção	500.000,00	500.000,00
17-Saneamento		
512-Saneamento Básico Urbano		
19-Serviços Urbanos e Geoprocessamento		
1.006.000-Contruir galerias pluviais	300.000,00	300.000,00
26-Transporte		
781-Transporte Rodoviário		
19-Serviços Urbanos e Geoprocessamento		
1.004.000-Conservação de Vias Urbanas	1.120.000,00	1.120.000,00

Dados Aprovados pelo Legislativo

Unidade Gestora: CONSOLIDADO
Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
LDO-2014-Alteração Legal: 1
Metas das Ações Prog. Gov.

PÁGINA: 7 DE 20

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
06.04-DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIARIOS		
4-Administração		
122-Administração Geral		
20-Manutenção dos Serviços Rodoviários		
2.097.000-Manutenção das atividades do Departamento de Serviços Rodoviários	2.087.062,99	2.087.062,99
15-Urbanismo		
453-Transportes Coletivos Urbanos		
20-Manutenção dos Serviços Rodoviários		
2.031.000-Manutenção e melhoramento das condições de transporte coletivo	50.000,00	50.000,00
26-Transporte		
781-Transporte Aéreo		
20-Manutenção dos Serviços Rodoviários		
2.029.000-Mant. Aeroporto	150.000,00	150.000,00
782-Transporte Rodoviário		
20-Manutenção dos Serviços Rodoviários		
1.015.000-Aquisição de máquinas rodoviárias e veículos	1.000,00	1.000,00
1.016.000-Contruir e reformar pontes	45.000,00	45.000,00
06.05-COORDENARIA DE TRÂNSITO		
4-Administração		
122-Administração Geral		
21-Trânsito		
2.033.000-Programa de Educação de Trânsito	28.000,00	28.000,00
15-Urbanismo		
451-Infra-Estrutura Urbana		
20-Manutenção dos Serviços Rodoviários		
21-Trânsito		
2.034.000-Monitoramento e manutenção de trânsito	77.000,00	77.000,00
26-Transporte		
782-Transporte Rodoviário		
21-Trânsito		
2.032.000-Manutenção das atividades da Coordenadoria de Trânsito	1.541.337,21	1.541.337,21

Dados Aprovados pelo Legislativo

Unidade Gestora: CONSOLIDADO
Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
LDO-2014-Alteração Legal: 1
Metas das Ações Prog. Gov.

PÁGINA: 8 DE 20

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
06.06-DEPARTAMENTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		
25-Energia		
752-Energia Elétrica		
19-Serviços Urbanos e Geoprocessamento		
2.023.000-Manutenção e ampliação de rede de iluminação pública	1.939.574,54	1.939.574,54
07-SECRET. MUN. EDUCAÇÃO E CULTURA		
07.01-GABINETE DO SECRET. DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
12-Educação		
121-Administração Geral		
38-Coordenação de Educação, Cultura, Esporte e Lazer		
2.089.000-Manutenção das atividades do gabinete do Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	157.578,14	157.578,14



DIÁRIO DO SUDOESTE

PATO BRANCO | SEXTA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 2013 | ANO XXVIII | NÚMERO 5841 | EDIÇÃO REGIONAL | DIARIOSUDOESTE.COM.BR

B10
Edição nº 5841

PUBLICAÇÕES LEGAIS

DIÁRIO DO SUDOESTE
2 de Agosto de 2013

07.02-DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO		
12-Educação		
306-Alimentação e Nutrição		
39-Manutenção do Ensino		
2.090.000-Manter, ampliar e fornecer alimentação a todas as crianças dos CMI e Escolas Municipais	1.700.000,00	1.700.000,00
363-Ensino Fundamental		
39-Manutenção do Ensino		
1.041.000-Construir, reformar, ampliar e gerenciar unidades escolares e Centros de Educação Infantil	2.000.000,00	2.000.000,00
1.042.000-Adquirir veículos para o Transporte Escolar e SMECEI	500.000,00	500.000,00
1.078.000-Construção de Escolas Municipais	5.000,00	5.000,00
2.091.000-Desenvolver e Manter o Projeto Família na Escola	15.000,00	15.000,00
2.092.000-Adquirir mobiliários, equipamentos, materiais pedagógicos, esportivos, recreativos, brinquedos p/ es	212.000,00	212.000,00
2.093.000-Aquisição de Uniformes para alunos da rede municipal	500.000,00	500.000,00
2.094.000-Manter o Conselho Municipal de Educação	22.000,00	22.000,00
2.095.000-Manutenção do Ensino Fundamental, Educação Infantil, CMEI e Inclusão Digital	11.644.698,43	11.644.698,43
2.096.000-Manutenção das atividades do Transporte Escolar e adequação de veículos	3.863.196,15	3.863.196,15
2.097.000-Manutenção da Educação Integral	1.100.000,00	1.100.000,00
2.102.000-Promover cursos e eventos de capacitação	67.000,00	67.000,00
2.156.000-Apoiar a qualificação dos docentes em programas de especialização a nível de especialização, mestrado	31.000,00	31.000,00
2.162.000-Promover e apoiar eventos/datas comemorativas nas escolas (dia dos pais, mães, tradicionais, juninas)	1.200,00	1.200,00

Dados Aprovados pelo Legislativo

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
LDO-2014-Alteração Legal: 1
Metas das Ações Prog. Gov.

PÁGINA: 9 DE 20

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
2.192.000-Programa de Educação no Trânsito nas Escolas	1.000,00	1.000,00
2.261.000-Projeto de apoio ao transporte universitário para deslocamento para outros municípios	50.000,00	50.000,00
07.03-DEPARTAMENTO DE ENSINO		
12-Educação		
363-Ensino Fundamental		
39-Manutenção do Ensino		
2.098.000-Manutenção das atividades do FUNDEB 60%	19.682.543,35	19.682.543,35
2.099.000-Manutenção das atividades do FUNDEB 40%	4.648.307,93	4.648.307,93
2.177.000-Manutenção das Atividades do Ensino Superior	71.700,00	71.700,00
2.254.000-Manter o Programa Municipal Fundo de Gestão	300.000,00	300.000,00
365-Educação Infantil		
39-Manutenção do Ensino		
2.176.000-Manutenção da Educação Infantil	3.534.500,27	3.534.500,27
366-Educação de Jovens e Adultos		
39-Manutenção do Ensino		
2.100.000-Manter programa de alfabetização de jovens e adultos	40.000,00	40.000,00
367-Educação Especial		
39-Manutenção do Ensino		
1.044.000-Aquisição de equipamentos para portadores de necessidades especiais	25.000,00	25.000,00
2.101.000-Manutenção das atividades e programas às crianças portadoras de necessidades especiais	23.100,00	23.100,00
07.04-DEPARTAMENTO DE CULTURA		
13-Cultura		
391-Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico		
40-Promover a Cultura		
1.047.000-Construção do Museu Regional	5.000,00	5.000,00
1.048.000-Construção da casa do artesão na Região Sul	5.000,00	5.000,00
2.154.000-Catalogar, tomba e manter os prédios históricos tombados no município	3.000,00	3.000,00
392-Difusão Cultural		
40-Promover a Cultura		
1.045.000-Construção da Praça da Leitura	50.000,00	50.000,00
2.103.000-Difusão da Cultura - eventos	150.000,00	150.000,00

Dados Aprovados pelo Legislativo

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
LDO-2014-Alteração Legal: 1
Metas das Ações Prog. Gov.

PÁGINA: 10 DE 20

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
2.104.000-Capacitação	50.000,00	50.000,00
2.105.000-Adquirir livros, periódicos, vídeos, equipamentos de informática e equipamentos de som	15.000,00	15.000,00
2.106.000-Manutenção da Companhia de teatro e Dança com alunos da rede pública municipal	13.200,00	13.200,00
2.107.000-Promoção do Prato Típico de Pato Branco, leitor nota 10 e demais eventos culturais	14.400,00	14.400,00
2.108.000-Manutenção do Departamento de Cultura	944.444,53	944.444,53
2.109.000-Criação de lei de incentivo à Cultura e ao Esporte Amador	5.000,00	5.000,00
2.185.000-Difusão de Semana da Cultura Evangélica - Eventos	40.000,00	40.000,00
2.260.000-Criação da Biblioteca Itinerante	5.000,00	5.000,00
2.263.000-Incentivo à Cooperativa de Artesanato de Pato Branco e Associação Pato-branquense de artesanato	30.000,00	30.000,00
2.264.000-Promover e Incentivar o Programa Consórcio de Escritores	8.000,00	8.000,00
08.01-GABINETE DO SECRETÁRIO DE SAÚDE		
10-Saúde		
122-Administração Geral		
43-Gerência da Saúde Municipal		
2.113.000-Manutenção das atividades do gabinete do Secretário Municipal de Saúde	180.378,14	180.378,14
08.02-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10-Saúde		
122-Administração Geral		
43-Manutenção da Saúde		
1.054.000-Aquisição de veículos	90.000,00	90.000,00
2.114.000-Manutenção dos serviços administrativos e de assistência à Saúde da UC - Unidade central e UB's - Un	4.473.812,27	4.473.812,27
2.115.000-Manutenção dos serviços de transporte e frota de veículos	693.627,94	693.627,94
2.116.000-Manter o Conselho Municipal de Saúde	16.000,00	16.000,00
2.117.000-Manutenção das atividades do Sistema Municipal de Auditoria e Ovariotomia	1.149.864,54	1.149.864,54
2.126.000-Manutenção das atividades de serviço social e serviços de terceiros de hospedagem	300.000,00	300.000,00
2.158.000-Manter o Conselho de Entorpecentes	10.000,00	10.000,00
2.182.000-Capacitação dos Servidores da Secretaria Municipal de Saúde em todos os seus segmentos	25.000,00	25.000,00
301-Atenção Básica		
43-Manutenção da Saúde		
1.070.000-Construção, ampliação e Manutenção de Unidades Descentralizadas e Unidades Centrais de Saúde de Saúd	91.000,00	91.000,00
2.119.000-Manutenção das atividades ambulatoriais, dos programas educativos e preventivos	5.971.438,54	5.971.438,54

Dados Aprovados pelo Legislativo

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
LDO-2014-Alteração Legal: 1
Metas das Ações Prog. Gov.

PÁGINA: 11 DE 20

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
2.120.000-Manutenção das atividades do Pronto Atendimento Municipal	6.690.802,58	6.690.802,58
2.121.000-Manutenção das atividades do Programa Mke Pato-branquense e Planejamento Familiar	212.000,00	212.000,00
2.122.000-Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde	912.742,73	912.742,73
2.123.000-Manutenção e ampliação da estratégia saúde bucal	221.600,00	221.600,00
2.187.000-Implantação e Manutenção do NASF - Núcleo de Assistência à Saúde da Família	200.000,00	200.000,00
2.198.000-Aquisição de Medicamentos de Alto Custo, não Contemplados na Assistência Farmacêutica Básica	600.000,00	600.000,00
2.205.000-Manutenção dos Serviços do CAPS	1.113.190,93	1.113.190,93
2.206.000-Manutenção das Atividades das Especificações Regionais	15.500,00	15.500,00
2.252.000-Reformulação, ampliação e manutenção estratégia saúde da família - ESF	3.946.825,99	3.946.825,99
2.259.000-Implantação de ações de segurança alimentar e nutricional	10.000,00	10.000,00
302-Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
43-Manutenção da Saúde		
1.091.000-Aquisição de Materiais e Mob.e de Equipamentos de Tecni.e Rede p/SAAMI	5.000,00	5.000,00
2.118.000-Manutenção do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO e Estratégia Saúde Bucal	190.000,00	190.000,00
2.125.000-Manutenção dos serviços credenciados, contratados e conveniados desmercado pelo Governo Federal	32.023.850,93	32.023.850,93
2.210.000-Manutenção do Consórcio Intermunicipal da Rede de Urgência do Sudoeste do Paraná - Cinspar	750.000,00	750.000,00
2.258.000-Realização de Exames laboratoriais e cirurgias eletivas	1.000.000,00	1.000.000,00
303-Suporte Profilático e Terapêutico		
43-Manutenção da Saúde		
2.127.000-Manutenção dos serviços de reabilitação física e motora	719.167,37	719.167,37
2.128.000-Manutenção dos serviços de diagnóstico por imagem e outros - SADT (Chamamento Público)	1.319.689,29	1.319.689,29
2.129.000-Prestação de serviços para assistência farmacêutica básica	1.713.902,80	1.713.902,80
2.130.000-Manutenção da prestação de serviços de Laboratório Próprio	536.438,86	536.438,86
304-Vigilância Sanitária		
43-Manutenção da Saúde		
2.124.000-Manutenção dos agentes endêmicos	94.000,00	94.000,00
2.131.000-Manutenção das atividades de Vigilância Sanitária e Ambiental	1.031.299,09	1.031.299,09
2.153.000-Controle da qualidade das Águas das fontes e nascentes para o abastecimento de residências rurais	10.000,00	10.000,00
2.197.000-TAS - Termo de Ajuste Sanitário	185.000,00	185.000,00
305-Vigilância Epidemiológica		
43-Manutenção da Saúde		

Dados Aprovados pelo Legislativo

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
LDO-2014-Alteração Legal: 1
Metas das Ações Prog. Gov.

PÁGINA: 12 DE 20

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
1.034.000-Implantar e manter Centro de vigilância animal	1.000,00	1.000,00

1.071.000-Construção do COAS	5.000,00	5.000,00
2.132.000-Manutenção das atividades de vigilância epidemiológica e campanhas de imunização	1.015.558,14	1.015.558,14
2.142.000-Manutenção dos Serviços do COAS	74.900,00	74.900,00
09-SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA		
09.01-GABINETE DO SEC.DE AÇÃO SOCIAL E CIDAD.		
4-Administração		
122-Administração Geral		
22-Assistência Social		
2.035.000-Manutenção das atividades do gabinete da Secretária de Ação Social e Cidadania	192.418,14	192.418,14
09.02-FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE		
8-Assistência Social		
243-Assistência à Criança e ao Adolescente		
23-Assistência à Criança e ao Adolescente		
5.002.000-Construção e Manutenção do Centro da Criança	525.000,00	525.000,00
244-Assistência Comunitária		
24-Assistência Comunitária		
2.043.000-Manutenção do Casa Abrigo	600.481,87	600.481,87
09.03-COORD. DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA E FAMÍ		
8-Assistência Social		
241-Assistência ao Idoso		
24-Assistência Comunitária		
2.179.000-Manutenção do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos dos Idosos	15.000,00	15.000,00
244-Assistência Comunitária		
24-Assistência Comunitária		
1.095.000-Construção do Barracão do Disque Solidariedade	5.000,00	5.000,00
1.104.000-Construção do Centro de Convivência do Idoso	5.000,00	5.000,00
1.105.000-Construção do CIEAS	5.000,00	5.000,00
2.044.000-Manutenção das atividades do Departamento de Assistência Comunitária	2.455.884,76	2.455.884,76
2.208.000-Manutenção do CRAS - Proteção Social Básica	143.743,68	143.743,68
2.209.000-Manutenção do CIEAS - Proteção Social Especial	97.001,86	97.001,86

Dados Aprovados pelo Legislativo

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
LDO-2014-Alteração Legal: 1
Metas das Ações Prog. Gov.

PÁGINA: 13 DE 20

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
2.213.000-Manutenção das atividades do Conselho Municipal de Assistência Social	15.000,00	15.000,00
14-Direitos da Cidadania		
422-Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		
24-Assistência Comunitária		
2.211.000-Manutenção do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos da Mulher	24.000,00	24.000,00
09.04-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
8-Assistência Social		
241-Assistência ao Idoso		
22-Assistência Social		
2.251.000-SUAS - PSE - Serviços de acolhimento (Lar dos Idosos São Vicente de Paula Piso Alta Complexidade I	34.465,00	34.465,00
243-Assistência à Criança e ao Adolescente		
22-Assistência Social		
2.200.000-Manutenção e implementação do Programa Boia Família	120.000,00	120.000,00
2.249.000-SUAS - PSE - Serviços de proteção social aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas	19.965,00	19.965,00
244-Assistência Comunitária		
22-Assistência Social		
2.245.000-SUAS - PSE - Ações do PAIF (CRAS)	89.100,00	89.100,00
2.246.000-SUAS - PSE - Ações do Projovem Adolescente - Piso Variável I	62.185,20	62.185,20
2.247.000-SUAS - PSE - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Piso Variável II	23.760,00	23.760,00
2.248.000-SUAS - PSE - Serviços de enfrentamento à Violência, ao abuso e a Exploração Sexual - Piso Fio de M	83.160,00	83.160,00
2.250.000-SUAS - PSE - Serviços de habilitação e reabilitação para pessoas com deficiência e idosos - Piso de	35.640,00	35.640,00
24-Assistência Comunitária		
2.040.000-Material de Distribuição gratuita	200.000,00	200.000,00
2.202.000-Manutenção das Atividades da Fundo Municipal de Assistência Social	830.000,00	830.000,00
482-Habitação Urbana		
24-Assistência Comunitária		
2.204.000-Manutenção da Coordenadoria de Habitação	6.000,00	6.000,00
16-Habitação		
482-Habitação Urbana		
24-Assistência Comunitária		
09.05-DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE		

Dados Aprovados pelo Legislativo

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
LDO-2014-Alteração Legal: 1
Metas das Ações Prog. Gov.

PÁGINA: 14 DE 20

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
8-Assistência Social		
243-Assistência à Criança e ao Adolescente		
23-Assistência à Criança e ao Adolescente		
2.199.000-Manutenção das atividades da criança e do adolescente/Conselho Tutelar	481.924,99	481.924,99
2.201.000-Manter o Conselho da Criança e do Adolescente	15.000,00	15.000,00
10-SECRET MUN DE DESENV ECONOMIC		
10.01-GABINETE DO SECRET DE DESENV ECONOMIC		
4-Administração		
122-Administração Geral		
25-Desenvolvimento Econômico e Tecnológico		
2.047.000-Manutenção das atividades do gabinete do Secretário de Desenvolvimento Econômico	180.578,14	180.578,14
10.02-DEPARTAMENTO DA MICRO E PEQUENA EMPRESA		
23-Comércio e Serviços		
691-Promoção Comercial		
26-Incentivo Atividade Comercial		
2.048.000-Manutenção das atividades do Departamento da Micro e Pequena Empresa	193.855,07	193.855,07
2.049.000-Manutenção e Reforma do Centro Regional de Eventos	65.000,00	65.000,00
2.050.000-Realizar feiras setoriais e exposições	73.000,00	73.000,00
10.03-DEPARTAMENTO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO		
4-Administração		
122-Administração Geral		
28-Incentivo ao Turismo		
2.062.000-Apoiar projetos que atendam ao turismo rural	40.000,00	40.000,00
2.063.000-Manutenção das atividades da Coordenadoria de Turismo	109.831,35	109.831,35
2.064.000-Implantar e manter Conselho Municipal de Turismo	4.000,00	4.000,00
11-Trabalho		
333-Empregabilidade		
2.052.000-Capacitar trabalhadores	84.500,00	84.500,00
57-Capacitar Trabalhadores		
2.046.000-Manutenção das atividades de marcenaria	327.863,12	327.863,12
334-Fomento ao Trabalho		

Dados Aprovados pelo Legislativo

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR
LDO-2014-Alteração Legal: 1
Metas das Ações Prog. Gov.

PÁGINA: 15 DE 20

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
2.051.000-Manter e aprimorar Programa Auto Emprego - PAE e PAETEC - Programa de Boia Ensino	300.000,00	300.000,00
22-Indústria		
663-Promoção Industrial		
1.025.000-Infra-estrutura de parques industriais	1.000.000,00	1.000.000,00
1.026.000-Construir barracões para condomínios industriais	500.000,00	500.000,00
1.027.000-Aquisição de terreno para implantação de indústria	950.000,00	950.000,00
2.053.000-Apoiar e desenvolver programas no Setor Têxtil	50.000,00	50.000,00
2.054.000-Manter atividades do Departamento de Desenvolvimento Econômico	412.525,39	412.525,39
2.058.000-Implantar e manter o Fundo de Desenvolvimento	5.000,00	5.000,00
662-Produção Industrial		
27-Incentivo à implantação de Indústrias e Novas Tecnologias		
2.057.000-Implantar e manter unidade agroindustrial	23.000,00	23.000,00
23-Comércio e Serviços		
695-Turismo		
28-Incentivo ao Turismo		
2.061.000-Desenvolver projetos e ações para estimular o turismo no Município	44.000,00	44.000,00
2.180.000-Manutenção das Atividades do Nossa Terra Natal	151.500,00	151.500,00
11-SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
11.01-GABINETE DO SECR.DE AGRICULTURA		
4-Administração		
122-Administração Geral		
29-Atividades da Secretaria de Agricultura		
2.065.000-Manutenção das atividades do Gabinete da Secretária de Agricultura	180.578,24	180.578,24
11.02-DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL		
4-Administração		
122-Administração Geral		
30-Apoiar o desenvolvimento da produção agropecuária		
2.070.000-Manutenção das atividades do Departamento de Desenvolvimento Rural	956.154,25	956.154,25
11-Trabalho		
334-Fomento ao Trabalho		
30-Apoiar o desenvolvimento da produção agropecuária		



DIÁRIO DO SUDOESTE

PATO BRANCO | SEXTA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 2013 | ANO XXVIII | NÚMERO 5841 | EDIÇÃO REGIONAL | DIARIOSUDOESTE.COM.BR

DIÁRIO DO SUDOESTE
2 de Agosto de 2013

PUBLICAÇÕES LEGAIS

B11
Edição nº 5841

Unidade Gestora: CONSOLIDADO		Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR LDO-2014-Alteração Legal: 1 Metas das Ações Prog. Gov.		PÁGINA: 16 DE 20	
Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação		Valores			
		2014	Total		
2.066.000-Programa Mulheres Rurais		9.500,00	9.500,00		
2.180.000-Manutenção do Mercado do Produtor e Cooperativa de Agricultura Familiar		15.000,00	15.000,00		
20-Agricultura					
602-Promoção da Produção Animal					
30-Apoiar o desenvolvimento da produção agropecuária					
2.068.000-Programa Bovinocultura de Leite		59.000,00	59.000,00		
605-Abastecimento					
30-Apoiar o desenvolvimento da produção agropecuária					
2.071.000-Apoio ao desenvolvimento de Agroindústrias		2.000,00	2.000,00		
606-Extensão Rural					
30-Apoiar o desenvolvimento da produção agropecuária					
2.067.000-Cadeias Produtivas		20.000,00	20.000,00		
2.069.000-Convênio com o Instituto Emater		50.000,00	50.000,00		
2.190.000-Manutenção das atividades do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural		3.000,00	3.000,00		
2.162.000-Implementação do Programa Pão-Manteiga		50.000,00	50.000,00		
11.05-DEPARTAMENTO DO INTERIOR					
4-Administração					
122-Administração Geral					
8-Administração Geral					
2.212.000-Comércio Público Intermunicipal - Portal do Pão-de-Água		24.000,00	24.000,00		
31-Estradas e Infra-estrutura das propriedades rurais					
1.032.000-Aquisição de veículos e equipamentos		1.000,00	1.000,00		
1.033.000-Melhoria das Estradas Rurais, pavimentação com pedras irregulares e/ou cascalhamento		1.476.000,00	1.476.000,00		
2.073.000-Manutenção das atividades do Departamento do Interior		1.718.827,45	1.718.827,45		
17-Saneamento					
512-Saneamento Básico Rural					
31-Estradas e Infra-estrutura das propriedades rurais					
2.072.000-Programa Porteira para Dentro - Habitação Rural, Infra-estrutura e Saneamento Rural		36.000,00	36.000,00		
2.549.000-Programa de Orientação e Implantação de Sistemas de Tratamento de Esgotos domiciliares em residência		1.000,00	1.000,00		
2.150.000-Programa de compostagem e reciclagem nas propriedades rurais		500,00	500,00		
32-Preservação e Defesa Ambiental					

Unidade Gestora: CONSOLIDADO		Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR LDO-2014-Alteração Legal: 1 Metas das Ações Prog. Gov.		PÁGINA: 17 DE 20	
Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação		Valores			
		2014	Total		
2.148.000-Programa de Proteção de Fontes de Água e Poços Artesianais		500,00	500,00		
20-Agricultura					
606-Extensão Rural					
31-Estradas e Infra-estrutura das propriedades rurais					
1.031.000-Patrolha Manicada Rural		30.000,00	30.000,00		
12-SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE					
12.05-GABINETE DO SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE					
18-Gestão Ambiental					
541-Preservação e Conservação Ambiental					
32-Preservação e Defesa Ambiental					
2.074.000-Manutenção das atividades do Gabinete do Secretário de Meio Ambiente		157.078,14	157.078,14		
12.02-DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE					
18-Gestão Ambiental					
541-Preservação e Conservação Ambiental					
18-Planejamento Urbano					
2.151.000-Construir, planejar e implantar o modelo de gestão do meio ambiente		17.000,00	17.000,00		
33-Preservar e Melhorar o Meio Ambiente					
1.037.000-Implantar e Manter a Escola Ecológica		13.000,00	13.000,00		
2.075.000-Manter o Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMAA		37.000,00	37.000,00		
2.076.000-Manutenção das atividades do Departamento de Meio Ambiente		766.139,23	766.139,23		
2.078.000-Promover e apoiar atividades de educação ambiental		33.100,00	33.100,00		
2.079.000-Arborização urbana, conservação de trevos, praças, parques e jardins		240.000,00	240.000,00		
2.082.000-Implantação e manutenção de parques ambientais		40.000,00	40.000,00		
2.083.000-Incentivar e apoiar o reflorestamento		25.000,00	25.000,00		
2.191.000-Promover e incentivar a preservação de árvores multisserculares		8.000,00	8.000,00		
542-Controle Ambiental					
33-Preservar e Melhorar o Meio Ambiente					
1.035.000-Implantação e Manutenção do Cemitério Municipal		120.000,00	120.000,00		
2.081.000-Manutenção do Viveiro Municipal		122.000,00	122.000,00		
543-Recuperação de Áreas Degradadas					
33-Preservar e Melhorar o Meio Ambiente					

Unidade Gestora: CONSOLIDADO		Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR LDO-2014-Alteração Legal: 1 Metas das Ações Prog. Gov.		PÁGINA: 18 DE 20	
Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação		Valores			
		2014	Total		
2.077.000-Implementação e recuperação de áreas degradadas		50.000,00	50.000,00		
2.080.000-Restauração de áreas de preservação permanente APP's, recuperação de mananciais e nascentes		65.000,00	65.000,00		
2.152.000-Implementação e recuperação de Passivos Ambientais		60.000,00	60.000,00		
548-Recursos Hídricos					
33-Preservar e Melhorar o Meio Ambiente					
1.036.000-Canalização e construção de muros de proteção no Rio Uçir e afluentes		11.000,00	11.000,00		
12.03-DEPARTAMENTO DE LIMPEZA PÚBLICA					
17-Saneamento					
512-Saneamento Básico Urbano					
34-Limpeza Pública					
2.084.000-Manutenção das atividades de limpeza, coleta e processamento de lixo		5.330.663,53	5.330.663,53		
18-Gestão Ambiental					
541-Preservação e Conservação Ambiental					
34-Limpeza Pública					
1.038.000-Implantação e Manutenção do Alcega Sanitário		105.000,00	105.000,00		
542-Controle Ambiental					
34-Limpeza Pública					
2.085.000-Gestão integrada de resíduos sólidos urbanos		15.000,00	15.000,00		
14-ADMINIST. DISTRITAL - SÃO ROQUE DO CHOPIM					
14.01- ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL					
4-Administração					
122-Administração Geral					
36-Administração Distrital					
2.087.000-Manutenção das atividades da Administração do Distrito de São Roque do Chopim		80.000,00	80.000,00		
16-SEC. MUN. DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE					
16.01-GABINETE DO SECRETÁRIO					
4-Administração					
122-Administração Geral					
41-Manutenção do Esporte					
2.280.000-Manutenção das atividades do secretário de Esportes, lazer, juventude e idoso		167.078,14	167.078,14		
16.02-DEP. ESPORTE, LAZER, JUVENTUDE E IDOSO					

Unidade Gestora: CONSOLIDADO		Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR LDO-2014-Alteração Legal: 1 Metas das Ações Prog. Gov.		PÁGINA: 19 DE 20	
Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação		Valores			
		2014	Total		
27-Desporto e Lazer					
122-Administração Geral					
41-Manutenção do Esporte					
2.224.000-Manut. das atividades do Depto de Esporte, Lazer e Juventude		1.424.664,97	1.424.664,97		
2.257.000-Aquisição de Veículo		50.000,00	50.000,00		
812-Desporto de Rendimento					
41-Manutenção do Esporte					
2.146.000-Atleta Talento		80.000,00	80.000,00		
2.221.000-Destinar recursos para atletas que não representam o Município em jogos oficiais		110.000,00	110.000,00		
2.225.000-Manter o esporte de Categorias de Base, Equipes de Rendimento e Part de Jogos Oficiais		436.500,00	436.500,00		
812-Desporto Consultório					
41-Manutenção do Esporte					
1.050.000-Construir, reformar, ampliar e gerenciar Ginásios de Esporte e demais obras relacionadas ao esporte		5.000,00	5.000,00		
1.058.000-Construção e Manutenção de Pista de Boliche		240.000,00	240.000,00		
2.226.000-Promoção de Esporte Amador em Diversas Modalidades		200.000,00	200.000,00		
2.256.000-Construção e Manutenção de pista de skate no Bairro Planalto		150.000,00	150.000,00		
1.105.000-Construir ginásio de esportes no Distrito de Nova Espera		500.000,00	500.000,00		
813-Lazer					
41-Manutenção do Esporte					
1.099.000-Construção e Manutenção de Complexo Esportivo Multuso, Quadra Poliesportiva Coberta, Pólo Esportiv		30.000,00	30.000,00		
2.188.000-Manutenção de campos de futebol		157.000,00	157.000,00		

2.207.000-Manter atividades esportivas adaptadas	220.000,00	220.000,00
17-SEC. MUN. DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO		
17.01-GABINETE DO SECRETÁRIO		
4-Administração		
122-Administração Geral		
25-Desenvolvimento Econômico e Tecnológico		
2.227.000-Manutenção das Atividades do Gabinete	298.578,14	298.578,14
17.02-DEPTO. ADM. FIN. DES. TECNOLÓGICO		
19-Ciência e Tecnologia		
573-Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico		

Unidade Gestora: CONSOLIDADO		Dados Aprovados pelo Legislativo		PÁGINA: 20 DE 20	
		Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR			
		LDO-2014-Alteração Legal: 1			
		Metas das Ações Prog. Gov.			
		m			

DIÁRIO DO SUDOESTE

PATO BRANCO | SEXTA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 2013 | ANO XXVIII | NÚMERO 5841 | EDIÇÃO REGIONAL | DIARIODOSUDOESTE.COM.BR

B12
Edição nº 5841

PUBLICAÇÕES LEGAIS

DIÁRIO DO SUDOESTE
2 de Agosto de 2013

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I - II)			
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS			
FONTE: PRONIM PL, GABINETE DO SECR DE ADMN. E FINANÇAS			
NOTA EXPLICATIVA:			

Não houve movimentação no período 2014

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2014

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)						R\$ 1,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Patrimônio/Capital	333.729.273,40	100,00	264.649.103,36	100,00	232.311.470,62	100,00
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	333.729.273,40	100,00	264.649.103,36	100,00	232.311.470,62	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Patrimônio	2012	%	2011	%	2010	%
Reservas	-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM PL, GABINETE DO SECR DE ADMN. E FINANÇAS

NOTA EXPLICATIVA: O acréscimo considerável visto no exercício de 2009, prende-se ao fato do recadastramento de todo o patrimônio do Município, fato este que elevou o montante do patrimônio líquido.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2014

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)		R\$ 1,00
EVENTO	Valor Previsto 2014	
Aumento Permanente da Receita	20.000.000,00	
(-) Transferências Constitucionais		
(-) Transferências ao FUNDEB	15.000.000,00	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	5.000.000,00	
Redução Permanente da Despesa (II)	500.000,00	
Margem Bruta (III) = (I + II)	5.500.000,00	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	3.500.000,00	
Novas DOCC	3.500.000,00	
Novas DOCC geradas por PPP		
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	2.000.000,00	

FONTE: PRONIM PL, GABINETE DO SECR DE ADMN. E FINANÇAS

NOTA EXPLICATIVA: Compreende o disposto no artigo 17 da LRF, considerando-se despesa corrente derivada de Lei, Medida Provisória ou Ato Administrativo Normativo que fixem para o Ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. Também é considerada DOCC o aumento de despesa com prazo determinado. Sendo que os atos deverão ser instruídos com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro. Considera-se aumento de receita o proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, cuja competência seja do próprio ente.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS METAS ANUAIS 2014									
AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)									
ESPECIFICAÇÃO	2014			2015			2016		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante (b)	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante (d)	% PIB (c/PIB) x 100	Valor Corrente (e)	Valor Constante (f)	% PIB (e/PIB) x 100
Receita Total	386.800.000,00	176.755.980,96	0,084	395.000.000,00	187.724.640,00	0,088	375.000.000,00	187.386.735,51	0,087
Receita Primária (I)	386.800.000,00	176.755.980,96	0,084	395.000.000,00	187.724.640,00	0,088	375.000.000,00	187.386.735,51	0,087
Despesa Total	386.800.000,00	176.755.980,96	0,084	395.000.000,00	187.724.640,00	0,088	375.000.000,00	187.386.735,51	0,087
Despesa Primária (II)	355.000.000,00	152.153.110,05	0,073	350.000.000,00	183.145.990,25	0,086	320.000.000,00	182.785.212,89	0,084
Resultado Primário (III) = (I - II)	31.800.000,00	24.602.870,91	0,012	45.000.000,00	4.578.649,75	0,002	55.000.000,00	4.381.483,02	0,002
Resultado Nominal	2.000.000,00	1.953.875,00	0,001	1.500.000,00	1.373.594,91	0,001	2.000.000,00	1.752.591,21	0,001
Divida Pública Consolidada	6.000.000,00	5.743.626,79	0,003	6.000.000,00	5.952.244,54	0,003	6.000.000,00	5.505.186,42	0,002
Divida Consolidada Líquida	4.000.000,00	3.822.751,29	0,002	4.500.000,00	4.578.649,75	0,002	4.000.000,00	3.907.089,11	0,002
Receitas Primárias estimadas de PPP (IV)			0,000			0,000			0,000
Despesas Primárias geradas por PPP (V)			0,000			0,000			0,000
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV - V)			0,000			0,000			0,000

FONTE: PRONIM PL, GABINETE DO SECR DE ADMN. E FINANÇAS

NOTA EXPLICATIVA: Cálculo realizado tomando-se por base o PIB das Municípios de acordo com dados do IBGE.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2014

AMF - Demonstrativo V (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)				R\$ 1,00
RECEITAS REALIZADAS				
	2012	2011	2010	
	(a)	(b)	(c)	
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	1.614.409,10	308.158,00	1.871.651,62	
Alienação de Bens Móveis	34.042,50	62.920,00	109.860,00	
Alienação de Bens Imóveis	1.580.366,60	245.238,00	1.761.791,62	
DESPESAS EXECUTADAS				
	2012	2011	2010	
	(d)	(e)	(f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	-	3.680.493,41	
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	3.680.493,41	
Investimentos	-	-	-	
Inversões Financeiras	-	-	1.877.000,00	
Amortização da Dívida	-	-	1.803.493,41	
DESPESAS CORRENTES DO REGIME DE PREVIDÊNCIA	-	-	-	
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-	
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-	
SALDO FINANCEIRO	2012	2011	2010	
	(g) = ((a - II) + III)	(h) = ((b - II) + III)	(i) = ((c - II) + III)	
VALOR (III)	113.725,31	(1.500.683,79)	(1.808.841,79)	

FONTE: PRONIM PL, GABINETE DO SECR DE ADMN. E FINANÇAS

NOTA EXPLICATIVA: Demonstra a variação ocorrida entre um exercício financeiro e outro no que concerne a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos da municipalidade.

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR Lei de Diretrizes Orçamentárias Anexo I - Estimativa das receitas Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais Dados Aprovados pelo Legislativo			
Estimativa das Receitas Orçamentárias			
Situação: Aprovado Fundamento Legal: 2014 2017 Data: 31/07/2013 Tipo: Lei Nº 4.112			
Unidade Gestora: CONSOLIDADO			

Especificação		Receitas Previstas		Total
		2014		
		Direta	Indireta	
Receitas Correntes				
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	201.261.000,00	-	201.261.000,00
1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	40.996.385,00	-	40.996.385,00
1.1.1.0.00.00.00.00	IMPOSTOS	33.052.260,00	-	33.052.260,00
1.1.1.2.00.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	20.622.260,00	-	20.622.260,00
1.1.1.2.02.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL	9.350.000,00	-	9.350.000,00
1.1.1.2.04.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	5.222.260,00	-	5.222.260,00
1.1.1.2.04.31.00.00	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES S/RENDIMENTO	2.178.000,00	-	2.178.000,00
1.1.1.2.04.34.00.00	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OUTROS	744.260,00	-	744.260,00
1.1.1.2.08.00.00.00	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO ITBI E DE DIR.REAIS SOBRE	6.050.000,00	-	6.050.000,00
1.1.1.3.00.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	12.430.000,00	-	12.430.000,00
1.1.1.3.05.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	12.430.000,00	-	12.430.000,00
1.1.1.3.05.01.00.00	ISS - DO EXERCÍCIO CORRENTE AO QUINTO EXERCÍCIO	12.430.000,00	-	12.430.000,00
1.1.2.0.00.00.00.00	TAXAS	7.810.125,00	-	7.810.125,00
1.1.2.1.00.00.00.00	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	2.281.000,00	-	2.281.000,00
1.1.2.1.17.00.00.00	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.276.000,00	-	1.276.000,00
1.1.2.1.25.00.00.00	TAXA DE LICENÇA P/FUNC.DE ESTAB.COM.IND.E PREST	700.000,00	-	700.000,00
1.1.2.1.26.00.00.00	TAXA DE PUBLICIDADE COMERCIAL	55.000,00	-	55.000,00
1.1.2.1.32.00.00.00	TAXA DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO C	250.000,00	-	250.000,00
1.1.2.2.00.00.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3.229.125,00	-	3.229.125,00
1.1.2.2.12.00.00.00	EMOLUMENTOS E CUSTAS PROCESSUAIS ADMINISTRATIVOS	255.000,00	-	255.000,00
1.1.2.2.99.00.00.00	OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.856.000,00	-	1.856.000,00
1.1.2.2.99.01.00.00	Taxa C letas de Lix D miciliar	1.491.000,00	-	1.491.000,00
1.1.2.2.99.07.00.00	utras Taxas de Prestaçã de Serviç s	365.000,00	-	365.000,00
1.1.3.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	134.000,00	-	134.000,00
1.1.3.0.99.00.00.00	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	134.000,00	-	134.000,00
1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.728.215,00	-	2.728.215,00
1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	1.155.000,00	-	1.155.000,00

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR Lei de Diretrizes Orçamentárias Anexo I - Estimativa das receitas Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais Dados Aprovados pelo Legislativo			
Estimativa das Receitas Orçamentárias			
Situação: Aprovado Fundamento Legal: 2014 2017 Data: 31/07/2013 Tipo: Lei Nº 4.112			
Unidade Gestora: CONSOLIDADO			

Especificação		Receitas Previstas		Total
		2014		
		Direta	Indireta	
1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	1.705.000,00	-	1.705.000,00
1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	145.516.300,00	-	145.516.300,00
1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	145.136.300,00	-	145.136.300,00
1.7.2.1.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	79.804.300,00	-	79.804.300,00
1.7.2.1.01.00.00.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	33.825.000,00	-	33.825.000,00
1.7.2.1.01.02.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	33.000.000,00	-	33.000.000,00
1.7.2.1.01.05.00.00	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRESTRE	165.000,00	-	165.000,00
1.7.2.1.01.99.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	660.000,00	-	660.000,00
1.7.2.1.22.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	231.000,00	-	231.000,00
1.7.2.1.33.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	40.700.000,00	-	40.700.000,00
1.7.2.1.34.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO	309.300,00	-	309.300,00
1.7.2.1.35.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO	3.661.000,00	-	3.661.000,00
1.7.2.1.36.00.00.00	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO	418.000,00	-	418.000,00
1.7.2.1.99.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	660.000,00	-	660.000,00
1.7.2.2.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	44.432.000,00	-	44.432.000,00
1.7.2.2.01.00.00.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS	44.374.000,00	-	44.374.000,00
1.7.2.2.01.01.00.00	COTA-PARTE DO ICMS	33.050.000,00	-	33.050.000,00
1.7.2.2.01.02.00.00	COTA-PARTE DO IPVA	10.450.000,00	-	10.450.000,00
1.7.2.2.01.04.00.00	COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTAÇÃO	660.000,00	-	660.000,00
1.7.2.2.01.13.00.00	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO FUNDO DE MANUTENÇÃO	214.000,00	-	214.000,00
1.7.2.2.22.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DA COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	3.000,00	-	3.000,00
1.7.2.2.33.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA PROJETOS DE INTERESSE LOCAL	55.000,00	-	55.000,00
1.7.2.2.33.02.00.00	Pr grama Saúde da amília Estadual	55.000,00	-	55.000,00
1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	20.900.000,00	-	20.900.000,00
1.7.2.4.01.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO	20.900.000,00	-	20.900.000,00
1.7.3.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	50.000,00	-	50.000,00
1.7.3.0.99.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	50.000,00	-	50.000,00
1.7.6.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	330.000,00	-	330.000,00
1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.160.100,00	-	9.160.100,00

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR Lei de Diretrizes Orçamentárias Anexo I - Estimativa das receitas Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais Dados Aprovados pelo Legislativo			
Estimativa das Receitas Orçamentárias			
Situação: Aprovado Fundamento Legal: 2014 2017 Data: 31/07/2013 Tipo: Lei Nº 4.112			
Unidade Gestora: CONSOLIDADO			

Especificação		Receitas Previstas		
		2014		Total
		Direta	Indireta	
1.9.1.0.00.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	2.355.100,00	-	2.355.100,00
1.9.2.0.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	155.000,00	-	155.000,00
1.9.3.0.00.00.00.00	RECEITA DA DIV.ATIVA	5.000.000,00	-	5.000.000,00
1.9.3.1.00.00.00.00	RECEITA DA DIV.ATIVA TRIBUTÁRIA	5.000.000,00	-	5.000.000,00
1.9.9.0.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	1.650.000,00	-	1.650.000,00
Receitas de capital				
2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	-	100.000,00
Total de receitas		201.361.000,00	-	201.361.000,00
Deduções da receita				
Restituição		10.000,00	-	10.000,00
1.1.1.2.02.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITOR	10.000,00	-	10.000,00
Descontos Concedidos		10.000,00	-	10.000,00
1.1.1.2.02.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITOR	10.000,00	-	10.000,00
FUNDEB		14.541.000,00	-	14.541.000,00
1.7.2.1.01.02.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNI	5.610.000,00	-	5.610.000,00
1.7.2.1.01.05.00.00	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TER	28.000,00	-	28.000,00
1.7.2.1.36.00.00.00	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO	71.000,00	-	71.000,00
1.7.2.2.01.01.00.00	COTA-PARTE DO ICMS	6.610.000,00	-	6.610.000,00
1.7.2.2.01.02.00.00	COTA-PARTE DO IPVA	2.090.000,00	-	2.090.000,00
1.7.2.2.01.04.00.00	COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTAÇÃO	132.000,00	-	132.000,00
Total das Deduções		14.561.000,00	-	14.561.000,00
Total Líquido das Receitas		186.800.000,00	-	186.800.000,00
Total Geral		186.800.000,00		



PATO BRANCO | SEXTA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 2013 | ANO XXVIII | NÚMERO 5841 | EDIÇÃO REGIONAL | DIARIODOSUDOESTE.COM.BR

NOTA EXPLICATIVA: Este demonstrativo compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros tributos que correspondam a tratamento diferenciado.

Estado do Paraná	Programa de Trabalho	Folha: 1
Pund. Esp. Cult. Lazer Saúde do Iguaçu	Marco de 2013 - Anexo 6, da Lei 4.320/64	

Orgao..... 11	FUNDACAO DE ESPORTE, CULTURA E LAZER				
Unidade Orcamentaria: 11.01	Fundacao de Esporte, Cultura e Lazer				
Codigo	Especificacao	Projetos	Atividades	Oper. Especiais	Total
27.000.0000.0.000.000	Desporto e Lazer		5.281,79		5.281,79
27.812.0000.0.000.000	Desporto Comunitario		5.281,79		5.281,79
27.812.0010.0.000.000	Estimular a pratica esportiva, desenvolver o espirito competitivo e a integracao entre as diversas comunidades, descobrir novos talentos, Evitar que os jovens fiquem nas ruas atraves da ampliacao do numero de atividades esportivas.		5.281,79		5.281,79
27.812.0010.2.055.000	Manutencao das Atividades da Fundacao de Esporte, Cultura e Lazer		5.281,79		5.281,79
	Total Unidade Orcamentaria.....		5.281,79		5.281,79
	Total do Orgao		5.281,79		5.281,79
	Total Geral		5.281,79		5.281,79

Fls. 163
2
1/10/11

Fls. 163
2
1/10/11

PUBLICAÇÕES LEGAIS

Fls. 163
2
1/10/11

Estado do Paraná		Balanço Patrimonial			Página 1 de 1
Fund. Esp.Cult.Lazer Saudade do Iguaçu		Janeiro à Abril de 2013 - Anexo 14, da Lei 4.320/64			
Unidade Gestora: 0004 - FUNDAÇÃO DE ESPORTE, CULTURA E LAZER					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	8.965,38	0,00	PASSIVO CIRCULANTE	4.212,00	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	8.965,38	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	3.724,16	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	8.965,38	0,00	PESSOAL A PAGAR	3.724,16	0,00
			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	926,64	0,00
			FORNEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	277,80	0,00
			FORNEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	277,80	0,00
			DEMAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	487,84	0,00
			VALORES RESTITUÍVEIS	487,84	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	4.212,00	0,00
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
			RESULTADOS ACUMULADOS	3.548,89	0,00
			SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	3.548,89	0,00
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.548,89	0,00
TOTAL	8.965,38	0,00	TOTAL	7.760,89	0,00
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA -PR
PORTARIA N º 216 DE 1º DE AGOSTO DE 2013

Concede aposentadoria à servidora Niva Rosa Blachessen.

O Prefeito Municipal de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base nos dispositivos legais aplicáveis, em especial o Art. 4º, § 1º, III, "b" da Constituição Federal – Voluntária por Idade e Artigo 30 da Lei Municipal nº 828 de 10 de setembro de 2004,

R E S O L V E:

I – Conceder aposentadoria voluntária por idade, sem paridade, à servidora Niva Rosa Blachessen, portadora do R.G. nº 1.759.333-1, inscrita no CPF nº 003.845.889-70, Professora com Licenciatura Plena e Pós-Graduação, referência C-12, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

II – Com base na legislação vigente receberá os proventos proporcionais no valor de R\$ 917,60 (novecentos e dezessete reais e sessenta centavos) mensais, compostos de remuneração básica e adicional por tempo de serviço.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 1º de agosto de 2013.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e treze, 52º ano de Emancipação.

Lessir Canan Bortoli
Prefeito

**PREFEITURA MUNICIPAL DE
SAÚDE
DO IGUAÇU-PR**

PORTARIA Nº 215/2013, de 01 de Agosto de 2013.

O Prefeito Municipal de Saúde do Iguaçu, Estado do Paraná no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do art. 53, da Lei Orgânica Municipal e em virtude de aprovação no Concurso Público, Homologado pelo Decreto nº 001 de 09 de Janeiro de 2013.

R E S O L V E :

Art. 1º NOMEAR GRAZIANI DA SILVA DIAS, portador do RG nº 9.700.127-8 e CPF nº 075.078.119-05, para ocupar cargo de Nutricionista com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Saúde do Iguaçu, 01 de Agosto de 2013.

Mauro Cesar Cenci
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
Extrato de Termo Aditivo do Contrato Nº 1371/2013
Contratante: Município de Itapejara D'Oeste - PR
Contratado: J. Menin Comércio de Equipamentos de Informática Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.398.214/0001 - 11.
Objeto: Contratação de empresa especializada na comercialização de móveis e equipamentos em geral para uso dos Departamentos Municipais, conforme objeto do Edital de Pregão Presencial Nº. 018/2013.
Fica aditivado o valor contratual, passando de R\$ 6.220,00 (Seis mil, duzentos e vinte reais) para R\$ 7.464,00 (Sete mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais), tendo em vista a entrega de mais uma unidade do Item Nº 02.
Data do Aditivo: 31 (trinta e um) de julho de 2013.


PORTARIA Nº 188/2013
Data: 31/07/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VÍVIDA
ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2013
REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Coronel Vivida – PR, torna pública a realização em sua sede, sito à Praça Ângelo Mezzomo, s/nº, às 09:00 horas do dia 14 de Agosto de 2013, LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo da Licitação MENOR PREÇO POR LOTE, sob nº 76/2013, objetivando-se a registrar em ata de registro de preços compromisso formal de preços para eventuais e futuras aquisições de gêneros alimentícios (cestas básicas) para atender os beneficiários do projeto "inclusão social e trabalho – mutirão ambiental" e também das cestas beneficiantes para famílias em situação de vulnerabilidade social. O valor máximo total estimado é de R\$ 78.926,40 (setenta e oito mil novecentos e vinte e seis reais e quarenta centavos). Prazo de vigência é de 12 (doze) meses. O edital poderá ser obtido junto à Prefeitura Municipal de Coronel Vivida, das 08:30 horas às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas e informações (46) 3232-8300.

Coronel Vivida, 01 de Agosto de 2013.

Ademir Antonio Azilero – Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Súmula: Concede Aposentadoria à Servidora Municipal

Mário Eduardo Lopes Paulek, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Conceder a pedido à Martha Dias Sangaletti, brasileira, portadora do RG. nº 2.134.208-4, inscrita no CPF/MF sob o nº 847.645.389-20, Servidora Pública Municipal de Mariópolis, ocupante do Cargo Efetivo de Merendeira - Nível VI, do Grupo Ocupacional Magistério, no quadro de Servidores Estatutários do Município de Mariópolis, Aposentadoria por Invalidez, com proventos proporcionais, no valor de R\$ 678,00 (Seiscentos e setenta e oito reais) mensais.

Embasamento Legal:

- Artigo 40, § 1º, Inciso I da Constituição Federal.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, em 31 de Julho de 2013.

Mário Eduardo Lopes Paulek
Prefeito Municipal

Estado do Paraná

Fund. Esp.Cult.Lazer Saude do Iguaçu

Unidade Gestora: 0004 - FUNDAÇÃO DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

Balço Patrimonial

Janerio a Março de 2013 - Anexo 14, da Lei 4.320/64

Página 1 de 1

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	625,71	0,00	PASSIVO CIRCULANTE	4.212,00	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	625,71	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	3.724,16	0,00
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	625,71	0,00	PESSOAL A PAGAR	3.724,16	0,00
			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	926,84	0,00
			FORNEDICIDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	174,70	0,00
			FORNEDICIDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	174,70	0,00
			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	467,84	0,00
			VALORES RESTITUÍVEIS	467,84	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	4.212,00	0,00
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
			RESULTADOS ACUMULADOS	-4.687,63	0,00
			SUPERAVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	-4.687,63	0,00
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-4.687,63	0,00
TOTAL	625,71	0,00	TOTAL	-475,63	0,00
ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual	Exercício Anterior
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VÍVIDA
ESTADO DO PARANÁ
RESUMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Ata de Registro de Preços nº 95/2013 – Pregão Presencial nº 70/2013 – Contratante: Prefeitura Municipal de Coronel Vívda/PR – Detentora: PEDREIRA SUL BRTAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 04.261.493/0001-74. Objeto: registrar em ata de registro de preços para futuras e eventuais contratações de empresa para locação de máquinas rodoviárias e caminhões para atender diversos setores da administração a saber: terraplenagem para industrialização, abertura de ruas, cascalhamento de estradas rurais, transporte de materiais (terra, cascalho, pedra e outros) além de outros trabalhos correlatos, conforme especificado no anexo ao presente edital, pelo período de 12 (doze) meses. Valor total estimado de R\$ 523.000,00 (quinhentos e vinte e três mil reais). Prazo de registro de preços: 12 (doze) meses. Coronel Vívda, 31 de julho de 2013.

Frank Ariel Schiavini – Prefeito Municipal.

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná—DIOEMS—



Quarta-feira, 14 de Agosto de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II – Edição Nº 0408

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

LEI Nº 4.112 DE 31 DE JULHO DE 2013.
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 e dá outras providências. A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam estabelecidas para o exercício de 2014, as ações prioritárias da administração municipal, funções de governo, metas e riscos fiscais, diretrizes gerais para elaboração da proposta orçamentária, normas de execução financeira e políticas de fomento e desenvolvimento, em conformidade com o Plano Plurianual, com a Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e demais legislações que disciplinam a matéria, compreendendo:

- I. ações prioritárias, funções e sub-funções de governo, objetivos e metas da Administração Pública Municipal;
- II. metas e riscos fiscais;
- III. disposições sobre alterações na legislação tributária;
- IV. estrutura e organização da lei orçamentária;
- V. diretrizes gerais para elaboração dos orçamentos;
- VI. normas relativas à execução financeira e orçamentária;
- VII. programas e dos Fundos.

CAPÍTULO I

AÇÕES PRIORITÁRIAS, FUNÇÕES E SUB-FUNÇÕES DE GOVERNO, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

SEÇÃO I

DAS METAS FISCAIS

Art. 2º As ações prioritárias, funções e sub-funções de governo, objetivos e metas para o exercício de 2014, passam a partir da edição da presente lei, a vigorar de acordo com as Ações Programáticas estabelecidas no Anexo I.

CAPÍTULO II

METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 3º Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2014, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 637 de 18 de outubro de 2012-STN. Os Demonstrativos de Metas Fiscais compreendem:

- a) Demonstrativo I – Metas Anuais;
- b) Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- c) Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- d) Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- f) Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do regime Próprio de Previdência dos Servidores – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- g) Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da renúncia de receita; e
- h) Demonstrativo VIII – Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Parágrafo único. Os demonstrativos referidos neste artigo serão apurados e sua consolidação se constituirá nas metas fiscais do município.

CAPÍTULO III

ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 4º O Executivo Municipal, no decorrer do exercício de 2014, mediante a edição de ato próprio, poderá ajustar o orçamento em face de alterações na Legislação Tributária ocorridas até 31 de dezembro do exercício corrente, não consideradas até a vigência da presente lei, em especial quanto:

- I. Às modificações na Legislação Tributária decorrentes da revisão de Sistemas Tributários.
- II. À revisão da planta de valores de imóveis urbanos.
- III. À revisão de alíquotas dos tributos de competência; e,
- IV. Ao aperfeiçoamento do sistema de controle e cobrança de tributos de competência do Município e da Dívida Ativa Municipal; e,
- V. À concessão e/ou redução de isenções fiscais

CAPÍTULO IV

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 5º A Proposta Orçamentária será composta pelos Anexos I, II e III, que conterão:

- I. Legislação e resumos da receita, referentes aos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta;
 - II. Resumos gerais da despesa referentes aos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta; e,
 - III. Orçamento fiscal, compreendendo os orçamentos dos Poderes Executivo e Legislativo.
- Art. 6º Os Orçamentos Fiscais, discriminarão as despesas por órgãos e unidades orçamentárias, segundo as normas estabelecidas na Portaria nº 42/99 do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão e Portarias Interministerial nos 163, 180 e 211/01, e alterações posteriores.

Art. 7º As programações do Fundo Municipal de Desenvolvimento, da Criança e do Adolescente, de Assistência Social, de Saúde, de Cultura, de Esporte, de Meio Ambiente, de Agricultura, de Educação, de Reequipamento do Corpo de Bombeiros e da Saúde, serão abertos como atividade nas unidades orçamentárias a que estiverem subordinadas.

CAPÍTULO V

DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná-DIOEMS



Quarta-feira, 14 de Agosto de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II – Edição Nº 0408

Art. 8º Para o exercício financeiro de 2014, fica estabelecido o montante de R\$ 186.800,00 (cento e oitenta e seis milhões e oitocentos mil reais) como limite para elaboração do Orçamento Fiscal.

Parágrafo Único. Dos montantes estabelecidos no caput deste artigo, o percentual mínimo de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) será consignado em Reserva de Contingência.

Art. 9º Serão classificados na programação orçamentária 99.99.02.999.9999, elemento de despesa 9.9.99.99 – Reserva de Contingência, os recursos consignados no parágrafo único do artigo 8º e no elemento de despesa 349999 – Reserva de Contingência as parcelas de dotações decorrentes de vetos por parte do Poder Executivo às emendas efetuadas à proposta orçamentária pelo Poder Legislativo.

Art. 10. A Lei Orçamentária por meio de Anexos deverá demonstrar existência de compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas definidos no Capítulo II – Metas e Riscos Fiscais.

Art. 11. Na Lei Orçamentária Anual as receitas serão estimadas e as despesas fixadas segundo preços vigentes em 1º de julho de 2013, (base de correção relativa a 30 de junho de 2013).

§ 1º As despesas custeadas com financiamentos em moedas estrangeiras serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio vigente em 1º de julho de 2013.

§ 2º Os valores da receita e despesa apresentadas na Lei Orçamentária Anual poderão ser atualizados antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação de Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), considerado no período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e previsão do respectivo índice para dezembro de 2013.

§ 3º O Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária e por ocasião das correções efetuadas no decorrer do exercício, encaminhará à Câmara Municipal para ciência, cópia do orçamento anual devidamente corrigido.

Art. 12. A Lei Orçamentária para 2014 destinará recursos para atender prioritariamente:

- I. Despesas com pessoal ativo, inativo e encargos sociais;
- II. Pagamento de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho do presente exercício;
- III. Pagamento do serviço e do principal da dívida pública;
- IV. Empréstimos e às contrapartidas de programas objeto de financiamentos e de convênios com outras esferas de governo;
- V. Manutenção e desenvolvimento do ensino e da saúde, de acordo com a legislação vigente;
- VI. Implantação e manutenção de obras e serviços;
- VII. Implantação do programa de modernização da administração municipal;
- VIII. Implantação da política de geração de empregos e renda.

Parágrafo único. Os recursos do Tesouro Municipal somente poderão ser programados para atender despesas de capital, depois de atendidas as despesas relacionadas neste artigo.

Art. 13. Constará da programação orçamentária da despesa, custos com juros e encargos decorrentes da contratação de operações de crédito por antecipação de receita, com a manutenção das ações em execução, manutenção das estruturas administrativas e físicas das administrações direta e indireta, continuidade dos projetos em andamento e com a conservação do patrimônio público.

Art. 14. O Poder Legislativo, até o dia 30 do mês de setembro do presente exercício, de acordo com a Constituição Federal, observado as Emendas Constitucionais nº 25/2000 e 58/2009, encaminhará a proposta orçamentária da Câmara, limitada a 7% (sete por cento) da receita tributária e das transferências previstas no § 5º, do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, para fins de inclusão no Orçamento Geral do Município.

Parágrafo único. Caso o orçamento aprovado para o Poder Legislativo extrapole os limites estabelecidos no caput deste artigo, os valores excedentes serão objeto de veto por parte do Chefe do Poder Executivo, cujo montante será incorporado na programação orçamentária da Secretaria de Finanças, elemento de despesa 413000 – Investimento em Regime de Execução Especial.

Art. 15. O produto da alienação de bens e direitos pertencentes ao Poder Público Municipal será aplicado no atendimento de despesa de capital.

Parágrafo único. A lei poderá destinar parcela dos recursos a que se refere este artigo para custeio de despesas com a previdência social.

Art. 16. Constará do Projeto de Lei Orçamentária a demonstração dos efeitos sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões e qualquer benefício de natureza financeira, tributária e creditícia, citando as medidas que serão tomadas para compensar as renúncias de receitas e relativas a aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado, observado o disposto no quadro do Anexo de Metas Fiscais.

Parágrafo único. A programação das despesas a serem custeadas com recursos de operações de crédito não poderá exceder o montante das despesas de capital fixadas no orçamento, salvo existência de lei específica autorizando a aplicação em despesas correntes, observado o disposto no inciso III, do Art. 167 da Constituição Federal.

Art. 17. Constará, na Lei Orçamentária, demonstração dos efeitos do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Art. 18. A programação da despesa destinada à cobertura dos gastos com pessoal e encargos sociais à conta de recursos dos Orçamentos Fiscal e próprio da administração indireta, será fixada em até 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida e não poderá exceder os seguintes limites:

- I–6% (seis por cento) para o Legislativo;
- II–54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

Parágrafo único. Para fins de cálculo, entendem-se como despesas com pessoal, o disposto no art. 18, da Lei Complementar Federal nº 101/00.

Art. 19. O Poder Executivo publicará no Diário Oficial do Município, até 31 de agosto de 2014, tabela de controle dos servidores públicos municipais e dos cargos de provimento em comissão integrantes do quadro geral de pessoal, demonstrando os quantitativos ocupados e os vagos.

Art. 20. A Lei Orçamentária considerará, na programação das despesas com pessoal, os efeitos da revisão do plano de cargos e salários, reequilíbrio de pessoal, adicionais por tempo de serviço, horas extras, outras vantagens aos servidores definidas em lei, revisão ou reajuste salarial aos servidores e agentes políticos, criação de cargos, aumento

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná—DIOEMS—

Quarta-feira, 14 de Agosto de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II – Edição Nº 0408

do número de vagas no quadro funcional e contratação de pessoal para as áreas de educação, cultura, esporte, administração geral, saúde e assistência social, saneamento, urbanismo, transporte, habitação, agricultura, gestão ambiental, indústria e comércio da administração direta e da administração indireta, além de contratação de pessoal em caráter temporário para as áreas de educação, cultura, esporte, administração geral, saúde e assistência social, saneamento, urbanismo, transporte, habitação, agricultura, gestão ambiental, indústria e comércio de acordo com a necessidade da administração municipal e observando os limites de despesa com pessoal, estabelecidos na legislação específica.

Parágrafo único. Os custos decorrentes da implementação das ações programadas no caput neste artigo serão custeados com recursos dos orçamentos fiscal e próprio da administração direta e indireta.

Art. 21. A Lei Orçamentária considerará para o Legislativo Municipal, na programação de despesas com pessoal, os efeitos da revisão do plano de cargos e salários, reenquadramentos de pessoal, adicionais por tempo de serviço, horas extras, outras vantagens concedidas, definidas em lei, revisão ou reajuste salarial aos servidores e agentes políticos, criação de cargos, aumento do número de vagas no quadro funcional e contratação de pessoal de acordo com a necessidade, observando os limites de despesa com pessoal, estabelecidos na legislação específica.

Parágrafo único. Os custos decorrentes da implementação das ações programadas no caput deste artigo serão custeados com recursos do orçamento fiscal próprio, destinado ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 22. Na Lei Orçamentária anual, será destinado no mínimo 60% (sessenta por cento) dos recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização do Magistério, para remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício de suas atividades no ensino básico público, conforme o disposto na Emenda Constitucional nº 14/96.

Art. 23. As despesas com pessoal ativo e inativo dos Poderes Executivo e Legislativo decorrentes de outras despesas com pessoal executadas nos últimos três anos, a prevista para o exercício corrente e para os exercícios subsequentes, com indicação da representatividade percentual do total em relação à receita corrente, nos termos do artigo 38, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o disposto na Lei Complementar nº 101/00, estão definidos no Anexo II da presente Lei.

Art. 24. O Poder Executivo fica autorizado a incluir na Proposta Orçamentária para o exercício de 2014, custos com criação e ampliação de ações nas áreas de educação, cultura, esporte, administração geral, saúde e assistência social, saneamento, urbanismo, transporte, habitação, agricultura, gestão ambiental, indústria e comércio da administração direta, Fundo Municipal de Desenvolvimento e da administração indireta.

Art. 25. As despesas consideradas irrelevantes serão processadas em regime de adiantamento, de conformidade com o que dispõe o Art. 68, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 26. Poderão ser incorporadas emendas à Lei Orçamentária Anual, que:

I. Sejam compatíveis com as disposições do Plano Plurianual e da presente Lei;

II. Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes da anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre:

- a) Dotações para pessoal ativo, inativo e seus encargos;
- b) Serviço e principal da dívida;
- c) Dotações custeadas com recursos provenientes de convênios, operações de crédito e outras formas de contrato, bem como de suas contrapartidas;
- d) Transfiram recursos próprios de administração indireta;
- e) Precatórios judiciais;
- f) Dotações destinadas à educação e saúde.

Art. 27. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária, de crédito orçamentário com finalidade imprecisa, dotação ilimitada, destinados a investimento com duração superior a um exercício que não esteja previsto na presente Lei e no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Art. 28. A Lei Orçamentária contemplará recursos para concessão de auxílios, transferências e subvenções a pessoas físicas e jurídicas, visando à promoção e desenvolvimento de ações de caráter assistencial, social, médico, educacional, cultural, esportivo e agrícola, em suplementação aos recursos de origem privada aplicados a esses objetivos.

§ 1º Para consecução do proposto neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios ou acordos com pessoas jurídicas interessadas na parceria, observados a existência de lei autorizatória específica e o disposto nos artigos 16 a 19 da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 2º Não serão concedidos auxílios, doações, transferências e subvenções para cobertura de déficits ou prejuízos de pessoas jurídicas.

§ 3º Os programas de assistência social que contemplem fornecimento de remédios, cestas básicas, passagens, serviços e auxílios funerários e a cobertura de outras necessidades de pessoas físicas, ficam condicionados a existência de dotação orçamentária para este fim.

§ 4º Na Lei Orçamentária, em suas emendas e alterações, fica vedada à inserção de emendas que identifiquem instituições privadas a serem beneficiadas com transferências, auxílios e subvenções econômicas ou sociais, observadas as normas da Lei Complementar Federal nº 101/00 e Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 29. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com a administração direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à cobertura de despesas de natureza institucional de outros entes da Federação.

Art. 30. Acompanhará a Lei Orçamentária, relação, em ordem cronológica, dos precatórios judiciais a serem pagos no exercício seguinte.

CAPÍTULO VI

DAS DIRETRIZES PARA EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 31. As programações de gastos, em qualquer dos orçamentos, deverão apresentar consonância com as prioridades governamentais estabelecidas no Plano Plurianual e na presente Lei.

Art. 32. Os recursos recebidos pelo Município, provenientes de convênios, ajustes, acordos e outras formas de contratos e ou transferências efetuadas por outras esferas de governo ou pelo setor privado, deverão ser registrados como receita e suas aplicações

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná—DIOEMS

Quarta-feira, 14 de Agosto de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II – Edição Nº 0408

programadas nas despesas orçamentárias, só podendo sofrer desvinculação por lei específica.

Art. 33. Até 30 (trinta) dias após a publicação dos orçamentos, o Executivo Municipal, com o objetivo de ajustar o montante de gasto à capacidade de arrecadação, estabelecerá o cronograma de desembolso, e, por meio de ato próprio, normas de programação financeira para o exercício.

Art. 34. Para consecução das ações programáticas e com base na reestimativa da receita a ser arrecadada pelo tesouro municipal, a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, estabelecerá cotas mensais para emissão de notas de empenho e/ou assunção de despesas.

Parágrafo único. As programações custeadas com recursos provenientes de convênios, contratos e operações de crédito não contratadas ficarão condicionadas à efetiva formalização dos instrumentos.

Art. 35. A implementação do disposto nos artigos 19 e 22 da presente lei fica condicionada a observância das normas e limites estabelecidos nesta Lei e no orçamento aprovado para o exercício de 2014 e será precedida de declaração do Administrador Municipal assegurando que o aumento de despesa tem adequação à Lei de Diretrizes Orçamentárias e ao Orçamento Anual, da existência de recursos financeiros em montante suficiente à sua cobertura e que sua execução não afetará as Metas Fiscais programadas para o exercício.

Art. 36. As obras iniciadas sob a responsabilidade do Município, terão prioridade na alocação dos recursos orçamentários e financeiros, até sua conclusão.

Art. 37. No decurso da execução orçamentária, mediante edição de ato próprio do Executivo, os recursos programados em Reserva de Contingência definidos no artigo 9º, serão à cobertura de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais. Os riscos Fiscais estão previstos no Anexo III.

Art. 38. Visando adequar as estruturas do orçamento-programa às necessidades técnicas decorrentes da execução das metas físicas e fiscais, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 10% (dez por cento) do total do orçamento, por meio de ato próprio, na medida das necessidades, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2014, no que couber:

I. Por meio da abertura de crédito adicional suplementar, ajustar os valores das dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de pessoal e encargos sociais e ao pagamento de encargos e do principal da dívida pública e, desde que tecnicamente justificado, os valores programados em outras despesas correntes e de capital custeados com recursos do tesouro municipal e de outras fontes, utilizando como recursos as formas previstas no artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, bem como compensação entre as fontes de recurso no mesmo Projeto ou atividade.

II. As autorizações contempladas neste artigo são extensivas a dotações orçamentárias consignadas ao Poder Legislativo e as programações orçamentárias dos fundos e do órgão da administração indireta.

III. A transpor, remanejar ou transferir, total ou parcialmente recursos orçamentários de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, nos termos do inciso VI, do artigo 167 da CF.

Art. 39. Fica o Poder Legislativo autorizado, por meio de ato próprio, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2014, até o limite de 20% (vinte por cento) do total do seu orçamento, através da abertura de créditos adicionais suplementares.

Art. 40. A contratação, prorrogação e composição de dívidas confessadas, de operações de crédito e de operações de crédito por antecipação da receita dependem de lei autorizativa específica observada as normas que disciplinam a matéria.

Art. 41. A avaliação da gestão fiscal, do equilíbrio orçamentário e financeiro e do controle dos custos e resultados dos programas, projetos e atividades financiadas com os recursos dos orçamentos, será efetuada de acordo com a legislação vigente.

§ 1º Em caso de déficit ou da constatação da impossibilidade do cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, nos trinta dias subsequentes, mediante ato próprio do Executivo, serão estabelecidas medidas para redução da execução orçamentária e da movimentação financeira.

§ 2º Constará do elenco de medidas para restabelecer equilíbrio orçamentário e financeiro, critérios e montantes para emissão de notas empenho, liquidação dos compromissos assumidos anteriormente, contas a pagar do exercício, restos a pagar e outras obrigações de natureza financeira, até sua total quitação.

§ 3º Das limitações de gastos estabelecidos nos parágrafos anteriores, excluem-se as obrigações constitucionais e legais que afetam ao Município, precatórios regularmente inscritos, despesas decorrentes de decisões judiciais, pagamento do serviço e do principal da dívida contratada e/ou fundada.

Art. 42. Restabelecida a capacidade financeira da receita prevista, ainda que parcial, a retomada da execução orçamentária dar-se-á nos limites das disponibilidades, mediante ato do Executivo, suspendendo os efeitos das medidas de contenção editadas por força da aplicação do disposto no artigo anterior da presente lei.

Art. 43. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar recursos orçamentários para atender despesas com serviços de publicidade e propaganda, programação financeira – R\$ 3.390.3988,00, até o limite de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) anuais.

CAPÍTULO VII

POLÍTICAS DE APLICAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO

Art. 44. As ações de fomento e desenvolvimento de políticas de apoio à implantação de indústrias, agroindústrias, atividades agropecuárias, de apoio ao comércio e serviços, programados no Anexo I, serão efetuadas através do Fundo Municipal de Desenvolvimento, por meio da concessão de empréstimos, prorrogação de prazos, refinanciamentos e composição de dívidas a empresas e produtores.

§ 1º As coberturas dos custos decorrentes da implementação do proposto no caput deste artigo serão financiados com o saldo financeiro disponível no Fundo Municipal de Desenvolvimento, oriundos do recebimento de parcelas de financiamentos e com recursos do Orçamento Fiscal a serem consignados na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, para esta finalidade.

§ 2º A participação do Município no capital social de empresas privadas somente se dará com recursos alocados no Fundo Municipal de Desenvolvimento, condicionada a existência de lei específica aprovada pela Câmara Municipal.



Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná-DIOEMS

Quarta-feira, 14 de Agosto de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II – Edição Nº 0408

§ 3º As normas necessárias à operacionalização do Fundo Municipal de Desenvolvimento serão estabelecidas em Lei Municipal específica.

CAPÍTULO VIII

AVALIAÇÃO DAS METAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DAS METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS METAS FISCAIS FIXADAS PARA OS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES, EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, OBRAS EM ANDAMENTO, EVOLUÇÃO DA RECEITA E ANEXO DE METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO

Art. 45. A avaliação do cumprimento das metas do exercício anterior e das metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixadas nos três exercícios anteriores, a evolução do patrimônio líquido bem como o Anexo IV de Obras em Andamento, o Anexo V da Evolução da Receita e o Anexo VI das Metas Bimestrais de Arrecadação apensos, que poderão ser observadas respectivamente nos Demonstrativos II, III e IV.

Art. 46. Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2014.

Gabinete do Prefeito, 31 de julho de 2013.

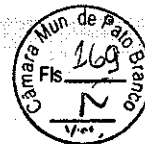
AUGUSTINHO ZUCCHI

Prefeito

Doc63572

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná-DIOEMS



Quarta-Feira, 14 de Agosto de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II – Edição Nº 0408

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR

LDO-2014-Alteração Legal: 1

Metas das Ações Prog. Gov.

01

PÁGINA: 1 DE 20

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
01-CÂMARA MUNICIPAL		
01.01-CÂMARA DE VEREADORES		
1-Legislativa		
31-Ação Legislativa		
1-Ação Legislativa		
2.133.000-Manter as Atividades legislativas, do presidente, vereadores e assessores	2.945.000,00	2.945.000,00
2.136.000-Manter as atividades administrativas, financeiras e patrimoniais	2.615.000,00	2.615.000,00
2.137.000-Transmissão e divulgação das Sessões Legislativas, Audiências Públicas e outros eventos	150.000,00	150.000,00
2.141.000-Criar e manter a TV Câmara	190.000,00	190.000,00
2.143.000-Construir, manter, reformar e recuperar interna e externamente o edifício Legislativo	200.000,00	200.000,00
02-GOVERNO MUNICIPAL		
02.01-GABINETE DO PREFEITO		
4-Administração		
122-Administração Geral		
2-Supervisão e Coordenação Superior		
2.002.000-Coordenação e Supervisão dos órgãos da administração	735.149,25	735.149,25
02.02-COORD. DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO		
4-Administração		
124-Controle Interno		
2-Supervisão e Coordenação Superior		
2.005.000-Manutenção das atividades do Controle Interno	105.183,12	105.183,12
02.03-DELEGACIA E JUNTA DE ALISTAMENTO MILITAR		
4-Administração		
122-Administração Geral		
2-Supervisão e Coordenação Superior		
2.006.000-Manter as atividades da Delegacia e da Junta de Serviço Militar	80.700,21	80.700,21
02.04-ASSESSORIA JURÍDICA		
2-Judiciária		
62-Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário		
4-Supervisão e Acompanhamento Jurídico		
2.004.000-Manutenção das atividades da Assessoria Jurídica	217.781,07	217.781,07

Dados Aprovados pelo Legislativo

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná-DIOEMS



Quarta-feira, 14 de Agosto de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II - Edição Nº 0408

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR

LDO-2014-Alteração Legal: 1

Metas das Ações Prog. Gov.

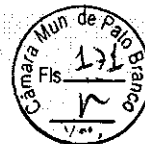
PÁGINA: 2 DE 20

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
02.05-DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		
4-Administração		
131-Comunicação Social		
3-Divulgação Oficial		
2.003.000-Manutenção das atividades da Assessoria de Imprensa	1.083.500,00	1.083.500,00
02.06-UNIDADE DO PROCON		
14-Direitos da Cidadania		
422-Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		
35-Proteção ao Consumidor		
1.040.000-Construção de sede própria do PROCON	1.000,00	1.000,00
1.083.000-Aquisição de Veículo	1.000,00	1.000,00
2.086.000-Manutenção das atividades do PROCON	205.635,23	205.635,23
03-PROCURADORIA		
03.01-PROCURADORIA		
4-Administração		
131-Comunicação Social		
4-Supervisão e Acompanhamento Jurídico		
2.237.000-Manutenção das atividades da Procuradoria	738.139,03	738.139,03
04-SECRETARIA MUN DE PLANEJAMENTO URBANO		
04.01-GABINETE DA SECR DE PLANEJAMENTO URBANO		
4-Administração		
122-Administração Geral		
7-Coordenação e Administração da Secretaria de Planejamento		
2.007.000-Manutenção das atividades do Gabinete do Secretário de Planejamento	203.578,14	203.578,14
04.02-DEP. DE PLANEJAMENTO URBANO IPPUPB		
15-Urbanismo		
452-Serviços Urbanos		
18-Planejamento Urbano		
2.238.000-Manutenção do Departamento de Planejamento Urbano	2.361.270,41	2.361.270,41
04.03-DEPARTAMENTO ESTRATÉGICO		
15-Urbanismo		

Dados Aprovados pelo Legislativo

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná-DIOEMS



Quarta-feira, 14 de Agosto de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II - Edição Nº 0408

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR

PÁGINA: 3 DE 20

LDO-2014-Alteração Legal: 1

Metas das Ações Prog. Gov.

0

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
451-Infra-Estrutura Urbana		
18-Planejamento Urbano		
2.215.000-Manutenção das atividades do Departamento de Planejamento Estratégico	150.556,89	150.556,89
04.04-DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS E METAS		
4-Administração		
122-Administração Geral		
8-Administração Geral		
2.239.000-Manutenção do Departamento de Programas e Metas	40.261,63	40.261,63
05-SECRETARIA MUN DE ADMIN. E FINANÇAS		
05.01-GABINETE DO SECR DE ADMN. E FINANÇAS		
4-Administração		
123-Administração Financeira		
11-Administração Financeira		
2.014.000-Manutenção do Gabinete do Secretário de Administração e Finanças	183.578,14	183.578,14
3.02-DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO		
4-Administração		
122-Administração Geral		
8-Administração Geral		
1.102.000-Construção do Paço Municipal - Monitoramento	5.000,00	5.000,00
2.181.000-Manutenção do terminal rodoviário Jose Cattani	96.409,03	96.409,03
2.235.000-Manutenção das Atividades da Divisão de Patrimônio	207.218,80	207.218,80
2.236.000-Manutenção das publicações oficiais - Monitoramento	210.000,00	210.000,00
2.255.000-Implantação e Manutenção de Portais de Segurança e sistemas de Raio X no Terminal Rodoviário José Cattani	100.000,00	100.000,00
123-Administração Financeira		
11-Administração Financeira		
2.216.000-Manutenção das atividades do Departamento Administrativo e Financeiro	1.254.113,46	1.254.113,46
13-Controle Financeiro		
2.016.000-Manutenção das atividades da Coordenadoria de Tesouraria	128.782,30	128.782,30
129-Administração de Receitas		
15-Arrecadação de Receitas		
2.019.000-Manutenção da Coordenadoria de Tributação e Fiscalização	761.069,11	761.069,11

Dados Aprovados pelo Legislativo

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná-DIOEMS



Quarta-feira, 14 de Agosto de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II – Edição Nº 0408

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR

PÁGINA: 4 DE 20

LDO-2014-Alteração Legal: 1

Metas das Ações Prog. Gov.

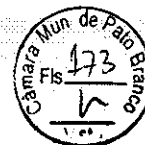
3

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
6-Segurança Pública		
182-Defesa Civil		
9-Segurança Pública		
2.010.000-Manutenção das atividades da Unidade do Corpo de Bombeiros	294.671,37	294.671,37
183-Informação e Inteligência		
9-Segurança Pública		
2.219.000-Implantação e Manutenção de Câmeras de Monitoramento	20.000,00	20.000,00
28-Encargos Especiais		
841-Refinanciamento da Dívida Interna		
16-Encargos Especiais		
0.001.000-Refinanciamento da Dívida Interna	290.000,00	290.000,00
843-Serviço da Dívida Interna		
1-Ação Legislativa		
0.002.000-Amortização da Dívida Interna	1.979.000,00	1.979.000,00
846-Outros Encargos Especiais		
16-Encargos Especiais		
0.003.000-Encargos Especiais	1.840.500,00	1.840.500,00
99-Reserva de Contingência		
999-Reserva de Contingência		
9999-RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
2.999.000-RESERVA DE CONTINGÊNCIA	467.000,00	467.000,00
05.03-DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES		
4-Administração		
123-Administração Financeira		
12-Aquisição e Licitação de materiais e serviços		
2.015.000-Manutenção da Coordenadoria de Compras e Licitações	579.662,44	579.662,44
05.04-DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE		
4-Administração		
123-Administração Financeira		
14-Controlar Contabil Geral		
2.018.000-Manutenção das atividades da Coordenadoria de Contabilidade	384.249,55	384.249,55

Dados Aprovados pelo Legislativo

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná-DIOEMS



Quarta-feira, 14 de Agosto de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II - Edição Nº 0408

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR

PÁGINA: 5 DE 20

LDO-2014-Alteração Legal: 1

Metas das Ações Prog. Gov.

0

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
05.05-DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		
4-Administração		
122-Administração Geral		
8-Administração Geral		
2.009.000-Realizar Concurso Público	1.000,00	1.000,00
128-Formação de Recursos Humanos		
10-Administração de Recursos Humanos		
2.011.000-Promover a avaliação e capacitação dos servidores	20.000,00	20.000,00
2.012.000-Manutenção do Departamento de Recursos Humanos	519.432,66	519.432,66
2.013.000-Custear Inativos e Pensionistas	1.433.122,05	1.433.122,05
11-Trabalho		
331-Proteção e Benefícios ao Trabalhador		
10-Administração de Recursos Humanos		
2.196.000-Implementação e manutenção do Programa de Saúde e Segurança do Trabalho	108.444,31	108.444,31
SECRET.MUN.ENG.OBRAS E SERVICOS PUBLICOS		
06.01-GABINETE DO SECRETARIO DE ENG., OBRAS		
4-Administração		
122-Administração Geral		
17-Engenharia, Obras e Serviços Públicos		
2.020.000-Manutenção das atividades do gabinete do Secretário de Engenharia, Obras e Serviços Públicos	165.078,14	165.078,14
06.02-DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E OBRAS		
15-Urbanismo		
451-Infra-Estrutura Urbana		
18-Planejamento Urbano		
2.021.000-Manutenção das atividades do Departamento de Engenharia e Obras	1.197.018,00	1.197.018,00
06.03-DPTO.DE DESENV.URBANOS E GEOPROCESSAMENT		
4-Administração		
122-Administração Geral		
19-Serviços Urbanos e Geoprocessamento		
2.022.000-Manutenção das atividades do Departamento de Serviços Urbanos	2.108.209,51	2.108.209,51
2.027.000-Reformar, ampliar e manter prédios públicos	120.000,00	120.000,00

Dados Aprovados pelo Legislativo

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná-DIOEMS



Quarta-feira, 14 de Agosto de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II – Edição Nº 0408

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR

LDO-2014-Alteração Legal: 1

Metas das Ações Prog. Gov.

PÁGINA: 6 DE 20

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
127-Ordenamento Territorial		
19-Serviços Urbanos e Geoprocessamento		
2.026.000-Manutenção e atualização do Plano Diretor e Implantação do SIG	10.000,00	10.000,00
15-Urbanismo		
451-Infra-Estrutura Urbana		
19-Serviços Urbanos e Geoprocessamento		
1.001.000-Pavimentação de vias urbanas	1.400.000,00	1.400.000,00
1.003.000-Construir, Conservar e recuperar passeios atendendo ao Programa Calçadas nos Bairros	240.000,00	240.000,00
1.010.000-Interligação de Bairros	20.000,00	20.000,00
1.077.000-Pavimentação de Vias Urbanas - Recape	1.000.000,00	1.000.000,00
2.025.000-Manter e ampliar a sinalização urbana	160.000,00	160.000,00
452-Serviços Urbanos		
19-Serviços Urbanos e Geoprocessamento		
2.024.000-Manter fábrica de tubos, britador e usina de asfalto	518.249,06	518.249,06
453-Transportes Coletivos Urbanos		
19-Serviços Urbanos e Geoprocessamento		
1.007.000-Construir pontos de ônibus	204.200,00	204.200,00
16-Habituação		
482-Habituação Urbana		
19-Serviços Urbanos e Geoprocessamento		
1.002.000-Apoliar e/ou construir unidades habitacionais	505.000,00	505.000,00
1.088.000-Incentivo a Cooperativa de Habitação Urbana de Pato Branco	5.000,00	5.000,00
1.097.000-FMH - Fundo Municipal de Habitação	500.000,00	500.000,00
17-Saneamento		
512-Saneamento Básico Urbano		
19-Serviços Urbanos e Geoprocessamento		
1.006.000-Construir galerias pluviais	300.000,00	300.000,00
26-Transporte		
782-Transporte Rodoviário		
19-Serviços Urbanos e Geoprocessamento		
1.004.000-Conservação de Vias Urbanas	1.120.000,00	1.120.000,00

Dados Aprovados pelo Legislativo

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná-DIOEMS



Quarta-feira, 14 de Agosto de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II - Edição Nº 0408

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR

LDO-2014-Alteração Legal: 1

Metas das Ações Prog. Gov.

PÁGINA: 7 DE 20

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
06.04-DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS		
4-Administração		
122-Administração Geral		
20-Manutenção dos Serviços Rodoviários		
2.030.000-Manutenção das atividades do Departamento de Serviços Rodoviários	2.097.062,99	2.097.062,99
15-Urbanismo		
453-Transportes Coletivos Urbanos		
20-Manutenção dos Serviços Rodoviários		
2.031.000-Manutenção e melhoramento das condições do transporte coletivo	50.000,00	50.000,00
26-Transporte		
781-Transporte Área		
20-Manutenção dos Serviços Rodoviários		
2.029.000-Manter Aeroporto	150.000,00	150.000,00
782-Transporte Rodoviário		
20-Manutenção dos Serviços Rodoviários		
1.015.000-Adquirir máquinas rodoviárias e veículos	1.000,00	1.000,00
1.016.000-Construir e reformar pontes	45.000,00	45.000,00
06.05-COORDENARIA DE TRÂNSITO		
4-Administração		
122-Administração Geral		
21-Trânsito		
2.033.000-Programa de Educação de Trânsito	28.000,00	28.000,00
15-Urbanismo		
451-Infra-Estrutura Urbana		
20-Manutenção dos Serviços Rodoviários		
21-Trânsito		
2.034.000-Monitoramento e monitores de trânsito	77.000,00	77.000,00
26-Transporte		
782-Transporte Rodoviário		
21-Trânsito		
2.032.000-Manutenção das atividades da Coordenadoria de Trânsito	1.541.337,21	1.541.337,21

Dados Aprovados pelo Legislativo

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná-DIOEMS



Quarta-feira, 14 de Agosto de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II – Edição Nº 0408

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR

LDO-2014-Alteração Legal: 1

Metas das Ações Prog. Gov.

II

PÁGINA: 8 DE 20

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
06.06-DEPARTAMENTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		
25-Energia		
752-Energia Elétrica		
19-Serviços Urbanos e Geoprocessamento		
2.023.000-Manutenção e ampliação da rede de iluminação pública	1.939.574,54	1.939.574,54
07-SECRET.MUN.EDUCAÇÃO E CULTURA		
07.01-GABINETE DO SECRET.DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
12-Educação		
122-Administração Geral		
38-Coordenação de Educação, Cultura, Esporte e Lazer		
2.089.000-Manutenção das atividades do gabinete do Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer	157.578,14	157.578,14
07.02-DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO		
12-Educação		
306-Alimentação e Nutrição		
39-Manutenção do Ensino		
2.090.000-Manter, ampliar e fornecer alimentação a todas as crianças dos CMI e Escolas Municipais.	1.700.000,00	1.700.000,00
361-Ensino Fundamental		
39-Manutenção do Ensino		
1.041.000-Construir, reformar, ampliar e gerenciar unidades escolares e Centros de Educação Infantil	2.000.000,00	2.000.000,00
1.042.000-Adquirir veículos para o Transporte Escolar e SMECEL	500.000,00	500.000,00
1.078.000-Construção de Escolas Municipais	5.000,00	5.000,00
2.091.000-Desenvolver e Manter o Projeto Família na Escola	15.000,00	15.000,00
2.092.000-Adquirir mobiliários, equipamentos, materiais pedagógicos, esportivos, recreativos, brinquedos p/ es	212.000,00	212.000,00
2.093.000-Aquisição de Uniformes para alunos da rede municipal	500.000,00	500.000,00
2.094.000-Manter o Conselho Municipal de Educação	22.000,00	22.000,00
2.095.000-Manutenção do Ensino Fundamental, Educação Infantil, CMEI e Inclusão Digital.	11.644.698,43	11.644.698,43
2.096.000-Manutenção das atividades do Transporte Escolar e adequação de veículos	3.863.196,15	3.863.196,15
2.097.000-Manutenção da Educação Integral	1.100.000,00	1.100.000,00
2.102.000-Promover cursos e eventos de capacitação	67.000,00	67.000,00
2.155.000-Apoiar a qualificação dos docentes em programas de especialização a nível de especialização, mestrado	31.000,00	31.000,00
2.162.000-Promover e apoiar eventos/datas comemorativas nas escolas (dia dos pais, mães, tradicionais, juninas	1.200,00	1.200,00

Dados Aprovados pelo Legislativo

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná-DIOEMS



Quarta-feira, 14 de Agosto de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II - Edição Nº 0408

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR

LDO-2014-Alteração Legal: 1

Metas das Ações Prog. Gov.

II

PÁGINA: 9 DE 20

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
2.192.000-Programa de Educação no Trânsito nas Escolas	1.000,00	1.000,00
2.261.000-Projeto de apoio ao transporte universitário para deslocamento para outros municípios	50.000,00	50.000,00
07.03-DEPARTAMENTO DE ENSINO		
12-Educação		
361-Ensino Fundamental		
39-Manutenção do Ensino		
2.098.000-Manutenção das atividades do FUNDEB 60%	19.682.543,35	19.682.543,35
2.099.000-Manutenção das atividades do FUNDEB 40%	4.648.307,93	4.648.307,93
2.177.000-Manutenção das Atividades do Ensino Superior	71.700,00	71.700,00
2.254.000-Manter o Programa Municipal Fundo de Gestão	300.000,00	300.000,00
365-Educação Infantil		
39-Manutenção do Ensino		
2.176.000-Manutenção da Educação Infantil	3.534.500,27	3.534.500,27
366-Educação de Jovens e Adultos		
39-Manutenção do Ensino		
2.100.000-Manter programa de alfabetização de jovens e adultos	40.000,00	40.000,00
367-Educação Especial		
39-Manutenção do Ensino		
1.044.000-Aquisição de equipamentos para portadores de necessidades especiais	25.000,00	25.000,00
2.101.000-Manutenção das atividades e programas às crianças portadoras de necessidades especiais	23.100,00	23.100,00
07.04-DEPARTAMENTO DE CULTURA		
13-Cultura		
391-Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico		
40-Promover a Cultura		
1.047.000-Construção do Museu Regional	5.000,00	5.000,00
1.048.000-Construção da casa do artesão na Região Sul	5.000,00	5.000,00
2.154.000-Catalogar, tomba e manter os prédios históricos tombados no município.	3.000,00	3.000,00
392-Difusão Cultural		
40-Promover a Cultura		
1.045.000-Construção da Praça da Leitura	50.000,00	50.000,00
2.103.000-Difusão da Cultura - eventos	150.000,00	150.000,00

Dados Aprovados pelo Legislativo

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná-DIOEMS



Quarta-feira, 14 de Agosto de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II - Edição Nº 0408

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR

PÁGINA: 10 DE 20

LDO-2014-Alteração Legal: 1

Metas das Ações Prog. Gov.



Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
2.104.000-Capacitação	50.000,00	50.000,00
2.105.000-Adquirir livros, periódicos, vídeos, equipamentos de informática e equipamentos de som.	15.000,00	15.000,00
2.106.000-Manutenção da Companhia de teatro e Dança com alunos da rede pública municipal.	13.200,00	13.200,00
2.107.000-Promoção do Prato Típico de Pato Branco, leitor nota 10 e demais eventos culturais.	14.400,00	14.400,00
2.108.000-Manutenção do Departamento de Cultura	944.444,53	944.444,53
2.109.000-Criação de lei de incentivo a Cultura e ao Esporte Amador	5.000,00	5.000,00
2.185.000-Difusão da Semana da Cultura Evangelica - Eventos	40.000,00	40.000,00
2.260.000-Criação da Biblioteca Itinerante	5.000,00	5.000,00
2.263.000-Incentivo a Cooperativa de Artesanato de Pato Branco e Associação Pato-branquense de artesanato	30.000,00	30.000,00
2.264.000-Promover e Incentivar o Programa Consórcio de Escritores	8.000,00	8.000,00
08.01-GABINETE DO SECRETÁRIO DE SAÚDE		
10-Saúde		
122-Administração Geral		
42-Gerência da Saúde Municipal		
2.113.000-Manutenção das atividades do gabinete do Secretário Municipal de Saúde	180.378,14	180.378,14
08.02-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10-Saúde		
122-Administração Geral		
43-Manutenção da Saúde		
1.054.000-Aquisição de veículos	90.000,00	90.000,00
2.114.000-Manutenção dos serviços administrativos e de assistência a Saúde da UC - Unidade central e UB's - Un	4.473.812,27	4.473.812,27
2.115.000-Manutenção dos serviços de transporte e frota de veículos	693.627,94	693.627,94
2.116.000-Manter o Conselho Municipal de Saúde	16.000,00	16.000,00
2.117.000-Manutenção das atividades do Sistema Municipal de Auditoria e Ouvidoria	1.149.864,54	1.149.864,54
2.126.000-Manutenção das atividades de serviço social e serviços de terceiros de hospedagem	300.000,00	300.000,00
2.158.000-Manter o Conselho de Entorpecentes	10.000,00	10.000,00
2.182.000-Capacitação dos Servidores da Secretaria Municipal de Saúde em todos os seus segmentos	25.000,00	25.000,00
301-Atenção Básica		
43-Manutenção da Saúde		
1.070.000-Construção, ampliação e Manutenção de Unidades Descentralizadas e Unidades Centrais de Saúde de Saúd	91.000,00	91.000,00
2.119.000-Manutenção das atividades ambulatoriais, dos programas educativos e preventivos.	5.971.438,54	5.971.438,54

Dados Aprovados pelo Legislativo

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná-DIOEMS



Quarta-feira, 14 de Agosto de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II – Edição Nº 0408

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR

PÁGINA: 11 DE 20

LDO-2014-Alteração Legal: 1

Metas das Ações Prog. Gov.



Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
2.120.000-Manutenção das atividades do Pronto Atendimento Municipal	6.690.802,58	6.690.802,58
2.121.000-Manutenção das atividades do Programa Mãe Pato-Branquense e Planejamento Familiar	212.000,00	212.000,00
2.122.000-Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde	912.742,73	912.742,73
2.123.000-Manutenção e ampliação da estratégia saúde bucal	221.600,00	221.600,00
2.187.000-Implantação e Manutenção do NASF - Núcleo de Assistência à Saúde da Família	200.000,00	200.000,00
2.198.000-Aquisição de Medicamentos de Alto Custo, não contemplados na Assistência Farmacêutica Básica	600.000,00	600.000,00
2.205.000-Manutenção dos Serviços do CAPS	1.113.190,93	1.113.190,93
2.206.000-Manutenção das Atividades das Especificações Regionais	15.500,00	15.500,00
2.252.000-Reformulação, ampliação e manutenção estratégia saúde da família - ESF	3.946.825,99	3.946.825,99
2.259.000-Implantação de ações de segurança alimentar e nutricional	10.000,00	10.000,00
302-Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
43-Manutenção da Saúde		
1.091.000-Aquisição de Materiais e Mob.e de Equipamentos de Tecn.e Rede p/SAMU	5.000,00	5.000,00
2.118.000-Manutenção do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO e Estratégia Saúde Bucal	190.000,00	190.000,00
2.125.000-Manutenção dos serviços credenciados, contratados e conveniados desenhados pelo Governo Federal	32.023.850,93	32.023.850,93
2.210.000-Manutenção do Consórcio Intermunicipal da Rede de Urgência do Sudoeste do Paraná - Ciruspar	750.000,00	750.000,00
2.258.000-Realização de Exames laboratoriais e cirurgias eletivas	1.000.000,00	1.000.000,00
303-Suporte Profilático e Terapêutico		
43-Manutenção da Saúde		
2.127.000-Manutenção dos serviços de reabilitação física e motora	719.167,37	719.167,37
2.128.000-Manutenção dos serviços de diagnóstico por imagem e outros - SADT (Chamamento Público)	1.319.689,29	1.319.689,29
2.129.000-Prestação de serviços para assistência farmacêutica básica	1.713.902,80	1.713.902,80
2.130.000-Manutenção da prestação de serviços de Laboratório Próprio	536.438,86	536.438,86
304-Vigilância Sanitária		
43-Manutenção da Saúde		
2.124.000-Manutenção dos agentes endêmicos	94.000,00	94.000,00
2.131.000-Manutenção das atividades de Vigilância Sanitária e Ambiental	1.031.299,09	1.031.299,09
2.153.000-Controle da qualidade das Águas das fontes e nascentes para o abastecimento de residências rurais.	10.000,00	10.000,00
2.197.000-TAS - Termo de Ajuste Sanitário	185.000,00	185.000,00
305-Vigilância Epidemiológica		
43-Manutenção da Saúde		

Dados Aprovados pelo Legislativo

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná-DIOEMS



Quarta-feira, 14 de Agosto de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II - Edição Nº 0408

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR

PÁGINA: 12 DE 20

LDO-2014-Alteração Legal: 1

Metas das Ações Prog. Gov.



Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
1.034.000-Implantar e manter Centro de vigilância animal	1.000,00	1.000,00
1.071.000-Construção do COAS	5.000,00	5.000,00
2.132.000-Manutenção das atividades de vigilância epidemiológica e campanhas de imunização	1.015.558,14	1.015.558,14
2.142.000-Manutenção dos Serviços do COAS	74.900,00	74.900,00
09-SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA		
09.01-GABINETE DO SEC.DE AÇÃO SOCIAL E CIDAD.		
4-Administração		
122-Administração Geral		
22-Assistência Social		
2.035.000-Manutenção das atividades do gabinete da Secretária de Ação Social e Cidadania	192.418,14	192.418,14
09.02-FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE		
8-Assistência Social		
243-Assistência à Criança e ao Adolescente		
23-Assistência a Criança e ao Adolescente		
5.002.000-Construção e Manutenção do Centro da Criança	525.000,00	525.000,00
244-Assistência Comunitária		
24-Assistência Comunitária		
2.043.000-Manutenção da Casa Abrigo	600.481,87	600.481,87
09.03-COORD. DE ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA E FAMÍ		
8-Assistência Social		
241-Assistência ao Idoso		
24-Assistência Comunitária		
2.179.000-Manutenção do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos dos Idosos	15.000,00	15.000,00
244-Assistência Comunitária		
24-Assistência Comunitária		
1.095.000-Construção do Barracão do Disque Solidariedade	5.000,00	5.000,00
1.104.000-Construção do Centro de Convivência do Idoso	5.000,00	5.000,00
1.105.000-Construção do CREAS	5.000,00	5.000,00
2.044.000-Manutenção das atividades do Departamento de Assistência Comunitária	2.455.884,76	2.455.884,76
2.208.000-Manutenção do CRAS - Proteção Social Básica	143.743,68	143.743,68
2.209.000-Manutenção do CREAS - Proteção Social Especial	97.001,86	97.001,86

Dados Aprovados pelo Legislativo

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná-DIOEMS



Quarta-feira, 14 de Agosto de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II - Edição Nº 0408

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR

LDO-2014-Alteração Legal: 1

Metas das Ações Prog. Gov.



PÁGINA: 13 DE 20

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
2.213.000-Manutenção das atividades do Conselho Municipal de Assistência Social.	15.000,00	15.000,00
14-Direitos da Cidadania		
422-Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		
24-Assistência Comunitária		
2.211.000-Manutenção do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos da Mulher	24.000,00	24.000,00
09.04-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
8-Assistência Social		
241-Assistência ao Idoso		
22-Assistência Social		
2.251.000-SUAS - PSE - Serviços de acolhimento (Lar dos Idosos São Vicente de Paula Piso Alta Complexidade I)	34.465,00	34.465,00
243-Assistência à Criança e ao Adolescente		
22-Assistência Social		
2.200.000-Manutenção e implementação do Programa Bolsa Família	120.000,00	120.000,00
2.249.000-SUAS - PSE - Serviços de proteção social aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas	19.965,00	19.965,00
244-Assistência Comunitária		
22-Assistência Social		
2.245.000-SUAS - PSB - Ações do PAIF (CRAS)	89.100,00	89.100,00
2.246.000-SUAS - PSB - Ações do Projovem Adolescente - Piso Variável I	62.185,20	62.185,20
2.247.000-SUAS - PSB - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Piso Variável II	23.760,00	23.760,00
2.248.000-SUAS - PSE - Serviços de enfrentamento à Violência, ao abuso e a Exploração Sexual - Piso Fixo de Mé	83.160,00	83.160,00
2.250.000-SUAS - PSE - Serviços de habilitação e reabilitação para pessoas com deficiência e Idosos - Piso de	35.640,00	35.640,00
24-Assistência Comunitária		
2.040.000-Material de Distribuição gratuita	200.000,00	200.000,00
2.202.000-Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social	830.000,00	830.000,00
482-Habituação Urbana		
24-Assistência Comunitária		
2.204.000-Manutenção da Coordenadoria de Habitação	6.000,00	6.000,00
16-Habituação		
482-Habituação Urbana		
24-Assistência Comunitária		
09.05-DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE		

Dados Aprovados pelo Legislativo

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná-DIOEMS



Quarta-feira, 14 de Agosto de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II - Edição Nº 0408

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR

LDO-2014-Alteração Legal: 1

Metas das Ações Prog. Gov.



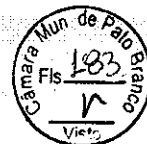
PÁGINA: 14 DE 20

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
8-Assistência Social		
243-Assistência à Criança e ao Adolescente		
23-Assistência a Criança e ao Adolescente		
2.199.000-Manutenção das atividades da criança e do adolescente/Conselho Tutelar	481.924,99	481.924,99
2.201.000-Manter o Conselho da Criança e do Adolescente	15.000,00	15.000,00
10-SECRET.MUN.DE DESENV.ECONOMICO		-
10.01-GABINETE DO SECRET.DE DESENV.ECONOMICO		-
4-Administração		-
122-Administração Geral		-
25-Desenvolvimento Econômico e Tecnológico		-
2.047.000-Manutenção das atividades do gabinete do Secretário de Desenvolvimento Econômico	180.578,14	180.578,14
10.02-DEPARTAMENTO DA MICRO E PEQUENA EMPRESA		
23-Comércio e Serviços		
691-Promoção Comercial		
26-Incentivo Atividade Comercial		
2.048.000-Manutenção das atividades do Departamento da Micro e Pequena Empresa	193.855,07	193.855,07
2.049.000-Manutenção e Reforma do Centro Regional de Eventos	65.000,00	65.000,00
2.050.000-Realizar feiras setoriais e exposições	73.000,00	73.000,00
10.03-DEPARTAMENTO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO		
4-Administração		
122-Administração Geral		
28-Incentivo ao Turismo		
2.062.000-Apoiar projetos que atendam ao turismo rural	40.000,00	40.000,00
2.063.000-Manutenção das atividades da Coordenadoria de Turismo	109.831,35	109.831,35
2.064.000-Instalar e manter Conselho Municipal de Turismo	4.000,00	4.000,00
11-Trabalho		
333-Empregabilidade		
2.052.000-Capacitar trabalhadores	84.500,00	84.500,00
57-Capacitar Trabalhadores		
2.046.000-Manutenção das atividades da marcenaria	327.863,12	327.863,12
334-Fomento ao Trabalho		

Dados Aprovados pelo Legislativo

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná-DIOEMS



Quarta-feira, 14 de Agosto de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II - Edição Nº 0406

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR

LDO-2014-Alteração Legal: 1

Metas das Ações Prog. Gov.

PÁGINA: 15 DE 20

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
2.051.000-Manter e aprimorar Programa Auto Emprego - PAE e PAETEC - Programa de Bolsa Ensino	300.000,00	300.000,00
22-Indústria		
661-Promoção Industrial		
1.025.000-Infra-estrutura de parques industriais	1.000.000,00	1.000.000,00
1.026.000-Constuir barracões para condomínios industriais	500.000,00	500.000,00
1.027.000-Aquisição de terreno para implantação de indústria	950.000,00	950.000,00
2.053.000-Apoiar e desenvolver programas no Setor Têxtil	50.000,00	50.000,00
2.054.000-Manter atividades do Departamento de Desenvolvimento Econômico	412.525,39	412.525,39
2.058.000-Implantar e manter o Fundo de Desenvolvimento	5.000,00	5.000,00
662-Produção Industrial		
27-Incentivo a Implantação de Indústrias e Novas Tecnologias		
2.057.000-Implantar e manter unidade agroindustrial	23.000,00	23.000,00
23-Comércio e Serviços		
695-Turismo		
28-Incentivo ao Turismo		
2.061.000-Desenvolver projetos e ações para estimular o turismo no Município	44.000,00	44.000,00
2.180.000-Manutenção das Atividades do Nossa Terra Natal	151.500,00	151.500,00
11-SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
11.01-GABINETE DO SECR.DE AGRICULTURA		
4-Administração		
122-Administração Geral		
29-Atividades da Secretaria de Agricultura		
2.065.000-Manutenção das atividades do Gabinete da Secretária de Agricultura	180.578,14	180.578,14
11.02-DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL		
4-Administração		
122-Administração Geral		
30-Apoiar o desenvolvimento da produção agropecuária		
2.070.000-Manutenção das atividades do Departamento de Desenvolvimento Rural	956.154,25	956.154,25
11-Trabalho		
334-Fomento ao Trabalho		
30-Apoiar o desenvolvimento da produção agropecuária		

Dados Aprovados pelo Legislativo

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná-DIOEMS



Quarta-feira, 14 de Agosto de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II - Edição Nº 0408

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR

LDO-2014-Alteração Legal: 1

Metas das Ações Prog. Gov.



PÁGINA: 16 DE 20

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
2.066.000-Programa Mulheres Rurais	9.500,00	9.500,00
2.160.000-Manutenção do Mercado do Produtor e Cooperativa de Agricultura Familiar	15.000,00	15.000,00
20-Agricultura		
602-Promoção da Produção Animal		
30-Apoiar o desenvolvimento da produção agropecuária		
2.068.000-Programa Bovinocultura de Leite	59.000,00	59.000,00
605-Abastecimento		
30-Apoiar o desenvolvimento da produção agropecuária		
2.071.000-Apoio ao desenvolvimento de Agroindústrias	2.000,00	2.000,00
606-Extensão Rural		
30-Apoiar o desenvolvimento da produção agropecuária		
2.067.000-Cadelas Produtivas	20.000,00	20.000,00
2.069.000-Convênio com o Instituto Emater	50.000,00	50.000,00
2.190.000-Manutenção das atividades do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural	3.000,00	3.000,00
2.262.000-Implantação do Programa Pró-Horta	50.000,00	50.000,00
11.03-DEPARTAMENTO DO INTERIOR		
4-Administração		
122-Administração Geral		
8-Administração Geral		
2.212.000-Consórcio Público Intermunicipal - Portal do Pinhão	24.000,00	24.000,00
31-Estradas e Infra-estrutura das propriedades rurais		
1.032.000-Aquisição de veículos e equipamentos	1.000,00	1.000,00
1.033.000-Melhoria das Estradas Rurais, pavimentação com pedras irregulares e/ou cascalhamento.	1.476.000,00	1.476.000,00
2.073.000-Manutenção das atividades do Departamento do Interior	1.718.827,45	1.718.827,45
17-Saneamento		
511-Saneamento Básico Rural		
31-Estradas e Infra-estrutura das propriedades rurais		
2.072.000-Programa Porteira para Dentro - Habitação Rural, infra-estrutura e Saneamento Rural	36.000,00	36.000,00
2.149.000-Programa de Orientação e Implantação de Sistemas de Tratamento de Esgotos domiciliares em residência	1.000,00	1.000,00
2.150.000-Programa de compostagem e reciclagem nas propriedades rurais	500,00	500,00
32-Preservação e Defesa Ambiental		

Dados Aprovados pelo Legislativo

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná-DIOEMS



Quarta-feira, 14 de Agosto de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II - Edição Nº 0408

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR

LDO-2014-Alteração Legal: 1

Metas das Ações Prog. Gov.

PÁGINA: 17 DE 20

III

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
2.148.000-Programa de Proteção de Fontes de Água e Poços Artesianos	500,00	500,00
20-Agricultura		
606-Extensão Rural		
31-Estradas e Infra-estrutura das propriedades rurais		
1.031.000-Patrolha Mecanizada Rural	30.000,00	30.000,00
12-SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		
12.01-GABINETE DO SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE		
18-Gestão Ambiental		
541-Preservação e Conservação Ambiental		
32-Preservação e Defesa Ambiental		
2.074.000-Manutenção das atividades do Gabinete do Secretário de Meio Ambiente	157.078,14	157.078,14
12.02-DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE		
18-Gestão Ambiental		
541-Preservação e Conservação Ambiental		
18-Planejamento Urbano		
2.151.000-Construir, planejar e implantar o modelo de gestão do meio ambiente	17.000,00	17.000,00
33-Preservar e Melhorar o Meio Ambiente		
1.037.000-Implantar e Manter a Escola Ecológica	13.000,00	13.000,00
2.075.000-Manter o Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA	37.000,00	37.000,00
2.076.000-Manutenção das atividades do Departamento de Meio Ambiente	766.139,23	766.139,23
2.078.000-Promover e apoiar atividades de educação ambiental	33.100,00	33.100,00
2.079.000-Arborização urbana, conservação de trevos, praças, parques e jardins	240.000,00	240.000,00
2.082.000-Implantação e manutenção de parques ambientais	40.000,00	40.000,00
2.083.000-Incentivar e apoiar o reflorestamento	25.000,00	25.000,00
2.191.000-Promover e incentivar a preservação de árvores multisseculares.	8.000,00	8.000,00
542-Controle Ambiental		
33-Preservar e Melhorar o Meio Ambiente		
1.035.000-Implantação e Manutenção do Cemitério Municipal	120.000,00	120.000,00
2.081.000-Manutenção do Viveiro Municipal	122.000,00	122.000,00
543-Recuperação de Áreas Degradadas		
33-Preservar e Melhorar o Meio Ambiente		

Dados Aprovados pelo Legislativo

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná-DIOEMS



Quarta-feira, 14 de Agosto de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II - Edição Nº 0408

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR

LDO-2014-Alteração Legal: 1

Metas das Ações Prog. Gov.

PÁGINA: 18 DE 20

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
2.077.000-Implementação e recuperação de áreas degradadas	50.000,00	50.000,00
2.080.000-Restauração de áreas de preservação permanente APP's, recuperação de mananciais e nascentes	65.000,00	65.000,00
2.152.000-Implementação e Recuperação de Passivos Ambientais	60.000,00	60.000,00
544-Recursos Hídricos		
33-Preservar e Melhorar o Meio Ambiente		
1.036.000-Canalização e construção de muros de proteção no Rio Ugeiro e afluentes	11.000,00	11.000,00
12.03-DEPARTAMENTO DE LIMPEZA PÚBLICA		
17-Saneamento		
512-Saneamento Básico Urbano		
34-Limpeza Pública		
2.084.000-Manutenção das atividades de limpeza, coleta e processamento de lixo	5.330.663,53	5.330.663,53
18-Gestão Ambiental		
541-Preservação e Conservação Ambiental		
34-Limpeza Pública		
1.038.000-Implantação e Manutenção do Aterro Sanitário	105.000,00	105.000,00
542-Controle Ambiental		
34-Limpeza Pública		
2.085.000-Gestão integrada de resíduos sólidos urbanos	15.000,00	15.000,00
14-ADMINIST.DISTRITAL - SAO ROQUE DO CHOPIM		
14.01- ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL		
4-Administração		
122-Administração Geral		
36-Administração Distrital		
2.087.000-Manutenção das atividades da Administração do Distrito de São Roque do Chopim	80.000,00	80.000,00
16-SEC MUN. DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE		
16.01-GABINETE DO SECRETÁRIO		
4-Administração		
122-Administração Geral		
41-Manutenção do Esporte		
2.240.000-Manutenção das atividades do secretário de Esportes, lazer, juventude e idoso	167.078,14	167.078,14
16.02-DEP ESPORTE, LAZER, JUVENTUDE E IDOSO		

Dados Aprovados pelo Legislativo

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná-DIOEMS



Quarta-feira, 14 de Agosto de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II - Edição Nº 0408

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR

LDO-2014-Alteração Legal: 1

Metas das Ações Prog. Gov.

PÁGINA: 19 DE 20

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
27-Desporto e Lazer		
122-Administração Geral		
41-Manutenção do Esporte		
2.224.000-Manut. das atividades do Dpto de Esporte, Lazer e Juventude	1.424.664,97	1.424.664,97
2.257.000-Aquisição de Veículo	50.000,00	50.000,00
811-Desporto e Rendimento		
41-Manutenção do Esporte		
2.146.000-Atleta Talento	80.000,00	80.000,00
2.221.000-Destinar recursos para atletas que irão representar o Município em jogos oficiais	110.000,00	110.000,00
2.225.000-Manter o esporte de Categorias de Base, Equipes de Rendimento e Part. de Jogos Oficiais	436.500,00	436.500,00
812-Desporto Comunitário		
41-Manutenção do Esporte		
1.050.000-Construir, reformar, ampliar e gerenciar Ginásios de Esporte e demais obras relacionadas ao esporte.	5.000,00	5.000,00
1.058.000-Construção e Manutenção de Pista de Biciross	240.000,00	240.000,00
2.226.000-Promoção de Esporte Amador em Diversas Modalidades	200.000,00	200.000,00
2.256.000-Construção e Manutenção de pista de skate no Bairro Planalto	150.000,00	150.000,00
1.106.000-Construir ginásio de esportes no Distrito de Nova Espera	500.000,00	500.000,00
813-Lazer		
41-Manutenção do Esporte		
1.099.000-Construção e Manutenção de Complexo Esportivo Multiuso, Quadra Poliesportiva Coberta, Pólos Esportiv	30.000,00	30.000,00
2.188.000-Manutenção de campos de futebol	157.000,00	157.000,00
2.207.000-Manter atividades esportivas adaptadas	220.000,00	220.000,00
17-SEC.MUN.DE CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO		
17.01-GABINETE DO SECRETÁRIO		
4-Administração		
122-Administração Geral		
25-Desenvolvimento Econômico e Tecnológico		
2.227.000-Manutenção das Atividades do Gabinete	298.578,14	298.578,14
17.02-DPTO ADM FIN DESEN TECNOLÓGICO		
19-Ciência e Tecnologia		
573-Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico		

Dados Aprovados pelo Legislativo

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR

LDO-2014-Alteração Legal: 1

Metas das Ações Prog. Gov.

PÁGINA: 20 DE 20

Órgão / Unidade / Função / Subfunção / Programa / Ação	Valores	
	2014	Total
25-Desenvolvimento Econômico e Tecnológico		
2.241.000-Manutenção das atividades do Dpto de desenvolvimento tecnológico	436.043,99	436.043,99
2.242.000-Implantar e manter módulos industriais, centros de pesquisas e desenvolvimento, museu de Ciência e T	5.000,00	5.000,00
17.03-DEP.DE DESENVOLVIMENTO DA CTI		
4-Administração		
573-Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico		
25-Desenvolvimento Econômico e Tecnológico		
2.243.000-Manutenção do Dep de Sistemas e Infra-Estrutura do Centro de Processamento de Dados	729.953,65	729.953,65
17.04-DEP.DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO		
19-Ciência e Tecnologia		
573-Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico		
25-Desenvolvimento Econômico e Tecnológico		
1.103.000-Projeto Cidade Digital	5.000,00	5.000,00
2.054.000-Manter atividades do Departamento de Desenvolvimento Econômico	611.247,80	611.247,80
2.244.000-Implantar e manter Parque Tecnológico	5.000,00	5.000,00
17.05-DEPARTAMENTO DE INCUBADORA		
4-Administração		
573-Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico		
25-Desenvolvimento Econômico e Tecnológico		
2.234.000-Fomentar Incubadoras de Empresas e Base Tecnológica e Turismo Tecnológico	871.312,41	871.312,41
TOTAL DO PPA	186.800.000,00	186.800.000,00

Dados Aprovados pelo Legislativo

Doc63573

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná-DIOEMS



Quarta-feira, 14 de Agosto de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II – Edição Nº 0408

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2014

AMF - Demonstrativo III (LRF, art 4º, § 2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2011	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Receita Total	138.837.231,00	154.500.350,00	11,28	176.455.000,00	14,21	186.800.000,00	5,86	205.000.000,00	9,74	225.000.000,00	9,76
Receita Primária (I)	138.837.231,00	154.500.350,00	11,28	176.455.000,00	14,21	186.800.000,00	5,86	205.000.000,00	9,74	225.000.000,00	9,76
Despesa Total	138.837.231,00	154.500.350,00	11,28	176.455.000,00	14,21	186.800.000,00	5,86	205.000.000,00	9,74	225.000.000,00	9,76
Despesa Primária (II)	127.045.233,00	129.834.674,00	2,04	139.069.076,04	7,28	158.000.000,00	14,33	200.000.000,00	25,79	220.000.000,00	10,00
Resultado Primário (I)-(II)	11.792.000,00	24.665.676,00	110,87	37.385.923,96	50,35	27.800.000,00	-25,64	5.000.000,00	-82,01	5.000.000,00	0,00
Resultado Nominal	-	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00	0,00	2.000.000,00	66,67	1.500.000,00	-25,00	2.000.000,00	33,33
Dívida Pública Consolidada	9.580.000,00	7.200.000,00	-24,84	5.000.000,00	-30,56	6.000.000,00	20,00	6.500.000,00	8,33	4.000.000,00	-38,46
Dívida Consolidada Líquida	2.000.000,00	3.200.000,00	60,00	(2.000.000,00)	-162,50	4.000.000,00	-300,00	4.500.000,00	12,50	3.500.000,00	-22,22

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2011	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Receita Total	151.613.727,18	161.452.865,75	6,49	176.455.000,00	9,29	178.755.980,86	1,30	187.724.640,00	5,02	197.166.735,91	5,03
Receita Primária (I)	151.613.727,18	161.452.865,75	6,49	176.455.000,00	9,29	178.755.980,86	1,30	187.724.640,00	5,02	197.166.735,91	5,03
Despesa Total	151.613.727,18	161.452.865,75	6,49	176.455.000,00	9,29	178.755.980,86	1,30	187.724.640,00	5,02	197.166.735,91	5,03
Despesa Primária (II)	138.736.568,38	135.468.234,33	-2,36	139.069.076,04	2,66	152.153.110,05	9,41	183.145.990,25	20,37	192.785.252,89	5,26
Resultado Primário (I)-(II)	12.877.158,80	25.984.631,42	101,79	37.385.923,96	43,88	26.602.870,81	-28,84	4.578.649,76	-82,79	4.381.483,02	-4,31
Resultado Nominal	-	1.254.000,00	0,00	1.200.000,00	-4,31	1.913.875,60	59,49	1.373.594,93	-28,23	1.752.593,21	27,59
Dívida Pública Consolidada	10.461.599,50	7.524.000,00	-28,08	5.000.000,00	-33,55	5.741.626,79	14,83	5.952.244,68	3,67	3.505.186,42	-41,11
Dívida Consolidada Líquida	2.184.050,00	3.344.000,00	53,11	(2.000.000,00)	-159,81	3.827.751,20	-291,39	4.120.784,78	7,66	3.067.038,11	-25,57

FONTE: PRONIM PL, GABINETE DO SECR DE ADMIN. E FINANÇAS

NOTA EXPLICATIVA: Utilizou-se como base para elaboração os índices de inflação do Banco Central.

Doc63578

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná-DIOEMS



Quarta-feira, 14 de Agosto de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II – Edição Nº 0408

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

PÁGINA: 1 DE 1
13/08/2013 09:43

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AValiação DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2014

AMF - Demonstrativo II (LRF, art 4º, § 2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2012 (a)	% PIB	II-Metas Realizadas em 2012 (b)	% PIB	Variação (II-I)	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	154.500.350,00	0,076	168.365.017,78	0,083	13.864.667,78	8,97
Receita Primária (I)	154.500.350,00	0,076	164.379.799,24	0,081	9.879.449,24	6,39
Despesa Total	154.500.350,00	0,076	172.458.541,04	0,085	17.958.191,04	11,62
Despesa Primária (II)	129.634.674,00	0,064	170.466.762,94	0,084	40.832.088,94	31,50
Resultado Primário (III)=(I - II)	24.865.676,00	0,012	(6.086.963,70)	-0,003	(30.952.639,70)	-124,48
Resultado Nominal	1.200.000,00	0,001	5.591.592,83	0,003	4.391.592,83	365,97
Dívida Pública Consolidada	7.200.000,00	0,004	10.816.260,80	0,005	3.616.260,80	50,23
Dívida Consolidada Líquida	3.200.000,00	0,002	3.530.333,35	0,002	330.333,35	10,32

FONTE: PRONIM PL, GABINETE DO SECR DE ADMN. E FINANÇAS

NOTA EXPLICATIVA: Levou-se em consideração o cenário macroeconômico, bem como a taxa de inflação, além do PIB estadual.

Doc63579

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná-DIOEMS



Quarta-feira, 14 de Agosto de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II – Edição Nº 0408

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

PÁGINA: 1 DE 1
13/08/2013 11:07

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Metas Fiscais
Projeção Atuarial do RPPS
2014

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea a)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	REPASSE CONTRIB. PATRONAL (a)	RECEITAS PREVID.	DESPESAS PREVID.	RESULTADO PREVID.	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (e)
		Valor (b)	Valor (c)	Valor (d)=(a+b-c)	

FONTE: PRONIM PL, GABINETE DO SECR DE ADMN. E FINANÇAS

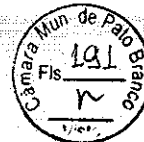
NOTA EXPLICATIVA:

Não Houve Movimentação no Período - 2014

Doc63582

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná-DIOEMS



Quarta-feira, 14 de Agosto de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II - Edição Nº 0408

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

PÁGINA: 1 DE 1
13/08/2013 11:07

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2014

LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea a

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2010	2011	2012
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2010	2011	2012
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (I - II)			
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS			

FONTE: PRONIM PL, GABINETE DO SECR DE ADMN. E FINANÇAS

NOTA EXPLICATIVA:

Não houve movimentação no período 2014

Doc63584

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná-DIOEMS



Quarta-feira, 14 de Agosto de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II - Edição Nº 0408

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

PÁGINA: 1 DE 1
13/08/2013 11:08

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2014

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	%	2011	%	2010	%
Patrimônio/Capital	333.729.273,40	100,00	264.649.103,36	100,00	232.311.470,62	100,00
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	333.729.273,40	100,00	264.649.103,36	100,00	232.311.470,62	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	%	2011	%	2010	%
Patrimônio	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM PL, GABINETE DO SECR DE ADMN. E FINANÇAS

NOTA EXPLICATIVA:

O acréscimo considerável visto no exercício de 2009, prende-se ao fato do recadastramento de todo o patrimônio do Município, fato este que elevou o montante do patrimônio líquido.

Doc63591

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná-DIOEMS



Quarta-feira, 14 de Agosto de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II - Edição Nº 0408

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

PÁGINA: 1 DE 1

13/08/2013 11:08

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2014

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2014
Aumento Permanente da Receita	20.000.000,00
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	15.000.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	5.000.000,00
Redução Permanente da Despesa (II)	500.000,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	5.500.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	3.500.000,00
Novas DOCC	3.500.000,00
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	2.000.000,00

FONTE: PRONIM PL, GABINETE DO SECR DE ADMN. E FINANÇAS

NOTA EXPLICATIVA: Compreende o disposto no artigo 17 da LRF, considerando-se despesa corrente derivada de Lei, Medida Provisória ou Ato Administrativo Normativo que fixem para o Ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. Também é considerada DOCC o aumento de despesa com prazo determinado. Sendo que os atos deverão ser instruídos com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro. Considera-se aumento de receita o proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, cuja competência seja do próprio ente.

Doc63592

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná-DIOEMS



Quarta-feira, 14 de Agosto de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II – Edição Nº 0408

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

PÁGINA: 1 DE 1
13/08/2013 11:08

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2014

AMF - Demonstrativo I (LRF, art 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2014			2015			2016		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	186.800.000,00	178.755.980,86	0,084	205.000.000,00	187.724.640,00	0,088	225.000.000,00	197.166.735,91	0,097
Receita Primária (I)	186.800.000,00	178.755.980,86	0,084	205.000.000,00	187.724.640,00	0,088	225.000.000,00	197.166.735,91	0,097
Despesa Total	186.800.000,00	178.755.980,86	0,084	205.000.000,00	187.724.640,00	0,088	225.000.000,00	197.166.735,91	0,097
Despesa Primária (II)	159.000.000,00	152.153.110,05	0,071	200.000.000,00	183.145.990,25	0,086	220.000.000,00	192.785.252,89	0,094
Resultado Primário (III) = (I - II)	27.800.000,00	26.602.870,81	0,012	5.000.000,00	4.578.649,76	0,002	5.000.000,00	4.381.483,02	0,002
Resultado Nominal	2.000.000,00	1.913.875,60	0,001	1.500.000,00	1.373.594,93	0,001	2.000.000,00	1.752.593,21	0,001
Dívida Pública Consolidada	6.000.000,00	5.741.626,79	0,003	6.500.000,00	5.952.244,68	0,003	4.000.000,00	3.505.186,42	0,002
Dívida Consolidada Líquida	4.000.000,00	3.827.751,20	0,002	4.500.000,00	4.120.784,78	0,002	3.500.000,00	3.067.038,11	0,002
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	-	-	0,000	-	-	0,000	-	-	0,000
das Primárias geradas por PPP (V)	-	-	0,000	-	-	0,000	-	-	0,000
Saldo do saldo das PPP (VI)=(IV-V)	-	-	0,000	-	-	0,000	-	-	0,000

FONTE: PRONIM PL, GABINETE DO SECR DE ADMN. E FINANÇAS

NOTA EXPLICATIVA: Cálculo realizado tomando-se por base o PIB dos Municípios de acordo com dados do IBGE.

Doc63593

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná-DIOEMS



Quarta-feira, 14 de Agosto de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II - Edição Nº 0408

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

PÁGINA: 1 DE 1
13/08/2013 11:09

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS 2014

AMF - Demonstrativo V (LRF, art 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2012 (a)	2011 (b)	2010 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	1.614.409,10	308.158,00	1.871.651,62
Alienação de Bens Móveis	34.042,50	62.920,00	109.860,00
Alienação de Bens Imóveis	1.580.366,60	245.238,00	1.761.791,62
DESPESAS EXECUTADAS	2012 (d)	2011 (e)	2010 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	-	3.680.493,41
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	3.680.493,41
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	1.877.000,00
Amortização da Dívida	-	-	1.803.493,41
DESPESAS CORRENTES DO REGIME DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	2012 (g) = ((Ia-IIId) + IIIh)	2011 (h) = ((Ib-IIe) + IIIi)	2010 (i) = ((Ic-IIf)
VALOR (III)	113.725,31	(1.500.683,79)	(1.808.841,79)

FONTE: PRONIM PL, GABINETE DO SECR DE ADMN. E FINANÇAS

NOTA EXPLICATIVA: Demonstra a variação ocorrida entre um exercício financeiro e outro no que concerne a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos da municipalidade.

Doc63597

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná-DIOEMS



Quarta-feira, 14 de Agosto de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II - Edição Nº 0408

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

PÁGINA: 1 DE 3
13/08/2013 11:09

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexo I - Estimativa das receitas
Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais
Dados Aprovados pelo Legislativo

Estimativa das Receitas Orçamentárias

Situação: Aprovado Fundamento Legal: 2014 2017 Data: 31/07/2013 Tipo: Lei Nº 4.112

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Especificação	Receitas Previstas		
	2014		Total
	Direta	Indireta	
Receitas Correntes			
1.0.0.0.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	201.261.000,00	-	201.261.000,00
1.1.0.0.00.00.00.00 RECEITA TRIBUTÁRIA	40.996.385,00	-	40.996.385,00
1.1.0.00.00.00.00 IMPOSTOS	33.052.260,00	-	33.052.260,00
1.1.1.2.00.00.00.00 IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	20.622.260,00	-	20.622.260,00
1.1.1.2.02.00.00.00 IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITOR	9.350.000,00	-	9.350.000,00
1.1.1.2.04.00.00.00 IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUE	5.222.260,00	-	5.222.260,00
1.1.1.2.04.31.00.00 IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES S/RENDIME	2.178.000,00	-	2.178.000,00
1.1.1.2.04.34.00.00 IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OUTR	744.260,00	-	744.260,00
1.1.1.2.08.00.00.00 IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO ITBI E DE DIR.REAIS SC	6.050.000,00	-	6.050.000,00
1.1.1.3.00.00.00.00 IMPOSTO SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	12.430.000,00	-	12.430.000,00
1.1.1.3.05.00.00.00 IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	12.430.000,00	-	12.430.000,00
1.1.1.3.05.01.00.00 ISS - DO EXERCÍCIO CORRENTE AO QUINTO EXERCÍCIO	12.430.000,00	-	12.430.000,00
1.1.2.0.00.00.00.00 TAXAS	7.810.125,00	-	7.810.125,00
1.1.2.1.00.00.00.00 TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	2.281.000,00	-	2.281.000,00
1.1.2.1.17.00.00.00 TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.276.000,00	-	1.276.000,00
1.1.2.1.25.00.00.00 TAXA DE LICENÇA P/FUNC.DE ESTAB.COM.IND.E PREST	700.000,00	-	700.000,00
1.1.2.1.26.00.00.00 TAXA DE PUBLICIDADE COMERCIAL	55.000,00	-	55.000,00
1.1.2.1.32.00.00.00 TAXA DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO C	250.000,00	-	250.000,00
1.1.2.2.00.00.00.00 TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3.229.125,00	-	3.229.125,00
1.1.2.2.12.00.00.00 EMOLUMENTOS E CUSTAS PROCESSUAIS ADMINISTRA	255.000,00	-	255.000,00
1.1.2.2.99.00.00.00 OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.856.000,00	-	1.856.000,00
1.1.2.2.99.01.00.00 Taxa C leta de Lix D miciliar	1.491.000,00	-	1.491.000,00
1.1.2.2.99.07.00.00 utras Taxas de Prestaçã de Serviç s	365.000,00	-	365.000,00
1.3.0.00.00.00.00 CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	134.000,00	-	134.000,00
1.3.0.99.00.00.00 OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	134.000,00	-	134.000,00
1.2.0.0.00.00.00.00 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.728.215,00	-	2.728.215,00
1.3.0.0.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	1.155.000,00	-	1.155.000,00

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná-DIOEMS



Quarta-feira, 14 de Agosto de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II - Edição Nº 0408

PÁGINA: 2 DE 3
13/08/2013 11:09

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo I - Estimativa das receitas

Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais

Dados Aprovados pelo Legislativo

Estimativa das Receitas Orçamentárias

Situação: Aprovado Fundamento Legal: 2014 2017 Data: 31/07/2013 Tipo: Lei Nº 4.112

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Especificação		Receitas Previstas		
		2014		Total
		Direta	Indireta	
1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	1.705.000,00	-	1.705.000,00
1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	145.516.300,00	-	145.516.300,00
1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	145.136.300,00	-	145.136.300,00
1.7.2.1.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	79.804.300,00	-	79.804.300,00
7.2.1.01.00.00.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	33.825.000,00	-	33.825.000,00
1.7.2.1.01.02.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNI	33.000.000,00	-	33.000.000,00
1.7.2.1.01.05.00.00	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TER	165.000,00	-	165.000,00
1.7.2.1.01.99.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNI	660.000,00	-	660.000,00
1.7.2.1.22.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA	231.000,00	-	231.000,00
1.7.2.1.33.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE	40.700.000,00	-	40.700.000,00
1.7.2.1.34.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL	309.300,00	-	309.300,00
1.7.2.1.35.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL	3.661.000,00	-	3.661.000,00
1.7.2.1.36.00.00.00	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃO	418.000,00	-	418.000,00
1.7.2.1.99.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	660.000,00	-	660.000,00
1.7.2.2.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	44.432.000,00	-	44.432.000,00
1.7.2.2.01.00.00.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS	44.374.000,00	-	44.374.000,00
1.7.2.2.01.01.00.00	COTA-PARTE DO ICMS	33.050.000,00	-	33.050.000,00
1.7.2.2.01.02.00.00	COTA-PARTE DO IPVA	10.450.000,00	-	10.450.000,00
1.7.2.2.01.04.00.00	COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTAÇÃO	660.000,00	-	660.000,00
1.7.2.2.01.13.00.00	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO	214.000,00	-	214.000,00
1.7.2.2.22.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DA COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO P	3.000,00	-	3.000,00
1.7.2.2.33.00.00.00	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA PRO	55.000,00	-	55.000,00
1.7.2.2.33.02.00.00	Pr grama Saúde da amília Estadual	55.000,00	-	55.000,00
1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	20.900.000,00	-	20.900.000,00
1.7.2.4.01.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUT	20.900.000,00	-	20.900.000,00
7.3.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	50.000,00	-	50.000,00
7.3.0.00.99.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	50.000,00	-	50.000,00
1.7.6.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	330.000,00	-	330.000,00
1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.160.100,00	-	9.160.100,00

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná-DIOEMS



Quarta-feira, 14 de Agosto de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II - Edição Nº 0408

PÁGINA: 3 DE 3
13/08/2013 11:09

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexo I - Estimativa das receitas
Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais
Dados Aprovados pelo Legislativo

Estimativa das Receitas Orçamentárias

Situação: Aprovado Fundamento Legal: 2014 2017 Data: 31/07/2013 Tipo: Lei Nº 4.112
Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Especificação		Receitas Previstas		
		2014		Total
		Direta	Indireta	
1.9.1.0.00.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	2.355.100,00	-	2.355.100,00
1.9.2.0.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	155.000,00	-	155.000,00
1.9.3.0.00.00.00.00	RECEITA DA DIV.ATIVA	5.000.000,00	-	5.000.000,00
1.9.3.1.00.00.00.00	RECEITA DA DIV.ATIVA TRIBUTÁRIA	5.000.000,00	-	5.000.000,00
1.9.9.0.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	1.650.000,00	-	1.650.000,00
Receitas de capital				
2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	-	100.000,00
Total de receitas		201.361.000,00	-	201.361.000,00
Deduções da receita				
Restituição		10.000,00	-	10.000,00
1.1.1.2.02.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITOR	10.000,00	-	10.000,00
Descontos Concedidos		10.000,00	-	10.000,00
1.1.1.2.02.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITOR	10.000,00	-	10.000,00
FUNDEB		14.541.000,00	-	14.541.000,00
1.7.2.1.01.02.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNI	5.610.000,00	-	5.610.000,00
1.7.2.1.01.05.00.00	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TER	28.000,00	-	28.000,00
1.7.2.1.36.00.00.00	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERAÇÃ	71.000,00	-	71.000,00
1.7.2.2.01.01.00.00	COTA-PARTE DO ICMS	6.610.000,00	-	6.610.000,00
1.7.2.2.01.02.00.00	COTA-PARTE DO IPVA	2.090.000,00	-	2.090.000,00
1.7.2.2.01.04.00.00	COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTAÇÃO	132.000,00	-	132.000,00
Total das Deduções		14.561.000,00	-	14.561.000,00
Total Líquido das Receitas		186.800.000,00	-	186.800.000,00
Total Geral		186.800.000,00		

Doc63598

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná-DIOEMS



Quarta-feira, 14 de Agosto de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II - Edição Nº 0408

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

PÁGINA: 1 DE 1
13/08/2013 11:10

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2014

ARF(LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Ações Judiciais	300.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir do cancelamento de dotações de despesas previamente indicadas	300.000,00
SUBTOTAL	300.000,00	SUBTOTAL	300.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Desapropriação de Imóveis	600.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir do cancelamento de dotações de despesas previamente indicadas	600.000,00
Intempéries	441.137,50	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	441.137,50
SUBTOTAL	1.041.137,50	SUBTOTAL	1.041.137,50

TOTAL	1.341.137,50	TOTAL	1.341.137,50
-------	--------------	-------	--------------

FONTE: PRONIM PL, GABINETE DO SECR DE ADMN. E FINANÇAS
Secretaria de Engenharia Obras e Serviços Públicos
Secretaria de Ação Social e Cidadania

NOTA EXPLICATIVA: Os Riscos Fiscais apresentados são a possibilidade da ocorrência de eventos que venham a impactar negativamente as contas públicas.

Dor63600

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná-DIOEMS



Quarta-feira, 14 de Agosto de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II – Edição Nº 0408

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS GASTOS COM PESSOAL COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2014

LR, art 18 e 19 - ADCT Art. 38

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
REC. CORRENTE LÍQUIDA	81.056.159,16	130.808.551,88	148.132.013,58	153.998.925,31	153.938.788,51	154.123.515,06	155.387.327,88
INVESTIMENTOS EM PESSOAL	40.074.165,08	47.566.443,60	59.207.075,99	62.294.527,72	67.563.734,28	67.459.862,54	69.287.209,50
% APLICADO	49,44	36,36	39,97	40,45	43,89	43,77	44,59

Doc63691

Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná-DIOEMS



Quarta-feira, 14 de Agosto de 2013

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano II - Edição Nº 0408

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

PÁGINA: 1 DE 1
13/08/2013 11:12

Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2014

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2014	2015	2016	
IPTU e Coleta de Lixo	Outros benefícios	Aposentados, pensionistas e deficientes físicos - Lei nº 2.275 de 11/09/2003.	114.000,00	118.000,00	120.000,00	Valor já programado no orçamento de 2013 para redução em investimentos, além da intensificação da fiscalização tributária nas áreas de competência do Município.
IPTU	Outros benefícios	Contribuintes que optarem pelo pagamento a vista, conforme Lei Complementar nº 37 de 16/12/2009.	320.000,00	325.000,00	330.000,00	Valor já programado no orçamento de 2013 para redução em investimentos, além da intensificação da fiscalização tributária nas áreas de competência do Município.
IPTU	Outros benefícios	Desconto concedido para imóveis em edificação, conforme Lei nº 2.464 de 22/06/2005	15.000,00	20.000,00	25.000,00	Valor já programado no orçamento de 2013 para redução em investimentos, além da intensificação da fiscalização tributária nas áreas de competência do Município.
II-TU	Outros benefícios	Concede imunidade de IPTU, às igrejas em consonância com o artigo 152 da CF/88.	100.000,00	110.000,00	115.000,00	Valor já programado no orçamento de 2013 para redução em investimentos, além da intensificação da fiscalização tributária nas áreas de competência do Município.
TRIBUTOS MUNICIPAIS	REFIS	Pessoas físicas ou jurídicas, relativos a tributos e preços públicos municipais, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2012, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos.	705.545,00	-	-	A renúncia já foi considerada na estimativa da receita para ao exercício de 2013, em conformidade com o que preceitua o inciso I do artigo 14 da LC 101/2000.
TOTAL			1.254.545,00	549.000,00	573.000,00	

FONTE: PRONIM PL,
24/Jul/2012, 15h e 49m.

Secretaria de Administração e Finanças
Secretaria de Administração e Finanças
Secretaria de Administração e Finanças
Secretaria de Administração e Finanças

NOTA EXPLICATIVA:

Este demonstrativo compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros tributos que correspondam a tratamento diferenciado.

Doc63607



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



PROJETO DE LEI Nº 98/2013

MENSAGEM Nº 79/2013

RECEBIDA EM: 28 de maio de 2013

Nº DO PROJETO: 98/2013

SÚMULA: Dispõe sobre as ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Sub-funções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e Desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2014 (LDO 2014).

AUTOR: Executivo Municipal

LEITURA EM PLENÁRIO: 29 de maio de 2013

DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO em 17 de junho de 2013

Relator: Vilmar Maccari - PDT

VOTAÇÃO SIMPLES

PRIMEIRA VOTAÇÃO REALIZADA EM SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM: 11 de julho de 2013.

Aprovado com emendas, com 10 (dez) votos.

Votaram a favor: Augustinho Polazzo – PP, Claudemir Zanco – PSD, Enio Ruaro – PR, Geraldo Edel de Oliveira – PV, Guilherme Sebastião Silverio – PMDB, José Gilson Feitosa da Silva – PT, Laurindo Cesa – PSDB, Leunira Viganó Tesser – PDT, Raffael Cantu – PC do B e Vilmar Maccari – PDT.

SEGUNDA VOTAÇÃO REALIZADA EM SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM: 15 de julho de 2013

Aprovado com 10 (dez) votos.

Votaram a favor: Augustinho Polazzo – PP, Claudemir Zanco – PSD, Enio Ruaro – PR, Geraldo Edel de Oliveira – PV, Guilherme Sebastião Silverio – PMDB, José Gilson Feitosa da Silva – PT, Laurindo Cesa – PSDB, Leunira Viganó Tesser – PDT, Raffael Cantu – PC do B e Vilmar Maccari – PDT.

Aprovado com diversas emendas de autoria de todos os vereadores.

ENVIADO AO EXECUTIVO EM: 16 de julho de 2013

ATRAVÉS DO OFÍCIO Nº: 326/2013

Lei nº 4112, de 31 de julho de 2013

PUBLICADA no Jornal Diário do Sudoeste – Edição nº 5841, de 2 de agosto de 2013.

PUBLICADA: Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná – DIOEMS (sitio: <http://amsop.dioems.com.br>) Edição nº 408, de 14 de agosto de 2013.